INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

JOELMA FARIAS SILVA DE CORNEJO

O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais.

Rio de Janeiro

2020

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Joelma Farias Silva de Cornejo

O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profª. Drª. Luana Cristina da Silva Campos

Supervisora: Arq. Ms. Thalianne de Andrade Leal Guerreiro

Rio de Janeiro

2020

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Alagoas. Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CORNEJO, Joelma Farias Silva de.

F224 O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais/ Joelma Farias Silva de Cornejo – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2020.

235 f.: il.

Orientadora: Luana Cristina da Silva Campos

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2020.

1.Valor 2. Identidade 3. Memória 4. Patrimônio. I. CAMPOS, L. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. III. O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Joelma Farias Silva de Cornejo

"O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa por videoconferência em 07 de julho de 2020.

Banca examinadora

Professora Dra. Luana Cristina da Silva Campos (orientadora e presidente da Banca) – Mestrado Profissional do IPHAN

Thalianne de Andrade Leal Guerreiro (supervisora) – Superintendência do IPHAN em Alagoas

Professor Dr. André Bazzanella – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Aline Vieira de Carvalho – UNICAMP

Dra. Jeanne Cristina Menezes Crespo – Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

Documento assinado eletronicamente por **Luana Cristina da Silva Campos**, **Bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural - PEP**, em 30/07/2020, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Aline Vieira de Carvalho**, **Usuário Externo**, em 30/07/2020, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Jeanne Cristina Menezes Crespo**, **Arqueóloga**, em 31/07/2020, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Andre Bazzanella**, **Técnico**, em 04/08/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Thalianne de Andrade Leal**, **Técnico**, em 07/08/2020, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2043771** e o código CRC **E9D3CC48**.

À minha família, meu patrimônio.

AGRADECIMENTOS

É tanta gente para agradecer que o risco de esquecer alguém é certo e inevitável, então, já de antemão, peço perdão àqueles que, porventura, não se identifiquem nesta pequena amostragem que, por precaução, não terá nenhum nome próprio.

Começarei do começo, pela minha família, primeiramente agradecendo àqueles que me deram a vida e me educaram, aos meus pais, que mesmo sem ter tido muita instrução, me ajudaram da forma que puderam, para que eu conquistasse uma formação. Meu pai dizia aos sete filhos, quatro meninas e três meninos, que aquele que se interessasse, faria o possível para dar estudo, enquanto minha mãe nunca deixou que eu desistisse diante das dificuldades. Aos meus irmãos e irmãs, que também sempre me apoiaram e, ainda que compreensível, nunca senti por parte deles, qualquer demonstração de ciúme por somente eu ter alcançado educação de nível superior. Ao meu companheiro, pois sem seu apoio não teria, sequer, me candidatado à vaga no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, tampouco teria chegado a concluir. Ao meu filho que se privou da minha companhia durante os módulos presenciais na cidade maravilhosa, bem como às clausuras no quarto de estudo. À minha filha, que veio ao mundo em meio à dissertação, me dando mais razões para eu concluir esse desafio a que me propus.

Agora os companheiros do IPHAN, começando pelo meu amigo que é hierarquicamente meu chefe na Superintendência do IPHAN em Alagoas, por ter me apoiado e incentivado a realizar esse mestrado. Aos colegas e amigos do trabalho, em especial minha supervisora pela pronta disposição em colaborar.

Aos que contribuíram com a pesquisa de maneira imprescindível, os indígenas e campesinos entrevistados, que se dispuseram a falar sobre suas vidas para uma pessoa estranha.

Às pessoas incríveis que fazem o Mestrado Profissional em Preservação do Mestrado Cultural, vocês são essenciais para o IPHAN. Agradeço especialmente à minha orientadora, pela calma, paciência, orientação e, sobretudo, pela liberdade que ela me proporcionou na escrita da presente dissertação.

As outras montanhas se cobrem de neve,

de noiva, de nuvem, de verde!

E tu, de Loanda, de panos-da-costa,

de argolas, de contas, de quilombos!

Serra da Barriga!

(Jorge de Lima)

RESUMO

A eleição de bens culturais com atribuição de valores referentes à memória, à história, ou à identidade de uma nação, ou de determinado grupo, tem tido, em alguns casos, como efeito, a negligência desses mesmos valores para outros grupos envolvidos com esses objetos, tendo por consequência a transformação do patrimônio em campo de disputa, refletindo sobremaneira na gestão da conservação desses bens culturais. A Serra da Barriga, objeto do presente trabalho, é um exemplo de como o patrimônio se revelou como um campo de disputa a partir do reconhecimento de uma única identidade associada ao bem cultural. De terra da liberdade para o Movimento Negro, o monumento simboliza, atualmente, exatamente o contrário para os campesinos que foram tolhidos de exercerem sua identidade após o reconhecimento do bem cultural pelo Estado brasileiro, enquanto é negligenciada, pelos instrumentos de reconhecimento, a importante participação dos indígenas em todo processo de construção do valor histórico e pré-histórico da Serra. Compreendendo a valoração dos bens culturais como sendo uma atribuição dos sujeitos, não sendo os valores intrínsecos aos objetos, busquei através de investigação documental e entrevistas aos grupos sociais envolvidos com o bem cultural, campesinos e indígenas, quais valores estão encerrados no bem segundo as suas perspectivas. E, a partir da análise dos instrumentos de proteção incidentes sobre o bem, compreendi que se faz necessário lançar mão de instrumentos ou políticas capazes de abarcar múltiplas identidades, característica da formação da sociedade brasileira. Apresentei como proposta ao cenário de conflito que identifiquei no objeto de estudo, a Declaração de Significância como ferramenta de auxílio na gestão de bens culturais capaz de abarcar a multiplicidade de valores encerrada no bem, conforme definido na ‘Australia ICOMOS Burra Charter, 1999’, utilizada pela UNESCO nos processos de inclusão de bens na lista do Patrimônio Mundial.

Palavras-chave: Valor. Identidade. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT

.

The election of cultural assets with attribution of values referring to the memory, history, identity of a nation or of a certain group had in some cases, the neglect of these same values for other groups involved with these objects, resulting in the transformation of heritage into a field of dispute, reflecting greatly on the management of the conservation of these cultural assets. Serra da Barriga, the object of the present work, is an example of how heritage was revealed as a field of dispute from the recognition of a single identity associated with the cultural asset. From the land of freedom to the Black Movement, the monument currently symbolizes exactly the opposite for the peasants who were hampered from exercising their identity after the recognition of the cultural good by the Brazilian State, while the important participation is neglected by the instruments of recognition of indigenous people in the whole process of building the historic and prehistoric value of the Serra da Barriga. Understanding the valuation of cultural goods as an attribution of the subjects, not being the values intrinsic to the objects, I searched through documentary investigation and interviews with the social groups involved with the cultural good, peasants and indigenous people which values are locked in the good according to their perspectives and from the analysis of the protection instruments are good, I understood that it is necessary to use instruments or policies capable of encompassing multiple identities, characteristic of the formation of Brazilian society. I presented as a proposal to the conflict scenario that I identified in the object of study, the declaration of significance as an aid tool in the management of cultural assets capable of encompassing the multiplicity of values closed in the property as defined in 'Australia ICOMOS Burra Charter 1999' used by UNESCO in the process of including goods on the World Heritage list.

Keywords: Value. Identity. Memory. Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da Serra da Barriga.....17

Figura 2: Parque memorial Quilombo dos Palmares 19

Figura 3: Roda de capoeira, forma de expressão registrado pelo IPHAN como patrimônio imaterial brasileiro, em apresentação na Serra da Barriga.....20

Figura 4: Serra da Barriga, face sul. 25

Figura 5: Área inicialmente proposta para tombamento (2.200ha).....34

Figura 6: Mapa das áreas de tombamento e desapropriação.....46

Figura 7: Poligonal da área desapropriada – Monumento Nacional.....50

Figura 8: Artefato cerâmico encontrado durante escavações arqueológicas na Serra da Barriga.....52

Figura 9: Sinalização de identificação de Patrimônio Cultural do MERCOSUL.....58

Figura 10: Lagoa dos Negros. 60

Figura 11: Ocas indígenas compõem cenografia do Parque Memorial Quilombo dos Palmares.....64

Figura 12: Mapa produzido por Décio Freitas/H. A. Thofehrn (1982-84).....66

Figura 13: Mapa de localização das comunidades indígenas em Alagoas.....68

Figura 14: Indígenas Xukuru-Kariri na festa em comemoração ao dia da Consciência Negra, na Serra da Barriga.....73

Figura 15: Acesso à aldeia Karapotó Plaki-ô.....79

Figura 16: Acesso a aldeia Kariri-Xocó. 83

Figura 17: Aldeia Tingüi-Botó.....85

Figura 18: Aldeamentos indígenas em Alagoas.....88

Figura 19: Aldeia Wassu Cocal.....90

Figura 20: Localização das famílias na área tombada.....105

Figura 21: Casa de morador da área patrimônio em taipa e cobertura de telha em fibrocimento.....124

Figura 22: Afloramento de urna funerária no Parque Memorial Quilombo dos Palmares.....127

Figura 23: Equipe de arqueologia durante as obras de pavimentação do acesso ao platô da Serra da Barriga (2018).....127

Figura 24: Representação dos Orixás na Serra da Barriga.....141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Supostos posseiros identificados nos mapas constantes no processo de tombamento.....99

Tabela 2: Moradores identificados na área onde se localiza o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no levantamento fundiário de 1988.....99

Tabela 3: Troncos familiares identificados na área desapropriada, declarada Monumento Nacional, identificada no Laudo Antropológico do INCRA.....100

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados por tronco familiar.....103

Tabela 5: Quadro de narrativas: entrevistas com os moradores (campesinos).....107

Tabela 6: Resumo dos instrumentos de proteção da Serra da Barriga.....117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AL - Alagoas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNRC - Centro Nacional de Referências Culturais

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

DTC - Diretoria de Tombamento e Conservação

FCP – Fundação Cultural Palmares

FNpM – Fundação Nacional Pró-Memória

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios)

IMN – Inspetoria de Monumentos Nacionais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LPCM – Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MERCOSUR - Mercado Común del Sur

MG – Minas Gerais

MHN – Museu Histórico Nacional

MNU – Movimento Negro Unificado

NEAB - Núcleo de Estudos Afro Brasileiros

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCM - Patrimônio Cultural do MERCOSUL

PE - Pernambuco

PI - Piauí

PPCM - Política de Patrimônio Cultural Material

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SP – São Paulo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sphan - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UFAL/Ufal – Universidade Federal de Alagoas

Uneal - Universidade Estadual de Alagoas

VUE – Valor Universal Excepcional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1 SERRA DA BARRIGA E SEUS INSTRUMENTOS DE VALORAÇÃO E PROTEÇÃO 27

1.1 Os instrumentos de proteção e os valores neles observados 28

1.1.1 Tombamento 29

1.1.2 Monumento Nacional 39

1.1.3 Declaração de Utilidade Pública (Desapropriação) 43

1.1.4 Sítio Arqueológico 50

1.1.5 Patrimônio Cultural do Mercosul 57

1.2 Síntese dos valores identificados nos instrumentos de proteção 61

2 INDÍGENAS E CAMPESINOS, A VOZ DOS SILENCIADOS 63

2.1 Indígenas de Alagoas 64

2.1.1 Os Xucuru-Kariri e a Serra da Barriga 72

2.1.2 Os Karapotó e a Serra da Barriga 79

2.1.3 Os Kariri-Xocó e a Serra da Barriga 81

2.1.4 Os Tingui-Botó e a Serra da Barriga 84

2.1.5 Os Wassu Cocal e a Serra da Barriga 87

2.2 Os campesinos da Serra da Barriga 95

3 INSTRUMENTOS E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES 115

3.1 Sobreposição de instrumentos de preservação 116

3.2 A limitação atual dos instrumentos de gestão 129

3.3 Declaração de Significância 132

3.3.1 O IPHAN e a Declaração de Significância 135

3.3.1.1 Dos Princípios da Portaria 375/2018 em sua relação com a Serra da Barriga: 139

3.3.1.2 Das Premissas da Portaria 375/2018 em sua relação com a Serra da Barriga: 140

3.3.2 A Declaração de Significância, a Unesco e o MERCOSUL Cultural 143

CONSIDERAÇÕES FINAIS 147

REFERÊNCIAS 151

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA 158

APÊNDICE II - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DE ENTREVISTAS 159

ANEXO I - MAPAS DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO 213

ANEXO II CERTIDÃO DE TOMBAMENTO 218

ANEXO III – DECRETO MONUMENTO NACIONAL 220

ANEXO IV MEMORIAL DESCRITIVO 221

ANEXO V - MAPAS DA ÁREA DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO 224

ANEXO VI DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO. 227

ANEXO VII – LAUDO ANTROPOLÓGICO (ANEXO 3) 233

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida para a presente dissertação teve por objeto o bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional - IPHAN, *Serra da Barriga, parte mais alcantilada*, em União dos Palmares/AL. A escolha desse objeto foi motivada diante da minha experiência enquanto servidora da Superintendência do IPHAN em Alagoas, designada para fiscalizar o bem tombado desde 2011.

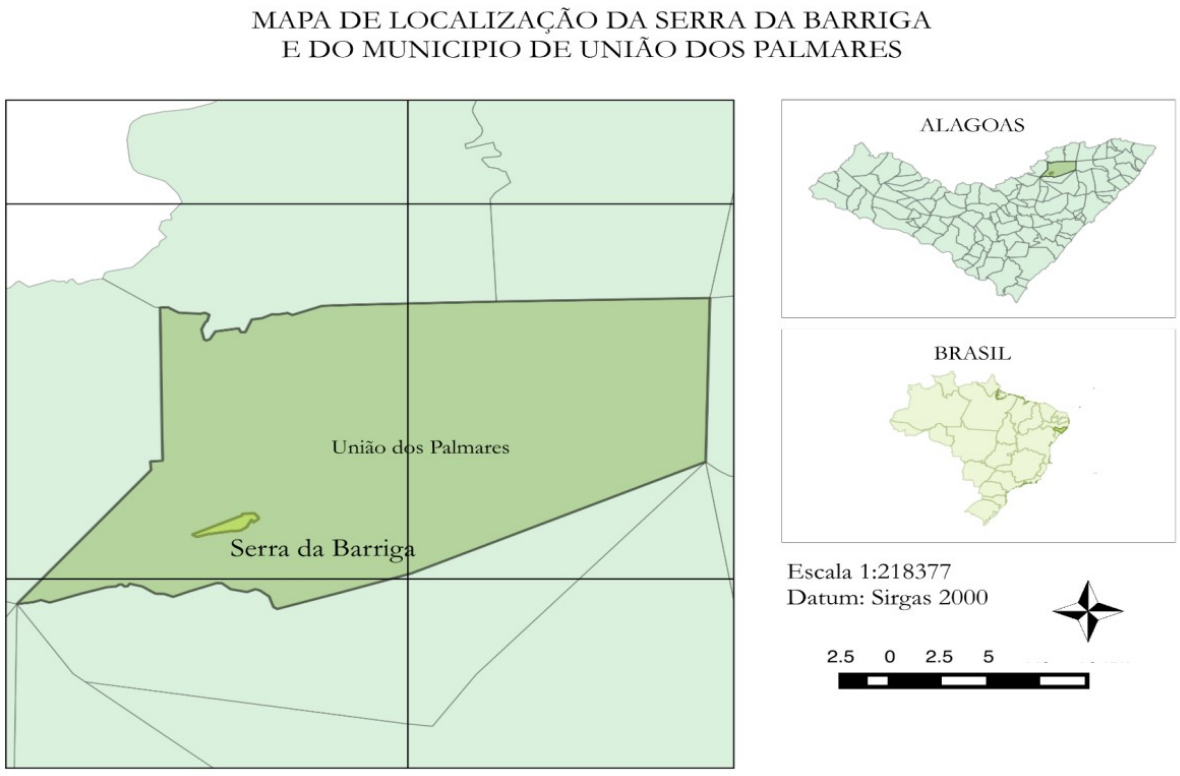


Figura 1: Localização da Serra da Barriga. Fonte: IPHAN – AL.

Em 2011, como recém ingressa na instituição que tem por missão preservar o patrimônio cultural brasileiro, me deparei com um bem que abarca os principais conceitos[1] de patrimônio acautelados pelo IPHAN nas suas ações de reconhecimento e proteção, o que me motivou a estudá-lo no âmbito do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, com a finalidade de aprimorar meus conhecimentos acerca do patrimônio cultural e contribuir na produção de conhecimento sobre este patrimônio, particularmente sobre os valores pouco abordados pelos instrumentos de acautelamento aplicados à Serra da Barriga.

A área patrimonializada está localizada no cume da Serra da Barriga e caracteriza-se como uma paisagem cultural (conceito da Geografia) pela presença de cobertura vegetal, composta por remanescentes da Mata Atlântica, preservados desde antes do tombamento, e áreas reflorestadas, destacando-se na paisagem as palmeiras da espécie *catolé*. É também caracterizada pela presença de recursos hídricos, especificamente as lagoas do Aleixo e do Negro, esta última muito utilizada nos rituais religiosos de matriz africana. A área é composta ainda por edificações onde residem famílias, algumas desde antes do tombamento. Destas famílias, algumas mantem pequenas áreas de plantio, especialmente frutas e criação de galinhas. Compõe ainda a paisagem do lugar, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, implantado em 2007, com o objetivo de "promover os valores históricos e simbólicos do lugar". (IPHAN, 2017)

O Parque Memorial Quilombo dos Palmares é composto por edificações que, em sua concepção arquitetônica, buscaram reproduzir uma tipologia construtiva que poderia representar aspectos construtivos dos Quilombos dos Palmares, com paredes de taipa, cobertura em palha e piso de terra batida. O cenário também é composto por três ocas indígenas, "reforçando os referenciais multiculturais de Palmares, como a ancestralidade de ocupação territorial pelos povos indígenas." (IPHAN, 2017)

[1] Os principais conceitos de patrimônio acautelado aqui consideradas dizem respeito a aplicação dos instrumentos de reconhecimento pelo IPHAN dos bens de natureza material e imaterial como patrimônio cultural brasi leiro, além da proteção ao patrimônio arqueológico. Sendo que nos últimos anos, ao menos a partir da década de 1980, o reconhecimento de bens materiais que dizem respeito a grupos formadores da sociedade brasileira vem se ampliando, impulsionado a partir de 2000 com o Decreto 3.551, que instituiu o Registro do patrimônio cultural de natureza Imaterial, que reconhece como patrimônio cultural brasileiro as formas de expressão, os ofícios, as celebrações, bem como os lugares.



Figura 2: Parque memorial Quilombo dos Palmares. Foto: Pedro França. Fonte: Fundação Cultural Palmares.

Como bem de natureza material, a *Serra da Barriga, parte mais alcantilada*[2] teve seu tombamento homologado em 20 de novembro de 1985 e publicado no Diário Oficial da União em 31 de janeiro de 1986. Esse reconhecimento institucional foi justificado pela importância que teve Palmares[3] na história do Brasil. Cabe destacar que o lugar, antes mesmo do reconhecimento institucional, já era reconhecido por historiadores e representantes do Movimento Negro.

Além de ser, atualmente, reconhecido como um dos maiores símbolos identitários dos brasileiros afrodescendentes, em razão de ter sido apontado por historiadores como o "local onde se estabeleceu no século XVII o Quilombo dos Macacos, sede dos Quilombos dos Palmares"[4], o lugar é utilizado para diversas práticas culturais, como os cultos e rituais dos povos de terreiro, as rodas de capoeira e outras manifestações associadas à cultura negra, especialmente no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Algumas

---

[2] Nome do bem tombado, inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Processo 1069-T-82).

[3] O presente trabalho parte do pressuposto de que Palmares, o maior e mais duradouro reduto de resistência à escravização de seres humanos no Brasil colônia, dispensa apresentações. Motivo pelo qual não se discorrerá sobre sua história.

[4] Trecho da carta do pedido de tombamento no Processo 1069-T-82, onde se faz referência ao Quilombo dos Macacos e aos Quilombos dos Palmares, no plural.

destas práticas são referências culturais que o IPHAN tem trabalhado em sua política de patrimônio imaterial. Como a capoeira que, através do instrumento de registro, teve reconhecidos o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira pelo IPHAN em 2008[5], este último também reconhecido pela UNESCO em 2014.



Figura 3: Roda de capoeira, forma de expressão registrado pelo IPHAN como patrimônio imaterial brasileiro, em apresentação na Serra da Barriga. Foto: Autora.

Outro instrumento de acautelamento existente na Serra da Barriga teve por fundamento a identificação, a partir de 1992, quando se iniciaram as pesquisas arqueológicas sistêmicas na área tombada, de diversos sítios arqueológicos e o local passou a contar com mais um instrumento de proteção, em virtude do cadastro de sítio arqueológico no CNSA[6]/IPHAN em 27 de julho de 1998. As descobertas arqueológicas revelaram outro grupo social, até então pouco mencionado no contexto de Palmares, os indígenas.

As dimensões material e imaterial encerradas no bem, passíveis de proteção e salvaguarda pelas políticas de preservação de patrimônio cultural do IPHAN, resultam em vários instrumentos de proteções nacional e internacional sobre o mesmo bem, como: o Tombamento, Monumento Nacional, Desapropriação, Cadastro de Sítio Arqueológico e

[5] O Ofício dos Mestres de Capoeira foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes e a Roda de Capoeira foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, ambos em 2008.
[6] O CNSA é o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, sob a responsabilidade do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699.

Patrimônio Cultural do MERCOSUL, o que o tornam bastante complexo do ponto de vista da sua gestão. Por isso, entender os valores e os indivíduos com ele envolvidos me parece, num primeiro momento, bastante válidos para o conhecimento não só do bem específico, como do patrimônio em sua mais ampla abrangência e assim, poder pensar em estratégias de gestão.

As diversas proteções referidas anteriormente dizem respeito ao tombamento, homologado em 20 de novembro de 1985 e publicado no Diário Oficial da União em 31 de janeiro de 1986; ao Decreto presidencial nº 95.855, de 21 de março de 1988 que declara a área tombada Monumento Nacional; ao Decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988 que declara a mesma área de utilidade pública para fins de desapropriação com a finalidade de estudos antropológicos, arqueológicos, ecológicos, reflorestamento das áreas naturais e construção de um marco assinalador da "*república dos Palmares"*; ao cadastro no CNSA como sítio arqueológico em conformidade com o previsto na lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961; e, mais recente, em 2017, a declaração da área como Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

Os indivíduos anteriormente referenciados, como os envolvidos com o bem, foram por mim identificados, a partir da experiência com o bem cultural nas ações de gestão[7], como sendo os afrodescendentes, representados pelo Movimento Negro, solicitantes do tombamento; os indígenas, que tiveram seus ancestrais revelados através das pesquisas arqueológicas; os moradores da área tombada que, após a desapropriação das terras, encontram-se em situação instável quanto a sua permanência ou saída do local até os dias atuais; e as instituições diretamente envolvidas com a gestão do bem, IPHAN e Fundação Cultural Palmares-FCP.

Assim, a pesquisa se iniciou com o objetivo de identificar os valores atribuídos ao bem, desde os já postos quando submetido ao tombamento, aos agregados ao longo do tempo, considerando o decurso de mais de trinta anos de patrimonialização. Busquei também identificar alguns valores não reconhecidos pelos diferentes grupos que mantêm relação com a Serra da Barriga, de forma a compreender como essas múltiplas valorizações poderiam contribuir na sua gestão.

---

[7] Consideram-se aqui como ações de gestão, além da fiscalização e autorização de intervenção, realização de obras em apoio à Fundação Cultural Palmares, acompanhamento de pesquisas arqueológicas, atendimento ao Ministério Público quanto à Ação Civil Pública relativa à permanência de famílias na área tombada e desapropriada.

Entre os teóricos acionados na pesquisa, está Salvador Muñoz Viñas, que em seu livro *Teoría contemporánea de la restauración*, publicado em 2004, traz uma nova ótica para as ações de conservação nos monumentos, que devem visar a manutenção dos valores atribuídos pelos sujeitos, por esse motivo valores ideológicos, afetivos e religiosos passam a ser considerados nos processos de conservação de bens culturais.

O conjunto dos valores atribuídos a um bem se configuram como o seu Significado Cultural, de acordo com a definição da "Australia ICOMOS Burra Charter" de1999.[8]

Conforme define a Carta de Burra, em seu Artigo 1:

> Significado cultural significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actual ou futuras.
>
> O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registos, nos sítios relacionados e nos objectos relacionados.
>
> Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes.

Em seu Artigo 2:

> O objectivo da conservação é a retenção do significado cultural de um sítio.

E em seu Art. 5:

> A conservação de um sítio deve identificar e levar em consideração todos os aspectos do significado cultural e natural sem dar ênfase injustificada a qualquer valor individual, à custa dos outros.

Assim, compreendi que a efetiva gestão da "*Serra da Barriga, parte mais alcantilada*" deveria levar em consideração a preservação de sua significância cultural e que, para tal, seria necessário identificar os valores e os sujeitos para os quais estes se configuram, uma vez que, de acordo com a referida Carta, os valores podem variar para indivíduos ou grupos diferentes.

---

[8] A Carta de Burra é a escolha do recorte metodológico da presente pesquisa sem prejuízo de outras abordagens e correlações a instrumentos como a Declaração de Québec, sobre a preservação do "Spiritu loci", a Carta da Paisagem das Américas e Convenção Europeia da Paisagem, que tratam de temas pertinentes ao objeto de estudo, mas que não serão abordadas no presente trabalho.

Assim, foram coletadas informações inicialmente no Processo 1069-T-82 para identificar quais foram os valores atribuídos pelo Movimento Negro, que embasaram o pedido de tombamento, como também os da instituição IPHAN, através dos pareceres de aprovação.

Em vista que a significância cultural pode alterar-se em razão da continuidade da história do bem, em consequência de novas informações, de acordo com a Carta de Burra, os resultados das pesquisas arqueológicas não poderiam deixar de ser considerados, tal como fora registrado pelo cadastro do sítio na ficha CNA-AL0001. E, uma vez que as prospecções arqueológicas revelaram uma ocupação indígena significativa na Serra da Barriga, investigar a relação dos povos indígenas atuais com o bem também fez parte do escopo da presente pesquisa.

Por outro lado, como servidora da instituição responsável pela preservação daquele bem, percebi, desde o início de meus trabalhos, enquanto fiscal da área tombada, que a relação dos moradores com o bem cultural era bastante diversa da relação de outros moradores de sítios históricos protegidos, como os dos conjuntos urbanos de Marechal Deodoro e Penedo, por exemplo, nos quais já atuei como fiscal. E a diferença principal residia no fato de que, ao contrário de outros sítios, onde a presença do morador é desejável ou mesmo, fundamental (apesar de conflituosa), na "*Serra da Barriga, parte mais alcantilada*", este era tido como indesejável, nocivo ao bem. Então, diante desta percepção, tornava-se imprescindível incluir os moradores da área tombada na investigação proposta para a pesquisa.

Assim a metodologia para investigar os valores não institucionais, atribuídos pelos indígenas e campesinos[9] (moradores da área tombada) foi a aplicação de entrevista semiestruturada onde, no campo, em razão de especificidades, pude fazer algumas intervenções, acrescentando ou suprimindo questões, conforme modelo e transcrições constantes nos apêndices I e II deste trabalho. Cabe adiantar que o meu envolvimento com o campo foi determinante para algumas mudanças no rumo da investigação.

Para colher informações dos grupos indígenas, escolhemos trabalhar com uma amostragem de uma ou duas lideranças por etnia. Em Alagoas são reconhecidas onze etnias

[9] O termo campesino identifica os moradores da Serra da Barriga em sua forma de relação com a terra, por um modo de produção centrado na família. Mas também os inclui em um dos tipos de organização social mais antigos da humanidade, através da luta pela terra e pelo território representada pelo Campesinato.

indígenas e, inicialmente, a ideia foi visitar cada uma delas, o que na prática não foi possível, conforme será explicado mais adiante.

A primeira entrevista que realizei foi com uma indígena de 70 anos, da aldeia Mata da Cafurna, etnia Xukuru Kariri, a Dona Eleíta Santana da Silva, na festa comemorativa ao dia da consciência negra, em 20 de novembro de 2017, na Serra da Barriga. Tive uma grata surpresa ao entrevistá-la e fiquei particularmente emocionada ao ouvir a indígena falar com tanto afeto daquele lugar.

No dia 20 de dezembro de 2017 retornei à Serra da Barriga onde entrevistei o morador mais antigo da área tombada. Nas palavras daquele senhor, é sentido o seu amor pela terra, mas também alguma mágoa pelas proibições de cultivá-la, que passaram a ter desde que a área deixou de ser propriedade particular.

Entre os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 visitei as comunidades indígenas de Palmeira dos Índios, etnia Xukuru Kariri, aldeias Mata da Cafurna e Serra da Capela (29/12/2017); São Sebastião, etnia Karapotó, aldeia Plaki-ô (30/12/2017); Porto Real do Colégio, etnia Kariri-Xokó, aldeia Kariri-Xokó, (05/01/2018); Feira Grande, etnia Tingui-Botó, aldeia Olho D'Água do Meio (05/01/2018). Em 11/05/2018 visitei os Wassu Cocal de Joaquim Gomes, grupo indígena mais próximo à Serra da Barriga.

No dia 23 de junho de 2018 fui novamente à Serra da Barriga, onde entrevistei mais dez moradores da área tombada/desapropriada. Para a escolha dos entrevistados tomei por base o "Laudo Antropológico de Caracterização dos Moradores da Área Tombada da Serra da Barriga, União dos Palmares/AL.[10]No anexo 3 do respectivo laudo, consta o levantamento genealógico, onde há informações sobre o ano em que cada tronco familiar se instalou na Serra da Barriga. Assim, foram selecionados para entrevistas, os moradores que já habitavam a Serra da Barriga antes do tombamento e os que lá nasceram posteriormente ao 9reconhecimento, uma vez que o referido levantamento apontou a chegada de famílias em anos posteriores.

Ao escutar os moradores e ouvir unanimemente estes discorrerem sobre a "falta de liberdade" em sua relação com a Serra da Barriga, fiquei tocada com a contradição

[10] O Laudo Antropológico de Caracterização dos Moradores da Área Tombada da Serra da Barriga, União dos Palmares/AL foi elaborado pelo INCRA, como exigência do Ministério Público, em razão da Ação Civil Pública nº 0803766-83.2015.4.05.8000. Tal ação tornou réus o INCRA, a Fundação Cultural Palmares e o IPHAN, em razão da situação dos moradores da área desapropriada. O Laudo foi solicitado visando caracterizar ou não os moradores como remanescentes de Quilombo, para uma tomada de decisão.

do significado do lugar que para o Movimento Negro, simboliza exatamente o contrário – a terra da liberdade.



Figura 4: Serra da Barriga, face sul. Foto: Autora.

De acordo com SILVA (2019) o termo liberdade é um tema que tem atravessado a história e continua a influenciar o homem na construção da sua identidade, bem como na relação deste com a sociedade pós-moderna.

De acordo com Mora (2001 apud SILVA, 2019), a noção de liberdade envolve três modos básicos de entendê-la: uma que pode ser chamada “natural”, uma que pode ser chamada “social” (política) e uma que pode ser chamada “pessoal” (concebida como autonomia ou independência), concluindo que a noção de liberdade permeia uma abordagem ontológica, “na qual o homem só é livre enquanto ser racional e disposto a agir como ser racional” (MORA, 2001). (SILVA, 2019, p. 142 a 143)

Tais noções servem para compreender que o conceito de liberdade utilizado pelos escravizados, negros e indígenas, e mesmo pelo Movimento Negro, difere daquele entendido pelos campesinos, mas não por isso este deve ser desconsiderado, visto que a privação de liberdade, sob a ótica dos agricultores proibidos de cultivar a terra, tem sido determinante para o apagamento de sua identidade.

A investigação dos instrumentos de proteção, assim como em torno dos sujeitos que atribuem valor ao bem em apreço, tornou evidente e necessário que há de se pensar numa forma eficiente de gestão. Há que se lançar mão de ferramentas que abarquem as identidades múltiplas, identificadas no bem e que representam, por extensão, a formação da sociedade brasileira.

Assim, o presente trabalho abordará os diversos instrumentos de proteção do bem "*Serra da Barriga, parte mais alcantilada*", assim como os sujeitos que atribuem valor ao monumento, mediante uma investigação documental e através de entrevistas aos grupos sociais não considerados nos instrumentos de proteção, nem nas estratégias de gestão – indígenas e campesinos, e ao final, propor um instrumento que auxilie na gestão do bem, levando em conta as múltiplas identidades nele representadas.

No primeiro capítulo, será apresentado o objeto patrimonializado e seus instrumentos de proteção, dos quais serão extraídos os valores institucionais, ou seja, os quais foram considerados quando do reconhecimento do bem e os agregados ao longo dos anos de patrimonialização. Na sequência, o segundo capítulo abordará os valores não institucionais, quais sejam, os atribuídos pelos indígenas e campesinos, a partir das entrevistas realizadas com estes atores. O terceiro capítulo tratará da dificuldade institucional em abarcar as múltiplas identidades, que é uma característica da formação da sociedade brasileira, identificada em Palmares, através de instrumentos e políticas de gestão e proteção do patrimônio cultural, o que promove a seleção e o apagamento de identidades, tornando o patrimônio um campo de disputa. Por fim, trarei breves considerações sobre como a multiplicidade de valores pode ser utilizada na gestão do patrimônio cultural tendo como princípio norteador a Declaração de Significância.

1 SERRA DA BARRIGA E SEUS INSTRUMENTOS DE VALORAÇÃO E PROTEÇÃO

A "*Serra da Barriga, parte mais alcantilada*" é um bem cultural objeto de vários instrumentos de proteção. Por esse motivo, como metodologia, a investigação dos valores inscritos no bem em questão teve início pela análise de cada instrumento, a fim de colher neles quais valores foram considerados para seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro, como também quem os atribuiu.

Conforme Declaração de Compromisso Ético para os membros do ICOMOS (2002), "Valores" são convicções que tem significado para um grupo cultural ou indivíduo, e incluem muitas vezes, crenças espirituais, políticas, religiosas e morais, podendo os valores dos monumentos, sítios e lugares variarem em função dos indivíduos ou grupos, sendo estes renegociados continuamente.

De acordo com Zancheti (2014), há duas posições filosóficas relativas ao processo de valorização dos objetos. A primeira defende o valor associado às características físico-materiais do objeto, o que se entende por valor intrínseco, ao passo que a segunda posição defende que o valor é uma atribuição do sujeito, oposta à primeira e que ambas são embasadas em sólidas posições epistemológicas, sendo inadequada a adesão irrestrita a uma delas, em vista que uma não é capaz de rechaçar o argumento da outra.

Para Araújo (2012), o valor é uma criação humana, existindo *no e pelo homem* e que as coisas naturais só adquirem valor para os homens, quando incorporadas numa relação especial, onde suas propriedades objetivas tornam-se valiosas. Os valores, portanto, possuem uma objetividade especial que se distingue da objetividade física dos objetos, que não existem independentemente do homem. Assim, podemos apreender que o valor do bem patrimonializado possui objetividades especiais em sua relação com o homem, não sendo intrínseco as suas propriedades físicas e, por conseguinte, podem ser diversos os significados, dependendo para quem o valor se configura.

Em relação ao objeto em questão, é possível aferir que os valores patrimoniais são atribuições dos sujeitos, a exemplo dos acontecimentos históricos associados ao bem

cultural, que justificaram o seu reconhecimento pelo Estado Brasileiro e posteriormente ao MERCOSUL. Então, para falarmos de valor na Serra da Barriga, parece razoável adotar uma opção alternativa às opostas posições filosóficas acima citadas. Segundo Frondizi (1971) “a valorização é um ponto de confluência dos objetos e dos sujeitos dentro de um âmbito de relações sociais, culturais ou econômicas”. (apud Zancheti, 2014, p. 4), ou seja, são interdependentes.

No que se refere à materialidade dos bens, por mais que as discussões acerca do patrimônio tangível e intangível tenham avançado, sendo atualmente mais aceito afirmar que estes são inseparáveis, na prática, quando se discute valor no patrimônio cultural, há uma bibliografia mais abrangente relacionada aos valores a serem preservados na conservação de monumentos (RIEGL, 1903), como os valores teorizados por Alois Riegl[11]. Nesses casos, a manutenção dos valores atribuídos ao bem devem ser mantidos nas intervenções restaurativas, sob pena de perda da significância cultural, de acordo com a Carta de Burra de 1999.

No caso da Serra da Barriga, apesar de ser um bem tangível, de natureza material, nas atuais compreensões sobre patrimônio cultural (MARINS, 2012) não cabe a preocupação com a manutenção de valores monumentais como estéticos, artísticos ou de autenticidade, quando das intervenções, como nos monumentos arquitetônicos, tão bem abordados na bibliografia sobre o tema, mas sim valores como de identidade e memória para os grupos sociais envolvidos com o bem.

1.1 Os instrumentos de proteção e os valores neles observados

Do ponto de vista da legislação de proteção, o bem cultural dispõe de uma considerável lista de instrumentos de proteção, conforme segue:

[11] AloIis Riegl, em sua obra *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese, de 1903*, estabelece princípios para a preservação histórica com base nos "valores" dos monumentos, quais sejam: valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional. Este último se divide em valor de uso e valor de arte, que também se divide em valor de arte relativo e valor de novidade.

- Tombamento, homologado em 20 de novembro de 1985 e publicado no Diário Oficial da União em 31 de janeiro de 1986, conforme Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937;
- Monumento Nacional, Decreto presidencial nº 95.855, de 21 de março de 1988;
- Declaração de Utilidade Pública, Decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988;
- Cadastro no CNSA como sítio arqueológico, 27/07/1998, em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Patrimônio Cultural do MERCOSUL, título aprovado em 30 de maio de 2017 e entregue em 11 de novembro de 2017.

O conjunto das proteções incidentes sobre o bem cultural em questão nos dá uma ideia da sua importância para o Brasil e para a América do Sul. A seguir serão tratados os instrumentos de proteção incidentes sobre o bem, ao tempo em que se buscará identificar nestes, os valores considerados, quais são os sujeitos que os atribuíram e suas implicações.

1.1.1 Tombamento

De acordo com Domingues (2007), o golpe militar em 1964 trouxe como consequência uma derrota para a luta política dos negros, ainda que temporária, desarticulando uma coalizão de forças que vinha atuando no enfrentamento do "preconceito de cor" no país. Segundo o autor, os militantes do movimento foram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia no Brasil, o racismo. Tendo por consequência, o silenciamento das discussões públicas sobre a questão racial, voltando à cena somente no final da década de 1970, junto com a ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil.

> tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir

> mais que meia dúzia de militantes do movimento negro. (H. Cunha Jr., Textos para o movimento..., op. cit., p. 65 apud Domingues, 2007, p. 111)

De acordo com Lavinas (2014), em 1979, a partir da promulgação da Lei da Anistia e extinção do bipartidarismo, no primeiro ano de governo do Presidente João Figueiredo, ocorreu uma reorganização política no país, surgindo o primeiro partido de origem popular, o Partido dos Trabalhadores – PT, que se uniu a instituições da Sociedade Civil, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e Associação Brasileira de Imprensa - ABI, contra o Regime Militar. Foi nesse período que se unificaram vários movimentos negros, entre eles CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas, Grupo de Artistas Negros, surgindo o Movimento Negro Unificado – MNU, e com ele algumas conquistas importantes no campo do patrimônio se sucederam, como os tombamentos do primeiro Terreiro de Candomblé, o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, Bahia e da Serra da Barriga, símbolo de resistência à escravidão, localizada em União dos Palmares, Alagoas, ambos em 1986, também como resultado do alargamento do conceito de patrimônio por parte do IPHAN; além do tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 216 § 5º que reuniu parte das reivindicações ressurgidas no contexto pós-ditadura.

O tombamento da Serra da Barriga representou um marco importante na luta do Movimento Negro no Brasil, cuja trajetória teve início no ano seguinte ao da libertação dos escravizados (1888), ou seja, desde 1889 até os dias atuais (DOMINGUES, 2007), pois a liberdade tão almejada trouxe outras consequências para os ex-cativos. Como sequela de 400 anos de escravidão, os negros herdaram o estigma da submissão e inferioridade.

> Na linguagem popular, e mesmo na científica, a cor negra da pele do africano tornou-se designação de escravo. Assim, o termo negro/negra referia-se a escravo/a. Transmitido o conceito por diversas gerações, a sociedade assumiu que o lugar do negro na sociedade é, naturalmente, um lugar de subordinação, dominação e inferioridade. (Oliveira, 2006, p125)

Ainda segundo Domingues (2007), com a unificação dos movimentos, a luta contra o preconceito e a discriminação ganhou um elemento de luta importante, a identidade racial e cultural do negro. O termo negro, aliás, que tinha, até então uma conotação pejorativa,

tornou-se a palavra que designava a todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil, passando da condição de ofensa a orgulho. Visando a definição de uma identidade étnica do negro no Brasil foi adotada uma série de medidas intentando o seu fortalecimento, dentre elas a condenação da mestiçagem[12], sendo esta entendida como forma de diluir a identidade negra através da diluição da cor; o reconhecimento das religiões de matriz africana, especialmente o Candomblé, religião considerada a principal guardiã da fé ancestral; o dia da abolição da escravatura, 13 de maio, deixou de ser uma data festiva para se transformar em dia de denúncia e protesto contra o racismo, passando a ser celebrado o dia 20 de novembro[13], dia atribuído ao da Morte de Zumbi, último líder dos Quilombos dos Palmares, a maior e mais importante organização de enfrentamento ao regime escravagista do Brasil colônia, que resistiu por quase um século, até sua derrota em 1694. Zumbi, aliás, foi escolhido pelo MNU como símbolo de resistência à opressão racial.

A Serra da Barriga, local onde, segundo vários historiadores, sediou o reduto dos Macacos ou Cerca Real dos Macacos, principal mocambo[14] dos Quilombos dos Palmares, também foi escolhida pelo MNU como lugar representativo da sua luta contra a opressão racial, nascendo assim, a proposta para a criação do Memorial Zumbi, Parque Histórico Nacional e a solicitação, em 1981, do tombamento para viabilização do projeto.

De acordo com os documentos constantes no Processo de tombamento da Serra da Barriga nº 1069-T-82, o Conselho Geral do Memorial Zumbi nasceu em agosto de 1980, em Maceió, durante a realização do Seminário para a criação do até então, Parque Histórico Nacional de Zumbi, promovido pela Universidade Federal de Alagoas, com o copatrocínio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Pró-Memória[15]. No documento intitulado "Conclusões do Primeiro Seminário para a Criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi", entre outras deliberações, foi criado um Conselho Geral encarregado de promover as medidas necessárias à elaboração e execução do projeto.

---

[12] Os casamentos entre negros e brancos usados como forma de branqueamento da população negra, passou a ser entendida uma forma de enfraquecer a identidade negra, não sendo mais desejável.

[13] As fontes que levaram ao 20 de novembro de 1695 foram o fascículo Zumbi da série "Grandes Personagens da nossa história", editora Abril Cultural, 1969, o livro "O Quilombo dos Palmares", de Edson Carneiro (São Paulo: Editora Brasiliense, 1947 e, corroborando, a obra "As guerras nos Palmares", do português Ernesto Ennes, ditado na coleção Brasiliana (São Paulo: companhia Editora Nacional, 1938).

[14] Mocambo ou quilombo eram assim chamados os pequenos povoados, estes reunidos formavam os Quilombos dos Palmares.

[15] A Fundação Pró-Memória foi o setor do executivo do SPHAN criado em 1979 por Aloísio Magalhães.

Nesse Seminário foi modificado o nome do projeto para Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional.

Amparados pelos marcos legais Decreto-Lei nº 25/37, Art. 1º e Decreto nº 84.017/79, Artigo 7º, inciso V, no dia 8 de julho de 1981 foi protocolada, na então Secretaria de Cultura do Ministério da Educação, uma carta datada de 02 de julho de 1981, dirigida ao então secretário Aloísio Magalhães, solicitando o tombamento da Serra da Barriga, numa extensão de 2.200ha. A carta em questão, apresentada pelos membros do Conselho Geral para criação do Memorial Zumbi, Parque Histórico Nacional, foi assinada por um coletivo com 5.804[16] assinaturas.

Aloísio Magalhães, aliás, é considerado um "divisor de águas", dentro do IPHAN[17], na inserção de um novo olhar sobre o patrimônio cultural brasileiro. De acordo com Marins (2012, p. 12):

> Os anos 1980 foram de fato marcantes pelo tombamento de bens afeitos a expressões até então ignoradas pelo rol de tombamentos realizados pelo IPHAN, num alargamento perceptivo daquilo que começara a se definir como a "diversidade cultural", frisada na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN entre 1979 e 1982.

Em 1975, sob a direção de Aloísio Magalhães, foi instituído o Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, formado a partir da junção de entidades e pensadores

[16] Volume II, Processo 1069-T-82, Informação nº 116/85, fls. 134.

[17] O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural. Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994. Foi fundado em 13 de janeiro de 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Adotou o termo instituto como resultado de mudanças na reforma administrativa ocorrida nos anos 1960 que promoveu a reorganização de ministérios. No Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi criado em sua estrutura, através do Decreto nº. 66.967, de 27 de julho de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), como um órgão superior, ao qual se vinculavam as instituições culturais alocadas no Ministério. Por esse mesmo decreto a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em instituto (IPHAN), passando a se vincular ao DAC. Em 1979, em função da fusão entre o IPHAN, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa Cidades Históricas (PCH), e, logo em seguida, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, o Instituto foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tornando-se um órgão superior do MEC. De 1990 a 1994 passou a se chamar IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que sucedeu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, junto com a Fundação Nacional de Arte (Funarte). Em função de diversas manifestações contrárias à adoção do nome IBPC, em 1994, por meio da Medida Provisória nº. 610, de 08 de setembro de 1994, a Instituição voltou a ter a denominação IPHAN que mantem até hoje. Fonte: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural.

brasileiros, com o objetivo de realizar o levantamento das diversas manifestações culturais existentes no país, através de um trabalho etnográfico, que possibilitasse cadastrar e mensurar os produtos advindos dessas manifestações, visando à atualização das reflexões sobre a realidade brasileira, na perspectiva de encontrar os referenciais corretos para a compreensão da cultura nacional (LAVINAS, 2014).

É possível perceber que, a partir daí, houve uma preocupação com a definição da identidade nacional a partir dos sujeitos, não só com os bens arquitetônicos representativos da história ou de elevada representação artística, como ocorria desde 1937, quando da criação do órgão.

Segundo Lavinas (2014), em 1979 o CNRC e o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, foram incorporados ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, passando a ser dirigido por Aloísio Magalhães, que promoveu uma reforma estrutural no órgão, a partir da criação de um setor normativo denominado Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e de um executivo, a Fundação Nacional pró-Memória – FNpM, que incorporou o CNRC.

> De acordo com Aloísio Magalhães os dois órgãos se complementavam, o IPHAN possuía uma visão elitista com relação à preservação, atuando de cima para baixo, já o CNRC atuava de baixo para cima, capturando as representações populares de identidade, inserindo valor histórico, econômico e artístico em suas produções. A questão era que os bens tombados pelo IPHAN não estavam inseridos na vida social e econômica das comunidades, por isso se dizia que eram patrimônios "mortos", pois se apresentavam como tal, mantendo-se isolados da realidade da população. (Lavinas, 2014, p. 8)

Com a nova maneira de pensar o patrimônio, a partir das contribuições do CNRC, o IPHAN passou a adotar, como metodologia dos processos, a apreensão das origens e as motivações das demandas pelo reconhecimento dos bens culturais, além dos critérios utilizados na valoração e seleção desses bens, o que refletiu em mudanças nas concepções de valor histórico e artístico. A partir de então, houve um grande aumento nas solicitações de tombamentos externas ao IPHAN, que resultou em tombamentos de patrimônios culturais representativos de correntes migratórias, etnias indígenas e afro-brasileiras e, ainda, de outras religiões além da católica (LAVINAS, 2014).

Foi esse ambiente favorável que o Movimento Negro encontrou no IPHAN quando solicitou o tombamento da Serra da Barriga. No pedido de tombamento constava, ainda, a finalidade de uso para a área, a criação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional.

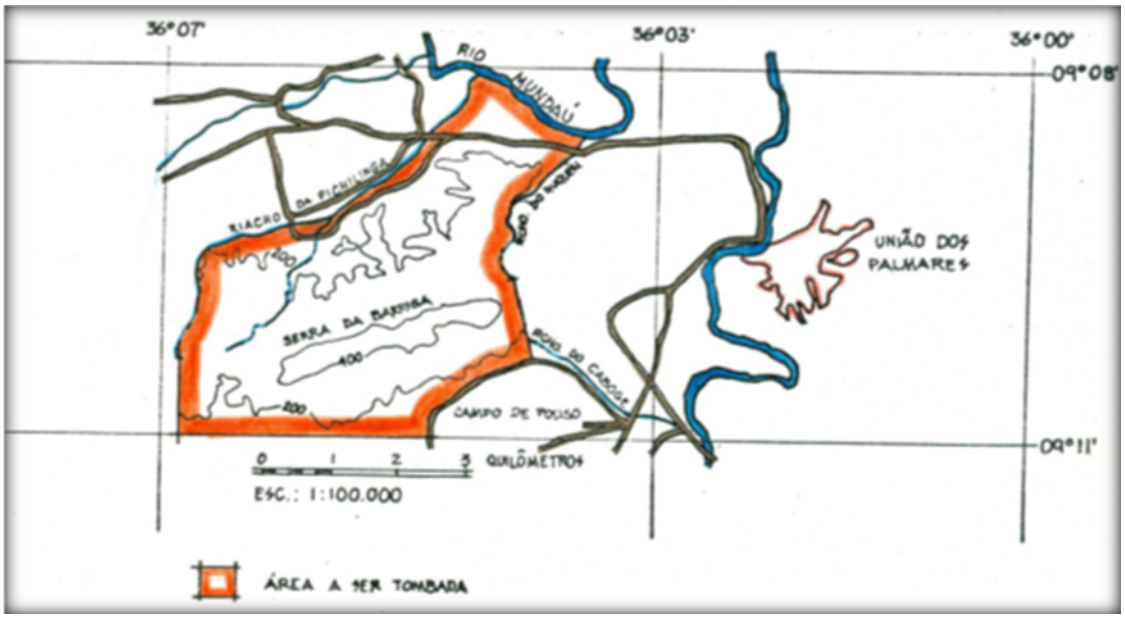


Figura 5: Área inicialmente proposta para tombamento (2.200ha). Fonte: Processo 1069-T-82.

Na descrição da área proposta para criação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, a ser tombada, consta a localização entre as coordenadas 9° 11'S a 9° 8'S (Latitude) e 36° 7'W a 36° 3'W (Longitude). Sendo limitada ao Norte pelo Rio Mundaú e o Riacho Pichilinga; a Leste pelo Riacho do Muquém e a linha reta que une a nascente deste riacho à nascente do Riacho Caboge; ao Sul, à altura do paralelo 9° 7'S, excluída a área pertencente ao Campo de Pouso; a Oeste, a linha reta que parte da nascente do Riacho Pichilinga, rumo ao Sul.

Como justificativa ao tombamento da Serra da Barriga está o fato de ter sido o "local onde se estabeleceu no século XVII o Quilombo dos Macacos, sede dos Quilombos dos Palmares" e a valorização da herança africana que contribuiria para a elevação da autoestima de seus descendentes que ainda sofriam a discriminação racial.

> A epopéia palmarina está inscrita na nossa história como um dos momentos mais altos do heroísmo do povo brasileiro. Mas, acima de tudo, é o testemunho do **heroísmo dos brasileiros negros**, que merecem, fora de dúvida, a homenagem e a reverência da nação, através do tombamento de uma serra ensopada do seu sangue generoso. (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls. 15, grifos nossos)

O tombamento da Serra da Barriga representava um passo para viabilização do objetivo maior, qual seja, construir no local o Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, transformando o sítio tombado em área de preservação conforme Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979 e ainda construir um monumento em homenagem a Zumbi e uma parte edificada para abrigo de documentos históricos, e espaços expositivos, cuja finalidade foi justificada junto ao pedido de tombamento.

> Para os órgãos oficiais, para a comunidade acadêmica e as comunidades negras, o Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional encontra justificativas próprias:
>
> Por parte das instituições governamentais, sobretudo as ligadas à área da educação e da cultura, considera-se que a busca do desenvolvimento brasileiro só será autêntico na medida em que estiver fundamentado sobre os elementos próprios do nosso sistema cultural. Admitindo-se este complexo sistema pluricultural, recomenda-se que especial atenção seja dada para este fato "de modo a possibilitar a emergência de suas manifestações, reconhecendo-se que também as culturas marginalizadas, além de influenciar devem ocupar seu lugar na trajetória cultural do país".
>
> Para a comunidade acadêmica, o Memorial Zumbi servirá de estímulo e ponto de encontro para todos os estudiosos da história dos movimentos negros do Brasil, representando, ainda, um elo significativo na história das relações entre os povos da África e da América.
>
> Para a comunidade negra, enfim, o Memorial Zumbi representa o primeiro passo para o resgate de sua história e consequentemente da sua personalidade. Neste sentido, considera a criação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional como a pedra fundamental de um Brasil democrático, pluricultural e multiétnico.

O processo de tombamento da Serra da Barriga, que se iniciou em setembro de 1981, passou três anos sem tramitação e, em menos de um ano de retomado, foi concluído com a homologação do tombamento em 20 de novembro de 1985, fato que se atribui a certa pressão[18] do Movimento Negro pelo reconhecimento daquele local enquanto remanescente dos Quilombos dos Palmares, conforme constam em várias cartas encaminhadas à SPHAN

[18] A força do movimento negro neste período pode ser observada pela criação do primeiro órgão público voltado para o apoio dos movimentos sociais afro-brasileiros em 1984: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no governo Franco Montoro em São Paulo.

cobrando agilidade no tombamento, com vistas à implantação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional na Serra da Barriga. Uma delas, assinada pelo então deputado federal Abdias Nascimento, dizia o seguinte:

> A população afro-brasileira espera que, após tantos tombamentos e esforços de preservação de locais e monumentos referentes à história da população e cultura de origem européia neste País, essa Divisão venha a concretizar um justo ato de reconhecimento do valor cívico-cultural de um espaço de interesse histórico para a comunidade afro-brasileira e para toda a população nacional. (Abdias Nascimento, 1984, Processo 1069-T-82, Vol II, fls. 51)

O hiato entre o pedido e o reconhecimento também pode ser atribuído a demora na resposta à solicitação feita pela arquiteta Dora Alcântara, da DTC/SPHAN, em 04/11/1981, ao Presidente do Memorial Zumbi, Olympio Serra, de informações e definições importantes à análise do pedido de tombamento em apreço. Tais informações somente foram encaminhadas em outubro de 1985, ainda assim incompletas, pois a questão da demarcação da área a ser tombada ainda não se mostrava definida, bem como se ausentava o levantamento fundiário, ficando a cargo somente de mapas contendo os parcelamentos das terras e respectivos ocupantes. Entretanto, dada a urgência que se percebe em concluir o processo, as condicionantes locais não foram devidamente consideradas e pouco ou nada contribuíram nas análises que embasaram os pareceres que recomendaram o tombamento.

A Conselheira Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, quando da submissão da proposta de tombamento da Serra da Barriga, parte mais alcantilada, ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[19], ressaltou os valores que justificaram o tombamento da seguinte forma:

> É Palmares o local de resistência do grupo negro, lugar fundador, sonho de uma República Negra.
>
> Das culminâncias da Serra da Barriga vem a força – axé – dos ancestrais que ali morreram e ali foram enterrados e que serve de símbolo, de síntese, simbólica para um grande contingente da população brasileira.
>
> Tombe-se, pois, "a parte mais alcantilada" da Serra da Barriga. Tombe-se, como monumento histórico, os Palmares, (...). (Processo 1069-T-82, fls. 153, Vol. II)

[19] Atualmente chama-se Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em razão da abrangência do conceito de patrimônio, não mais restrito ao histórico e artístico.

O bem tombado "*Serra da Barriga, parte mais alcantilada*" foi assim inscrito no Livro do Tombo Histórico: Processo nº 1.069 – T 82, às folhas de número 91 a 92, sob a inscrição de número 501, em 31 de janeiro de 1986; e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Processo nº 1069 – T 82, às folhas de número 42, sob a inscrição de número 90, em 31 de janeiro de 1986. A inscrição simultânea em dois livros do Tombo demonstra a complexidade e relevância do sítio do ponto de vista histórico, assim como do ponto de vista arqueológico, etnográfico e paisagístico, fato que aponta para a multiplicidade de valores atribuídos à "*Serra da Barriga, parte mais alcantilada*".

Alois Riegl (1903), em sua obra *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*, estabelece princípios para a preservação histórica com base nos "valores" dos monumentos (valor de antiguidade, valor histórico, valor de rememoração intencional, valor de uso, valor de arte relativo e valor de novidade). Define valor histórico como testemunho, onde interessa a sua integridade sem que tenham sido alteradas suas características. Com o valor histórico a ser preservado, surge uma justificativa do modelo almejado pelas instituições, IPHAN e FCP, que vem adotando para a Serra da Barriga a negação da manutenção dos moradores atuais na área tombada e a retomada da cobertura vegetal, de modo a se parecer com o que fora à época em que sediou Macacos, por analogia, é comparável com a eliminação de elementos espúrios em intervenções restaurativas no patrimônio arquitetônico, visando sua integridade.

A finalidade do tombamento é a conservação da coisa tombada, que pode ser bens móveis ou imóveis, fato que pode encontrar resistência do possuidor da coisa pela interferência do Estado na propriedade privada, esta garantida pela Constituição Federal através do Art. 5º, inciso XXIII – a propriedade atenderá a sua função social (RABELLO, 2009). Tal dispositivo, que aparece pela primeira vez na Constituição de 1934, foi imprescindível para a criação do instrumento tombamento em 1937, através do Decreto Lei nº 25, visto que as tentativas anteriores encontravam a barreira da inviolabilidade do direito de propriedade. Entretanto, a desapropriação por utilidade pública, igualmente prevista desde a Constituição de 1934, em razão do instrumento do tombamento, é dispensável ao IPHAN enquanto instrumento de preservação, em vista da necessidade de indenizações por expropriação.

Mesmo com o poder de intervenção sobre a coisa privada, a questão da propriedade foi determinante quando da definição da área a ser tombada. De acordo com os documentos constantes no processo de tombamento, a área inicialmente proposta pelo Movimento Negro foi reduzida drasticamente a uma porção que havia promessa de doação pelos proprietários. Ou seja, já se previam as dificuldades que o Estado teria em preservar áreas que não apenas eram privadas, mas também eram meio de atividade econômica, o que justificaria a aplicação de outros instrumentos subsequentes como veremos à frente.

O ato de tombamento da "Serra da Barriga, parte mais alcantilada" teve como consequência as restrições conforme o Decreto-Lei nº 25 de 1937, visando sua preservação. A partir de então, toda e qualquer intervenção no bem e em sua área de entorno passou a ter como obrigatoriedade a autorização prévia pelo IPHAN, sob pena de multa e outras formas de sanção, como consequência, por exemplo, de ação judicial. O tombamento afeta a todos que, de alguma maneira, tenham pretensões de realizar alguma atividade que interfira fisicamente no sítio, mas, principalmente ao morador da área tombada, na medida em que, estes, por não possuírem o título de propriedade onde residem e cultivam, ficam proibidos de realizar obras em seus imóveis, bem como cultivar a terra. Além disso, sob a ótica do patrimônio cultural, as casas dos moradores são elementos espúrios, devendo serem eliminados, visto que não são dignos de preservação, pois não possuem valor histórico ou estético. Tem também o fato de que estes, por residirem em propriedade pública, uma vez que a União é quem detém a posse, ao obter autorização para realizar benfeitorias, os residentes poderiam requerer indenizações pelas mesmas, quando da transferência para outro local, motivo pelo qual o IPHAN se vê impossibilitado, por orientação jurídica, de responder às solicitações de autorização de reforma ou reconstrução, que vários imóveis requerem. Neste caso, tal restrição é consequência mais da desapropriação, uma vez que tornou as terras públicas, do que propriamente do tombamento.

1.1.2 Monumento Nacional

Em *O culto moderno dos monumentos* (1903), Alois Riegl define o que é monumento, diferenciando os intencionais dos não-intencionais, sendo ambas obras criadas pelas mãos do homem. Segundo o autor, os monumentos intencionais foram criados com a intenção de conservar para sempre, presente e viva, na consciência das futuras gerações, a lembrança de uma ação ou destino diferenciando. Os monumentos não-intencionas não foram criados com essa destinação e são justamente os que a sociedade moderna se refere quando se utiliza do termo, referindo-se aos artísticos e históricos, ou seja, são atribuições do sujeito moderno. (CUNHA, 2006).

De acordo com Cunha (2006) é possível estabelecer uma relação entre o sentido original do monumento como sendo o da manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo cunhado por Riegl, com o que ressalta Françoise Choay:

> A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001, p. 18, apud CUNHA, 2006).

O objeto em questão, enquanto acidente geográfico modificado e significado pelo homem, acumula em si todo o sentido de atribuição de valores aos monumentos, definidos por Riegl e Françoise Choay, pelo que se tornou oficialmente monumento, não-intencional, a partir da declaração presidencial.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, pode ser considerada o primeiro órgão nacional voltado à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Funcionou até 1937, com a criação da SPHAN pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que a substituiu. Entre as atribuições da IMN estava a

organização de um catálogo dos edifícios dotados de “valor e interesse artístico-histórico existentes no país” para propor ao governo federal aqueles que deveriam ser declarados monumentos nacionais, não podendo ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional (MHN), ao qual estava vinculada a IMN. (MAGALHÃES, 2015)

O primeiro bem a receber o título de monumento nacional foi Ouro Preto (MG), através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, portanto, um ano antes da criação da IMN, antes também do seu tombamento, que ocorreu somente em 1938, após a criação do SPHAN. Tal fato pode ser atribuído à mobilização que já existia desde a década de 1920, por intelectuais, em busca de uma identidade nacional. Através da arquitetura das cidades mineiras, identificaram a existência de construções coloniais que mantinham uma unidade estilística original e representavam as verdadeiras raízes nacionais. (LANARI, 2013)

Mesmo que a IMN tenha sido substituída pelo SPHAN, hoje IPHAN, que passou a adotar o tombamento para o reconhecimento e proteção dos bens representativos da memória e identidade nacionais, de acordo com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, o governo federal continuou a fazer uso do título de Monumento Nacional, em reconhecimento a alguns bens, já reconhecidos ou não através do tombamento pelo IPHAN, como é o caso de Mariana (MG), monumento nacional pelo decreto-lei nº 7.713, de 6 de julho de 1945, tombada no mesmo ano; Olinda (PE) monumento nacional pela lei nº 6.863, de 26 de novembro 1980, tombada em 1968; edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente (SP) e Porto Calvo (AL) monumentos nacionais pela lei nº 1.618-A, de 6 de junho de 1952, ambos tombados em 1955; Paraty (RJ) monumento nacional pelo decreto federal nº 58.077, de 24 de março de 1966, tombado o seu o conjunto arquitetônico e paisagístico em 1958, tendo sido rerratificado em 1974, incluindo o entorno da área já tombada; Oeiras (PI) monumento nacional pela lei federal nº 7.745, de 30 de março de 1989, tombada somente em 2012; e através do decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988, a área tombada da Serra da Barriga também foi declarada Monumento Nacional.

A lista apresentada não dá a totalidade dos monumentos nacionais existentes no país, que ainda inclui outras tipologias, não necessariamente reconhecidas através do tombamento. Mas a título de exemplificação, estão acervos históricos, arquitetônicos e paisagísticos representativos da memória e identidade do país, dentre os quais a Serra da Barriga também foi incluída, dada a sua importância.

De acordo com Magalhães (2015), a IMN se encarregaria de entrar em entendimento com os governos dos estados para uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos monumentos nacionais, como também da guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos. O que significa que cada estado se responsabilizaria pelos encargos dessa atividade em seus territórios. Entretanto, com a criação do IPHAN e a instituição do tombamento, a IMN e suas atribuições deixaram de existir e, mesmo assim, vários bens foram declarados monumentos nacionais após a sua extinção, tornando a sua declaração um ato político com efeito de Declaração de Valores.

Assim, como dito anteriormente, os bens declarados monumentos nacionais não poderiam ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do MHN. O que significa que tal instrumento tem a mesma finalidade de um tombamento, a preservação do bem em sua materialidade.

De acordo com o Processo 1069-T-82, vol. II, fls. 47, numa primeira análise acerca do material apresentado junto ao pedido de tombamento da Serra da Barriga, Dora Alcântara, arquiteta da DTC/SPHAN[20] fez menção sobre a pouca efetividade do instrumento tombamento sobre a proteção da área.

> (...) pensamos que para garantir o valor identificado na Serra da Barriga, a ser ampliado pelo projeto Memorial Zumbi, **o tombamento apenas, seria medida insuficiente**. Acreditamos sim, na força do mesmo, quando aplicado a um bem devidamente definido, para que os efeitos legais do ato possam ser eficientes. Essa eficiência devendo ser assegurada, especialmente, por uma programação adequada, bem como por administração competente, capaz de zelar pela conservação da área, em seus diferentes aspectos. (Grifos nossos)

Em razão da citação acima, é possível considerar que a aplicação de instrumentos diversos de proteção ao mesmo bem tenha uma razão de cunho gerencial, mas também pode ser justificada em razão do temor que os solicitantes do tombamento tinham do poder dos proprietários das terras, contrários às ações do Movimento Negro na Serra da Barriga. Segundo Carlos Moura[21], um dos articuladores do Movimento Negro à época da instrução do processo de tombamento, com quem conversei no dia 20 de novembro de 2017,

[20] Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN.
[21] Carlos Alves Moura, ativista do movimento negro, implantou e presidiu a Fundação Cultural Palmares (FCP) de 1988 a 1990.

nas comemorações do dia da consciência negra, na Serra da Barriga, para assegurar a proteção da área, através de articulação política, foi lançado mão dos mais diversos dispositivos que se dispunha. Isso fica claro quando no decreto que declara a Serra da Barriga monumento nacional, o objetivo da desapropriação aparece em seu Art. 2º "No prazo de sessenta dias, o Ministério da Cultura adotará as providências necessárias à demarcação do perímetro da área de que trata o artigo anterior, com vistas à sua desapropriação por utilidade pública."

Assim, podemos aferir que os valores atribuídos à Serra da Barriga, parte mais alcantilada, pelo tombamento e pela declaração de monumento nacional, tem a mesma finalidade, bem como as implicações decorrentes de ambos os instrumentos, que é a proibição de destruir, demolir, mutilar.

A declaração de Monumento Nacional teve como consequência além de mais um título de reconhecimento do bem enquanto elemento importante da história do Brasil, a desapropriação, pois o Decreto nº 95.855 considera que a área declarada foi a mesma tombada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando prazo de sessenta dias para que o Ministério da Cultura providencie a sua demarcação com vistas à desapropriação por utilidade pública. O que se alinha com a ideia de transformação do lugar no Memorial Zumbi, Parque Histórico Nacional, como fora proposto pelo Movimento Negro, amparados pelo Decreto nº 84.017/79, de 21 de setembro de 1979, Artigo 7º, inciso V. O citado decreto aprova o regulamento dos Parques Nacionais brasileiros.

> Artigo 7º - O Plano de Manejo indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque Nacional que poderá, conforme o caso, conter no todo, ou em parte, as seguintes zonas características:
>
> (...)
>
> V - Zona Histórico-Cultural - É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretada para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

Assim, a declaração de Monumento Nacional por si, não prevê consequências limitadoras, assim como o tombamento, mas, uma vez que este foi o passo para a desapropriação, com a ideia de transformação em Parque Nacional, a declaração contribuiu com as severas restrições, conforme Artigo 1º, § 2º do Decreto nº 84.017/79.

> Artigo 1º - Este Regulamento estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais.
>
> § 2º - Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais: educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, **preservá-los e mantê-los intocáveis**. (grifos nossos)

De acordo com SPINOLA (2013) os Parques Nacionais surgiram nos Estados Unidos, sendo o primeiro criado em 1872, o *Yellowstone*, no estado de Wyoming, cuja lei que o criou proibia qualquer tipo de exploração com potencial de alterar o aspecto da região, com a finalidade de conservá-la "como parque público, com fins de lazer, para o benefício e prazer do povo", importante na economia do Oeste americano através do turismo. O modelo americano dos Parques Nacionais, criados sob o conceito *wilderness* (região selvagem) foi exportado para o mundo, inclusive o Brasil.

1.1.3 Declaração de Utilidade Pública (Desapropriação)

A Desapropriação é um dispositivo previsto nos artigos 182 e 184 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, utilizado pelo poder público por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, já prevista na Constituição de 1934, como também na Constituição de 1967, em voga à época. Mas somente na Constituição de 1988, o dispositivo passou a ser previsto como uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, conforme explícito no Art. 216, § 1º:

> O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e **desapropriação**, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988, grifos nossos)

Mesmo a desapropriação sendo prevista como uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN tem adotado o tombamento como seu principal instrumento de intervenção na propriedade privada para fins de preservação dos seus valores culturais, de acordo com o Decreto Lei nº 25/37.

Apesar disso, através do decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988, a área da Serra da Barriga declarada monumento nacional através do Decreto n° 95.855, de 21 de março de 1988, foi também declarada de utilidade pública para fins de desapropriação.

Cabe esclarecer que no processo de tombamento não consta indicação de que tal ato seja necessário, mas conforme informações obtidas em documentos componentes do processo de tombamento e por entrevista com liderança, tudo indica que a desapropriação teria sido pleiteada pelo Movimento Negro pelo receio de que somente o tombamento não fosse medida suficiente para garantir, não somente a proteção, mas a utilização do espaço para a instalação do Memorial Zumbi – Parque Histórico Nacional, para o qual a legislação vigente impunha a aplicação do instrumento de desapropriação, mas que tal propósito já havia sido descartado, quando da homologação do tombamento.

Conforme consta em um dos documentos do processo de tombamento, havia promessa de doação de terras ao memorial Zumbi, sendo estas eleitas para o tombamento, o que fez reduzir drasticamente a área inicialmente pretendida, que inicialmente era de 2.200ha. A menção à promessa de doação de terras só aparece no processo de tombamento na Informação nº 116/85, quando da análise da impugnação de parte das terras da Usina Laginha: “Estavam prometidas doações de terras no topo da serra da ordem de 158,24ha, dos quais uma parcela é ocupada por posseiros e suas áreas de cultivo (35,42ha)”. Em nenhum outro documento aparece tal informação, o que parece incoerente, tendo em vista que, se seriam doadas pelos proprietários das terras, não haveria porque um dos pretensos doadores impugnar o tombamento de parte das terras prometidas em doação. Tal fato justifica a necessidade de desapropriação das terras mesmo após o tombamento.

A partir da investigação do processo de tombamento foi constatado que há duas áreas distintas, uma tombada e outra declarada de utilidade pública, algo que precisaria ser corrigido, pois ambas tem sido tratadas como sendo as mesmas, sendo que a primeira está circunscrita à segunda, conforme Informação nº 116/85.

> (...) A área (283ha), bem mais reduzida do que a pensada no início do processo, pareceu-nos mais passível de proteção pelo tombamento. (...)
>
> Estavam prometidas doações de terras no topo da serra da ordem de 158,24ha, dos quais uma parcela é ocupada por posseiros e suas áreas de cultivo (35,42ha). (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls.137)
>
> (...) a poligonal descrita abrange uma área aproximadamente de 283ha. Insere-se na mesma, a referida parcela de 158,24ha que deverá ser doada ao Memorial Zumbi pelos respectivos proprietários.
>
> Houve necessidade, no entanto, de outra redução, limitando aos 158,24ha, a serem doados, a porção do topo da serra que será objeto deste tombamento. (...) (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls.138)

De fato, a área tombada, submetida ao Conselho Consultivo foi a que havia, segundo Informação nº 116/85, promessa de doação ao Memorial Zumbi (Figura 6), com exceção de trecho correspondente a 33,18ha, retirado da área proposta após impugnação da Companhia Açucareira Usina Laginha, proprietária de parte das terras, conforme Informação nº 123/85:

> Não insistiríamos, portanto, no tombamento dessa segunda porção da propriedade da Companhia Açucareira Usina Laginha, área correspondente a 33,18ha, mas reafirmamos como objeto de proteção legal o restante da área, correspondente a 56,30ha (563.000m²)
>
> A área a ser abrangida pelo tombamento é representada, assim, pelas terras de propriedade da Companhia Açucareira Usina Laginha, acima referenciadas, com 56,30ha, e mais as terras vizinhas de propriedade de Luiz Soares Pinto, tudo em conformidade com a planta constante de fls. 149 do 2º volume do Processo nº 1069-T-82. (Processo 1069-T-82, Vol. II fls. 148)

Entretanto, em documento constante no arquivo físico da Superintendência do IPHAN em Alagoas, há uma justificativa para a demarcação conforme fora feita, ou seja, com extrapolação da área tombada. Trata-se da Informação nº 042 de 19/04/1988, cujo assunto é "Relatório de Viagem à Alagoas", encaminhada ao Secretário da SPHAN pela então Coordenadora de Proteção, Jurema Arnaud, conforme trecho a seguir:

> Reunida no dia 11/4 na UFAL- Maceió, com o professor Zezito Araújo, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFAL; com o representante regional do IBDF; com a advogada Nilma Belo, do MinC e com o arquiteto Mário Aluízio, representante do ET de Maceió, estabelecemos como área a ser expropriada **aquela que mais se**

> **aproxima à indicada nos estudos desenvolvidos pela UFAL na ocasião do tombamento**, conforme informação do prof. Zezito.
>
> Estamos certos de que o ideal seria retornar-mos [sic] à proposta inicial da UFAL – de proteção do núcleo principal da Serra com 877 ha. Entretanto, optamos pela delimitação de sua porção que mais se projeta no território e que fora, conforme plantas na folha 131 do processo de tombamento, inicialmente demarcada.
>
> Diante do escasso tempo para cumprimento do Decreto Presidencial optamos por indicar sua contratação, desta feita pelo MinC, para num prazo de 7 dias (até 20/4) executar a demarcação da área de 258ha, incluindo o levantamento altimétrico e o memorial descritivo dos limites e confrontações da nova perimetral estabelecida (...) (grifos nossos)

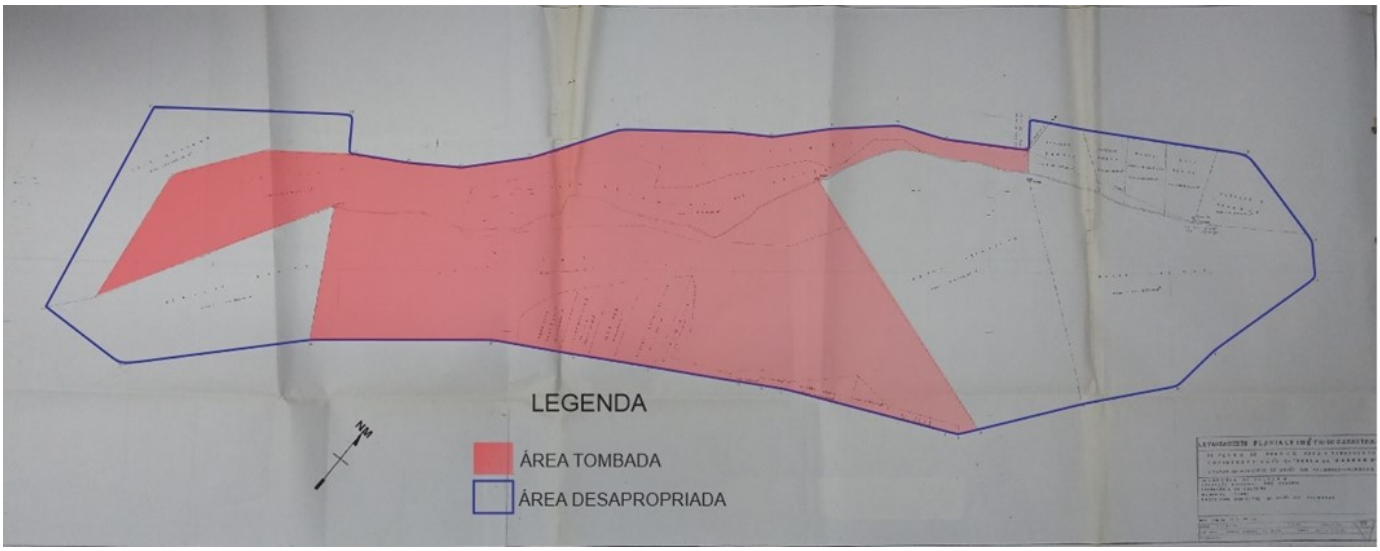


Figura 6: Mapa das áreas de tombamento e desapropriação. Fonte: Base: Processo 1069-T-82; Informações gráficas: Autora.

A necessidade de rerratificação da área tombada para coincidir com a desapropriada dá-se por uma série de fatores: 1. são instrumentos distintos incidentes sobre áreas parcialmente coincidentes, mas tratadas como se fossem a mesma; 2. juridicamente o IPHAN só poderá usar o seu poder de polícia na área tombada; 3. parte da área administrada pela Fundação Cultural Palmares (desapropriada) não é tombada, mas área de entorno, portanto com restrições distintas; 4. a descrição da área tombada nos Livros de Tombo não é mais possível de ser identificada.

Tendo em vista que a proposta do Movimento Negro para o tombamento abarcava a totalidade da área ora desapropriada e ainda se estendia para além desta (Figura 4), e que a redução não se deu por critérios técnicos, mas de viabilidade de gestão, não necessitaria um estudo aprofundado para a ampliação do tombamento, fazendo coincidir as duas áreas.

Além do conflito de áreas distintas, há outro conflito gerado pela desapropriação. Ao tempo em que o tombamento não interfere na posse da coisa tombada, a desapropriação é exatamente o contrário.

Conforme consta no processo de tombamento, os moradores, chamados de posseiros não seriam retirados da área. Mesmo com a ideia inicial da criação de um Parque Nacional para o qual a legislação vigente impunha a elaboração de um plano de manejo, havia previsão de inclusão das famílias que ali moravam, não representando um obstáculo ao almejado, conforme consta em alguns documentos, como no processo de tombamento Processo 1069-T-82.

Em documentos constantes no pedido de tombamento da Serra da Barriga pelo Conselho Geral do Memorial Zumbi, há clara e expressa intenção do envolvimento dos moradores da Serra no seu processo de patrimonialização e no plano de manejo. Mesmo com a proposta de criação de um Parque Nacional, conforme Decreto nº 84.017/79, em princípio não se aventava a ideia de desapropriação, pois havia promessas de doações de terras no platô da Serra da Barriga, onde parte delas estaria sendo ocupadas por supostos posseiros.

> Atenção especial deverá ser dispensada às famílias que vivem no local, procurando-se uma solução adequada e conveniente. (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls. 118)
>
> Buscando-se um desenvolvimento rural baseado na conservação, acreditamos venha a ser possível uma convivência harmônica entre sua população atual e o uso sustentado dos seus recursos, desde que se recorra aos apoios da participação comunitária e da educação ambiental. (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls. 126)

Com a desapropriação, as terras passaram a ser propriedade da União e, mesmo que seja um instrumento válido na proteção do patrimônio, suas implicações para aqueles que não detinham o título de propriedade foram maléficas, como veremos mais adiante.

Na fase de instrução do processo de tombamento não se conhecia a real situação fundiária da área, conforme Informação AJ/074/85.

> O objetivo desta é trazer-lhe, em breve relatório, o ocorrido durante a notificação aos proprietários e supostos posseiros na área da Serra da Barriga a ser tombada.

> Foram notificados os 2 proprietários: Sr. João Lyra e Sr. Luís Soares Pinto, ver xerox anexas. Nosso objetivo, quando saímos do Rio era, também, notificar os 11 posseiros assinalados na planta, em anexo. Ocorre que o Sr. Leopoldo dos Santos não é posseiro. Ocupa, mediante arrendamento verbal, uma gleba de 21,38ha. de propriedade do Sr. Luís Soares Pinto. Os demais 10 posseiros, como supúnhamos, são, na verdade, empregados da Usina Laginha, de propriedade do Sr. João Lyra.
>
> Como não poderíamos notificá-los na condição de posseiros, pois, em última análise, eles não são, as terras por eles ocupadas não foram incluídas nas notificações aos proprietários. (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls. 176)

Quanto ao Plano de Manejo, que deveria conter informações mais detalhadas sobre a situação da serra, a investigação em base ao processo de tombamento não logrou êxito em localiza-lo, não há informação se foi ou não elaborado.

A investigação sobre a desapropriação da área tombada e declaração como Monumento Nacional não foi feita em um processo específico, pode ser que existam outras informações relevantes, mas não tive acesso. Com a Fundação Cultural Palmares obtive alguns documentos posteriores à declaração de utilidade pública, da fase de indenizações aos proprietários expropriados. Toda a investigação da fase de desapropriação foi feita com base no próprio processo de tombamento, cujo volume III trata justamente de etapa posterior a este reconhecimento, basicamente entre os anos de 1988 e 1989, já considerados o tombamento, a elevação a monumento nacional e a desapropriação. No Volume III do processo de Tombamento há um projeto da Fundação Teotônio Vilela, contendo os custos para a elaboração do Plano de Manejo, elaborado pela antropóloga Cleonice Pitangui Mendonça, intitulado Memorial Zumbi – 1ª Etapa: Plano de Manejo da Serra da Barriga, União dos Palmares/AL. A execução do projeto seria feita mediante Termo de Ajuste celebrado entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Universidade Federal de Alagoas, com interveniência da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas. Mas como dito anteriormente, o Plano de Manejo propriamente não tenho como afirmar se foi ou não elaborado. No projeto, Cleonice Mendonça dedicou uma atenção especial aos moradores da Serra.

> Só a título de exemplo, um primeiro segmento a ser objeto de atenção serão os moradores atuais da Serra da Barriga.
>
> A definição da atuação para com os mesmos só é possível a partir do Plano de Manejo que deverá caracterizá-los devidamente. Podemos, contudo, antecipar o trabalho no sentido de sensibilizá-los para os objetivos da preservação da Serra enquanto monumento histórico buscando interessa-los e engajá-los no processo para que não sejam agentes passivos mas ativos.

> Não teria sentido um monumento do porte da Serra da Barriga e do Memorial Zumbi, destinados a resgatar a luta libertária do herói, que desconsiderasse os seus participantes mais imediatos. (Processo 1069-T-82, Vol. III)

No mesmo volume do processo, em documento intitulado Informação nº 086 em 22/9/88, Assunto: Serra da Barriga/AL, a Coordenadora de Proteção da SPHAN relatou os passos dados para definição do uso e administração da área em processo de desapropriação, onde pela primeira vez se demonstrou a existência de um processo de remoção das famílias moradoras da área:

> - O prof. Zezito falou-nos de sua preocupação quanto à situação dos posseiros da área, que vem incendiando as matas nativas, buscando a valorização das terras em processo de desapropriação, pois o Mirad[22] julga que em terra em que se botou fogo, está em fase de preparação para a agricultura, considerando a terra produtiva. Informou também, ter tido grandes problemas com **o prefeito de União dos Palmares que recentemente construiu 4 casas de alvenaria nas áreas altas da Serra, o que vem levando os posseiros a acreditar que não precisarão deixar a área, apesar da desapropriação**. (Processo 1069-T-82, Vol. III, Grifos nossos).

No mesmo documento, Jurema Arnaut sugeriu que a administração da área desapropriada ficasse ao cargo da Fundação Cultural Palmares, criada naquele mesmo ano, pela Lei nº 7668 de 22 de agosto de 1988, fato que somente se concretizou oficialmente em 7 de abril de 1998, por certidão concedida pela Secretaria de Patrimônio da União.

Para a efetiva proteção e garantia de usufruto da área pelo Movimento Negro, de acordo com o depoimento do ativista Carlos Moura, compreende-se que os instrumentos Tombamento, Monumento Nacional e mesmo a desapropriação, todos originários da década de 1980, possuem o mesmo objetivo, assegurar o direito à preservação e utilização do lugar símbolo dos descendentes de africanos. Entretanto, mesmo tendo finalidades convergentes, há algumas diferenças entre os instrumentos que serão tratadas no terceiro capítulo.

[22] Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária- Mirad (1985 – 1989).



Figura 7: Poligonal da área desapropriada – Monumento Nacional. Fonte: IPHAN-AL.

1.1.4 Sítio Arqueológico

Cadastrado como sítio arqueológico multicomponencial o local conhecido como quilombo principal de Palmares é local com evidência de ocupação humana quase contínua desde a pré-história começando, no mínimo, com a presença da chamada cultura arqueológica Aratu. Tal como consta na inscrição do Sítio arqueológico Serra da Barriga (CNSA AL0216) ou Quilombo dos Palmares (CNSA AL00001), no Cadastro do Centro Nacional de Arqueologia – CNA/IPHAN.

Na proposta para a Criação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, o Conselho Geral indicou etapa de pesquisa arqueológica que deveria ocorrer previamente ou paralelamente à concepção do projeto, em cumprimento a Lei nº 3.924/1961.

> Paralelamente, ou mesmo anteriormente aos estudos de constituição do Memorial Zumbi, deve-se montar um projeto para a realização de prospecções arqueológicas na região. Nenhum movimento de terra será efetuado sem que estes estudos preliminares sejam concluídos. Para tanto, conviria contactar o Museu de

> Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP para prestar a assessoria necessária. (Processo 1069 -T-82, fls. 117 e 118)

A indicação para a realização de estudos arqueológicos também apareceu como diretriz no relatório da Conselheira Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, arqueóloga, quando recomendou o tombamento da parte mais alcantilada da Serra da Barriga, não apenas como cumprimento das normativas patrimoniais, mas como forma de complementação do conhecimento:

> Se a Serra da Barriga de Alagoas foi, como tudo indica, o local do Quilombo dos Palmares, os trabalhos de Arqueologia Histórica serão de extrema importância para compreensão do imaterial a partir do material.
>
> Nem o tempo, nem Domingos Jorge Velho com seu poder destruidor, nem os posseiros atuais conseguiriam apagar todos os traços de uma ocupação de quase um século, com quilombos que chegaram a ter 5.000 e até 8.000 habitantes, conforme documentos apensados ao processo, nem se destruiriam facilmente os vestígios de centenas de casas – mesmo que estruturalmente frágeis -, nem os restos dos muros fortificados nem o refugo das forjas, nem o que foi a casa do conselho etc.
>
> A Arqueologia Histórica não carrega as distorções dos textos do colonizador. Ela detecta nos arranjos espaciais, nas estruturas e nos artefatos, a intenção sócio-cultural do grupo que é o objeto de seu estudo. Ela faz muito mais do que suprir lacunas, contestar ou confirmar registros escritos ou ampliar a visão do fato histórico. Ela é antes de tudo Arqueologia. Enquanto Arqueologia, ao desenterrar os esqueletos do Quilombo dos Palmares, está desenterrando o alimento simbólico representado pelos ancestrais enterrados. (Processo 1069 -T-82, fls. 152 e 153)

A arqueologia também foi utilizada como elemento indutor da definição da área a ser tombada, uma vez que a área inicialmente pretendida pelo Conselho Geral do Memorial Zumbi, 2.200h (Figura 4), foi considerada muito extensa, dificultando a sua gestão. Conforme discorre Carlos Danúzio Lima, engenheiro da DTC/SPHAN:

> Não se possuindo meios mais seguros de delimitação da área de interesse para exploração de informações ali existentes, do que a própria sondagem arqueológica, e em se tratando de uma zona de complexa estrutura fundiária – pela presença de inúmeros pequenos proprietários e posseiros, camponeses – optou-se pela delimitação de uma área para tombamento na qual teria início a pesquisa arqueológica em termos de amostragem. (Processo 1069 -T-82, Fls. 65)

Diante das indicações para a realização de estudos arqueológicos na Serra da Barriga, esses não tardaram em acontecer e nos anos 1992 e 1993 o local apontado como o principal mocambo palmarino, Macacos, Serra da Barriga, que por mais de um século fora investigado pela História, Antropologia, Sociologia, entre outras áreas de conhecimento, e que ainda não incluía o estudo de sua cultura material, finalmente foi objeto de pesquisas arqueológicas. O projeto arqueológico foi elaborado por três pesquisadores, de diferentes nacionalidades, com trabalhos de destaque no campo da arqueologia e história da escravidão, a saber: o brasileiro Pedro Paulo Abreu Funari, historiador e arqueólogo, professor da Universidade Estadual de Campinas, o norte-americano Charles Orser Jr., arqueólogo e professor da Universidade Estadual de Illinois e o inglês Michael Rowlands, africanista e arqueólogo. No ano de 1996, a área foi também escavada pelo norte-americano Scott Joseph Allen, formado pela Universidade de Brown, nos Estados Unidos, sem a participação dos pesquisadores anteriores (Carvalho, 2005).



Figura 8: Artefato cerâmico encontrado durante escavações arqueológicas na Serra da Barriga. Fonte: (IPHAN, 2017)

De acordo com Carvalho (2005) a investigação arqueológica de Palmares atraiu investimentos nacionais e internacionais, tendo recebido apoio científico e financeiro da *National Science Foundation, National Geographic Society, Joint Committee on Latin American Studies of the Social Science Research Council, American Council of Learned Societies, National Endowment for the Humanities, Ford Foundation, British Academy,*

Illinois State University, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Alagoas, Museu Théo Brandão e prefeitura de União dos Palmares/AL. Tendo os resultados publicados nas mais variadas revistas, algumas especializadas como a *World Archaeology.*

Como já previsto, os vestígios materiais encontrados na Serra da Barriga revelaram uma inegável presença indígena em época pré-palmarina e, o que era menos previsto, uma forte influência indígena concomitante ao Quilombo (ALLEN, 2006). Conforme Carvalho (2005), em função da corrente teórica adotada por cada pesquisador, "as quatro pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga produziram Quilombos de Palmares bastante diferentes entre si."

Aline Carvalho (2005) em sua dissertação de mestrado intitulada *Palmares como espaço de sonhos: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga,* faz justamente uma análise dos diferentes pontos de vista acerca das pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga. Assim, de acordo com suas análises, através da *arqueologia da etnicidade*, Pedro Paulo Abreu Funari apresentou o assentamento palmarino Macacos como um espaço de debate, no qual identidades fluidas configuram-se como exemplo de interações entre elementos sociais diversos, sendo interpretadas como prova da possibilidade de convivência e tolerância entre pessoas com identidades diversificadas. A linha teórico-metodológica da *arqueologia da etnicidade* valorizou os contextos históricos em que os Quilombos dos Palmares surgiram. Sob essa ótica, as interpretações se aproximam à *arqueologia da dominação e da resistência*, que é a abordagem usada por Michael Rowlands.

Cabe destacar que os estudos realizados em Palmares geraram resultados à luz das principais correntes do pós-processualismo da época. De acordo com Carvalho (2005), Michael Rowlands apresentou Palmares como resultado de uma combinação de contextos como a escravidão, as plantações de cana-de-açúcar, os indígenas, os comerciantes europeus, os holandeses, entre outros, onde Palmares seria a reprodução, em parte, da colônia portuguesa e do Brasil holandês, dotados de uma estrutura social bem específica. Sob essa ótica, o assentamento seria a prova de que o conceito de resistência pode significar mais do que fuga de escravizados ou defesa de uma identidade cultural pura, sendo uma extensão da sociedade colonial numa perspectiva mais integralista. Atribuindo-se, assim, ao conceito de resistência o significado de negociação e interação. Charles Orser Jr. estudou Palmares sob a ótica da *arqueologia histórica global*, apresentando o assentamento como parte de uma rede

de relações, o qual permite a conexão de diversas partes do globo terrestre. Palmares é então compreendido como resultado da ação de forças do capitalismo, da modernidade, do eurocentrismo e do colonialismo, a partir de um amplo modelo que busca explicar e interligar toda a humanidade após o ano de 1415; Scott Joseph Allen estudou Palmares através da arqueologia da *etnogênese* e sob essa ótica, o assentamento foi apresentado como prova de que os quilombos da América nasciam com objetivo de defender uma identidade única e coesa, formada pela mescla de outras identidades, como a indígena e a africana, contra as ameaças culturais da sociedade colonial.

Distanciando-se da *arqueologia da etnicidade* e da *arqueologia da dominação e da resistência*, a arqueologia da *etnogênese* prioriza a existência de uma coesão cultural, apresentada como identidade do quilombo contrária à sociedade colonial, semelhante a *arqueologia histórica global*, que busca um processo de coesão ou unidade (CARVALHO, 2005).

Em nenhum momento das pesquisas arqueológicas há qualquer menção hipotética de que ali, na Serra da Barriga, não haveria vestígios da presença africana. Entretanto, conforme Allen (2006), em 1997[23] a Fundação Cultural Palmares proibiu as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga, segundo o arqueólogo, em razão das revelações da presença indígena, o que teria sido superado somente em 2005. É preciso lembrar que a permissão ou proibição de pesquisas arqueológicas no território brasileiro é uma atribuição do IPHAN, de acordo com a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

A investigação de Palmares a partir dos vestígios da cultura material gerou muita expectativa, principalmente por parte do Movimento Negro, conforme demonstrado nos documentos constantes no processo de tombamento. A história que conhecemos sobre o maior e mais duradouro quilombo brasileiro é contada a partir de documentos elaborados pelos inimigos dos negros, os vencedores. Estes, muitas vezes, para receber honrarias, inventavam dificuldades, o que os tornavam mais merecedores (FREITAS, 2004).

O Sítio Arqueológico Serra da Barriga tem importante valor científico confirmado pelas pesquisas realizadas até o presente, as quais tem revelado um Palmares multicultural, conforme analisou Funari (1995/1996), a partir da diversidade de fragmentos

[23] Em 7 de abril de 1998 a Fundação Cultural Palmares passou a ser oficialmente responsável pela manutenção e preservação do sítio histórico da Serra da Barriga, por certidão concedida pela Secretaria de Patrimônio da União, mas antes desta data a mesma já atuava na gestão do bem.

cerâmicos encontrados, 90% do material coletado nas prospecções, identificados como *majólica* (européia), outros de formato semelhante aos dos *Mbundus* (africano), produzido com a técnica indígena tupinambá.

> O trabalho arqueológico em Palmares, embora ainda muito inicial, já demonstra que, apenas a partir da cerâmica, pode supor-se que ali conviviam pessoas de diversas origens étnicas e culturais. Este caráter multiétnico deriva, em parte, da situação histórica e estratégica de Palmares. Os quilombos estabeleceram-se em uma região circundada por nativos, a oeste, por moradores e fazendeiros, na costa e, entre 1630 e 1654, os holandeses a nordeste. Os mocambos sobreviveram não apenas em confronto com esses grupos como, necessariamente, em interação. (FUNARI, 1995/1996, p. 12)

Allen (2006) que também estudou a arqueologia da Serra da Barriga pesquisada por Funari, Orser e Rowlands, em sua tese de mestrado, influenciado por teorias antropológicas de etnicidade e pela história dos quilombos nas Américas, questiona os resultados divulgados pelos cientistas devido a ausência de pesquisadores com linhas de atuação mais direcionadas à pré-história do nordeste. Segundo Allen, o perfil da equipe que tem em Orser com destaque no estudo de plantações, Rowlands vasta experiência em arqueologia africana e Funari com trabalhos sobre significância social dos trabalhos para a cultura afro-brasileira, reflete o objetivo inicial de evidenciar dados relacionados apenas aos palmarinos.

> Nenhum arqueólogo tinha experiência na arqueologia do nordeste naquela época, e muito menos na arqueologia de populações pré-coloniais. Uma equipe mais diversificada, incluindo por exemplo pré-historiadores, certamente teria chegado a conclusões diferentes. Com isso, fica evidente que a arqueologia de Palmares teria que voltar à estaca zero, e também ampliar o foco. (ALLEN,2006, p.87)

A presença indígena revelada através da cultura material não deixa dúvidas da ocupação na Serra da Barriga dentro de um contexto histórico-social muito mais amplo, conforme apontado por Costa (2010).

> Em sua pesquisa de doutoramento, Allen (2001) percebeu uma presença relevante de populações indígenas através das semelhanças entre a cerâmica encontrada no sítio e a cerâmica indígena presente por todo o nordeste, descrita por Gabriela Martín em

> seu livro Pré-História do Nordeste do Brasil (2005). A inexistência quase que total de outras pesquisas com quilombos que propusessem um modelo de padrões de assentamentos no Nordeste e a insuficiência de materiais históricos diagnósticos inviabilizaram a compreensão do funcionamento da sociedade quilombola de Palmares.

De acordo com Allen (2000) o afrocentrismo na historiografia de Palmares tem ofuscado ou mesmo desprezado o papel que os índios poderiam ter tido no assentamento, influenciando também nas interpretações preliminares dos arqueólogos que o antecederam nas prospecções da Serra da Barriga. Como por exemplo, a interpretação dada a uma urna funerária, a qual foi identificada pelos pesquisadores como 'jarra', cuja origem foi atribuída a tradições africanas na utilização como depósito de alimentos, especificamente aos *Mbundus*[24]. Allen frisa que, alguns tipos de 'jarras', mesmo sendo conhecidos na arqueologia pré-histórica brasileira e sendo de conhecimento dos pesquisadores envolvidos nas prospecções realizadas na Serra da Barriga, foram atribuíram a uma provável origem ao continente africano, numa provável negação ao aprofundamento da questão indígena. "É uma situação em que o pesquisador lida com os 'fatos' e encontra o que ele acha que encontrará". (ALLEN, 2000, p. 266)

Independente da corrente adotada por cada pesquisador e do direcionamento teórico-metodológico dado por ele, o fato é que os vestígios materiais encontrados na Serra da Barriga têm revelado a ocupação indígena daquela região desde antes do estabelecimento do assentamento palmarino, perdurando até a sua ocupação como refúgio. Sendo uma das áreas prospectadas na Serra da Barriga identificada, inclusive, como cemitério indígena. "A Serra da Barriga é, de fato, um cemitério indígena característico de um número de sítios arqueológicos encontrados na região". (ALLEN, 2000, p. 266)

Tal fato põe os indígenas no coração do debate acerca de identidade e memória dos grupos naquela região, fato pouco abordado institucionalmente, provavelmente como consequência do emprego do afrocentrismo no tratamento de dados históricos, como resultado de um processo histórico de afirmação da cultura, e até mesmo nas pesquisas arqueológicas envolvendo Palmares. O que me encorajou a colher informações dos indígenas atuais sobre o

[24] Os *Mbundus* formam um dos três grandes grupos étnicos de Angola. Sua língua é a *Quimbundu*, ocupavam historicamente as zonas das províncias de Bengo, Kuanza Norte, Luanda, Malange e parte norte de Kuanza Sul. (https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10463/3/De%20como%20o%20poder%20se%20produz%20-tese.pdf).

monumento e sobre uma possível perpetuação da memória de ocupação da serra por seus antepassados.

1.1.5 Patrimônio Cultural do Mercosul

O reconhecimento da Serra da Barriga, parte mais alcantilada, em 30 de maio de 2017, como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, ocorreu a partir da construção da temática dentro da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL – La Geografia del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR, apresentada pela Venezuela em maio de 2015 na cidade de Jaguarão/RS. Essa teve por objetivo, através dos testemunhos das ocupações de resistência ao modelo escravocrata implantado na América Colonial, aproximar as experiências existentes nos países que constituem o MERCOSUL, mapear e constituir uma rede associativa das referências culturais dos povos afrodescendentes na identidade formativa da América Latina (IPHAN, 2017).

Assim, em maio de 2016, o IPHAN apresentou à Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, na XIII reunião, ocorrida na cidade de Sacramento, Uruguai, a Serra da Barriga, parte mais alcantilada, como representante brasileira a ser inserida na temática *La Geografia del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR.* Também apresentaram candidaturas dentro da temática, o Equador e a Venezuela, tendo sido aprovadas todas as postulações (IPHAN, 2017). A partir de então, foi elaborado um Dossiê de candidatura para submissão à Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, na XIV reunião, realizada em Buenos Aires, Argentina, em maio de 2017, tendo sido aprovado.



Figura 9: Sinalização de identificação de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Fonte: IPHAN-AL.

Conforme o Regulamento para reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, Seção II - Critérios de reconhecimento,

> Art. 3º - Da caracterização do PCM
>
> Poderá ser reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) qualquer bem cultural, de natureza material e/ou imaterial que:
>
> a) manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autoafirmação ou expressão comum da região perante o mundo;
>
> b) expresse os esforços de união entre os países da região;
>
> c) esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região;
>
> d) constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum.

O Dossiê de candidatura *da Serra da Barriga, parte mais alcantilada*, ao título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, do qual participei da elaboração, apresentou o sítio com suas dimensões patrimoniais: material, histórica, arqueológica e imaterial. Tínhamos

pouco tempo para elaborar o dossiê e por esse motivo, formamos um grupo de trabalho para produção do conteúdo, contamos com técnicos do IPHAN e professores da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e Universidade Estadual de Alagoas - Uneal. Também contribuíram na elaboração das diretrizes para gestão, representantes do Instituto do Meio Ambiente - IBAMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Prefeitura de União dos Palmares, sociedade civil, através de representantes do Movimento Negro, povos de terreiro e quilombola.

A dimensão histórica foi apresentada na candidatura como um dos valores mais importantes atribuídos à Serra da Barriga, por ser o local apontado como sede do mais importante dos quilombos brasileiros – Palmares, não apenas pela extensão, como também pelo período de resistência contra o regime opressor. O valor histórico está justificado no processo de tombamento e em sua inscrição no Livro do Tombo Histórico.

Na dimensão material também está expresso o valor paisagístico da Serra da Barriga, em razão do seu relevo e dos recursos naturais ali presentes, os quais teriam sido utilizados estrategicamente pelos palmarinos, contribuindo com o poder de resistência às várias investidas para a derrubada de Macacos[25]. Hoje, esse valor paisagístico que no passado contribuiu para a defesa e sobrevivência do mocambo, é elemento de reverência também para os religiosos de matriz africana que cultuam os elementos da natureza.

A dimensão arqueológica diz respeito ao valor científico revelado nas pesquisas que vem sendo realizadas desde a desapropriação das terras. Da instrução do tombamento à submissão da proposta ao Conselho Consultivo, o estudo da cultura material, a partir das pesquisas arqueológicas a serem realizadas na Serra da Barriga, era uma diretriz constante nos documentos técnicos e até mesmo na proposta de criação do Memorial Zumbi.

A dimensão imaterial tem se mostrado a partir do "lugar" que a Serra da Barriga se tornou para os descendentes de africanos, desde seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro. Como lugar, é nele que várias práticas religiosas e culturais têm sido realizadas, como culto aos ancestrais, as rodas de capoeira dentre outras. Nesse sentido, a dimensão imaterial foi associada somente aos descendentes de africanos, para os quais a Serra

[25] Segundo a historiografia, ao todo são conhecidos nomes de onze mocambos, que juntos formavam o Quilombo dos Palmares. O reduto do Macacos, também chamado de Cerca Real dos Macacos, localizava-se na Serra da Barriga, e seria a sede do Quilombo.

da Barriga sempre esteve associada. Os indígenas, evidenciados através das pesquisas arqueológicas, bem como os moradores da área tombada, muitos destes nascidos na Serra da Barriga, não tiveram esse mesmo reconhecimento.

A investigação dos valores apresentados nos instrumentos oficiais que chancelaram a Serra da Barriga como patrimônio cultural do MERCOSUL, aqui apresentados, dizem respeito ao seu valor histórico, justificado pela importância que o bem representa para a memória da resistência dos escravizados na América do Sul, atribuída e reivindicada, primeiramente, por um grupo social específico, os afro-brasileiros, que possuem uma relação de identidade com tudo o que diz respeito aos eventos associados aos Quilombos dos Palmares. Sendo, portanto, invocado como símbolo de resistência à opressão e de liberdade para os descendentes de africanos. As dimensões material, imaterial e arqueológica conforme acima exposto estão presentes no Dossiê de Candidatura a Patrimônio Cultural do MERCOSUL como elementos de caracterização da área, posto que não se apresentam nas diretrizes de gestão do bem.

O título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL impõe algumas obrigações para a manutenção do título, conforme será tratado no terceiro capítulo.



Figura 10: Lagoa dos Negros. Fonte: IPHAN-AL.

1.2 Síntese dos valores identificados nos instrumentos de proteção

Viñas (2004) mostra os conceitos simbolizados pelos objetos de restauração, que podemos analogamente utilizá-los em outros bens culturais, nas ações de preservação, como sendo os seguintes: a) valores *intelectuais (*relacionam-se a objetos artísticos e referenciais históricos); b) valores de *identidade coletiva* (relacionam-se a fatores determinantes na formação de uma identidade coletiva, como tradições. Podendo incluir os valores *intelectuais*, os *ideológicos* e os *sentimentais*, uma vez que estes formam parte importante da identidade de um indivíduo); c) valores *ideológicos (*relacionam-se a princípios morais e políticos que regem a sociedade); d) valores *sentimentais* (relacionam-se a lembranças, afetos. Ao contrário dos valores de *identidade coletiva,* configura-se como valor pessoal ou de um grupo pequeno, como uma família).

A partir dos documentos analisados, identifiquei enquanto valores atribuídos à Serra da Barriga, chancelados pelo Estado brasileiro e MERCOSUL Cultural, através dos instrumentos de proteção tombamento, Monumento Nacional e Declaração de Utilidade Pública (Desapropriação) os valores histórico e social de acordo com os valores patrimoniais definidos na Carta de Burra. Esses valores são atribuídos pelo grupo social que reivindicou o tombamento, os quais estão atrelados a sua memória e identidade. Também foi identificado o valor científico, de acordo com a Carta de Burra, este em razão da presença de sítios arqueológicos, que receberam proteção pela Lei Federal 3.924 de 26 de julho de 1961, sendo ainda cadastro no CNSA/IPHAN.

De acordo com a definição de Viñas, podemos identificar os valores *intelectuais,* reconhecidos institucionalmente e pelo Movimento Negro, por tratar-se o monumento de referencial histórico. Os valores de *identidade coletiva* e *ideológicos* atribuídos pelo grupo negro também está presente no processo de reconhecimento do bem.

Assim, podemos dizer que a Significância Cultural da Serra da Barriga a partir dos instrumentos de reconhecimento aqui apresentados é o conjunto dos valores histórico, social e científico, de acordo com a definição da Carta de Burra. Já utilizando os conceitos de acordo com Viñas, os valores intelectuais, de identidade coletiva e ideológicos também

podem ser identificados e devem ser mantidos nas ações de preservação. Contudo, é preciso considerar que o valor social, de identidade coletiva, pode se configurar de diferentes formas, dependendo para qual se refere, assim como se pode observar na continuidade histórica da Serra da Barriga que revelou a presença de outros grupos, os quais não apareceram no reconhecimento do bem enquanto Patrimônio Cultural Nacional ou como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, mesmo que o Dossiê de candidatura ao título faça referência aos mesmos. Tal fato pode ser explicado em razão da inserção na temática *La Geografia del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR*[26].

O valor social para outros grupos, não incluídos nos instrumentos de proteção e valorização da Serra da Barriga, será tratado no segundo capítulo.

[26] *La Geografia del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR* foi a temática criada pelos membros da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do MERCOSUL, relacionada aos testemunhos das ocupações de resistências ao modelo escravocrata implantado na América colonial com o intuito de aproximar as experiências existentes nos países que constituem o MERCOSUL, de mapear e constituir uma rede associativa das referências culturais dos povos afrodescendentes na identidade formativa da América Latina. (http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Dossie_serra-da-barriga.pdf)

2 INDÍGENAS E CAMPESINOS, A VOZ DOS SILENCIADOS

Como visto anteriormente, a valoração da Serra da Barriga enquanto bem cultural do Brasil e do MERCOSUL foi construída sob a ótica de uma identidade étnica, a do negro, em razão do lugar ter sido atribuído como local que sediou Macacos, a sede dos Quilombos dos Palmares. A justificativa para o tombamento se baseou no que foi e no que se tornaria a Serra da Barriga, local que simboliza a luta dos descendentes de africanos que ainda sofriam discriminação racial.

Quando deste último título de reconhecimento, ainda que fosse de conhecimento institucional, desde a década de 1980, a existência de sujeitos de diferentes ancestralidades habitando o local, como os campesinos (CORREIA, 2016) que não foram envolvidos no processo de tombamento, bem como os resultados de pesquisas arqueológicas desenvolvidas na área, as quais revelaram a ocupação de paleoindígenas e indígena, tais dados, apesar de constarem no dossiê em que é descrito o bem, não aparecem enquanto diretriz de gestão. Sendo, apenas os campesinos presentes nas diretrizes, mas como objeto de remoção.

Seria tal ‘esquecimento’ uma eliminação de elementos espúrios, como se fazem nas intervenções restaurativas do patrimônio arquitetônico? Ou resultado de políticas de preservação ultrapassadas que, como tal, são sempre seletivas e por isso violentas?

Neste capitulo serão abordados aspectos e características dos grupos que, por alguma razão, estiveram fora dos processos de patrimonialização da Serra da Barriga, nomeadamente os moradores da área tombada, aqui chamados campesinos, e os indígenas de Alagoas, notadamente aqueles localizados mais próximos ao monumento. Como metodologia de pesquisa foram utilizados o levantamento de dados secundários com base em fontes bibliográficas, análise documental e entrevistas com vistas a colher informações dos entrevistados e suas relações com o monumento Serra da Barriga. Foi adotado como metodologia a entrevista semiestruturada com o mesmo roteiro de perguntas, sendo adaptada de acordo com o entrevistado, em razão de algumas condicionantes que diferenciavam a história de vida ou o envolvimento de cada um com o bem.

2.1 Indígenas de Alagoas

Segundo Allen (2006), “a história e o futuro da arqueologia da Serra da Barriga atingem o coração de debates centrais em arqueologia mundial”, sendo a preocupação com o valor de memória de grupos indígenas fato preponderante:

> (...) Embora a Serra da Barriga não esteja conhecida por sua história indígena, podemos ver o risco de não considerar o seu passado em termos mais amplos. A não abordar a história indígena na Serra da Barriga efetivamente resultará na desvalorização da sua participação nos quilombos dos Palmares e, pior ainda, o apagamento dessa **memória indígena** que já vem sofrendo ao longo dos séculos. (ALLEN, 2000, p. 270) grifos nossos.



Figura 11: Ocas indígenas compõem cenografia do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Fonte: Autora.

No Dicionário da escravidão negra no Brasil de Clóvis Moura (2004), podemos encontrar um significado para o nome Serra da Barriga, que sugere a origem indígena:

> Segundo Alfredo Brandão (1988) "era esse mesmo mocambo Macaco que o historiador Gaspar Barleus chamava Grande Palmares e dizia ficar na serra Behe. Para nós a palavra Behe não é africana, mas sim indígena do Brasil. Pertence ao dialeto Kariri e conforme o vocábulo do padre Mamiani[27], significa vermelho, nome que como o de caboclo, deveria ser aplicado aos índios. Por outro lado, verifica-se no mesmo dialeto a existência da palavra ig cuja posposição a um vocábulo leva-o ao plural. [...] Conjecturamos, pois, que o primitivo nome da serra onde os negros edificaram a Cerca Real do Macaco seria Behig. É bem possível que os portugueses ao ouvirem pronunciar tal nome – julgassem que se tratava de uma alteração da palavra barriga e assim, com esta última designação ficou conhecida a serra." (MOURA, 2004, p. 251)

Assim, também é possível conjecturar que o nome pelo qual era chamada pelo historiador holandês Barleus[28], a Serra da Barriga, em idioma indígena, que deveria ser aplicado aos índios – vermelho -, deveria ser motivado pela presença expressiva desses grupos no local, o que se mostrou evidente pelos artefatos revelados pelas pesquisas arqueológicas.

Saber a relação que o indígena atualmente tem com o monumento Serra da Barriga era algo que, a meu ver, precisava ser investigado. Se considerarmos que os Quilombos dos Palmares abrangiam uma vasta região dos estados de Alagoas e Pernambuco, seria necessário colher informações em ambos os estados. Entretanto, como amostragem, por uma questão de viabilidade logística, primeiramente foi definido que seriam entrevistados apenas os indígenas de Alagoas, uma ou duas lideranças por etnia. Apesar de haver posicionamentos contrários à forma "arbitrária" com que Décio Freitas atribuiu a localização dos principais mocambos dos Palmares (DAMASCENO, 2017), optei por um recorte da amostragem que abrange as etnias distribuídas dentro ou nas proximidades da área por ele delimitada, visto que é a delimitação mais utilizada até hoje e que mostra a espacialização dos Quilombos dos Palmares, conforme figura 12, excetuando-se a área de Pernambuco.

---

[27] O italiano Luís Vincêncio Mamiani (1652-1730) foi missionário jesuíta por cerca de quinze anos entre os Kipeá (Kiriri), publicaria um catecismo bilíngue e uma gramática da língua indígena (família Karirí, tronco Macro-Jê). Sua "Arte de Gramática" é, ainda hoje, uma das melhores descrições coloniais de uma língua indígena das Américas. Fonte: http://www.etnolinguistica.org/autor:luis-mamiani.

[28] Caspar van Baerle (1584-1648), ou Gaspar Barleus, como veio a ser conhecido no Brasil, foi um escritor holandês que recebeu como encomenda de João Mauricio de Nassau, em meados dos anos 1640, a produção de uma história monumental de seu reinado como governador no Brasil. (https://www.historia.uff.br/ciadasindias/wp-content/uploads/2015/08/GB_AW.pdf)

O mapa mais utilizado e reproduzido pela historiografia de Palmares, sem dúvidas, é o mapa apresentado por Décio Freitas. Apesar da ótima precisão nas distâncias (para a época) do texto-base para o mapa, a Relação, o mapa de Freitas contém muitas imprecisões, pouco ou nada justificadas. Por exemplo, a orientação cartográfica fornecida pelo manuscrito para as localizações dos mocambos de Dambiabanga, Subupira e Macaco é, nesta sequência, do sul para o norte. Nos mapas tributários de Edison Carneiro e Décio Freitas, a orientação se inverte, localizando Subupira e Dambiabanga ao norte de Macaco, sem maiores explicações. Freitas segue a localização do mocambo de Macaco na atual União dos Palmares, como sugerido por Carneiro, sem qualquer questionamento à luz das fontes disponíveis, e acaba sujeitando a localização dos outros mocambos a do primeiro, que toma como inquestionável, ao pé da chamada Serra da Barriga. Segundo Sílvia Lara, de maneira muito pouco crítica este mapa serviu de base para quase todos os outros apresentados em trabalhos subsequentes. (DAMASCENO, 2017, p. 689)

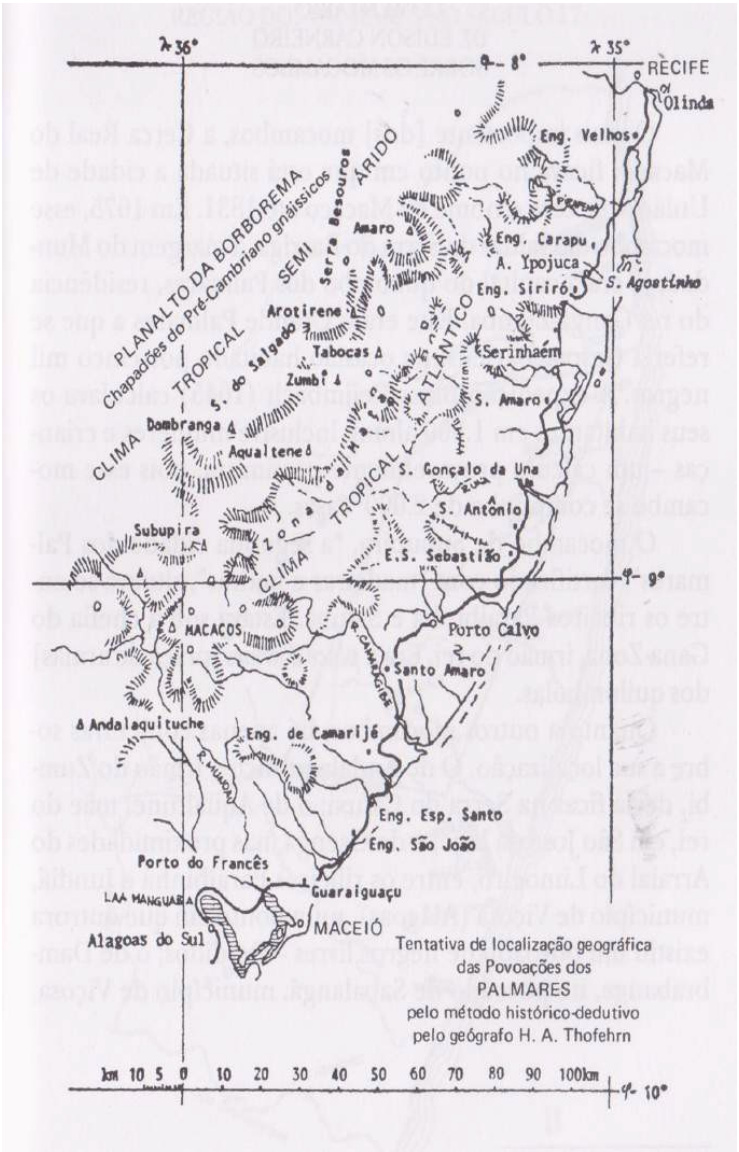


Figura 12: Mapa produzido por Décio Freitas/H. A. Thofehrn (1982-84) Fonte: FREITAS, Palmares. 5ª ed., p. 33, apud DAMASCENO, 2017.

Assim, a amostragem abordará as aldeias localizadas nos municípios de Joaquim Gomes (Wassu Cocal), Palmeira dos Índios (Xukuru Kariri), Feira Grande (Tinguí Botó), São Sebastião (Karapotó) e Porto Real do Colégio (Kariri-Xocó). As aldeias indígenas em Alagoas estão distribuídas no território conforme mapa da figura 13, sendo 11 etnias reconhecidas.

Não foram inseridos nessa investigação, os Aconã, de Traipu, motivado por ser este grupo resultante de uma divisão faccional dos Tingui-Botó, cerca de 70 indivíduos, que ocupam 281,18ha adquiridos pela FUNAI em 2003 (MARTINS, *et al*., 2007), optando-se apenas por entrevistar representante dos Tingui-Botó. Também ficaram de fora os grupos de Pariconha, Jeripancó, Katokim e Karuazu, bem como Kalancó de Água Branca e Koiupanká de Inhapi que, segundo o estudo Atlas das Terras Indígenas em Alagoas, acerca das etnias indígenas de Pariconha, Água Branca e Inhapi "trata-se de etnias formadas a partir de segmentos do grupo indígena Pankararú (Petrolândia e Tacaratu, PE) que somente recentemente tiveram mobilização étnica voltada para reconhecimento oficial", tendo sido reconhecidos pela Funai em 2003.

A não investigação junto a esses grupos resultou também de uma confluência de motivos, dentre eles, a própria localização no mapa, a ressurgência a partir de grupos de Pernambuco que está fora da investigação -, mas o principal foi o de logística, uma vez que solicitei apoio à Funai para acessar esses grupos, pois em razão da distância, seria necessário contatar algum representante nas aldeias, mas não obtive apoio.

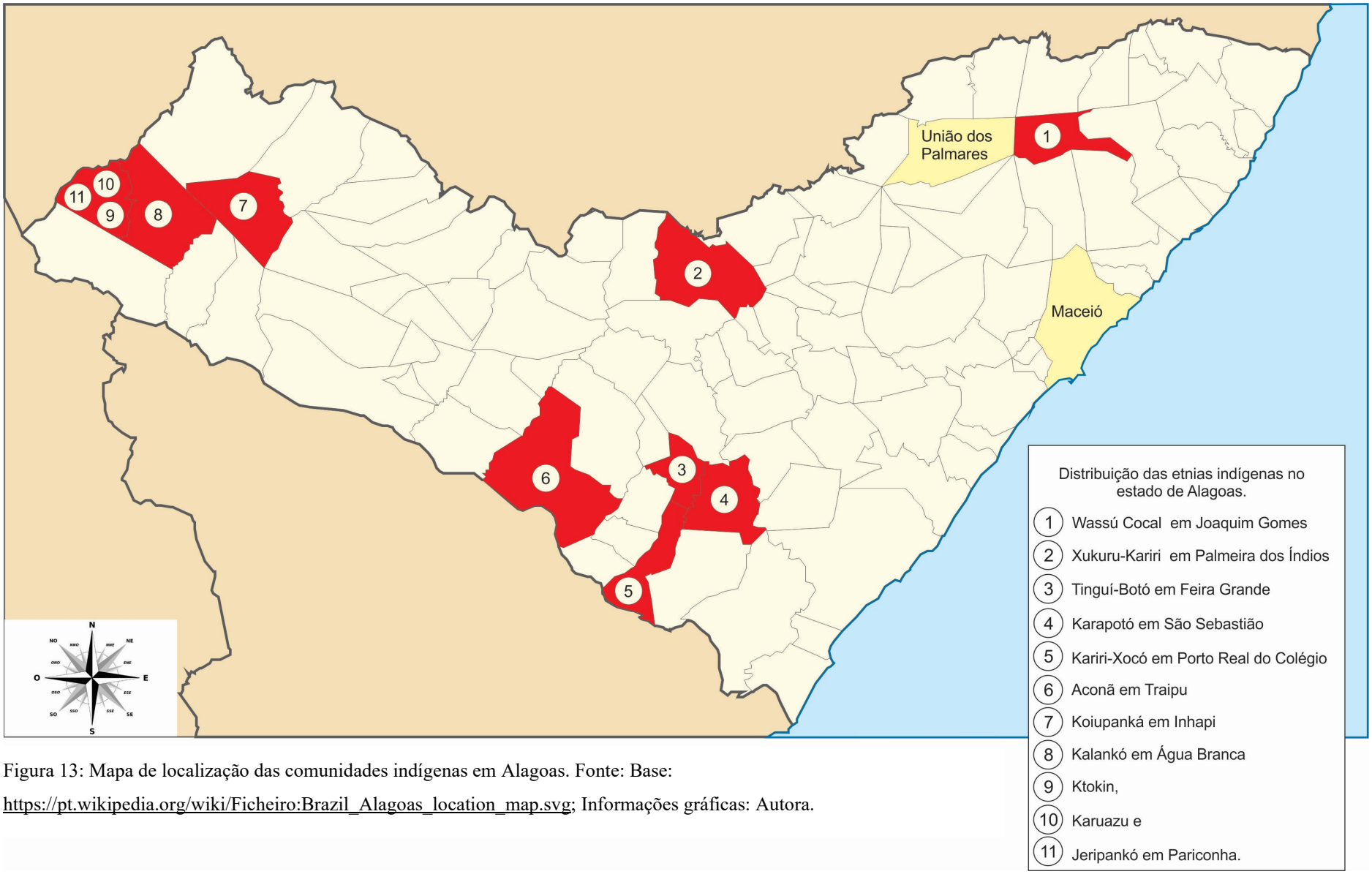


Figura 13: Mapa de localização das comunidades indígenas em Alagoas. Fonte: Base: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_Alagoas_location_map.svg; Informações gráficas: Autora.

Falar dos indígenas de Alagoas é falar sobre os indígenas do Nordeste, que na segunda metade do século XIX tiveram a oficialização da perda do reconhecimento étnico e territorial ante o Estado. Na política que tratava das questões indígenas do século XIX havia consenso quanto à incorporação dos grupos indígenas à sociedade nacional, de acordo com legislação imperial que regulamentava este processo, as quais destacam-se o Regimento das Missões[29] e a Lei de Terras de 1850[30] (SILVA JÚNIOR, 2011). O que representou, na prática, a perda de seu território e de sua identidade.

Por um lado, o Regimento das Missões, como ficou conhecido o Decreto Imperial nº 426, de 24 de junho de 1845, regulamentava as missões de catequese e civilização dos índios. O respectivo decreto favorecia a catequese, proibia a servidão dos índios e os maus tratos, obrigava os índios ao serviço público mediante salário e ao serviço militar, mas sem coação, e prisão correcional de até seis dias. (CUNHA, 1992 apud SILVA JÚNIOR, 2011). O artigo 1º, inciso 19, do citado decreto previa como atribuições do Diretor Geral dos índios de cada província, dentre outras funções, utilizar todos "os meios lícitos, brandos e suaves para aldear os índios". Já com relação a Lei das Terras, de acordo com o artigo 12, as terras devolutas ficariam reservadas para a colonização dos indígenas; para a fundação de povoações e aberturas de estradas, dentre outras obras de infraestrutura; para a instalação de estabelecimentos públicos; e, inclusive, para a construção naval, pois se configuravam como espaço político estratégico, utilizado para colonização, bem como para modernização do Império. Entretanto, quando da efetivação desta lei, as terras indígenas, principalmente as localizadas na região Nordeste, consideradas terras devolutas, foram loteadas e transferidas através de título de compra a terceiros. (SILVA JÚNIOR, 2011)

As medidas de aculturação dos povos nativos incluíram a Lei do Diretório dos Índios, criado em 1757, que proibiu o uso de idiomas nativos e ainda exigiu que os índios adotassem sobrenomes de famílias de Portugal. Após expulsão dos jesuítas, em 1759, a direção das aldeias foi entregue a diretores leigos, que recebiam um sexto dos seus rendimentos, utilizando, para tal, mão-de-obra indígena. Nesse mesmo ano a Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco publicou um regulamento com base nos Alvarás de 1755 e 1758, abolindo os rituais das juremas, a nudez, o uso da língua geral ou da língua

[29] Decreto Imperial nº 426, de 24 de junho de 1845, que regulamentava as missões de catequese e civilização dos índios.
[30] Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

própria das suas nações, bem como a substituição de choupanas por casas de tipo colonial/portuguesa (DÓRIA, 2008) e a mestiçagem era incentivada.

De acordo com o Relatório do Dr. Antônio Melo Sá e Albuquerque à Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas, em 1857 constavam oito Aldeias em Alagoas – Atalaia, Cocal, Colégio, Jacuipe, Limoeiro, Palmeira, Santo Amaro, Urucu. (BELTRÃO, 1980). Estar em aldeamento significava estar sob rígido controle do Estado, pois a Lei do Diretório dos Índios também elevava estes à condição de vilas ou aldeias. Os índios aldeados era significado de reserva de mão de obra a serviço do governo da província e, por esse motivo, muitos indígenas preferiam a vida fora delas. Em Alagoas, os aldeamentos indígenas foram extintos em 1872 pelo Presidente da Província (DÓRIA, 2008).

Os índios do Nordeste "ressurgem[31], timidamente a partir da década de vinte e predominantemente nos anos setenta do século XX, após serem dados como extintos ou 'indistinguíveis da população nacional'" (RIBEIRO, 1977 apud CARVALHO,1994), não por acaso, mas como resultado da criação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, através do Decreto-Lei nº 8.072 de 1910[32] e com a bandeira de "autodeterminação dos povos indígenas" levantada pela sociedade civil – ou entidades alternativas-, pelo Conselho Indigenista Missionário e técnicos da FUNAI (SCHIAVINI, 2017) durante as reinvindicações no período da ditadura militar.

Contudo, considerados mestiços e integrados, como consequência primeiramente das missões religiosas que buscavam incorporar os indígenas ao Estado colonial Português, através da catequese e de farta miscigenação e, posteriormente, com a criação do Diretório dos Índios, após a extinção dos primeiros, mas com os mesmos objetivos (GRÜNEWALD, 2008), os indígenas do Nordeste muitas vezes marginalizados nas periferias rurais do agreste e sertão, sem o "purismo" defendido pelas políticas de proteção, foram excluídos das políticas protecionistas quando da criação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI. A proteção pretendida pelo órgão objetivava a manutenção das condições de vida do indígena em sua forma "primitiva" e não a reparação ou justiça aos povos usurpados e desterritorializados, que sobreviviam como mão de obra barata a serviço do capital (AMORIM, 2017).

[31] A palavra "ressurgem" aqui utilizada, deriva do termo "ressurgência", usado para designar "As 'emergências', 'ressurgimentos', ou 'viagens da volta'" que são designações alternativas, para o que, a antropologia designa por **etnogêneses**. Termo conceitualmente controvertido, usado para descrever a constituição de novos grupos étnicos. (ARRUTI, 2006)

[32] Cabe destacar a importância da Missão Rondon para a implantação do SPI – atual FUNAI. Ver: http://www.projetomemoria.art.br/rondon/missoes-missao-rondon.jsp [cons. 25 nov. 19]

> *(...) não somo mais aquela geração já somo aculturado e foi nossa sorte ser aculturado porque ter o índio formado temos índios na polícia tem índio por todo canto existe índio em todo meio... isso foi nossa sorte porque quando nós não conhecia nada disso era mais prejudicado porque hoje pelo menos com esse conhecimento que nós temos sabemos respeitar os direito dos outro e ser respeitado o nosso. (*Entrevistado: Pajé Júlio Queiroz Suíra, de 81 anos, etnia Kariri-Xocó).

Em resumo, primeiramente o Estado retirou do indígena o direito ao exercício de sua própria cultura, com proibição de práticas culturais, inclusive a língua, o fez adotar sua religião, miscigenar-se; tomou suas terras e o transformou em mão de obra. Depois que esse indígena perdeu sua identidade, mais uma vez foi punido com uma legislação protecionista que beneficiava somente àqueles que ainda preservavam sua identidade étnica. Problema que continua no Brasil, apesar do Decreto nº 5.051/2004[33], o qual estabelece que a *consciência* de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da referida Convenção.

O apagamento da cultura indígena no Nordeste brasileiro também foi responsável pela falta de interesse de pesquisadores sobre a etnologia desses povos, "e mesmo as incursões dos catedráticos que estavam referidos à lingüística ou à antropologia social, não deixaram de abordar em suas teses e comunicações as temáticas indígenas através do viés do passado" (OLIVEIRA, 1998). O que se reflete na representação indígena nos museus, criticada por Darcy Ribeiro em 1953, quando da criação do Museu do Índio no Rio de Janeiro, pois para ele "boa parte da visão preconceituosa e estereotipada contra os indígenas no Brasil devia-se em alguma medida, aos museus tradicionais e etnológicos brasileiros, existentes até então." (VASCONCELLOS, 2011)

Em Alagoas, os Xucuru-Kariri, por exemplo, tem como referência territorial histórica os limites do antigo aldeamento indígena, cuja propriedade lhes foi concedida por sentença judicial em meados do século XIX, e cuja demarcação havia sido autorizada em 1822. As terras também eram ocupadas por não índios, em número suficiente para a criação da Vila de Palmeira dos Índios, na Província de Alagoas, em 1835, desmembrada da Vila de Atalaia. A cidade de Palmeira dos Índios constituiu-se no centro da área que pertencera aos

[33]Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989.

índios e hoje é a terceira cidade do estado de Alagoas em população e em extensão territorial. (DÓRIA, 2008)

De acordo com Dória, nos aldeamentos indígenas, especialmente do Nordeste, eram agrupados, em um único espaço, múltiplas nações e tribos. No caso do aldeamento de Palmeira dos Índios havia majoritariamente 'Xucurus' e 'Cariris'. Estes últimos teriam se originado a partir de vários grupos sobreviventes que se fundiram com os Wakóna e Carapotó naquela região. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se o nome Shucuru-Kariri desde 1938.

De acordo com Albuquerque (1984), os Cariris teriam vindo da Província de São Paulo para a conquista de Palmares, que após a extinção do quilombo se dispersaram e se agrupando em diversas aldeias.

> Deste quadro resulta que as tribos das aldeias são da maior parte oriundas dos cariris, os quaes [sic] vieram da provincia [sic] de S. Paulo para a referida conquista dos Palmares; alguns destes pela extinção do grande quilombo se forão [sic] dispersando e agrupando as diversas aldeias; pelos que se encontrão [sic] os Cariris em todas;(...) (ALBUQUERQUE, 1984)

Atualmente os Xucuru-Kariri estão distribuídos em oito aldeias: Fazenda Canto, Boqueirão, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Serra da Capela, Serra do Amaro, Coité e Riacho Fundo, totalizando segundo dados do IBGE de 2010, 1.004 habitantes e SESAI de 2015, 1.388 habitantes. (ALAGOAS, 2017)

2.1.1 Os Xucuru-Kariri e a Serra da Barriga

Serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas de uma forma descritiva, numa narrativa condizente com o teor dos dados coletados, mas com algumas inclusões de falas dos entrevistados para melhor ilustrar o assunto tratado. As entrevistas transcritas encontram-se no Apêndice II.



Figura 14: Indígenas Xukuru-Kariri na festa em comemoração ao dia da Consciência Negra, na Serra da Barriga. Fonte: Autora.

O meu primeiro contato com os indígenas, para os fins desta pesquisa, se deu em um contexto inusitado, era 20 de novembro de 2017, dia da Consciência Negra, festa anual realizada na Serra da Barriga e, apesar de fiscal da área tombada desde 2011, era a primeira vez que prestigiava a festividade. Ao adentrar ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares, uma das primeiras imagens que vi próximo a entrada, foi a de uma família de quatro indígenas vendendo artesanato, o que me chamou a atenção. Eles estavam próximos a outras pessoas, não indígenas, também vendendo artesanato, de modo que a minha primeira impressão foi que estes apenas estavam ali por uma oportunidade de negócio, afinal sempre há um público muito grande atraído pela festa.

Primeiramente me aproximei do grupo como uma possível cliente, depois retornei com a proposta de entrevistar a indígena de maior idade. A Dona Eleíta Santana da Silva[34] de 70 anos, uma Xukuru-Kariri da aldeia Mata da Cafurna de Palmeira dos Índios, me concedeu a entrevista.

Para fugir do barulho e captar melhor o som, saímos as duas para uma área do Parque onde os religiosos de matriz africana fazem oferendas, ali comecei a entrevista e em pouco tempo, chegou sua filha, preocupada com a saída sem explicação de sua mãe. A Dona

[34] Os nomes dos indígenas foram adotados originalmente, tendo em vista não haver tensão entre estes e o monumento, além disso, o propósito foi entrevistar lideranças, desta forma os nomes precisavam ser fiéis.

Eleíta me concedeu uma entrevista emocionante, o que me deu mais certeza de que este grupo social não deveria ser somente um convidado na festa.

Os Xukuru-Kariri estão localizados a uma distância relativamente curta em relação à Serra da Barriga, se considerarmos as dimensões dadas aos Quilombos dos Palmares. São 117,7km entre os dois municípios, União dos Palmares e Palmeira dos Índios, motivo pelo qual acredito haver maior identificação e mesmo envolvimento dessa etnia com o monumento. Pela fala da indígena, há um sentimento de identificação dos indígenas para com os negros, em relação a um passado comum, pois ambos foram igualmente escravizados.

A entrevista com a Dona Eleíta, conforme mencionado anteriormente, foi para mim surpreendente, pois me permitiu perceber que a relação de afetividade com o lugar, em suas palavras, foi transmitida por seus antepassados indígenas.

> *(...) nóis índio toda vida amemos os negro, o meus avô, meu bisavô contava pra nóis qui a Serra da Barriga era uma serra qui tinha o...o (...) sim é esse zumbi que quando os índio também tava aperriado ele ... ele ajudava e os índio vinha ( ) também a ajuda deles*.(Entrevistada: Indígena Eleíta Santana da Silva, 70 anos, etnia Xukuru-Kariri)

Os antepassados Xukuru-Kariri transmitiram aos atuais um sentimento de gratidão para com os antepassados dos negros, refletindo-se em afeto destes para com negros de hoje. O monumento, Serra da Barriga, foi aqui entendido como elo entre dois grupos étnicos distintos que possuem um passado comum. Não se trata aqui de sugerir que os Xukuru-Kariri se reconhecem como parte de Palmares, mas que, como indígenas, se sentem representados pelos que lá se juntaram aos negros.

> *(...) então a gente tem, nóis mais novos do, do ... do tempo do meus avô, então nóis tem o maior respeito e a maior consideração ... que a gente vem pra qui não é só por vender, nóis vem pela consideração que nóis tem ... o nosso sangue, porque de qualquer maneira o negro foi sofrido e escravo como nóis índio.* (Entrevistada: Indígena Eleíta Santana da Silva, 70 anos, etnia Xukuru-Kariri)

Ouvir a Dona Eleíta me fez acreditar que estava no rumo certo para a obtenção de outros valores culturais atribuídos à Serra. Então, no dia 29 de dezembro de 2017, fui

visitar os Xukuru-Kariri, subi uma serra muito íngreme, em busca da Mata da Cafurna. Queria entrevistar o cacique da aldeia, mas procurava por Dona Eleíta, para que ela me apresentasse à liderança. Para minha surpresa, a Dona Eleíta é esposa do cacique Heleno Ronaldo da Silva, de 69 anos. O cacique estava com problemas na coluna e se encontrava em repouso, me recebeu no sofá de sua sala em posição semideitado. Antes de iniciar a entrevista propriamente, conversamos um pouco, fiquei sabendo que o cacique nunca havia visitado a Serra da Barriga, de modo que o roteiro da entrevista foi reajustado.

Mesmo sem conhecer a Serra da Barriga, o cacique Heleno contou que há uma colaboração mútua entre indígenas, quilombolas, sem-terra, ou seja, há cooperação entre os grupos chamados "minorias", estes qualificados como em situação de desvantagem social.

> *(...) quando a gente precisa com ocupação de uma propriedade eles vêm e ajuda a gente... quando eles tão também em dificuldade a gente ajuda eles da maneira que a gente pode*. (Entrevistado: Cacique Heleno Manoel da Silva, 69 anos, etnia Xukuru-Kariri)

Perguntei a importância da Serra da Barriga para os indígenas e ele respondeu:

> *(...) a Serra da Barriga é muito importante para os índios os negros... as pessoas digo os negros que vive lá porque é modo de dizer... mas porque começou assim consciência negra essas coisa... mas os negros e os índios sempre viveram em harmonia sempre viveram junto por isso tem muita importância a Serra da Barriga aqui com a gente.* (Entrevistado: Cacique Heleno Manoel da Silva, 69 anos, etnia Xukuru-Kariri)

Na mesma aldeia, fiquei sabendo que no caminho que eu havia percorrido para chegar à Mata da Cafurna, havia a casa de outro cacique, da aldeia Serra da Capela. Cheguei na hora em que o cacique Manoel Celestino da Silva, de 78 anos, com 40 anos como liderança da aldeia Serra da Capela, estava almoçando, pois não havia marcado horário comigo. Fui gentilmente recebida por sua esposa e filha e, enquanto o cacique Celestino almoçava, fiquei à espera, sendo diversas vezes convidada por ele a almoçar.

Quando o cacique Celestino concluiu o almoço, veio ao meu encontro, na sala de sua casa, sentou-se à poltrona quase em minha frente e, por instantes, pensei que não conseguiria entrevistá-lo. O cacique começou a falar de uma maneira que parecia estar incomodado em falar mais uma vez para um(a) pesquisador(a) ou estudante, pois foi como me apresentei, como estudante de mestrado. Aos poucos ele foi se acalmando e finalmente aceitou gravar a entrevista, mas muito do que ele conversou antes, infelizmente não foi registrado.

Para minha surpresa, o cacique Celestino disse haver participado junto com o Movimento Negro da mobilização para o tombamento da Serra da Barriga.

> *(...) foram várias organização que nós começamos em Brasília no ministério da cultura junto com Olimpo Serra junto com uma organização muito grande que houve de movimento indígena movimento áfrico brasileiro que naquele tempo a gente chamava o movimento dos negros... começamos essa defesa racial porque o índio estava sendo é... realmente excluído e o negro também excluído e nós como ser humano achamos que poderia ser respeitado como ser humano tanto o negro como o índio então começou o movimento para surgir um tombamento lá na Serra da Barriga no município de União dos Palmares (...) junto com Zezito junto com o antropólogo Clóvis Antunes Carneiro de Albuquerque é... Marcos Terena do povo tereno lá de Brasília no governo Suruagy houve a organização de Olimpo Serra de doutora Manoela lá de Salvador... e até que conseguimos fazer um movimento de tombamento da Serra da Barriga para o movimento áfrico brasileiro e eu como cacique participei deste movimento apesar de talvez nos arquivo não existir não sei por que mas estou aqui como patrimônio vivo como também tem Clóvis Antunes que está lá no Recife um grande professor historiador não é escritor mas historiador dos direitos dos povos indígenas e dos direito áfrico brasileiro.* (Entrevistado: Cacique Manoel Celestino da Silva, 78 anos, etnia Xukuru-Kariri)

Antes da gravação da entrevista, o cacique Celestino já havia comentado da sua participação na mobilização junto com o Movimento Negro para o tombamento da Serra da Barriga e eu lhe disse que no processo de tombamento não havia nenhuma menção da participação indígena. O cacique citou diversos nomes que tiveram papel importante na mobilização e que constam no processo, como Olympio Serra e o Professor Zezito.

Quando perguntei qual a importância da Serra da Barriga para o Brasil, o cacique Celestino me respondeu da seguinte forma:

> *é um patrimônio brasileiro ocupado pelo áfrico que veio da África vieram através de demanda é... religiosa política etc para escravizar esse povo fazer mão de obra deles aqui na cana-de-açúcar que queriam nos escravizar nós como índio e nós não conseguimo a se sujeitar então trouxeram esse povo... e já que esse povo aqui ficaram eu acho que é um patrimônio de deve ser respeitado deles pra mim os governo deve dá esse respeito aos grupo éticos brasileiro que eles hoje mesmo que vieram lá da África mas já se identificam como ser humano e brasileiro e pra mim é uma grande importância essa serra se manter para os movimentos áfrico brasileiro e também se eles precisar do movimento indígena nós tá lá junto assim como nós começamo junto e ei de ser junto... negro índio brancos e amarelo porque o sangue é igual.* (Entrevistado: Cacique Manoel Celestino da Silva, 78 anos, etnia Xukuru-Kariri)

Na fala de ambos os caciques Xukuru-Kariri, notei que há o sentimento de afetividade destes com o grupo negro, outorgando-lhe o direito ao usufruto da Serra da Barriga enquanto seu lugar. Há, portanto, uma identificação enquanto movimentos sociais que reivindicam direitos, como também por terem sofrido as dores da colonização devastadora para ambos os grupos, e por este motivo se apoiam mutuamente.

Perguntei ao cacique Celestino se a Serra da Barriga também era importante para os indígenas e ele me respondeu que "*sim porque sempre foi um patrimônio brasileiro e um patrimônio aonde sempre conviveu nossos antigos caetés*[35] *nessa região*".

Quando conclui a entrevista o cacique continuou falando, justificou o fato de chamar sua aldeia de mãe, que se deve ao fato de ter sido através da luta de seu pai, cacique Alfredo Celestino, que se deu o reconhecimento do povo indígena Kariri Xukuru Wakonã de Palmeira dos Índios, em 1930. Por isso o cacique se apresenta como cacique Wakonã. Quando se referiu ao fato de ser descendente da nação Wakonã, expressou muito orgulho.

Segundo o cacique Celestino, os Caetés, habitantes de toda a região, para fugir da perseguição em razão da morte do Bispo Dom Pedro Fernandes Sardinha, em 1556, se faziam chamar Wakonã. Como dito neste trabalho, o surgimento dos Cariris se deu através da mistura de vários grupos sobreviventes com os Wakóna e Carapotó, estando nestes a identidade caeté. Nota-se, aqui um conflito entre as bibliografias apresentadas no relatório de atividades do projeto "Modos de construir, modos de alimentar: memórias da paisagem Caeté

[35] Povo indígena brasileiro de língua tupi antiga que habitou a região de Alagoas e segundo a bibliografia foram totalmente dizimados. No relatório de atividade do projeto "Modos de construir, modos de alimentar: memórias da paisagem Caeté nas Alagoas" a Doutora Maria Angélica da Silva cita, entre outras passagem, que " na ocupação do Nordeste como um todo, e assim registrou-se os traços da presença da população indígena, que, no contexto em questão, teve sua origem mais remota registrada pela literatura como vinculada às tribos Caetés, bem como das populações de origem africana."
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_atividades_parte_1_PNPI(1).pdf>

nas Alagoas" da Doutora Maria Angélica da Silva (2006), que apresenta a tribo como dizimada e a informação da história tradicional fornecida pelo cacique Celestino. Não sendo foco da presente pesquisa, cabe destacar apenas que a questão se mostra como um campo de pesquisa promissor.

Essa característica de fusão e desmembramento de etnias é uma questão relevante para a arqueologia, pois dificulta a relação das etnias vivas com os artefatos encontrados e não possui amparo na legislação de preservação do patrimônio cultural brasileiro, por tratar-se de uma noção de cultura muito mais fluída que coloca em questão a noção europeia de cultura, importada, pautada na originalidade e na materialidade, carecendo de um processo decolonial. Não somente na questão material quanto imaterial, visto que para serem reconhecidos como povos indígenas há por vezes a instituição de uma "tradição inventada".

> Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (Eric Hobsbawm & Terence Ranger, 1984, p. 10)

Como exemplo de "tradição inventada" está o *toré* (GRÜNEWALD, 2008), que se tornou elemento identitário no processo de reconhecimento desses grupos no Nordeste, na primeira metade do século XX.

> (...) para o reconhecimento dos indígenas numa região onde a aculturação e a mistura haviam criado as figuras do "caboclo" ou do "remanescente indígena". Baseado no exemplo dos Fulni-ô, que, na contramão da assimilação, sustentavam a língua nativa e um período de reclusão ritual (ouricuri), onde dançavam um "toré verdadeiro", o inspetor do SPI no Nordeste passou a requerer, na primeira metade do século XX, a exibição da dança do toré para se atestar a indianidade dos índios no Nordeste (6). Esta prática cultural passou, assim, a circular ideologicamente como sinal diacrítico dessa ampla indianidade e, até hoje, é ensinada de grupos reconhecidos a grupos que pleiteiam reconhecimento indígena em todo o Nordeste. Mesmo grupos que apresentavam outras manifestações culturais (outras danças) incorporam o toré (ou a retórica do toré) como padrão de etnicidade. (GRÜNEWALD, 2008, p. 44)

2.1.2 Os Karapotó e a Serra da Barriga

Em 30 de dezembro de 2017 fui a São Sebastião, no agreste alagoano, onde visitei a aldeia Plaki-ô dos índios Karapotó e, repetindo o que havia feito nas aldeias Xukuru-Kariri, sem prévio agendamento. Tive sorte, o cacique não estava em sua casa, mas não tardou em chegar, pois um de seus filhos o foi chamar.



Figura 15: Acesso à aldeia Karapotó Plaki-ô. Fonte: Autora.

O reconhecimento étnico dos Karapotó pelo órgão indigenista ocorreu a partir de um movimento de territorialização ocorrido nos anos 1970 a 1980, após um longo processo de dispersão e de integração, assim como ocorreu com diversos grupos indígenas da região Nordeste. Há referências históricas da presença Karapotó (ou variáveis Carapotó, Coropotios, Carapotios e Cropotís) desde o século XVIII em território dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas, mais precisamente nos municípios de Porto Real do Colégio e no aldeamento denominado Alagoa Comprida, localizado na então Vila do Penedo, ambos municípios alagoanos. (MELO, 2009)

Os Karapotó estão divididos atualmente em duas localidades, no povoado Terra Nova e na aldeia Plaki-ô, ambas no município de São Sebastião, Alagoas. Estive na aldeia Plaki-ô, liderada pelo Cacique Juarez de Souza há 31 anos, que me concedeu a entrevista.

Antes da gravação conversamos bastante sobre a Serra da Barriga e outros assuntos. O cacique chegou a mostrar restos de uma igaçaba[36] que haviam encontrado nas terras demarcadas, mostrou com muita emoção, e até colocou um cocar para posar para um registro fotográfico. Disse haver conhecido a Serra da Barriga para realizar um sonho.

> *eu conheci a Serra da Barriga tá com uns... a base de uns seis ano... eu conheci através pra... é... realizar meu sonho que na verdade os meus avôs tataravôs dizia que tinha uma história que os índio tinha contato muito com a Serra da Barriga junto com negro... e ali aí eu fui duas vez pra... realizar um sonho que eu disse que ainda ia nessa Serra da Barriga pra saber da história dos meus antepassados dos índio da primeira geração da geração mais velha e pra mim me senti bem até hoje me sinto bem... é um prazer.* (Entrevistado: Cacique Juarez de Souza, 69 anos, etnia Karapotó)

Acerca da importância que a Serra da Barriga para o Brasil, o cacique Juarez de Souza respondeu:

> *eu acho que a Serra da Barriga tem... eu acho que é um documento mais forte né... do índio e do negro e também do branco daqueles que tem consciência né e gosta só de ouvir a verdade... então a verdade é que a Serra da Barriga é um documento de todos nós índio brasileiro e assim também como dos negro que hoje representa... temo a história do Zumbi quer dizer... quem não sabe a história do Zumbi precisa aprender... a história do Zumbi é porque o... naquele tempo ninguém entende muito a história sobre o Zumbi mas... eu entendo dos meus antepassados dos mais velho que falava que Zumbi era o... falava Zumbi porque o Zumbi era um suveio que os negro um aviso que eles passavam pra os índio pra os índio se entocar pra os ataque que vinha contra os índios e os negro mesmo né... aí eles dava um aviso... assoviava... aí os branco os índio caía fora... os branco quando chegava não encontrava ninguém nem índio nem negro... escondia... aí eles fazia a parte dos negro e fazia a parte deles pra defender o índio e eles né... e os índio também como tinha os seus locais né preparado tanto eles se protegia como protegia os negro também.* (Entrevistado: Cacique Juarez de Souza, 69 anos, etnia Karapotó)

[36] Pote de barro utilizado como urna funerária por alguns povos indígenas.

Assim como na fala da indígena Xukuru-Kariri, Senhora Eleíta, percebe-se que foi transmitido através da oralidade, que ambos os grupos, indígenas e negros, se ajudavam mutuamente na fuga e resistência contra a escravização do colonizador.

E acerca da importância da Serra da Barriga para os indígenas, o cacique Juarez de Souza respondeu:

> *(...) é muito importante a Serra da Barriga representa novamente... nunca vai sair da minha memória porque a Serra da Barriga é uma história que já vem de muito tempo de longos tempo e deve ser muito respeitado... não só por mim como aquelas pessoas que se interessarem procurar saber o que significa a Serra da Barriga.*
>
> (Entrevistado: Cacique Juarez de Souza, 69 anos, etnia Karapotó)

2.1.3 Os Kariri-Xocó e a Serra da Barriga

De acordo com o documento "Notícia Histórica sobre Palmares", de Décio Freitas, que fundamentou o pedido de tombamento da Serra da Barriga, os Quilombos dos Palmares se configuravam como "uma imensa selva virgem que principiava na parte superior do rio São Francisco e ia terminar sobre o sertão do Cabo de Santo Agostinho." Cabe lembrar que a caracterização dos sertões no período colonial difere da região geográfica dos dias de hoje, se referiam a áreas mais afastadas do litoral, ainda não desbravadas pela colonização. Assim, banhados pelo rio São Francisco, os Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, estão localizados na região em que se principiava os Palmares.

Os Kariri-Xocó estão localizados no município alagoano de Porto Real do Colégio, às margens do rio São Francisco e são o resultado de várias fusões entre povos nativos, a partir dos processos de aldeamento e catequese missionária ocorridos no Nordeste brasileiro. Sua denominação atual identifica a última fusão ocorrida entre os povos Kariri e os Xocó, há mais de um século. Os Kariri, teriam se originado a partir de um aldeamento

missionário instalado entre o final do século XVII e início do XVIII, decorrente de uma junção de diferentes etnias, envolvendo nativos como os Carapotós, Cariris, Aconâns e Praquiôs. Os Xocó são provenientes de outro aldeamento jesuítico, do Estado de Sergipe, que chegaram a Porto Real do Colégio, após perderem suas terras em Porto da Folha, do outro lado do rio São Francisco. (CÂMARA NETO E BRANDÃO, 2018)

De acordo com Câmara Neto e Brandão (2018), o território onde se encontram os Kariri-Xocó foi concedido pelo então governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, em 1º de janeiro de 1708 à catequese missionária, em favor dos indígenas e não aos missionários responsáveis, para a subsistência de ambos, conforme previsto na lei de 4 de junho de 1703 e no alvará Real de 23 de novembro de 1700, onde consta que "a cada missão se dê uma légua em quadra para sustentação dos índios e missionários" (BIBLIOTECA NACIONAL, DOCUMENTOS HISTÓRICOS. V. LXIV, p. 67, apud CÂMARA NETO E BRANDÃO, 2018).

Contudo, de acordo com Câmara Neto e Brandão (2018), os Kariri-Xocó acreditam que a origem de suas terras foi fruto de doação realizada diretamente pelo imperador D. Pedro II, quando de sua passagem para visitar a cachoeira de Paulo Afonso. Para eles, a doação das terras pelo Governador ocorreu pela vontade do Imperador, fato que conflita em datas em pelo menos 151 anos.

Ao menos há um motivo para que os indígenas acreditem na doação feita por D. Pedro II, uma vez que foi citado seu encontro com indígenas no Relatório do Imperador.

> "16 de outubro de 1859. De Propriá fui ao Porto Real do Colégio, onde houve antiga igreja e convento dos jesuítas, que já não existem... Aparecem bastantes descendentes dos índios, de raça já bastante cruzada, trazendo alguns cocares de penas com seus arcos e flechas e jaqueta, atirando um deles por ordem minha duas flechas, da quais acertou uma, num mourão assaz largo e a pouca distância (PEDRO II, 1859, p. 111)". (MATA, 2014: 77-78 apud CÂMARA NETO E BRANDÃO, 2018)

A minha visita aos Kariri-Xocó ocorreu em 05 de janeiro de 2018. Ao chegar à aldeia Kariri-Xocó fiquei surpresa com sua localização, muito próxima a área urbana. Pela localização e pela presença de um portal de acesso, à primeira vista, me pareceu um conjunto residencial, diferente das aldeias por mim visitadas até aquele momento.



Figura 16: Acesso a aldeia Kariri-Xocó.Fonte: Autora.

Quando cheguei, descobri que o atual cacique José Cícero Queiroz Suíra, de 40 anos, estava há muito pouco tempo como líder do grupo, uma vez que o anterior, cacique Cícero de Souza Santiago, havia falecido recentemente, motivo pelo qual optei por entrevistar o pajé[37], em razão da idade do mesmo.

O pajé Júlio Queiroz Suíra, de 81 anos, me recebeu na cozinha de sua casa, na presença do atual cacique, que também é seu filho. O pajé disse não conhecer pessoalmente a Serra da Barriga, mas conhecia a história de muito tempo. Perguntei então, o que ele conhecia da Serra da Barriga, e ele me respondeu:

> *o que conhecia dessa história é que era um... foi um povo que... não morreu... ele não morreu ele desapareceu né... por perseguição e eu acho que ele foi uma pessoa que lutou morreu pela humanidade e pelo povo dele... desapareceu pelo povo dele e isso pra mim é o que a minha religião pede... a gente tem que lutar e se sacrificar para o bem de nosso povo que os negro e o índio samos um povo diferente... por isso ainda hoje existe essas marcação em cima... e do índio com especialidade somo mais prejudicado de tudo (...) (*Entrevistado: Pajé Júlio Queiroz Suíra, de 81 anos, etnia Kariri-Xocó).

[37] Na aldeia o cacique e o pajé têm funções distintas, embora ambos sejam lideranças. Enquanto o primeiro é um líder político, o segundo é um líder espiritual.

Pela fala do pajé é possível perceber que a história que ele conhece é a de Zumbi, que se sobressai a de Palmares. E assim como os Xukuru-Kariri e Karapotós, há uma identificação com os negros por se reconhecerem como "povo diferente".

Quanto à importância da Serra da Barriga para o Brasil, o pajé Júlio Queiroz Suíra respondeu, que os negros dos Palmares geraram riqueza aos que posteriormente os perseguiram, que "merecem respeito para todos nós".

Perguntei também se a Serra da Barriga também tinha importância para os indígenas e sua resposta foi que a considerava como "uma casa no trono respeitado por Deus."

Era a quarta liderança indígena que eu entrevistava até aquele momento, senti na fala do pajé um certo distanciamento entre os Kariri-Xocó e o monumento Serra da Barriga. Poderia ser em razão da distância física, temporal, ou mesmo de interesses, visto que são povos que vem lutando há muitos anos pelo direito de ocuparem suas terras tradicionais, a Serra da Barriga não estaria entre suas reivindicações. Além disso, a afinidade com a causa negra, os tem feito solidários.

2.1.4 Os Tingui-Botó e a Serra da Barriga

Os Tingüi-Botó estão localizados no povoado de Olho D'Água do Meio, município de Feira Grande, no agreste alagoano. Seu reconhecimento oficial através da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ocorreu no início da década de 1980. A origem dos Tingüi-Botó está relacionada aos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio e seu etnônimo teria sido escolhido pela relação de Zé Botó, indígena Kariri de Porto Real do Colégio que se estabeleceu na localidade, e por causa do *tingui* (*magonia pubescens*), planta usada para pesca, que deixa os peixes tontos. (BARRETO e MARTINS, 2009)

A visita aos Tingüi-Botó ocorreu na mesma manhã do dia 05 de janeiro de 2018, após ter conversado com o pajé Kariri-Xocó. Também sem prévio agendamento, não encontrei o cacique Eliziano de Campos na localidade, pois estava na mata para o ritual sagrado do Ouricuri. Fui recebida por seu filho mais velho, que me deu o número telefônico

do cacique e me pediu para ligar depois do dia 21 de janeiro, quando já teria retornado da mata. Perguntei se poderia entrevista-lo, e Marcus Sabarú, que não revelou a idade, mas de aparência jovem, na casa dos 30 anos, me concedeu a entrevista.

Marcus Sabarú disse haver conhecido a Serra da Barriga na festa do dia da Consciência Negra a convite do Movimento Negro, com quem os Tinguí Botó têm articulação, tendo retornado algumas vezes.



Figura 17: Aldeia Tingüi-Botó. Fonte: Autora.

Ao falar da importância da Serra da Barriga para o Brasil, o filho do cacique disse que a Serra da Barriga tem uma importância grande porque é um símbolo de resistência, de luta contra o opressor. Mas que a história precisa ser recontada, pois não agrada a todos por não ser a verdade, pois além do povo negro os indígenas também estavam lá, *"essa parte precisaria ser melhorada porque além do povo negro tava os indígenas lá"*.

Aos que conheciam pessoalmente a Serra da Barriga, perguntei do que mais havia gostado, do que não havia gostado e o que acrescentariam ao lugar. Marcus Sabarú respondeu que gostou mais da vegetação e acrescentou também, que não gostava da desinformação sobre a presença indígena e acrescentaria a preservação do entorno, pois a área de floresta é pequena para a diversidade da fauna e flora e ainda, um trabalho de valorização, conscientização através das escolas, sobretudo na cidade de União dos Palmares.

> *(...) deveria ser né deveria ter dizendo que além de Zumbi dos Palmares e Dandara teve outras lideranças indígenas também... falar sobre / um espaço que tá lá porque houve algumas escavações e alguns achados arqueológicos que deveria tá se não exposto mas tá pelo menos uma plaquinha dizendo que teve e tal... falar da presença dos indígenas lá porque isso não diminui a luta do povo negro né... isso só acrescenta isso só ... só mostra que o movimento social já ... já acontecia lá atrás né... que a resistência contra a opressão já ... já foi feita lá atrás não é nada novo... que meio que pessoas lá atrás (...)*

> *(...) o que eu não gosto é que falta a história...tá em pedaço...ela não conta porque... jamais os povos vindo trazido forçado da África ele não conhecia a geografia do Brasil né... não saberia que numa serra daquela ali teria um / era de difícil acesso... daria pra vigiar quem chegava... tinha água potável lá em cima... tinha fruta tinha caça tinha vegetação né... só um indígena né nativo que poderia dizer isso né... (*Entrevistado: Indígena Marcus Sabarú, etnia Tingui-Botó)

Uma das falas de Marcus Sabarú também refletiu o que muito já ouvi acerca dos moradores de União dos Palmares na sua relação com a Serra da Barriga e sua história, o que parece tem um pouco de verdade, carecendo de uma investigação mais profunda. O que muito se fala, e que pode ter fundamento histórico, é que o morador de União dos Palmares não valoriza a Serra da Barriga, monumento ao negro, por serem descendentes daqueles que venceram os palmarinos.[38]Através da leitura de documentos históricos Décio Freitas (2004) relata as promessas de doações das terras em favor dos vencedores da guerra contra Palmares.

> *(...) precisa ter a conscientização inclusive das pessoas de União que eu percebi que são muito preconceituosas em relação a tudo isso mas... pelo uma parte eu entendo porque até quem ... quem habita lá é família dos que colonizaram também né então... talvez tenha um pouco do sangue daqueles que / dos opressores (...)* (Entrevistado: Indígena Marcus Sabarú, etnia Tingui-Botó)

Dos entrevistados, até este momento, foi a primeira vez que registrei um descontentamento com a história associada ao monumento Serra da Barriga, entretanto, me pareceu que trata de uma insatisfação com a desinformação, apenas. Não há uma disputa com o negro, ao contrário, na sua fala Sabarú diz que a Serra da Barriga *"é um pedacinho da África também é um pedacinho da luta (...) da luta mundial né contra a injustiça"*.

[38] De acordo com Danilo Luiz Marques (2015) "O espaço alagoano foi formado à 'sombra' da simbologia de Palmares, as elites se utilizaram de um discurso negativo em relação aos aquilombados da Serra da Barriga, algo reforçado na memória local através de uma educação oficial que vangloriava a vitória das forças contrárias aos quilombos". Segundo o autor, o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (antigo IAGA), atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) contribuiu com esse processo, com a publicação de artigos que marginalizavam os palmarinos em suas revistas.

2.1.5 Os Wassu Cocal e a Serra da Barriga

Os Wassú Cocal estão localizados em uma área que abrange terras dos Municípios de Joaquim Gomes, Colônia Leopoldina, Matriz de Camaragibe e Novo Lino[39], no estado de Alagoas, e, segundo o IBGE de 2010, possui 2.234 pessoas. Possuem 2.758ha já regularizados e 9.098ha em processo de regularização, totalizando 11.842ha, ou seja, cerca de 20% da área total reivindicada, que é 57.000ha. Estão divididos em quatro núcleos: Cocal, Pedrinhas, Fazenda Freitas (ou Gereba) e Serrinhas. (OLIVEIRA, 2016)

Assim como os Xucuru-Kariri, de Palmeira dos Índios e os Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, os Wassu Cocal estão estabelecidos em terras remanescentes de um dos aldeamentos localizados ao sul da Província de Pernambuco, onde é o atual estado de Alagoas, na aldeia Cocal.

Esse grupo indígena possui um histórico de participação em conflitos importantes, aos quais são atribuídas algumas hipóteses para seu estabelecimento naquela região, como a guerra contra Palmares, a guerra do Paraguai e a guerra dos Cabanos ou Cabanada[40].

De acordo com SILVA (2006), as terras desta aldeia teriam sido doadas pela Coroa Portuguesa em forma de recompensa pela participação dos índios nas forças coloniais que destruíram os Quilombos dos Palmares, o que parece um equívoco do autor, uma vez que ele se refere a aldeia Cocal, como sendo a mesma Urucu, sendo que ambas são distintas, existiram concomitantemente, tendo Urucu se localizado à margem esquerda do rio Mundaú,

[39] De acordo com o Relatório do estudo preliminar sobre a eleição de área para os Wassú, a fim de se criar a Reserva Indígena do Cocal, 1980, Cocal é a área tradicionalmente ocupada, que além dos municípios citados, ainda abrangia Passo de Camaragibe.

[40] A Guerra dos Cabanos (1832-1835) teve início a partir da insatisfação de políticos conservadores de Pernambuco, exonerados de cargos da administração imperial quando da abdicação do trono por D. Pedro I em 1831. Vários proprietários de engenhos localizados na Zona da Mata sul de Pernambuco e norte de Alagoas, uniram-se ao movimento. Indígenas de aldeias localizadas na região entraram em conflitos armados ao lado dos cabanos em função das alianças locais. Com a intensificação dos conflitos vários líderes rebeldes, membros das elites, foram presos, morreram em combate ou se retiraram do movimento. Foi quando a Cabanada ganhou contornos mais populares, agregando além dos índios, escravos e outros despossuídos pressionados pela produção de açúcar da região. (DANTAS,2014)

onde atualmente se localiza União dos Palmares[41] e Cocal, à margem esquerda do rio Camaragibe, onde está atualmente, de acordo com descrições das aldeias de Alagoas, por Abelardo Duarte em 1969. (BELTRÃO, 1980)

ALDEIAS DOS INDIOS DA PROVINCIA DAS ALAGOAS			
NOMES.	MUNICIPIOS.	COMARCAS.	FREGUEZIAS.
Jacuipe.	Porto Calvo.	Porto Calvo.	Nossa Senhora da Apresentação.
Cocal.	Passo de Camaragibe.	"	Bom Jesus.
Urucú.	Imperatriz.	Imperatriz.	Santa Maria Madalena.
Limoeiro.	Assembleia.	"	Bom Jesus
Santo Amaro	Pilar.	Atalaia.	Nossa Senhora do Pilar
Atalaia.	Atalaia.	"	Nossa Senhora das Brotas.
Palmeira dos Indios.	Palmeira dos Indios.	Anadia.	Nossa Senhora do Amparo.
Colégio ou Porto Real.	Penedo.	Penedo.	Nossa Senhora da Conceição.

Figura 18: Aldeamentos indígenas em Alagoas. Abelardo Duarte (1969) apud Clóvis Antunes (1984).

O aldeamento Urucu tem maior probabilidade de ter sido formado por índios que combateram Palmares, de acordo com Beltrão (1980) “Provavelmente, data do ano de 1703 e com a extinção dos negros dos Palmares”.

Edson Silva (2016) diz que a extinção de Urucu foi solicitada em 1860, tendo o diretor geral dos Índios informado ao presidente da Província haver arrendado as terras com consentimento dos indígenas. E ainda, que após a declaração oficial de extinção dos aldeamentos, em 1872, seguiu-se o processo de medição e demarcação de suas terras, o qual favoreceu os invasores, rendeiros que não pagavam pelo arrendamento. Com o

[41] União dos Palmares teve como primeiro nome Santa Maria Madalena, após a chegada do português Domingos José de Pino, em meados do século XVIII, que construiu uma pequena capela no povoado dedicada à Santa. Em homenagem à Imperatriz Amélia, segunda esposa de Dom Pedro I, o nome passou a se chamar Vila Nova da Imperatriz, em 1831. Em 1889, através de Decreto de Lei passa à condição de cidade e passa a chamar-se União, em razão da união ferroviária entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. Em 1944, foi acrescido o nome Palmares, em homenagem aos Quilombos dos Palmares.

reconhecimento de suas posses como legítimas, foram destinados aos índios, lotes individuais de diversos tamanhos, para casados e solteiros, enquanto para outros, só restou trabalhar para os senhores de engenho em suas próprias terras (usurpadas) ou dispersar-se pela região.

Tal explicação para a extinção de Urucu parece ter amparo na configuração da autodenominação dos grupos existentes nos dias atuais, pois na região de União dos Palmares não há reconhecimento de terras indígenas e se assim houvesse, poderia gerar um novo conflito entre negros e índios, em razão da Serra da Barriga, naquela localidade, ter sido reivindicada pelo Movimento Negro como símbolo de identidade. Outra hipótese é que, considerando a dinâmica intensa de reorganização dos grupos indígenas do Nordeste, estes podem ter se unido a outras etnias ou mesmo mudado o nome para evitar maiores conflitos.

Por outro lado, os índios Wassú Cocal atribuem suas terras à doação de D. Pedro II em recompensa à participação destes na Guerra do Paraguai (SILVA,2006) fato histórico que ocorreu também com etnias do Mato Grosso.

Também há uma versão que a sua origem teria sido durante a Guerra dos Cabanos, constituída por índios vindos das aldeias de Barreiros e Jacuipe ambas de Pernambuco (OLIVEIRA, 2016).

Aldjane de Oliveira (2016) entrevistou o cacique Wassú Geová, e obteve a explicação sobre como o seu povo começou a habitar aquelas terras:

> A.: Nos livros tem dizendo que esses índios daqui eram de outros lugares e só depois das guerras eles vieram morar nessa região. O senhor acha que já tinha índio aqui antes disso? Por que como o senhor tá dizendo o Capitão Salazar veio buscar índio aqui...
>
> Cacique Geová: Não, os índios já existia aqui. Antigamente eles viviam mais na beira da praia, ai quando os portugueses foram chegando, ai foram expulsando...desmanchado as malocas, ai os Wassú vieram parar aqui na beira do rio Camaragibe e ai continuou, ai foi quando começou a Guerra, eles ficaram três meses aqui esse capitão Salazar... os índios se escondendo pra num ir, mas de vez em quando ele pegava um né, foi juntando, juntando... eu sei que daqui mesmo ele levou doze índios e levou das outras tribos também, de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, de todo canto ele levou... (foi mulher também?) Foi mulher também, daqui eu não sei se foi mulher também, eu sei que foi 12 homens. (Conversa realizada no dia 24 de março de 2016).(OLIVEIRA,2016)
>
> (...)
>
> A.: Essa história dos índios antigamente, terem vindo da região da praia, o senhor escutou de quem? Num foi nenhum estudioso que veio dizer não?
>
> Cacique Geová: Foi do meu avô. Eles (os antepassados) contavam mesmo! Que onde tavam as malocas... eles (portugueses) foram invadindo as terras, ai onde tinha

> índio eles foram botando pra correr né?! Matavam os índios, e com isso eles (índios) ficaram desassossegados, só vieram ficar sossegado depois dessa guerra quando o Dom Pedro II deu esse chão de casa pra eles, que eles queria pagar em dinheiro né a luta deles, ai eles (índios) falaram que não, queria chão de casa porque eles não tinham onde morar. Ai ele deu esse chão de casa, foram 57,19 mil hectares, foi a terra que ele deu pra os Wassú é ela que a gente vive nela aqui, quer dizer que num vive nela tudo, a que a gente tá em 2.700,19 e o resto tá tudo na mão dos fazendeiros. (OLIVEIRA,2016)

Em 11 de maio de 2018 visitei os Wassu Cocal, às margens da BR 101, em Joaquim Gomes. Mais uma vez cheguei à localidade sem prévio agendamento, entrei no posto de saúde indígena onde procurei me informar onde encontrar o cacique Geová. Não consegui conversar com o cacique, ele não se encontrava na aldeia, mas as atendentes do posto, muito atenciosas, chamaram uma das lideranças, Benício José de Lima Júnior de 37 anos, filho de um dos pajés, que também é coordenador da Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), que me concedeu uma entrevista.



Figura 19: Aldeia Wassu Cocal. Fonte: Autora.

Os indígenas do Cocal são bastante organizados, além do cacique e do pajé, possuem outras 14 lideranças que representam segmentos da comunidade, como liderança dos jovens, da saúde, da educação, entre outras. As lideranças compõem o “conselho tribal”, assim chamadas as reuniões de lideranças. (OLIVEIRA,2016)

Antes de começar a entrevista conversamos um pouco, e lhe indaguei acerca da origem das terras terem sido como recompensa pelo combate aos palmarinos e Benício Júnior disse não proceder. Segundo ele, a Serra da Barriga teve sua história, entre os Wassú, passada de pais para filhos e netos, tendo se tornado tradicional e que as crianças da aldeia têm conhecimento do histórico da Serra da Barriga, do envolvimento e da presença indígena lá existente. Disse ter conhecimento da existência de muitos indígenas na região da Serra da Barriga, tanto de sua comunidade como de outras regiões. Benício Júnior considera que a Serra da Barriga tem uma importância muito grande, pela luta e defesa da liberdade dos negros e indígenas. Que o que mais gosta, na Serra da Barriga, á a diversidade cultural que lá existe, e que achava mais interessante quando as pessoas subiam a pé.

> *(...) o esforço era mais interessante né... pra subir ali a pé caminhando... a presença cultural né de acordo com a característica ela era bem mais forte né... e hoje através da tecnologia da evolução a gente sabe e vê o cenário mudou né um pouco... totalmente então... pra mim era muito mais interessante aquele o... o cenário anterior porque ele se caracterizava mais de acordo com o histórico de antigamente.* (Entrevistado: Liderança Benício José de Lima Júnior, 37 anos, etnia Wassu Cocal)

Benício Júnior disse que, o que não gosta na Serra da Barriga, é que muitas pessoas vão lá e não têm respeito com o lugar, para ele sagrado.

> *(...) a presença de muitos é... na época do período né que determinaram uma época um período aí de se fazer presente né... então a presença de... de muitas pessoas né que vão simplesmente pra... por esporte né... porque a gente sabe que ali existe uma finalidade da gente chegar até ali né... devido todo um histórico que aconteceu né e a gente percebe que tem muita gente que vai por esporte né sem dá a mínima importância né... sem sequer é... se apropriar dos conhecimentos históricos né que ali / da importância também que é pra quem realmente entende num é... principalmente pra nós indígenas pra os negros né e as pessoas que estiveram ali sempre... em prol daquele...daquele contorno e histórico dela.*
>
> *(...)*
>
> *(...) ali é um local sagrado é um local histórico é um lugar é... onde aconteceram diversas cerimônia né... é pra que os nossos antepassados tanto os indígenas como os negros eles se protegessem através de seus conhecimentos espirituais né... então sem dúvida ali a serra é um que / de muito respeito né é um local fino é um local onde as pessoas que é... que se disponibilizassem a chegar até lá chegasse com*

> *bastante respeito porque sem dúvida é um local muito sagrado.* (Entrevistado: Liderança Benício José de Lima Júnior, 37 anos, etnia Wassu Cocal)

Benício Júnior disse que acrescentaria na Serra da Barriga um direcionamento mais restrito às práticas ritualísticas.

> *(...) tem gente às vezes que chega a entrar com bebida alcoólica né... tem gente que chega com outras práticas né... e pra mim o que eu acho que devia mudar era isso que existisse só um direcionamento uma finalidade né... que é que fosse direcionado simplesmente só pras práticas de rituais e tudo isso que... fosse praticado com muito respeito pra quem tivesse a intenção de chegar até lá..*(Entrevistado: Liderança Benício José de Lima Júnior, 37 anos, etnia Wassu Cocal)

Mais uma vez percebe-se que a visão do indígena para o monumento Serra da Barriga, mesmo inserido no contexto, não contesta o direito do negro de ter aquele lugar como seu. Em sua fala, Benício Júnior utilizou sempre os dois grupos, assim como a indígena Xukuru-Kariri, Eleíta.

Os Wassú Cocal tem dois pajés, sendo um deles, Benício José de Lima, pai da liderança entrevistada, e José Cícero da Silva, mais conhecido como pajé Lula. Como o pajé Lula se encontrava na localidade, fui ao seu encontro na escola estadual indígena José Máximo de Oliveira, uma das quatro escolas indígenas da comunidade.

O pajé Lula de 54 anos me recebeu com um sorriso largo e demonstrou muita alegria em conversar sobre a Serra da Barriga. Disse conhecer o monumento por meio dos seus pais e avós, *"que eles sempre falavam da Serra da Barriga... que lá tinha o Zumbi onde foi... onde foi o Zumbi morreu e lutando pela sua classe".*

Ao falar da importância da Serra da Barriga para o Brasil, o pajé Lula disse que é um patrimônio histórico, para Alagoas, para o Brasil e para o mundo.

> *(...) é uma serra que todo mundo vai visitar todo mundo fica lá é... em ano e ano... a gente mesmo índio também a gente vamo pra lá também passamo o dia todinho lá... é uma maravilha... a serra da barriga para o Brasil e para o mundo é um patrimônio histórico que nunca pode se acabar.* (Entrevistado: Pajé José Cícero da Silva, 54 anos, etnia Wassu Cocal)

O pajé Lula demonstrou muito apreço pelo lugar, e disse *"não tem nada que eu não goste na Serra (...) tudo da serra é... maravilhoso você tá lá dentro da mata... dentro daquelas oca é maravilhoso tudo que tem lá é bom".* Mesmo assim, pode melhorar, segundo o pajé Lula, os governos estadual e federal precisam ter um projeto para a cultura dos índios e negros, para que estas não morram.

> *é que o governo do estado... governo federal ele olhasse mais pra aquelas partes cultural... porque a cultura do nosso Brasil ela tá se acabando e se o governante hoje não... não vê com bons olho para a cultura do Brasil aí vai extinção o que eu quero é que o governo estadual governo municipal governo federal faça um projeto... tenho um projeto para a cultura do índio não morrer a cultura dos negro não morrer no caso... isso é cultura... cultura essa dos negro e dos índio e por aí a fora vai.* (Entrevistado: Pajé José Cícero da Silva, 54 anos, etnia Wassu Cocal)

O pajé Lula disse se sentir representado na Serra da Barriga, pois todo ano os índios de sua aldeia são convidados e vão à serra, dançam *toré,*[42] levam artesanato e participam da festa.

Sinto tanta empolgação e entusiasmo do pajé ao falar sobre a Serra da Barriga, que me arrisco em perguntar qual o valor que a serra tem para a comunidade indígena, e ele me responde com muita emoção:

> *não... a Serra da Barriga não tem valor... é o valor extrêmico [sic] não tem valor... o valor da Serra da Barriga nem... ninguém pode pagar o valor da Serra da Barriga é um valor que a gente não pode nem dizer porque ali é um marco histórico é... foi Deus que deixou aquilo ali.* (Entrevistado: Pajé José Cícero da Silva, 54 anos, etnia Wassu Cocal)

O pajé não entendeu o sentido de valor que perguntei, mesmo assim sua resposta me bastou para compreender que há uma relação de afeto com o monumento.

---

[42] Toré é um elemento cultural que codifica a autoctonia dos índios da região Nordeste do Brasil. Trata-se de uma dança ritual que consagra o grupo étnico. Hoje, o toré está totalmente incorporado ao movimento indígena no Nordeste como forma de expressão política. Grünewald, R. de A. **Toré e Jurema: Emblemas Indígenas no Nordeste do Brasil.** Ciência e Cultura, Brasil, p. 43 - 45, 01 out. 2008.

Ao estudar sobre os indígenas de Alagoas, em particular sobre as etnias que mantem relação com a Serra da Barriga, percebi que estes continuam sua luta, numa resistência que vem desde a chegada dos colonizadores por essas terras. Lutam não somente pelo direito básico de ter o seu reconhecimento enquanto grupo étnico, que lhes garantem o acesso às terras, tradicionalmente ocupadas ou reservas, como também, o mais cruel, lutam contra grileiros que constantemente invadem suas terras e matam as suas lideranças, como já é registrado desde o século XIX.

Trago abaixo trecho do discurso de Hibes Menino de Freitas, representante Wassú Cocal, na reunião da Comissão Pró-índio que ocorreu entre os dias 24 e 30 de abril de 1981, em São Paulo para ilustrar quais as disputas e conflitos que ainda estão presentes no cotidiano dos indígenas.

> *Agora mesmo, na invasão que teve na minha aldeia na 2ª feira passada, os grileiros ameaçaram que ia lá cercar a aldeia de qualquer jeito, cercar armado de jagunços pra matar todo mundo. Eu como vice-cacique, o cacique, o pajé e o representante do conselho tribal nos reunimos pra combater. Mas não temos nada, só temos pedaços de pau, enxada e foice, e a coragem que foi dada por Deus, que não foi comprada não (...) A Policia Militar foi na 2ª feira acompanhada pelo prefeito de Joaquim Gomes, Gendevaldo Cícero dos Santos; chegou lá na aldeia, a ponte estava derrubada para não dar acesso, porque os jagunços entrariam de caminhão, armados, e mataria o pessoal na aldeia, mas a pé eles não entravam porque eles não são doidos. Podem ser doidos,mas não são besta. Aí o que é que o delegado e o prefeito fazem- dizem:" Não, vamos levantar a ponte, porque essa ponte aqui dá acesso a interesse de A e B e lá vai. E vocês não se mexem, vocês não vão ajudar?" E o meu povo disse: "nós não ajuda, nós derrubamos ela, e se tiver necessidade, a hora que o senhor der as costas nós derruba de novo". Ele disse assim: "Se vocês se meterem a doidos,lembrem-se que uma rajada de metralhadora mata vocês todinhos".* (Cadernos da Comissão Pró-índio – Nº III -1981, p. 18-19 apud OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Oliveira (2016), Hibes Menino de Freitas foi sequestrado e morto quando voltava de Maceió para Joaquim Gomes no dia 22 de agosto de 1991. Ele teria sido sequestrado por três homens com fardas da Polícia Militar, que pararam o carro em que ele estava e o levaram. Seu corpo foi encontrado horas depois algemado e com vários tiros. Neste mesmo ano, os Wassú tiveram a demarcação de suas terras homologada, mas nem por isso atenuaram-se os conflitos entre índios e grileiros, sendo as terras ainda objeto de disputa.

Nesse contexto de resistência pela sobrevivência o discurso patrimonial aparece em segundo plano, pois ainda não é vista como um instrumento de resistência pelos indígenas. Não se percebeu uma reivindicação desse grupo indígena pelo reconhecimento da

Serra da Barriga como seu lugar de memória, salvo pela fala do Marcus Sabarú, Tinguí-Botó, quando disse que “a história precisa ser recontada”, se referindo à ausência de referências aos indígenas na história contada na Serra da Barriga. Ao contrário, percebe-se uma reverência ao monumento e a solidariedade aos negros. Mas, entendo que a Serra da Barriga enquanto elemento que simboliza Palmares, representa os grupos negro e indígena, pela memória de ambos os grupos, como marco contra à escravização, perseguição, injustiça que sofreram ou ainda sofrem.

2.2 Os campesinos da Serra da Barriga

Aos moradores da área tombada chamarei de campesinos, assim como Rosa Lucia Lima da Silva Correia, em sua tese de doutorado *COMO OS NÊGOS DOS PALMARES: UMA NOVA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NA SERRA DA BARRIGA-AL* (2016), que fez uma investigação etnográfica, trazendo as memórias da desapropriação e as formas cotidianas de resistência dos, também por ela chamados, sitiantes, em conflito com o patrimônio nacional e a memória coletiva do Movimento Negro. Em sua investigação, utiliza as teorias sobre o campesinato, em especial no Nordeste, a campesinidade, as formas cotidianas da resistência camponesa, além de memória, história e patrimônio.

O termo campesino ou camponês define o indivíduo que tem em sua forma de relação com a terra o campesinato, que se caracteriza por um modo específico de produção centrado na família, que além de proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na terra. Sendo a família um dos eixos da formação social, é por ela que o camponês vive e é pelo trabalho na terra que estabelece suas relações consigo e com o mundo (CORREIA, 2016), tal qual os moradores da área tombada da Serra da Barriga.

O trabalho da antropóloga Rosa Lucia Lima da Silva Correia foi muito importante, pois complementou a minha investigação junto aos moradores, centrada em perguntas preestabelecidas em questionário. Rosa Lucia conviveu por cinco meses com os moradores, como hóspede de uma das famílias. Mas antes disso, já tinha estudado o lugar no mestrado.

Os campesinos, não todos, mas uma boa parte, são filhos e netos de quem já morava na Serra da Barriga, à época do tombamento. Ao longo do processo de tombamento, essas pessoas são chamadas de posseiros[43], entretanto por não serem nem posseiros, nem proprietários de terras, não tiveram direito à indenização pelas áreas que ocupavam, quando da desapropriação.

Segundo consta no processo de tombamento, eram considerados 11 posseiros, os quais não foram notificados do tombamento, uma vez que, como constatado, não se caracterizavam como tal. Apenas um deles foi qualificado como arrendatário[44] de um dos dois proprietários, Luís Soares Pinto, e os demais, como trabalhadores da Usina Laginha, proprietária da outra parcela, sendo somente notificados os que de fato detinham a posse.

Nenhum outro instrumento de proteção afetou tanto a vida dos moradores da Serra da Barriga, quanto a desapropriação, visto que, de acordo com a Informação nº 116/85, de 31 de outubro de 1985, componente do processo de tombamento, não havia nenhuma intenção de retirá-los do local.

> (...) As parcelas atualmente ocupadas pelos posseiros serão respeitadas; suas plantações fazem parte do aspecto atual da Serra. Quaisquer alterações que venham a introduzir-se, assim como o próprio projeto do Memorial deverão obter aprovação prévia da SPHAN.
>
> O convívio harmonioso com os posseiros e proprietários vizinhos será a forma adequada para assegurá-los quanto à validade do tombamento e de estimulá-los a uma adesão ao mesmo, como forma de testemunhar o particular reconhecimento de cada um, do valor histórico que a Serra representa. Confirma-se, assim, o presente tombamento, como etapa do processo de preservação do sítio histórico da Serra da Barriga e da luta pelos valores que ela simboliza. (Processo 1069-T-82, Vol. II, fls.138 e 139)

De acordo com o *Laudo Antropológico de Caracterização dos Moradores da Serra da Barriga, União dos Palmares/AL*[45] de 2016, são 19 famílias que atualmente moram na área tombada, distribuídas em 15 residências.

---

[43] O termo posseiro designa aquele que detém a posse da terra, porém sem comprovação, ou ocupa terras devolutas. Como os moradores possuíam uma relação de trabalho ou de arrendamento com os verdadeiros proprietários, não tiveram direito a indenização, visto que não possuíam direitos sobre a terra que ocupavam.

[44] O arrendatário foi identificado como João Leopoldino dos Santos que, de acordo com o Laudo Antropológico e entrevista aos moradores, dele descendem várias famílias da área tombada.

[45] Em atendimento à Ação Civil Pública nº 0833766-83.2015.4.05.8000 (7ª Vara Federal/AL), o INCRA-AL, por meio da antropóloga Queila de Brito Oliveira, elaborou Laudo Antropológico de Caracterização dos Moradores da Serra da Barriga, União dos Palmares/AL. Tal laudo foi requerido pela necessidade de

Confrontando os dados do Laudo Antropológico com os mapas produzidos durante a instrução do processo de tombamento, e ainda com o *Relatório de Levantamento Fundiário efetuado no local denominado Lagoa dos Negros, localizada na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, no estado de Alagoas*[46], de 1988, percebe-se que boa parte das famílias que hoje ocupa a área tombada, se fixaram no local após o tombamento e mesmo da desapropriação. Tanto os mapas quanto o levantamento fundiário foram elaborados entre 1985 e 1988, portanto contemporâneos. Quanto ao Laudo Antropológico, este foi produzido com pelo menos 30 anos de distância, podendo apontar um cenário diverso daquele produzido pelos documentos de referência acima referenciados.

O Laudo Antropológico apontou 08 troncos familiares[47], que apresentam situações diversas quanto à ocupação territorial na Serra da Barriga. Tal ocupação caracteriza-se de quatro formas: 1. Troca ou compra de "posse de terra" dentro da área tombada e estabelecimento de agricultura familiar independente; 2. Arrendamento verbal antes do tombamento e estabelecimento de agricultura familiar independente; 3. Trabalhadores da Usina Laginha que quebraram o regime de sujeição e permaneceram dentro da área tombada; 4. Famílias que chegaram antes ou depois do tombamento, dos quais não se sabem os detalhes quanto à ocupação territorial.

Os troncos familiares são: **Tronco 1** - de acordo com o Laudo Antropológico, se instalou na Serra da Barriga em 1994, provenientes do município de Colônia de Leopoldina, adquiriram uma "posse de terra" na área tombada, em terreno que pertencia a Luís Soares Pinto, um dos proprietários das glebas à época do tombamento; **Tronco 2** - é o mais antigo, chegou à Serra da Barriga em 1963, através de "compra de posse" nas terras de Luís Soares Pinto, no pé da Serra da Barriga e posteriormente estabeleceu um arrendamento verbal em área dentro do perímetro tombado; **Tronco 3** - estabeleceu-se na Serra da Barriga em 1976, também antes do tombamento; **Tronco 4** - se estabeleceu no local em 1989; Não foi possível estabelecer uma data para a chegada do **tronco 5** em razão do único representante a residir na Serra ter problemas de saúde mental; **Tronco 6** - é o de ocupação mais recente,

---

caracterizar os moradores da área tombada como quilombolas, ou não, para uma tomada de decisão quanto a permanência dos mesmos na área tombada.

[46] O *Levantamento Fundiário efetuado no local denominado Lagoa dos Negros, localizada na Serra da Barriga, município de União dos Palmares* foi elaborado pelo engenheiro Áureo Araújo Faleiros em 1988, objetivando a caracterização fundiária da área declarada de utilidade pública para fins de expropriação. O referido documento não faz parte do processo de tombamento, foi encontrado no arquivo físico da Superintendência do IPHAN em Alagoas.

[47] Origem de família, tábua genealógica.

2004, que após serem dispensados da Usina Laginha adquiriram uma "posse de terra" dentro da área tombada; **Tronco 7** - se estabeleceu na área em 1976 como funcionários da Usina Laginha em "regime de sujeição", quebrado após a desapropriação das terras; e, **Tronco 8** - se estabeleceu na área em 1991, eram trabalhadores da Usina Laginha e adquiriram uma "posse de terra" na área tombada.

As aquisições das atuais "posses de terra" mencionadas ao longo da caracterização da ocupação territorial dos oito troncos familiares identificados na Serra da Barriga, ocorreram basicamente através de troca, como também de venda sem escritura, visto que não possuíam título de propriedade. Tal constatação decorre da não identificação, com exceção do Sr. Cícero João dos Santos, de remanescente da época do tombamento, seja de acordo com os mapas produzidos, que indicavam os supostos posseiros, como também no Relatório de Levantamento Fundiário, à época da desapropriação e, por último, no Laudo Antropológico.

Uma moradora da área tombada que entrevistei, disse como conheceu a Serra da Barriga.

> *foi através de um morador que já morava aqui então ele foi pra... capital e meus pais como tinha muito criança ele resolveu... o rapaz ofereceu aqui a Serra da Barriga como troca de venda então a gente / meu pai pensou veio olhar o sítio gostou... e trocou a casa daqui com uma de Maceió pra o rapaz então foi assim que a gente veio morar aqui.* (Entrevistada: LMMF, representante do tronco1, 29 anos)[48]

Os mapas produzidos em atendimento à instrução do tombamento são de 1985 (anexo I), estes demarcavam áreas internas às glebas dos dois únicos proprietários que constam na demarcação da poligonal proposta, Luís Soares Pinto e Usina Laginha, sendo apenas oito identificados, dos onze supostos posseiros, conforme tabela 1.

[48] Para preservar os nomes dos entrevistados, em razão da situação de conflito, os nomes verdadeiros não serão revelados.

SUPOSTOS POSSEIROS NO MAPA DA ÁREA A SER TOMBADA E SUAS ÁREAS DE CULTIVO.	
JOÃO LEOPOLDINO DOS SANTOS[49]	213.800,00m² (cana, inhame, batata, mandioca e fruteiras)
BENEDITO CLARÊNCIO	19.900,00 m² (algodão, mandioca, feijão e fruteiras)
CLARÊNCIO JOSÉ DE LIMA	17.300,00 m² (algodão, mandioca, feijão e fruteiras)
JOSÉ VESPA	18.300,00 m² (mandioca, milho, feijão e fruteiras)
BENEDITO AMÂNCIO DA SILVA	35.500,00 m² (algodão, mandioca, feijão e fruteiras)
JOAQUIM JOSÉ DA SILVA	18.400,00 m² (mandioca, milho e fruteiras)
ANTÔNIO CORREIA	12.900,00 m² (mandioca, milho e fruteiras)
SR. ZEZÉ	5.500,00 m² (feijão, fava, mandioca e fruteiras)
NÃO IDENTIFICADO	2.700,00 m² (não identificado)
NÃO IDENTIFICADO	3.600,00 m² (não identificado)
NÃO IDENTIFICADO	6.300,00 m² (não identificado)
TOTAL	354.200,00 m²

Tabela 1: Supostos posseiros identificados nos mapas constantes no processo de tombamento 1069-T-82.

No *Relatório de Levantamento Fundiário* de 1988, o engenheiro Áureo Araújo Faleiros informou que as sete posses discriminadas se localizam "no redor do Memorial Zumbi", onde consta no mapa elaborado pelo engenheiro Afrânio Cardoso da Silva[50] como terras de João Leopoldino dos Santos. Também recomenda que sejam efetuadas a caracterização e avaliação das benfeitorias dos demais moradores localizados na periferia da área em desapropriação, ou seja, todos aqueles identificados na tabela 1, com exceção de João Leopoldino dos Santos, que teve o levantamento fundiário realizado, conforme tabela 2.

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO EFETUADO NO LOCAL DENOMINADO LAGOA DOS NEGROS, LOCALIZADA NA SERRA DA BARRIGA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE 1988.	
JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS, casado com Ana Maria da Conceição.	Morador há 30 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.
ANTÔNIO JOÃO DOS SANTOS, casado com Isabel Xavier de Lira.	Morador há 30 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.

[49] Nos mapas constantes no processo de tombamento, aparece o nome João Leopoldo dos Santos, mas trata-se da mesma pessoa.

[50] Trata-se do mesmo mapa utilizado nos estudos de tombamento.

CÍCERO ANTÔNIO JOÃO DOS SANTOS, solteiro.	Morador há 29 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.
JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS, casado com Maria de Lourdes Silva.	Morador há 27 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.
JOSÉ JOÃO DOS SANTOS casado com Luíza Francelino dos Santos.	Morador há 26 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.
AMARO PINHEIRO DA SILVA, desquitado.	Morador há 28 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.
CÍCERO JOÃO DOS SANTOS, casado com Maria Júlia da Silva.	Morador há 27 anos na Lagoa dos Negros, Serra da Barriga.

Tabela 2: Moradores identificados na área onde se localiza o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no levantamento fundiário de 1988.

De acordo com o Laudo Antropológico (2016), que fez um levantamento genealógico das famílias que moram atualmente na área tombada e desapropriada da Serra da Barriga, “Muitas pessoas migraram para outros locais, principalmente depois da chegada da Fiscalização da Fundação Cultural Palmares”.

LAUDO ANTROPOLÓGICO – levantamento genealógico – Serra da Barriga.		
TRONCO/ANO REFERÊNCIA	GRUPO DOMÉSTICO	INDIVÍDUOS GRUPO DOMÉSTICO
Tronco 1/1994 Benônio Ferreira de Moraes e Rosângela Ferreira de Moraes	1 (4)	1. Benônio Ferreira de Moraes 2. Rosângela Ferreira de Moraes 3. Laudiene Macena de Moraes 4. Emily Macena de Moraes
Tronco 2/1963 João Leopoldino dos Santos (falecido)	2 (4)	1. Rosa Maria dos Santos Mendes 2. José Cícero Mendes da Silva 3. Walif dos Santos Mendes 4. Welton dos Santos Mendes
	3 (7)	1. João Paulo dos Santos 2. Adriana Silva Santos 3. Mariana Santos 4. Ana Paula Basílio dos Santos 5. João Carlos Basílio dos

		Santos 6. Ana Clara dos Santos 7. Gustavo Santos (2 famílias)
	4 (7)	1. José Maria dos Santos 2. Marineide Silva 3. Antônio Carlos dos Santos 4. Daniele Silva Santos 5. Jailton dos Santos 6. João Vitor da Silva Santos 7. Jardiele dos Santos Silva (2 famílias)
	5 (2)	1. Cícero João dos Santos 2. Maria Júlia da Silva
	6 (3)	1. José Wellington dos Santos 2. Jessica Lemos da Silva 3. Weverton Guilherme da Silva Santos
Tronco 3/1976 Francisco Mariano Basílio (falecido) e Cici Batista da Silva (falecida)	7 (7)	Maria Lúcia Batista da Silva 2. Cícero José da Silva 3. Alessandro Batista da Silva 4. Francisco Batista da Silva 5. Davi Batista da Silva 6. Mirian Batista da Silva 7. Samuel Batista da Silva
Tronco 4/1989 Cícero Anselmo da Silva e Josefa Maria da Conceição	8 (6)	1. Quitéria Batista da Silva 2. Severino da Silva 3. Geovane da Silva 4. Geovana da Silva 5. Jovaniele da Silva 6. Jean Batista da Silva
Tronco 5/(?)* Antônio Sebastião Justino (falecido)	9 (1)	1. Antônio Sebastião Justino Junior
Tronco 6/2004 José da Silva Santos e Maria Carmelita da Silva	10 (2)	1. José da Silva Santos 2. Maria Carmelita da Silva

	11 (2)	1. Edvaldo José da Silva Santos 2. Ana Francisca da Silva
Tronco 7/1976 João Brás da Silva França (falecido) e Salverina Conrado da Silva (falecida)	12 (3)	1. José da Silva França 2. Maria Cícera do Nascimento 3. Claudio Henrique da Silva França
	13 (1)	1. Olival da Silva França
Tronco 8/1991 Luís Aureliano Dantas e Severina Gomes Dantas	14 (4)	1. Miguel Gomes Dantas 2. Cláudia Maria da Silva França 3. Mirela França Dantas 4. Micael França Dantas
	15 (2)	1. Luís Aureliano Dantas 2. Severina Gomes Dantas
* Não há referência do ano de ocupação territorial deste tronco, pois o único membro tem problemas mentais.		

Tabela 3: Troncos familiares identificados na área desapropriada, declarada Monumento Nacional, identificada no Laudo Antropológico do INCRA.

De acordo com o Laudo Antropológico, são 19 famílias que ainda residem na área tombada, com origem nos 8 troncos familiares, estão distribuídas em 15 residências, compreendendo uma população residente de 54 indivíduos, uma média de 3,6 habitantes por imóvel. A maioria das famílias tem a agricultura como atividade principal.

A investigação que fiz para estabelecer a relação patrimonial dos moradores da *Serra da Barriga, parte mais alcantilada*, com o bem levou em consideração uma amostragem, a qual dei preferência às famílias que já se encontravam na área quando do tombamento. Por intermédio de um dos filhos da Serra da Barriga, um ex-morador que nasceu no monumento já tombado, foram convidados alguns moradores para uma conversa no dia 23 de junho de 2018, um sábado, pois tinha que ser em fim de semana, uma vez que a maioria não podia em dias úteis, por razões de trabalho.

O local escolhido foi o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no platô da Serra da Barriga. Nesse dia entrevistei 10 moradores, mas o mais antigo morador, por uma questão de oportunidade que se apresentou, foi entrevistado em 20 de dezembro de 2017, somando-se onze, no total da amostragem.

Como dito anteriormente, para preservar os nomes dos entrevistados, em razão da situação de conflito, os nomes verdadeiros dos moradores da área tombada e desapropriada serão omitidos. Utilizarei referências ao tronco familiar a que pertencem quando das entrevistas, mesmo que não tenha havido nenhum pedido, ao contrário, todos autorizaram verbalmente, sendo registrado através da gravação.

O Laudo Antropológico identificou três troncos familiares que se fixaram na Serra da Barriga antes do tombamento, o mais antigo em 1963 e os outros dois em 1976. Essas famílias assistiram aos eventos de tombamento e desapropriação das terras onde moram como expectadores, não como atores, uma vez que sequer foram notificados do tombamento, por não se enquadrarem como proprietários ou posseiros, mas que possuíam com a terra uma relação aqui tratada como campesinato. Dos entrevistados, apesar de pertencerem aos troncos que se estabeleceram antes do reconhecimento, alguns nasceram na Serra da Barriga antes, outros depois do tombamento.

Entrevistados por tronco familiar	
Tronco 1 (1994)	1 entrevistado
Tronco 2 (1963)	4 entrevistados (entre filhos e netos)
Tronco 3 (1976)	1 entrevistado
Tronco 4 (1989)	1 entrevistado
Tronco 7 (1976)	3 entrevistados (entre filhos e netos)
Tronco 8 (1991)	1 entrevistado

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados por tronco familiar. Ausentam-se representantes de dois troncos (5) devido ao único representante ter problemas mentais e (6) por terem se estabelecido no local em 2004, vez que foram priorizados os que estavam antes do tombamento.

Através das entrevistas identifiquei um discurso unificado quanto ao sentimento dos campesinos pela Serra da Barriga, pois em todas as falas foi mencionada a "falta de liberdade" em relação ao lugar que, para o Movimento Negro, simboliza exatamente o contrário.

> *(...) quando era particular nóis trabalhava, depois que o governo se apossou daqui, aí ... o governo nunca veio dizer isso a gente, mais os povo dele, né? que faz parte ... "não aí não pode trabaiá, não pode desmatar" e tal ... quer dizer que deixou a gente sem esse direito. nós moramos aqui livre dum lado e do outro privado, porque*

> *tem vez que eu fico, eu vivo, oiço aí quando eles chega "Serra da Barriga, terra da liberdade" e tal e faz aquela palestra todinha, e ela não é da liberdade porque se fosse, a Serra da Barriga fosse uma terra da liberdade nóis tinha liberdade de trabaiá ... na terra, mas ninguém tem mais, eles tiraro esse direito e não pode chegar e dizer que é serra da liberdade (...)* (Entrevistado: CJS, representante do tronco 2, 74 anos)

De acordo com o Laudo Antropológico elaborado pelo INCRA, algumas famílias que se fixaram na Serra da Barriga trabalhavam para a Usina Laginha, uma das proprietárias da área tombada antes da desapropriação. As restrições à prática da agricultura impostas com a desapropriação das terras interferiram na liberdade que estes tinham, em oposição ao trabalho na indústria da cana e, consequentemente, na sua identidade. Atualmente, alguns moradores que nasceram após o tombamento são trabalhadores assalariados, não mais da Usina Laginha, que encerrou suas atividades na região como consequência da falência do setor sucroalcooleiro no estado, mas em outras atividades, incluindo empresas terceirizadas pela Fundação Cultural Palmares.

O sentido de liberdade que tanto significa para os campesinos da Serra da Barriga pode ser comparado àquele identificado Seyferth (1992) acerca dos colonos do Vale do Itajaí-Mirim/SC.

> De qualquer forma, a simbologia acionada nos discursos sobre essa identidade camponesa se refere ao trabalho e à liberdade: constrói a imagem do colono que, ao contrário dos assalariados puros, tem liberdade: de escolha, porque não tem patrão nem horário; embora exerça um ofício que exige dedicação, trabalho árduo, conhecimento tradicional, amor à terra etc.

Assim como os colonos do Sul do Brasil, a liberdade dos campesinos que "se identificam por oposição aos assalariados como patrões de si mesmos, livres" (SEYFERTH,1992), foi tolhida como consequência da patrimonialização da Serra da Barriga.



Figura 20: Localização das famílias na área tombada. Fonte: (CORREIA, 2016).

A mesma metodologia foi a utilizada com os grupos indígenas, entrevistas semiestruturadas, conforme apêndice I, com ligeiras intervenções de acordo com cada entrevistado. A tabela 5 mostra um resumo das falas dos moradores residentes na área tombada, colhidas durante as entrevistas, cuja transcrição consta no apêndice II. A seleção buscou extrair das falas, o valor que cada indivíduo atribui ao monumento, sua relação com o mesmo e o que mudaria no bem cultural. Em vista de comungarem de um passado comum, que reflete na condição de vida atual, há muita semelhança nas respostas, por esse motivo optei por apresentar uma tabela com os trechos mais importantes. Cabe ressaltar que, diferentemente da entrevista com os indígenas, visitados individualmente em cada aldeia, o ambiente de entrevista com os campesinos foi a própria Serra da Barriga, o que dará o tom das falas dos envolvidos.

RESUMO DAS ENTREVISTAS COM OS CAMPESINOS MORADORES DA ÁREA TOMBADA/DESAPROPRIADA DA SERRA DA BARRIGA.				
Entrevistado*	**Etnia-origem**	**Valor Atribuído ao bem**	**Relação com o bem cultural**	**O que mudaria**
CJS Tronco 2	**Branco**	*"(...) o que eu gosto mais da Serra é de mo, de morar. porque, é porque sessenta e dois anos que nóis tamo habitando aqui a Serra da Barriga e ... já tamo, eu mesmo, acho qui pra mim isso aqui é um paraíso. Isso aqui pra mim é um paraíso (...)."* *"(...) a Serra da Barriga pra mim é tudo! que é onde eu moro, onde eu tô vivendo, graças a Deus! e ... eu digo que ela é tudo pelo amor que eu tenho aqui à morada onde eu moro (...) mas pra mim a Serra da Barriga mora no meu coração."* *"(...) a Serra da Barriga pro Brasil hoje pra o povo que a visita, pra nois que mora aqui, ela tá sendo um, um se, um patrimõe histórico de muita, de muito valor, né? de muito valor.(...)"*	*"(...) não tem muito valor a gente para o, para o, para o pessoal que, que domina isso aqui hoje (...)"* *"(...) nós moramos aqui livre dum lado e do outro privado, porque tem vez que eu fico, eu vivo, oiço aí quando eles chega "Serra da Barriga, terra da liberdade" e tal e faz aquela palestra todinha, e ela não é da liberdade porque se fosse, a Serra da Barriga fosse uma terra da liberdade nóis tinha liberdade de trabaiá.(...)"..*	*"(...) primeiro essa estrada, porque pra gente no inverno, assim na época do verão não, toda, toda hora a estrada tá boa, mai quando vem o inverno essa estrada fica muito acidentada (...) e ni oto assunto de vida, aí tem muitos que miricia tá trabalhando aqui nesse setor, porque isso aqui hoje é uma impresa. Serra da Barriga hoje é uma impresa, porque num é uma impresa, uma impresa qualquer, mai um impresa assim de, de (inaudível) do povo trabalhar, porque tem que trabalhar (...)"*
JWSS Tronco 2	Pardo	*"(...) uma importância muito grande, né? nessa área da cultura... é ... tanto também assim é ... da cor das pessoas, né? a história daqui também é fundamental para as novas gerações que vem pela frente.* *"(...) pra mim assim, é um privilégio nascer na terra de Zumbi dos Palmares."* *"(...) eu gosto de morar aqui por conta de ser um lugar calmo... uma paz... é um paraíso aqui...entendeu? isso pra mim é um lugar muito rico historicamente também, eu gosto também da história daqui."* *"bom... o meu sentimento... o sentimento que eu tenho aqui é muito forte né porque é um lugar onde minha família toda... meus irmão meus primo meus tio entre outros parentes aqui a gente crescemo juntos aqui... então... o sentimento que eu tenho aqui é muito forte historicamente não só pela história do quilombo dos palmares daquele povo... daquela liderança daqueles guerreiros que aqui viveram lutando contra a escravidão... mais também ao mesmo tempo a gente se considera guerreiro também né... que luta né para dá o melhor para sua família então... o sentimento aqui que eu tenho é muito forte nesse lugar aqui."* *"(...) o lugar onde você nasceu se criou... a gente se sente uma falta muito danada daquele lugar né (...)"*	*"(...) tem uma série de coisas que antigamente a gente podia fazer... hoje não se pode mais né... a gente tinha mais liberdade / de cultivar nas terras... plantação, essas coisas desse tipo... a gente tinha mais liberdade... hoje é, não tá podendo mais por conta que é um sítio arqueológico e tem muita coisa enterrada sabemos disso, do povo do passado que viveram aqui... então hoje não se pode mais trabalhar... então é...o pessoal fizeram um regimento né do parque aí tem muita coisa que pode e que não pode... então a gente ficou limitado ao mesmo tempo então... tem muita coisa que a gente gostava de fazer e hoje não tá se podendo fazer mais por conta disso né"*	*"(...) a família cresce com o passar do tempo e... não se pode fazer uma residência próxima da do seu pai viver junto ali em comunidade, entendeu? então... se pudesse fazer né... uma moradia próxima do seu pai e você vê sua família se estruturar junta ali próximo, então isso aí ... era uma coisa que eu iria gostar muito mais de vê acontecer né (...)"*
AS Tronco 2	Pardo	*"(...) importância que ela tem é imensa porque toda história que a gente sabe desde criança que a gente ouve muitas história... e saber que a gente tá num lugar que é sagrado que houve uma história linda que foi na época dos escravo (...)* *"essa tranquilidade... essa paz... de você poder sair / eu gostaria*	*"(...) gostava de ter aquela liberdade eu tinha... eu tenho a liberdade mas não como eu tinha... porque hoje você não tem mais aquela privacidade de poder se divertir com amigos... de brincar... que hoje me faz muita falta por causa dessa... / muita polêmica que... sempre existiu de burocracia (...)"*	*"(...) eu acho que deveria ter um lugar pra que os turista chegasse... tivesse um restaurante que funcionasse e que tivesse um museu aqui pra todo os material que fosse encontrado... e os turistas chegasse e poderia ver as coisa que são daqui mesmo... não pegar*

		muito de poder criar minha família aqui porque eu sei que poderia deixar meu filho brincando... que não ia ter nenhum risco... coisa que você na cidade não tem isso" *"(...) nunca pensei assim de querer sair daqui (...) por mim mesmo... eu vivia aqui pro resto da minha vida"*	*"(...) gostaria muito de poder morar aqui, mas só não moro porque nenhuma casa você pode reformar... eu... meu sonho ter uma casa própria aqui... hoje moro num barraco de taipa porque não deixam fazer...você ter, viver a vida inteira nascer e ser criado num lugar e não poder ter um lugar de fazer sua casa para criar sua família... mas (...)"* *"(...) tem muito mais amor e... um pouco de raiva... de ódio / não daqui... do lugar... das pessoas que... acha que são dono chega muitos aqui... até guia como teve um dia aqui que queria discutir com os moradores achando que eles é dono da serra... mas... antes deles chegarem aqui começarem a visitar a gente já residia aqui."*	*daqui e levar pra fora."*
JMS Tronco 2	Moreno	*"(...) aqui na Serra da Barriga eu como nasci e me criei aqui pra mim isso aqui era um... meu lazer era meu patrimônio minha vida."* *"meu sentimento na Serra da Barriga é... Serra da Barriga hoje é a minha vida e a vida dos meus filho"* *"(...) ela tem muita importância sobre... cultura... trabalho negro... pessoal que vem de fora ter aquela visita né... acha bonito um patrimônio que foi tombado pra comunidade negra como branco vim visitar... é um local que... é conhecido no Brasil inteiro todo mundo conhece né (...)"* *"aqui o que eu gosto daqui... por causa da sobrevivência num tem zuada é... um lugar bom você vai dormir sossegado sem tá... tendo aborrecimento e... sem vê maloqueiro nem ladrão perto pra incomodar né a gente"*	*"(...) hoje quem nasceu e se criou aqui como mesmo eu... nós daqui não podemos tirar nenhum alimento mai porque... foi proibido né... proibido assim... digamos que eles prometeram muito das coisa a nós até agora nós num... num temos nada né que eles nos prometeram (...)"* *"(...) nóis tinha liberdade né... nóis era aqui liberado nóis tinha a nossa liberdade de nóis trabalhar nossa liberdade de nóis ir fazer o que nóis quiser de benfeitoria... vamo dizer tanto de cima da terra como para nóis... muito chegava a dizer que nóis vivia destruindo... não nóis plantava pra nóis se alimentar nóis também deixava é... como você chega hoje todas as mata aí veve tudo reflorestado porque isso aqui é uma vida e a gente tem que preservar não destruir"* *"(...) nóis não podemo criar uma galinha nóis não podemo ter um cachorro nóis não pode ter um cavalo hoje a maioria trocou os seus cavalo por moto porque não pode ter no ambiente mai isso é que nóis não gostamo hoje em dia que nóis vivemo preso né"*	*"(...) alguma coisa de benfeitoria pra dá emprego a alguém... que precisa e... para o turismo o caba chegar e fazer oh que coisa bonita que coisa boa e o pessoal chegar e fazer uma pergunta a mim e eu chegar e... ter aquela conversa bonita pra dizer a ele"*
SS Tronco 4	Negro	*"(...) é uma importância muito grande né porque a Serra da Barriga ela é conhecida né no Brasil... não só no Brasil no mundo inteiro né... é muito importante a Serra da Barriga porque vem muitos turistas de fora conhecer aqui aí eu acho isso que seja muito importante"* *"(...) isso aqui é muito importante esse patrimônio aqui ele é muito importante aqui não só pra mim mas pra todos né que mora nesse local"*	*"(...) a gente não temo mais a liberdade que a gente tinha né a gente não temo mais né"* *"(...) a gente vivia da agricultura hoje a gente não veve mais por causa que a gente fora impedido de... de trabalhar nas terra né pra mó de reflorestar novamente... porque de antigamente todo o pessoal que mora aqui eles vivia da terra... mas hoje... ninguém não veve mais né... porque todo são agricultor... agricultor ele tem que viver da terra né"*	*"(...) se tivesse assim... é... uma empresa que gerasse emprego né porque tem muita gente aqui esses menino aqui mesmo... quando aparece um servicinho tudo bem quando não aparece eles fica parado... outros já viaja pra fora né uma empresa aqui que... é uma empresa assim que gerasse trabalho aqui na serra pra mó de empregar esses pessoal que mora aqui é seria muito bom né"*
CJS	Quilombola	*"(...) é muito importante pro Brasil né? porque vem muitos turista de fora até fora do Brasil vem turista pra cá né... muito importante e*	*"(...) o parque aqui é pequeno pra dá emprego pra todo mundo e... por causa da privacidade da gente porque a gente*	*"(...) que a gente conseguisse uma associação ou então que um órgão um órgão aí é responsáve assinasse uma*

Cônjuge de membro do Tronco 3		*pra nóis também né"* *"o que eu mais gosto é de morar aqui(...)"* *"(...) eu gosto muito da Serra da Barriga porque foi naonde eu construí toda minha vida... q'eu vim pra qui eu tinha eu tinha o que eu tinha vinte vinte e poucos anos... aí meus filho tenho cinco filho... são tudinho daqui né foi tudinho criado aqui na Serra da Barriga"*	*aqui não pode consertar uma casa né ... a gente tem a casa da gente e não pode consertar a casa não pode fazer um banheiro... e muitas coisa... a gente vem ... se vim com material da cidade pra cá quando chega ali no prédio aí não pode passar com o material pra subir pra cá... aí aqui a dificuldade aqui é essa né... é mais essa porque a gente fica sem poder fazer aquilo que a gente tem vontade... a gente vive aqui como os escravo como antes... como os escravos antes vivia aqui"* *"(...) a gente querer fazer aquilo que a gente quer fazer e a gente não pode... é como isso que eu falei... aí a gente fica desgostoso por causa disso"*	*documentação pra nóis... pra nóis fazer aquilo que a gente tem vontade na nossa vida nas nossa casa né... pra melhora das nossa vida"*
LMMF Tronco 1	Negra	*"(...) devido os turista devido agora que tá o MERCOSUL então tá ótimo muito bom"* *"(...) se desse condições da gente ficar aqui na Serra da Barriga nossa aqui é meu paraíso meu tudo não sairia daqui por nada"* *"(...) é meu paraíso foi onde eu cresci foi / é minha história aqui é minha vida"*	*"(...) liberdade que a gente tinha de trabalhar... ou caso de fazer sua própria casa e hoje a gente não tem mais esse privilégio né de fazer nada nem de trabalhar e nem de reformar sua própria casa seu lar... seu bem-estar"* *"(...) os moradores ficam privado disso a gente não tem a liberdade de fazer nada absolutamente nada nada na Serra da Barriga"*	*"o restaurante que abre uma vez por ano e todos os moradores fez curso de culinária fez um curso de artesanato e eles não dá nenhum benefício pra gente... então o que eu queria / gostaria muito disso que eles dessem essa oportunidade da gente trabalhar pra mostrar o que a gente tem que é a nossa cultura e é isso que a gente tem que mostrar pro mundo inteiro"*
CHSF Tronco 7	Negro	*"a importância que a Serra tem hoje para o Brasil é... é ( ) de turismo o desenvolvimento... a exploração que o turismo atrai hoje a Serra da Barriga é o foco principal pra isso pro Brasil... questão do turismo"* *"o clima... a paisagem a gente vê um clima totalmente diferente... esse clima é cem por cento gostoso"* *"(...) eu preferia continuar aqui... até aonde um local que a gente já se adaptou... há vinte nove anos também né... eu sou um dos mais novo há vinte e nove anos imagina os outros"*	*"(...) a liberdade que a gente tinha... a gente tinha uma liberdade em uma plantação hoje mudou... não temos essa liberdade total tudo hoje é restrito... então isso mudou isso desanimou"* *"(...) tristeza porque o local que a gente tá aqui há vinte trinta ou mais de cinquenta anos de repente chegar assim ah vão sair os moradores esse sonho acabou... porque querendo ou não construímos um sonho... construímos algo já na serra e passado o tempo ( ) ah vamo sair... toda vez que tem uma reunião... óia referente aos moradores saída dos morador... isso me entristece... dá um desânimo aí isso pra mim seria tristeza"*	*"(...) sem contar o acesso que tão trabalhando... a boa parte da... estrutura das casas... dar um visual novo... tem casa que tá daquele jeito cai não cai... então mudaria isso sim uma forma de um conceito... chegava vamo mudar isso na serra é proibido é mas vamo mudar... fazer um... uma nova dá um nova visão... eu acho que seria isso"*
JSF Tronco 7	Negro	*"(...) aqui a gente tem de tudo né... tem as lavoura da gente que a gente planta e vende na cidade e pra mim é muito importante isso aí"* *"(...) a tranquilidade que aqui é bom demai... num é tão bom que nem era antigamente... antigamente era mais liberado mais solto e hoje em dia nóis tá um pouco meio acanhado mai... da pra ir levando"* *"(...) a minha aposentadoria é aquele sítio se eu perder ele tô ferrado... é mesmo que um cego sem as muleta não tem condições de*	*"(...) a gente aqui plantava o que queria... plantava muita roça e agora ninguém pode fazer isso mais não... só é colhendo o que plantou vai plantar mais nada aí nesse caso a gente tá igual um prisioneiro aqui... porque a casa da gente cai e ninguém pode ajeitar mais porque ele não quer que a gente faça... moro numa casa já caindo e num quer que o cara faça... aí pá isso a gente aqui fica preso desse jeito assim"* *"é a liberdade que ninguém tem... que nem tinha antigamente"*	*"se deixasse dessa... perseguição da gente continuar que nem era... trabalhando pra se viver aqui que é isso que a gente vivia aqui... trabalhando pra se viver disso aqui... emprego ninguém tem... aí o emprego da gente é aqui é plantar roça e vender na cidade e... viver disso aí... mai parece que num tem... nun quer que nóis faça mais isso"*

		andar (...)" *"(...) dependesse de mim eu não saía nunca daqui"*		
LAD Tronco 8	Moreno/pardo	*"(...) a importância grande né... que tá até nacional agora né... no mundo inteiro"* *"é a vivência... sobrevivência bem tranquila sem agonia sem aperreio... uma beleza né"* *"ah é muito... se for pra deixar a Serra da Barriga eu deixo com a maior saudade do mundo"* *"gosto muito da serra... gosto"*	*"(...) esse negócio de viver sem poder trabalhar só trabalhar no que a pessoa domina mesmo que nem tem agora né (...)"* *"(...) gostaria de viver toda família trabalhando aqui na Serra da Barriga né... veve tudo puro mundo em Mato Grosso São Paulo... todo canto"*	*"se arrumasse trabalho pa meus filho tudinho (...) voltaria tudinho pra Serra da Barriga onde foi criado né"*
OSF Tronco 7	Pardo	*"(...) bom em muitas coisa na Serra da Barriga é bom"* *(...) gostaria... ficar bem velhinho... mai não tem como né... fazer o que"*	*"é sempre trabalhar... agora mudou muito... as regra agora não são anterior né... agora as regras são outras... negócio de trabalho... complicou mais"* *"(...) na realidade tá bom as coisa outras não né... primeiro foi o que citei antes é o emprego que não gera... é muito pouco e... a convivência também não tá lá essas coisa"*	*"(...) Serra da Barriga tem é mudar muito o que tem né... tem que mudar muita coisa... na realidade emprego né"* *"(...) acho que é muita coisa aqui... tem que mudar... muita coisa mesmo... umas coisa eu gosto outras não"* *"emprego... mudar minha casa que tá caindo os barro... e só isso"*

Legenda: ... indica hesitação, pausa; (...) indica que há fala anterior ou posterior à destacada.

*Todos os entrevistados autorizaram verbalmente o uso dos seus depoimentos na presente pesquisa, a mesma encontra-se na integra arquivada na superintendência estadual do IPHAN em Alagoas para futuras consultas.

Tabela 5: Quadro de narrativas: entrevistas com os moradores (campesinos).

Pude notar alguns pontos recorrentes nas falas dos entrevistados, pois mesmo com descendência africana e/ou indígena os campesinos não se veem como parte do patrimônio histórico, como exemplificado nos trechos que seguem. São de dois indivíduos que pertencem ao mesmo tronco e nasceram no monumento após o tombamento.

> *(...) a importância que eu vejo assim culturalmente é... uma importância muito grande, né? nessa área da cultura... é ... tanto também assim é ... da cor das pessoas, né? a história daqui também é fundamental para as novas gerações que vem pela frente (...) pra mim assim, é um privilégio nascer na terra de Zumbi dos Palmares.* (Entrevistado: JWSS, representante do tronco 2, 26 anos)

> *(...) importância que ela tem é imensa porque toda história que a gente sabe desde criança que a gente ouve muitas história... e saber que a gente tá num lugar que é sagrado que houve uma história linda que foi na época dos escravo... isso pra mim tem não só pra mim / eu acho que devia ser até mais valorizado (...).* (Entrevistado: AS, representante do tronco 2, 32 anos)

Eles têm o sentimento de pertencimento como morador do local, mas não como parte da história. *"(...) aqui na Serra da Barriga eu como nasci e me criei aqui pra mim isso aqui era um... meu lazer era meu patrimônio minha vida".* (Entrevistado: JMS, representante do tronco 2, 53 anos)

O sentimento dos moradores da Serra da Barriga, no geral, é de afeto pelo lugar. Só para citar como exemplo, seguem alguns trechos de depoimentos colhidos de indivíduos distintos:

> *(...) eu... nunca pensei assim de querer sair daqui (...) por mim mesmo... eu vivia aqui pro resto da minha vida. (...).* (Entrevistado: AS, representante do tronco 2, 32 anos)

> *(...) aqui é meu paraíso meu tudo não sairia daqui por nada".* (Entrevistada: LMMF, representante do tronco1, 29 anos)

> *(...) se for pra deixar a Serra da Barriga eu deixo com a maior saudade do mundo.* (Entrevistado: LAD, representante do tronco 8, 68 anos)

Mas ao mesmo tempo, também há um sentimento de ressentimento em razão das restrições impostas pelos instrumentos de proteção do monumento, especialmente a desapropriação, como até mesmo em razão de atitudes de pessoas de fora da Serra que desconhecem o histórico da ocupação e, por conseguinte, agem com desrespeito aos que lá residem e resistem.

> *(...) eu acho que... tem muito mais amor e... um pouco de raiva... de ódio / não daqui... do lugar... das pessoas que... acha que são dono chega muitos aqui... até guia como teve um dia aqui que queria discutir com os moradores achando que eles é dono da serra... mas... antes deles chegarem aqui começarem a visitar a gente já residia aqui.* (Entrevistado: AS, representante do tronco 2, 32 anos)

> *(...) tristeza porque o local que a gente tá aqui há vinte trinta ou mais de cinquenta anos de repente chegar assim ah vão sair os moradores esse sonho acabou... porque querendo ou não construímos um sonho... construímos algo já na serra e passado o tempo ( ) ah vamo sair... toda vez que tem uma reunião... óia referente aos moradores saída dos morador... isso me entristece... dá um desânimo aí isso pra mim seria tristeza.* (Entrevistado: CHSF, representante do tronco 2, 29 anos)

As restrições impostas pela fiscalização tanto do IPHAN quanto da Fundação Cultural Palmares aos campesinos impedem que sejam ampliadas ou realizadas benfeitorias em suas residências, construídas novas unidades, por ampliação da família ou em substituição à taipa, material construtivo de várias residências, que se encontram em estado precário. Mas o que foi unanimidade na fala dos moradores foi a perda da "liberdade". Liberdade de serem quem eles eram.

E quem eram eles? Agricultores, camponeses, campesinos. *"... porque todo são agricultor... agricultor ele tem que viver da terra né?* (Entrevistado: SS, representante do tronco 4, 42 anos)

Como consequência, foi identificado um processo de apagamento da memória campesina. Esse apagamento é percebido através dos ofícios praticados pela nova geração, adultos que já nasceram ou cresceram com as proibições, sendo absorvidos como mão de obra

na vigilância da área patrimônio, ou em obras realizadas no monumento, ou mesmo nas pesquisas arqueológicas. O apagamento dessa memória reflete diretamente na perda de identidade desses camponeses, numa relação direta, de acordo com Candau (2011).

A Serra da Barriga, símbolo de liberdade conquistada pelo Movimento Negro, não representa o mesmo para os moradores, aliás, representa exatamente o contrário. Demonstrando que "a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos". (POLLAK, 1992, pg. 05).

Este foi o ponto determinante para definição do horizonte do presente trabalho. Como um símbolo de liberdade, aclamado não só pelos afrodescendentes, mas por todos aqueles que se sentem oprimidos, pode representar para um determinado grupo, exatamente o oposto?

> *(...) a gente tá igual um prisioneiro aqui... porque a casa da gente cai e ninguém pode ajeitar mais porque ele não quer que a gente faça... moro numa casa já caindo e num quer que o cara faça... aí pá isso a gente aqui fica preso desse jeito assim.*
>
> *(...)*
>
> *se deixasse dessa... perseguição da gente continuar que nem era... trabalhando pra se viver aqui que é isso que a gente vivia aqui... trabalhando pra se viver disso aqui... emprego ninguém tem... aí o emprego da gente é aqui é plantar roça e vender na cidade e... viver disso aí... mai parece que num tem... nun quer que nóis faça mais isso*. (Entrevistado: JSF, representante do tronco 7, 51 anos)

As restrições em função dos instrumentos de preservação do bem afetaram os campesinos naquilo que é mais caro a um indivíduo, a sua identidade. Os moradores da Serra da Barriga eram agricultores, viviam da terra e, ao proibir a prática da agricultura no local, sem transferi-los para outro, onde, ao menos, pudessem continuar exercendo suas atividades, o Estado ceifou sua identidade. E no transcorrer de mais de 30 anos sem uma definição quanto ao seu destino, o Estado contribuiu para que o sentimento de pertencimento ao lugar se intensificasse.

> (...) a agência do Movimento Negro para fundar ali um patrimônio, um monumento à sua luta social, aos seus ancestrais e à sua história, um demonstrativo claro também de seu poder político, estava negando, assim, o quinhão na herança cultural do lugar às famílias camponesas do local. (CORREIA, 2016, p. 18)

Conforme o exposto, ao reconhecer o monumento como símbolo de uma única identidade, a étnica, o Estado negou outras identidades, que não necessariamente desentoavam do discurso do lugar como espaço atribuído à sede dos Quilombos dos Palmares, visto que a história e a arqueologia descrevem um Palmares multicultural.

No terceiro capítulo proponho uma discussão sobre a (in)eficácia dos atuais instrumentos de proteção incidentes sobre o bem e uma proposta para inclusão de identidades não reconhecidas oficialmente em sua relação com o monumento, não como mais um título, mas como ferramenta que pode ser aplicada a sua gestão.

3 INSTRUMENTOS E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Como demonstrei nos capítulos anteriores, através das entrevistas aos representantes dos atores envolvidos com a "Serra da Barriga, parte mais alcantilada" foi possível identificar que as relações de identidade e memória com o lugar também estão presentes nos grupos não incluídos nos processos de valorização do bem cultural. E tal fato pode ser considerado a raiz dos conflitos ali presentes.

Após as análises dos instrumentos de proteção incidentes sobre o bem foi possível perceber que nenhum deles, ou nem mesmo o conjunto deles é capaz de incluir as múltiplas identidades com ele envolvidas, como tratarei de forma mais detalhada adiante. Contudo, numa perspectiva patrimonial, é possível afirmar que o Tombamento, como instrumento de proteção, até poderia incluir várias identidades se a instrução do processo tivesse sido construída numa ótica de Palmares como ideal de pluralidade étnica, como assim foi descrito o lugar em documento de justificativa para o tombamento. Entretanto, mesmo possuindo essa característica, que o distinguia dos demais quilombos, o bem foi tombado unicamente em reconhecimento ao valor histórico associado à escravização dos negros, negligenciando a escravização indígena, pouco abordada na historiografia, bem como seus habitantes.

O processo de tombamento da Serra é fortemente embasado no símbolo que representa Palmares para a história do Brasil e para a identidade e memória dos descendentes de africanos escravizados, bem como no que se pretendia transformar o local, como fortalecimento à identidade negra, através do Memorial Zumbi – Parque Histórico Nacional, mas sob outros aspectos é muito raso, pois as condicionantes locais não foram devidamente consideradas. Os dados sobre a caracterização da área apresentados às vésperas da homologação do tombamento, como dito anteriormente, pouco ou nada contribuiu nas análises que o embasaram.

A continuidade histórica do bem revelou que Palmares da pluralidade étnica ainda está representado na Serra da Barriga, através da participação, mesmo que quase invisível de outros atores, e que este Palmares precisa incluir, de alguma forma, nas suas ações de preservação, as demais identidades, sem prejuízo do protagonismo negro, que é incontestável. Ao se preservar a Serra da Barriga, a partir dos instrumentos de proteção incidentes sobre o bem, sem incluir todos os indivíduos que nele se reconhecem, o estado brasileiro cumpre apenas parcialmente o seu papel, de proteger as manifestações dos grupos participantes do processo civilizatório, visto que ao se preservar, há que se responder: “Preservar para quem?" Parte da premissa de referência cultural. Nesse ponto, a gestão deve ser considerada como elemento fundamental na articulação dos atores e instrumentos de preservação ao patrimônio cultural.

3.1 Sobreposição de instrumentos de preservação

Como forma de facilitar a visualização dos instrumentos e suas implicações sobre o bem cultural, destaquei alguns pontos chaves de cada um deles, tornando mais claro quais as sobreposições que impactam diretamente na gestão da “Serra da Barriga, parte mais alcanitilada”, dispostos em forma de tabela, com informações observadas nas documentações que embasaram os capítulos anteriores. E em seguida cada ponto será analisado sob o ponto de vista de suas interfaces.

Instrumento	**Área de proteção**	**Valor a ser preservado**	**Para quais atores**	**Prevê desapropriação**	**Prevê restrições de alteração das feições**	**Prevê multa**	**Observações**
Tombamento	125,06ha (terrenos de 2 proprietários, incluindo os campesinos)	Histórico (intelectual), social, identidade coletiva, ideológico	Movimento Negro	Não	Sim	Sim	A área declarada Monumento Nacional, de acordo com o Decreto nº 95.855/88, corresponde a do tombamento. O mesmo decreto dá prazo de 60 dias para sua demarcação para desapropriação. O Decreto nº 96.038 declara de utilidade pública para fins de desapropriação a mesma declarada Monumento Nacional, porém com a descrição de área distinta (maior).
Monumento Nacional	Área tombada; Área desapropriada	Histórico (intelectual), social, identidade coletiva, ideológico	Movimento Negro	Sim	Sim	Não	
Utilidade Pública/desapropriação	258,785ha (área tombada + terrenos vizinhos)	Histórico (intelectual), social, identidade coletiva, ideológico	Movimento Negro	Sim	Sim	Não	
Cadastro CNSA	Comprimento: 1500m Largura: 500m	Científico, histórico (intelectual), social, identidade coletiva, ideológico	Movimento Negro, indígenas	Não	Não	sim	Não há uma poligonal, apenas largura x comprimento, não podendo ser considerada um
Patrimônio Cultural do MERCOSUL	Área desapropriada	Histórico (intelectual), social, identidade coletiva, ideológico	Movimento Negro, comunidade negra de países integrantes do MERCOSUL.	Não	Não	Não	

Tabela 6: Resumo dos instrumentos de proteção da Serra da Barriga.

De acordo com a tabela 6, o Tombamento, a Declaração de Monumento Nacional e a Desapropriação tratam dos mesmos valores e atores. Os dois últimos funcionam como um único instrumento, visto que o Monumento Nacional é uma área definida por uma poligonal no platô da Serra da Barriga, declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, conforme Decretos nº 95.855/88 e nº 96.038. Ambos os decretos estão vinculados, pois o primeiro que declara a área Monumento Nacional, estabelece o prazo de 60 dias para sua demarcação para fins de desapropriação. A ideia de transformação da área em Parque Nacional, inicialmente proposta pelo Movimento Negro, de acordo com a legislação previa desapropriação, o que parece ter norteado a edição dos dois decretos. Portanto ambos não devem ser tratados como diferentes instrumentos.

Além do mais, somente a partir da Constituição de 1988 é que a desapropriação também passou a ser considerada uma das formas de acautelamento, sendo posterior ao caso da Serra da Barriga. Assim podemos considerar para efeito de instrumentos de valorização e proteção apenas o Tombamento, o Monumento Nacional, o Cadastro no CNSA e o título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

Como foi possível observar através dos documentos de cada instrumento analisado, as áreas de proteção, apesar de tratadas como a mesma, possuem dimensões distintas. Atualmente, não há como identificarmos mais a delimitação da érea tombada, visto que estas estão apenas descritas nos documentos de instrução do processo, como nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como terrenos de dois proprietários. O Monumento Nacional possui área definida, descrita por coordenadas geográficas conforme consta no Decreto nº 96.038/1988. Já o Sítio arqueológico Serra da Barriga, este tem uma descrição que define um retângulo, cuja área engloba o Monumento Nacional e além deste. Já o Patrimônio Cultural do MERCOSUL adotou a área definida no Decreto nº 96.038/1988 que é do Monumento Nacional.

Tal questão também foi levantada em documentos da Fundação Cultural Palmares, aos quais tive acesso, que tratam dentre outros assuntos, das indenizações aos antigos proprietários das terras declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, havendo ainda pendências quanto às indenizações. Na Informação nº 001/2012, elaborada pelo auditor Ricardo Portocarrero Menezes, que trata do levantamento de documentos acerca do tombamento, desapropriação, recebimento, uso e destino da Serra da Barriga pela Fundação Cultural Palmares, foi citado trecho de relatório da análise da situação fundiária de área localizada na Serra da Barriga, pelo consultor jurídico Joelson Dias em 1989.

> Por outro lado, percebi que ainda hoje são freqüentes questionamentos por parte das mais diversas autoridades (federais e estaduais) acerca do tamanho da área tombada e da área definitivamente desapropriada, bem como a respeito dos inúmeros [sic] de proprietários expropriados e da fase em que se encontram referidos processos de desapropriação. (DIAS, 1989, apud MENEZES, 2012)

Entretanto, a questão levantada nos referidos documentos trata de uma terceira área, a que consta nos estudos para o tombamento, com 283ha, mas que não foi levada ao Conselho Consultivo, nem foi demarcada para desapropriação, todavia é interpretada pelos autores como a área tombada. Trata-se de uma área um pouco maior que a do Monumento Nacional.

A questão das diferentes áreas sob proteção de instrumentos distintos ainda não se apresentou como um problema real na gestão do bem, acredito que por estarem, salvo o título do MERCOSUL, sob a ação direta de instituições federais que atuam conjuntamente na área. Entretanto, a ausência de uma definição legalmente reconhecida da área de abrangência do Tombamento, visto que hoje o IPHAN vem adotando a mesma área que está sob a administração da Fundação Cultural Palmares, é problema para a gestão, principalmente quanto à fiscalização, e poderá se configurar em problema maior caso não seja resolvido. Entendo ser necessária a retificação para coincidir as áreas de Tombamento e Monumento Nacional, pois as atuações de ambas as instituições são diferentes.

Quanto ao valor a ser preservado, foram identificados os valores histórico (intelectual), social, identidade coletiva, ideológico, os quais, de acordo com a Carta de Burra, revelam a Significância Cultural da Serra da Barriga, parte mais alcantilada, conforme levantado no Capítulo 1. A partir da leitura da tabela 6 é perceptível que a maioria dos instrumentos abarcam os mesmos valores, que são reafirmados instrumento após instrumento.

A reafirmação de valores nos instrumentos pode ser entendida como uma consolidação destes, frente a sua importância no cenário nacional e também para além das fronteiras, através do título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Mas também demonstra o poder de articulação política que teve o Movimento Negro desde a década de 1980, período

em que ocorreram o Tombamento, a declaração de Monumento Nacional com consequente desapropriação, culminando com a Criação da Fundação Cultural Palmares, gestora do bem.

> No Congresso Nacional foi criado o Grupo Parlamentar de Apoio ao Memorial Zumbi, constituído de congressistas de todos os Partidos Políticos (de Governo e de Oposição), incorporados e compromissados em ajudar o Memorial. São 20 integrantes do Parlamento a defenderem verbas para o Projeto que já incluem no Orçamento da União (Exercício 1983), quantia de aproximadamente 01 milhão de cruzeiros. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ofereceu uma sala e a utilização de serviços postais, telefônicos e apoio de escritório. (Processo 1069-T-82, Vol II, fls. 121 e 122)

Quanto aos atores, os instrumentos de proteção incidentes sobre o bem cultural em apreço, salvo o cadastro como sítio arqueológico, resultado das pesquisas realizadas na Serra da Barriga, que lançou luz sobre outro grupo social com presença expressiva no lugar, antes e durante a fundação de Palmares, os demais referendam a Serra da Barriga como um dos símbolos da identidade negra. O tombamento, o Monumento Nacional, que teve como consequência a desapropriação, e o título de patrimônio cultural do MERCOSUL tratam dos mesmos valores para os mesmos sujeitos.

É inegável a relação de identidade e memória dos descendentes de africanos com o Monumento, em uma escala que abarca uma larga camada da sociedade brasileira. Mas, como vimos, não somente os brasileiros afrodescendentes, como também indígenas e campesinos possuem relação de identidade com o lugar, porém nem todos se veem reconhecidos através dos instrumentos incidentes sobre o bem.

No capítulo 2 ficou claro que o caráter seletivo na eleição da Serra da Barriga, parte mais alcantilada como patrimônio cultural brasileiro, foi muito prejudicial aos campesinos, mais que aos indígenas, que possuem relação com o monumento, devido as suas características culturais, como parte de uma memória distante. Os campesinos além de serem tolhidos do exercício de sua identidade, da qual depende de uma relação vital com o bem, convivem há mais de 30 anos com a incerteza quanto a sua permanência no local.

É difícil conceber a ideia de patrimônio cultural, portanto herança da produção humana, desassociada da sua presença. O despovoamento do patrimônio tem sido objeto de debates e uma preocupação dos os organismos internacionais (MENESES, 2017), gerando um valor negativo ao bem. Como observado por Correia (2016):

> Na Serra da Barriga, os estudos arqueológicos não só mostram a presença de quilombolas e índios, mas comprovam, sobretudo, a presença humana há mais de três séculos, fazendo daquela área seu território, lugar e local de trabalho, especialmente porque os moradores dos quilombos possuíam formas de produção que se assemelhavam ao tipo campesino. Nesse sentido, o verdadeiramente injusto seria deixar essas áreas sem população humana que sobrevive nelas (CALVIMONTES, 2013) (CORREIA, 2016, p. 186)

Quanto à previsão de desapropriação, não necessariamente o título de Monumento Nacional prevê a desapropriação, como citados alguns exemplos no Capítulo 1, com núcleos urbanos incluídos. No caso específico da Serra da Barriga, parte mais alcantilada, ocorreu a desapropriação como garantia de preservação do sítio, pleiteada pelos líderes do Movimento Negro, visto que o Tombamento poderia não ser medida suficiente, tendo em vista que o instrumento não interfere na propriedade da coisa tombada.

Já o instrumento de desapropriação, propriamente, somente se tornou uma das formas de acautelamento, na Constituição Federal de 1988, promulgada no mesmo ano do Decreto nº 96.038/1988, demonstrando que a noção de preservação associada ao isolamento era uma ideia que ultrapassava a fronteira da noção de preservação do patrimônio natural, como podemos observar no cerne da legislação destinada às Unidades de Conservação de Proteção Integral, sendo reforçada durante anos como a melhor forma de preservação.

Quanto às restrições de alteração das feições, conforme é possível perceber, a partir da leitura da tabela 6, os instrumentos que tem essa prerrogativa são o Tombamento e o Monumento Nacional, este último aqui tratado como indissociável da desapropriação.

O Tombamento da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada”, teve como consequência as restrições previstas no Decreto-Lei nº 25 de 1937, visando sua preservação, devendo o IPHAN ser consultado e autorizar toda e qualquer intervenção no bem e em sua área de entorno, sob pena de multa e outras formas de sanção, para quem desobedecer.

O Monumento Nacional é a área pública, de propriedade da União gerida pela Fundação Cultural Palmares, que adota medidas restritivas quanto às intervenções dentro de sua poligonal, sem considerar o entorno como no Tombamento. Apesar de semelhantes às restrições adotadas pelo IPHAN, para o Monumento Nacional não se prevê multa, mas este teve por consequência a desapropriação, que tornou públicas as terras de particulares.

A gestão pela FCP está mais alinhada às medidas adotadas nos Parques Nacionais, em concordância com a transformação do lugar no Memorial Zumbi, Parque Histórico Nacional, como fora proposto pelo Movimento Negro, amparados pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, Artigo 7º, inciso V. O citado decreto aprova o regulamento dos Parques Nacionais brasileiros.

> Artigo 7º - O Plano de Manejo indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque Nacional que poderá, conforme o caso, conter no todo, ou em parte, as seguintes zonas características:
>
> (...)
>
> V - Zona Histórico-Cultural - É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretada[sic] para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, **em harmonia com o meio ambiente**. (grifos nossos)

Para os Parques Nacionais a finalidade e as restrições estão explícitas no Artigo 1º, § 2º do respectivo Decreto.

> Artigo 1º - Este Regulamento estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais.
>
> § 2º - Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais: educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, **preservá-los e mantê-los intocáveis**. (grifos nossos)

A desapropriação da área de 258,785ha no platô da Serra da Barriga, através do Decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988, em seu artigo 1º diz que se trata de área de terra constituída pela Serra da Barriga, declarada Monumento Nacional pelo Decreto n°95.855, de 21 de março de 1988. A desapropriação teve a finalidade alinhada com Artigo 1º, § 2º do Decreto nº 84.017/79, conforme descrito no Artigo 3º do decreto de desapropriação:

> A área desapropriada destinar-se-á a estudos antropológicos, arqueológicos, ecológicos, reflorestamento das áreas naturais, construção de um marco assinalador da "República dos Palmares" e integrará o patrimônio do Ministério da Cultura.

Os Parques Nacionais, criados sob o conceito *wilderness* (região selvagem) e exportado para o mundo, apesar da rigidez da legislação com a finalidade de preservação de seus aspectos naturais, em alguns países, foi possível aliar a conservação da natureza com a manutenção das populações tradicionais (SPINOLA, 2013).

Spinola (2013) traz exemplos da Austrália, Nova Zelândia e Bolívia, que possuem políticas de meio ambiente mais sensíveis, com a permissão legal para a permanência das populações tradicionais dentro dos espaços protegidos, bem como a participação ativa destes no gerenciamento das unidades.

O caso da gestão das unidades de conservação dos citados países diferem bastante do caso da Serra da Barriga, visto que, na Nova Zelândia foi reconhecida a relação ancestral entre os *Maori* e o território protegido, o que lhes assegurou representatividade nos conselhos de gestão, direito à ocupação das terras e uso das águas. No caso da Bolívia e Austrália, as populações tradicionais, indígenas e aborígenes, são protagonistas na administração dos parques nacionais, através de modelos de cogestão. (SPINOLA, 2013)

O sucesso dos modelos de gestão inclusivos dos citados países está na presença das populações tradicionais na região, o que para o caso da Serra da Barriga, poderia ser aplicado se os campesinos (moradores) e indígenas (usuários) fossem reconhecidos como remanescentes de quilombo, visto que a área é protegida pelo valor histórico e simbólico dos Quilombos dos Palmares, e assim, seus remanescentes teriam o direito de permanência e uso garantido pela Constituição. Por esse motivo, uma das maiores dificuldades na gestão da Serra da Barriga pode ser atribuída ao fato de ser um quilombo sem pessoas reconhecidas como remanescentes deste.

Por outro lado, mesmo a Serra da Barriga não tendo se tornando um Parque Nacional, no Brasil não é uma prática das instituições de proteção a permanência de populações residentes, o que pode ser revisto para o caso em específico, pois os valores ali postos não estão na preservação da biodiversidade, mas nos aspectos culturais.

A ideia de Parque Histórico não se concretizou, mas o fato concreto é que a área se tornou propriedade da União o que, independente do bem ser ou não tombado, gerou consequências restritivas para aqueles que lá habitavam e continuam até os dias atuais. Não

somente o IPHAN, mas principalmente a Fundação Cultural Palmares fiscalizam a área tombada e desapropriada, impedindo a construção de novas edificações ou ampliação das existentes.



Figura 21: Casa de morador da área patrimônio em taipa e cobertura de telha em fibrocimento. Fonte: IPHAN-AL.

A situação da permanência dos moradores na área desapropriada foi motivo de ação civil pública, tornando réus o INCRA, a FCP e o IPHAN. Como uma das últimas solicitações do Ministério Público aos réus está a de elaboração de Laudo Antropológico para caracterização dos moradores como quilombolas ou não.

No documento a Procuradora da República Niedja Gorete Kaspary já adiantou que sendo reconhecidos como quilombolas não poderão ser expulsos de seu território tradicional e, do contrário, devem ser relocados, salvo entendimento contrário da Fundação Cultural Palmares e IPHAN, que em caso de permanência dos atuais moradores, como quilombolas ou trabalhadores rurais, devem orientá-los a compatibilizarem sua permanência à finalidade do tombamento.

> Com relação ao estado de conservação das habitações localizadas na área tombada, estamos impedidos legalmente de autorizar obras nos referidos imóveis, nos termos do citado Decreto-Lei, tendo em vista que estes estão em área que não são de propriedade dos moradores, área pertencente a União, portanto área pública. Os imóveis não possuem valor enquanto patrimônio cultural e sua permanência e usos

> são conflitante com a finalidade para a qual a área foi desapropriada, conforme decreto de nº 96.038, de 12 de maio de 1988, Artigo 3º. (Ofício nº 494/2016 – GAB./IPHAN-AL)

Quanto à aplicação de penalidade, como podemos ver pelo exposto na tabela 6, os dois instrumentos que preveem multa são aqueles que possuem relação direta com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, tendo o IPHAN como órgão executor. O tombamento, de acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937, para o objeto em questão, prevê multa nos seguintes casos:

> Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruidas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cincoenta por cento do dano causado.
>
> Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.
>
> Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibílidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objéto, impondo-se nêste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objéto.

As restrições impostas pela desapropriação não estão necessariamente relacionadas ao instrumento em si, mas à finalidade pela qual a área foi tornada de utilidade pública para aquisição pela União. De acordo com o relatório da análise da situação fundiária de área localizada na Serra da Barriga, pelo consultor jurídico Joelson Dias em 1989,

> (...) mesmo a simples discussão acerca da eventual permanência de qualquer número de famílias no interior da área desapropriada deve estar condicionada, necessariamente, ao atendimento de dois requisitos básicos: (i) a preservação da referida área, tombada, inclusive, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e declarada como sendo Monumento Nacional (Decreto nº 95.855, de 21.3.88) e (ii) o respeito dos fins a que se destina, quais sejam, a realização de estudos antropológicos, arqueológicos, ecológicos, reflorestamento das áreas naturais e construção de um marco assinalador da "República dos Palmares" (Decreto nº 96.038, de 12.5.88, artigo 3º). **A ocupação ou utilização da área desapropriada na Serra da Barriga para o atendimento de quaisquer outros fins, senão aqueles, como previsto anteriormente, poderia ocasionar, até**

> **mesmo, na perda, por parte da Fundação Cultural Palmares, do direito de administrar a área em questão**. Grifos nossos.

A legislação que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, notadamente a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, prevê multa, de acordo com seu art. 25:

> Art 25. A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta lei, dará lugar à multa de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros), sem prejuízo de sumária apreensão e conseqüente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existentes no local.

Alternativamente à aplicação de multa, o IPHAN tem trabalhado o instrumento do Termo de Ajustamento de Condutas (TAC), de acordo com a Portaria nº 159 de 11 de maio de 2016, dado à dificuldade em se mensurar danos ao patrimônio arqueológico.

Como consequência do cadastro do sítio arqueológico Serra da Barriga no CNSA, o IPHAN, enquanto instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio arqueológico, passou a ser ainda mais restritivo nas intervenções dentro da área tombada, em vista que, com certa frequência, afloram artefatos arqueológicos na superfície, como urnas funerárias. Assim, toda intervenção em solo deve ter acompanhamento arqueológico, sob pena de multa ou adoção de medidas compensatórias ou mitigadoras mediante assinatura de Termo de Ajustamento de Condutas.

A exemplo, as obras de implantação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, inaugurado em 2007, bem como de pavimentação do acesso ao platô da Serra da Barriga, inaugurada em 14 de novembro de 2019, esta última sob responsabilidade do governo do Estado, tiveram como arqueólogo coordenador o estudioso da Serra da Barriga e Região Serrana dos Quilombos, Scott Joseph Allen que coordenou uma equipe para o acompanhamento e salvaguardas.



Figura 22: Afloramento de urna funerária no Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Fonte: Fundação Cultural Palmares.



Figura 23: Equipe de arqueologia durante as obras de pavimentação do acesso ao platô da Serra da Barriga (2018). Autoria do arqueólogo Scott Allen.

A exemplo de outros bens patrimoniais, os conflitos na Serra da Barriga por vezes parecem velados. Podemos atribuí-los em parte aos conflitos sociais entre grupos historicamente excluídos. Isso fica evidente a partir da percepção de que as relações culturais na Serra representam, em pequena escala, as relações culturais brasileiras pós-constituição de 1988, a partir da qual os direitos indígenas tiveram menor representatividade em comparação com os quilombolas, cujas reivindicações faziam parte de processos de debates e

reivindicações mais amadurecidas por parte das organizações sociais ligadas a estes grupos. Como reflexo disso, podemos observar os bens reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro, cuja representação afro-brasileira é muito superior à indígena, muito também pela dificuldade de compreensão da relação material e imaterial presentes na cultura indígena. E numa terceira vertente vemos compor esse cenário conflituoso o grupo dos campesinos, cuja caracterização cultural pode incluí-los como grupo formador do processo civilizatório nacional.

O conflito de acordo com Simmel (1964) representa a “negação da unidade”, ou seja, daquela representação que os instrumentos de proteção conferem, à Serra da Barriga, quando da sua valoração associada a um único grupo. Mas este, o conflito, não deve ser visto unicamente pelo prisma da negatividade, e sim, de acordo com Velho (2006), como “fenômeno constitutivo da vida social (ver p.ex. Simmel 1964 e 1971)” no qual percebemos “constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais." que, para o caso específico da Serra da Barriga culminou em cinco instrumentos destinados à proteção da memória predominantemente relacionada a fatos históricos, mas apenas associada a um grupo.

A sobreposição dos instrumentos implicou em apagamentos de memória e identidade para outros grupos, como tratados neste trabalho, os indígenas e campesinos, sendo este último o mais prejudicado, pois sequer estão associados aos instrumentos de proteção, ao contrário, conforme consta dentre as diretrizes para a gestão da Serra da Barriga, Patrimônio Cultural do MERCOSUL, está a “1.6. Reassentar as famílias que ocupam a área do Parque Memorial Quilombo de Palmares: escolha locacional.” (IPHAN, 2017), Tal diretriz dá a indicação de que os campesinos não estão incluídos nas ações de preservação da Serra da Barriga. Para os indígenas, não há diretriz associada ao grupo e, por incrível que pareça, nem mesmo para a arqueologia, cujas relações de ancestralidade, alcançadas pela disciplina, ainda é limitada, fator de debate que não será abordada no presente trabalho.

Fato é que os indígenas ressurgem na Serra da Barriga a cada dia, através de cada artefato arqueológico descoberto, mesmo que seus descendentes atuais não reivindiquem o reconhecimento do lugar pela relação de ancestralidade, ou que a arqueologia ainda não o consiga definir com indubitabilidade Já os campesinos, estão presentes no local desde antes do tombamento, mais precisamente 1963, ano em que se estabeleceu o tronco 2, cujos valores

de pertencimento e de identidade campesina lhes foram tolhidos, assim como os negros escravizados, em situação análoga, como bem descreveu CORREIA (2016).

> (...) Assim como os palmarinos resistiram por quase um século para não voltarem à situação de sujeição de sua força para outrem, os moradores da Serra da Barriga vivem, atualmente, a ameaça de serem expulsos de sua terra e o risco de voltarem a trabalhar em terras alheias e perderem sua liberdade. O revés do paradoxo disso é que hoje não são os fazendeiros, mas os próprios herdeiros dos escravos-camponeses dos Palmares que podem engendrar essa situação. (CORREIA, 2016, P. 20)

Correia (2016) chama de escravos-camponeses os moradores dos quilombos, que pela necessidade de sobrevivência transformavam assentamentos precários, como se iniciavam os quilombos, em uma "comunidade camponesa estável". Após a Constituição de 1988, que garante os direitos às terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e quilombolas, Artigos 67 e 68 respectivamente, ambos tem sido tratados como trabalhadores rurais, ou seja, de alguma forma a identidade campesina abarca também os outros atores envolvidos com o bem cultural.

3.2 A limitação atual dos instrumentos de gestão

Como já vimos anteriormente, a Constituição Federal de 1988 foi um marco muito importante para o reconhecimento de direitos aos indígenas e aos descendentes de africanos escravizados. No artigo 215, referente a cultura, o § 1º trata da proteção do Estado às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (BRASIL, 1988)

Quanto aos "outros grupos participantes do processo civilizatório nacional", trata-se de uma categoria mais ampla e abrangente possível, podendo abarcar os campesinos, por exemplo. Visto que estes são detentores de características culturais comuns entre si e únicas perante outros grupos. Assim podemos compreender que para o caso específico da

Serra da Barriga, amparados pela Constituição Federal de 1988, temos três grupos que merecem a proteção de suas manifestações culturais, os indígenas, os afrodescendentes e os campesinos.

Esta pluralidade étnica, equivale ao termo multicultural e por extensão ao multiculturalismo. De acordo com Hall (2003), multicultural designa qualquer sociedade formada por comunidades culturais distintas, que mesmo tendo um convívio comum, tentam preservar algo de sua identidade "original", e os problemas de gestão governamental que decorrem desta convivência. Já multiculturalismo diz respeito às estratégias e políticas utilizadas pelo Estado para administrar os problemas gerados pelas sociedades multiculturais. O Brasil enquadra-se perfeitamente como uma sociedade multicultural, portanto, heterogênea, encontrando problemas de governabilidade quando da preservação de bens culturais tidos como referências da identidade nacional. É preciso encontrar mecanismos que abarquem a pluralidade, sem provocar pulverização étnica ou identitária, rompendo a noção de identidade nacional, que tem suas raízes no Iluminismo, à luz da politização da auto identificação.

Os instrumentos que tratam da proteção dos valores culturais reconhecidos na Serra da Barriga não são capazes de fornecer, seja de forma individual ou conjugada, uma solução para a gestão da pluralidade de valores encontradas no bem, maioritariamente atendem ao grupo social que se identifica com a história de Palmares e com a herança cultural dos africanos trazidos ao Brasil na condição de escravo, pois foram aplicados com essa finalidade. E atualmente, dos valores científicos atrelados ao reconhecimento como sítio arqueológico importante, trazendo à pauta outro grupo social, os indígenas, mas que não tem despertado o interesse institucional, por dificuldades administrativas de lidar com essa referência, ou mesmo dos "detentores" da relação de ancestralidade com os artefatos encontrados, provavelmente por não reconhecerem o patrimônio como um instrumento de resistência.

O IPHAN como órgão de proteção do patrimônio cultural em nível nacional tem desenvolvido novos instrumentos que pretendem abarcar as mais diversas noções de patrimônio. Mas que instrumento seria capaz de incluir todos os sujeitos envolvidos com a valorização da Serra da Barriga?

De acordo com Schwerz (2009), em o *Culto Moderno dos Monumentos* "Riegl mostra que os conflitos advindos das contradições entre os diversos valores podem ser solucionados levando-se em consideração, particularmente, o estado do monumento e o

contexto social em que está inserido" bem como "as exigências simultâneas e contraditórias de valores acumulados ao longo do tempo podem ser negociáveis em favor da preservação, dependendo do estado do monumento e do contexto social e cultural em que está inserido." Diante deste contexto acredito que a utilização de uma ferramenta de gestão para o bem cultural, construída à luz dos novos conhecimentos sobre pertencimento, gestão participativa e pluralidade cultural, se não solucionar, ao menos pode administrar de forma mais equilibrada, os conflitos gerados pelas contradições entre os diversos valores para os sujeitos envolvidos.

Não sendo necessária, portanto, a criação de mais um instrumento de proteção, reconhecimento, valoração, mas sim uma ferramenta a ser utilizada na gestão, capaz de reunir os valores atribuídos ao bem pelos diversos atores e instrumentos de preservação envolvidos com o mesmo.

Para a Serra da Barriga, na ideia de Parque Nacional, foram feitas inicialmente várias tratativas para a elaboração de um Plano de Manejo, que consiste em um documento técnico para áreas de conservação ambiental, onde estabelece o seu zoneamento e as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Contudo, a investigação nos arquivos da instituição e mesmo no NEAB – Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da UFAL para a presente pesquisa, não logrou êxito em encontrar o Plano de Manejo, demonstrado que, se o Plano foi elaborado, não está sendo utilizado. No processo de tombamento encontram-se documentos relativos a convênio, como também projeto com orçamento visando a formulação do Plano de Manejo, mas não há o plano em si.

Com o título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL a Serra da Barriga também recebeu como obrigação, elaborar e pôr em prática um Plano de Gestão no prazo de dois anos. Tal prazo já transcorreu e ainda não foi implantado. Sendo que até o momento somente a implantação do Comitê Gestor foi efetivada, com posse em 27 de março de 2018, tendo sua primeira reunião realizada no dia subsequente, e outras três em 9 de maio, 5 de setembro e 11 de dezembro, totalizando quatro reuniões em 2018. Em 2019 o Comitê Gestor se reuniu em 21 de maio de 2019, mas teve suas atividades suspensas por força do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Atualmente encontra-se em processo de reformulação para adequar-se às novas regras impostas pelo citado decreto.

Voltando ao começo, quando da elaboração do Projeto de Pesquisa, que em princípio tinha como proposta trabalhar os valores encerrados no bem, incluindo os sujeitos que atribuem esses valores, chegamos novamente à Carta de Burra e a Significância Cultural de que trata o documento.

3.3 Declaração de Significância

A Serra da Barriga, símbolo dos Quilombos dos Palmares, reverbera nos dias de hoje o que, segundo historiadores, se configurava enquanto ideal de pluralidade étnica. Atualmente, a Serra da Barriga é, em uma pequena escala, a representação do Brasil, onde estão presentes negros, índios e campesinos, estes últimos que representam as mais variadas etnias. Cabe lembrar que quilombolas e indígenas também já se utilizaram do rótulo de "trabalhadores rurais" no início da organização política dos camponeses no Nordeste, nas décadas de 1940 e 1950 (ARRUTI, 2000).

O termo campesino para designar "trabalhadores rurais" é bastante abrangente e encontra sinônimo por exemplo no Sul do Brasil, que utiliza o termo colono, a exemplo dos imigrantes alemães em Santa Catarina, para se distinguirem enquanto origem, dos caboclos e brasileiros, mas sua relação com a terra é a mesma, pois tanto colonos quanto camponeses são habitantes da zona rural dedicados ao trabalho agrícola (SEYFERTH, 2011).

Diante da análise dos instrumentos de proteção incidentes sobre o bem, percebe-se que estes não abarcam todos os valores e os sujeitos que matem relações de pertencimento com a Serra. O tombamento, o Monumento Nacional, o Patrimônio Cultural do MERCOSUL e mesmo o cadastro no CNSA referendam concomitantemente a importância do bem pela importância histórica de Palmares, para os quais estão incluídos como sujeitos que possuem identidade direta com os acontecimentos históricos apenas os brasileiros afrodescendentes.

Segundo Viñas (2005 apud Lins, 2014), na década de 1990 a Conservação Contemporânea estabelece "que os valores são atribuídos pelos sujeitos, não sendo, portanto, inerentes aos objetos, tampouco cientificamente quantificáveis", e que as ações de

conservação podem ser motivadas por valores ideológicos, afetivos, religiosos, não somente históricos e artísticos, mas também estes.

É exatamente a noção do valor como algo atribuído e não inerente ao objeto que confere o seu caráter dinâmico em função do contexto em que os sujeitos que atribuem valor estão inseridos, reforçando o entendimento de que a determinação da significância cultural dos objetos de conservação deve ser algo revisto de tempos em tempos. (LINS, 2014)

Nesse sentido, a Declaração de Significância que tem por princípio reunir os valores e os sujeitos envolvidos com o bem e ainda servir como instrumento norteador na gestão da sua conservação, apresentando-se para o caso como dispositivo mais adequado para responder a questão da pesquisa, pois reúne, documenta e formaliza os valores atribuídos e validados por uma comunidade específica a um bem cultural protegido ou digno de proteção, num determinado período. Configura-se, portanto, em documento de caráter dinâmico, mutável, pelas variáveis envolvidas nos distintos contextos, social, econômico, ambiental e patrimonial, à época de sua construção, sendo necessária a sua revalidação e revisão com certa periodicidade (LINS, 2014).

Pensar no significado cultural da Serra da Barriga e na sua manutenção visando à preservação desse bem cultural é ir além de um plano de manejo, esboçado na década de 1980 e que nunca fora implantado, ou de um plano de gestão, cujas diretrizes foram traçadas como uma das exigências para receber o título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. É prever que dentro desses planos estejam incluídas ações que contemplem a manutenção dos valores patrimoniais identificados e reconhecidos no bem pelos atores envolvidos com o mesmo, não somente quando fora reconhecido, mas também considerando a sua trajetória ao longo do tempo.

> Por outro lado, as declarações de significância cultural podem constituir preciosas ferramentas de negociação, particularmente úteis nos casos em que o objecto envolve múltiplos actores, nas quais os valores do objecto considerados fundamentais e imprescindíveis decorrem de decisões participadas e, desta forma, mais prontamente respeitadas e defendidas pelos diferentes intervenientes. (REVEZ e RODRIGUES, 2014**)**

A Declaração de Significância, de acordo com AZEVÊDO*, et al*. (2014) é um documento onde estão expressos os valores e significados de um bem patrimonial, servindo de referência às ações de conservação, gestão e restauro, por apresentar as características que devem ser preservados no bem, sendo utilizada "como instrumento de suporte de memória e orientação para a ação da conservação," com previsão de revisões.

> Como memória, grava para o futuro, a avaliação cultural que uma comunidade realizou de um bem patrimonial. Como orientação, especifica as características do bem para as quais a comunidade atribuiu valor cultural, e que devem ser mantidas no tempo. (AZEVÊDO, et al., 2014, p. 2)

No campo do patrimônio o termo significância ou significado cultural não é novo, ele apareceu pela primeira vez em documento institucional em 1964, na Carta de Veneza, mas como definição somente na Carta de Burra de 1979[51] (REVEZ e RODRIGUES, 2014), como sendo "o conjunto de valores de um bem patrimonial para as gerações passadas, atuais e futuras." (AZEVÊDO*, et al*., 2014)

Ao estudar a Serra da Barriga e os grupos sociais envolvidos com o bem e, ao mesmo tempo, identificar que os instrumentos de proteção incidentes sobre ele não são eficazes no alcance de toda a sua representatividade, afetando diretamente na sua gestão, entendi que a Declaração de Significância pode ser um instrumento possível de ser aplicado como ferramenta norteadora na gestão da conservação desse bem cultural, compreendendo os futuros Planos de Gestão e Manejo a serem desenvolvidos.

De acordo com Zancheti e Hidaka (2014) a construção da declaração de significância passa por 3 etapas: 1. determinação da significância; 2. avaliação da significância; e 3. redação da Declaração. A primeira etapa é realizada por meio de uma análise do bem, que compreende o entendimento da história e do contexto, bem como a identificação dos valores para as comunidades. A segunda trata da avaliação, expressa por um julgamento acerca dos valores atribuídos pela sociedade ao bem, devendo a decisão final ser tomada considerando o envolvimento dos atores sociais consultados na fase de identificação. A terceira etapa trata da escritura da Declaração que, em um texto breve, deve argumentar o

[51] O primeiro documento tem como referência o ano de 1979, tendo outras versões em 1981, 1988 e 1999, sendo esta última que está em vigor. "Com a adopção das revisões de 1999, a versão anterior (1988) da Carta foi, agora, revogada e remete as versões de 1981 e de 1979 para o papel de documentos de arquivo que registam o desenvolvimento da filosofia da conservação na Austrália." ('Australia ICOMOS Burra Charter, 1999')

porquê de aquele bem ter significância cultural. Esse ponto será utilizado como referência, principalmente nas políticas de gestão e conservação do bem.

Entretanto, a ideia central deste trabalho não é a elaboração de uma Declaração de Significância para a Serra da Barriga, até mesmo porque metodologicamente ainda é um campo pouco explorado, podendo ser desenvolvido em um outro trabalho. De acordo com AZEVÊDO*, et al*. (2014), o suporte teórico sobre o tema é escasso e insuficiente para auxiliar organismos e instituições na elaboração de uma declaração e, "por não existir um modelo de referência, as declarações se tornam muito diferentes umas das outras, tanto na extensão do texto quanto em seu conteúdo." O que se pretende aqui é expor os motivos pelos quais a Declaração de Significância, por englobar os diversos valores e sujeitos, numa perspectiva de gestão da conservação do bem cultural, pode ser aplicada ao caso e, ao mesmo tempo, como contribuição na elaboração do plano de gestão previsto no Dossiê de candidatura ao título de Patrimônio Cultural do Mercosul, como também na elaboração de um plano de gestão compartilhada, sanando lacunas deixadas pelas atribuições de valores dos diversos instrumentos de proteção aplicados à Serra.

Passo agora a uma breve análise sobre como a Declaração de Significância dialoga com os dois principais instrumentos de preservação do patrimônio cultural incidentes na "Serra da Barriga, parte mais alcantilada", o Tombamento e a Declaração de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Não tratarei aqui da Declaração de Monumento Nacional, visto que não obtive elementos suficientes para estabelecer uma relação de semelhança ou diferença.

3.3.1 O IPHAN e a Declaração de Significância

Apesar da compreensão de que o Tombamento é um instrumento administrativo do Estado brasileiro, na figura do IPHAN, para declarar a significância de um

determinado bem cultural, cujos valores estão declarados nos Livros do Tombo[52], o processo que culmina com o reconhecimento, e ainda, a gestão dos bens tombados possuem um certo distanciamento em relação ao que explicita a Carta de Burra, bem como as teorias contemporâneas da conservação que se embasam nesse documento referência. De acordo com Lins (2014) "não há indicadores que representem uma preocupação formal da Instituição [IPHAN] com a incorporação da Significância Cultural como instrumento gestão", o que poderia auxiliar sobremaneira nos processos de normatização de bens tombados e áreas de entorno, ora em curso.

Grande parte dos bens reconhecidos pelo IPHAN através do tombamento carecem de um instrumento capaz de dialogar melhor com a sociedade de modo a envolve-la no processo de atribuição de valores, para que esta seja partícipe das ações de conservação, o que ocorre com os processos de reconhecimento de bens culturais através do Registro como patrimônio imaterial brasileiro, criado pelo Decreto nº 3.551/2000. Este já dispõe desta interface com a sociedade, onde os planos de salvaguarda são desenvolvidos junto aos detentores, durante o processo de instrução. O instrumento prevê, inclusive, a revalidação do reconhecimento, ou seja, o equivalente à revisão periódica prevista na Declaração de Significância.

A correspondência do instrumento com o pensamento da época pode ser observada também, nos primeiros tombamentos realizados pelo IPHAN que não obedeciam a uma metodologia específica, muitos processos dispõem de poucas páginas, das quais pouco se extrai sobre os valores pelos quais aqueles bens foram reconhecidos[53]. Somente a partir de 1986, com a edição da Portaria nº 11, que regulamentou a organização dos Processos de Tombamento, os que foram abertos após essa data passaram a ser instruídos tecnicamente de forma clara e organizada, apresentando elementos como descrição pormenorizada do bem, contextualização histórica e, principalmente, justificativa de tombamento (IPHAN, 2010). A Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986, Art. 4º, § 1º e 2º diz:

[52] Os Livros do Tombo são 4: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

[53] Tal afirmação é empírica e se apoia em consulta ao arquivo do IPHAN no Rio de Janeiro, como uma atividade de uma das disciplinas do Mestrado de Preservação do Patrimônio Cultural.

> § 1º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu **valor cultural**, existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objeto da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação acrescidas de documentação fotográfica e plantas.
>
> § 2º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens móveis, a instrução do pedido constará de descrição pormenorizada do objeto, se tratar de peça única ou da relação detalhada de peças componentes de coleção, listadas uma a uma, mencionando-se o material empregado, as dimensões de cada unidade e outras características que as individualiza, assim como de informações precisas sobre a localização, o proprietário e/ou responsável pela guarda do(s) objeto(s) e seu estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e análise do **valor desses bens para o patrimônio cultural do País**. (grifos nossos)

É baseando-se nesses dados que justificaram o tombamento de um determinado bem, que o IPHAN tem trabalhado as normativas para preservação dos sítios históricos, visando à manutenção dos valores reconhecidos no ato do tombamento. Atualmente, os processos em instrução já devem ser submetidos ao Conselho Consultivo com uma minuta de portaria de normatização que vise a manutenção dos valores atribuídos ao bem. Contudo, ainda não prevê uma atualização, tal como nas recomendações internacionais, visto que os valores podem mudar com a continuidade histórica do bem, por serem atribuições dos sujeitos num determinado tempo e contexto.

Antes da edição da Portaria nº 11/1986, ou seja, desde 1937 até 1986, não havia clareza na justificativa de tombamento, quando havia. Para normatizar áreas que foram tombadas antes da edição da Portaria nº 11/1986 o IPHAN tem proposto a realização de um exercício de atualização dos critérios, tendo como subsídios os elementos disponíveis no processo de tombamento, bem como no histórico da gestão do sítio (IPHAN, 2010), pois

> Diversos bens culturais tombados apresentam ainda as suas justificativas embasadas em valores atribuídos há décadas atrás. Os valores são mutáveis, transformam-se, novos valores são incorporados outros não mais atribuídos a certos bens culturais, e esta natureza volátil e dinâmica dos valores não são consideradas nas políticas de proteção, dificultando, portanto, o monitoramento e ações de conservação do patrimônio cultural nacional. (LINS,2014, p. 4)

Essa atualização de critérios, de acordo com a “Normatização de Cidades Históricas - orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas” (IPHAN,2010), diz que não havendo necessidade de rerratificação de poligonais, “pode ser feita na própria ficha de definição das diretrizes que embasarão as Normas de Preservação, onde são identificados e explicitados os critérios para análise e setorização da área, e que constituirão os estudos técnicos da normativa.”

Neste exercício de normatizar as áreas tombadas, podemos perceber uma aproximação à Declaração de Significância, entretanto, desatualizados ou não, os dossiês de tombamento, “continuam sendo os principais documentos na indicação dos valores que justificam o reconhecimento do bem cultural como patrimônio nacional.” (LINS, 2014) Evitando-se a atualização de valores, um dos princípios da Declaração de Significância, o órgão se prende aos valores postos quando do tombamento, procurando evitar processos de rerratificação.

Mas há novidades no campo da preservação do patrimônio material em nível nacional. Depois de 81 anos de sua criação o IPHAN lançou através do documento legal Portaria nº 375 de 17 de agosto de 2018, a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, que diz em seu Art. 1º: “Fica instituída a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do Iphan, a ser implementada de acordo com os princípios, premissas, objetivos, marcos referenciais e diretrizes previstos nesta Portaria.”

Destacam-se abaixo alguns princípios, premissas e objetivos que se aplicam perfeitamente ao caso do objeto de estudo. Cabe esclarecer que os marcos referenciais da portaria não ficam claros e as diretrizes são muito genéricas, motivo pelo qual não foram considerados, para a presente análise.

A seguir, serão confrontados princípios, premissas e objetivos com o objeto de estudo, a fim de demonstrar que estes não contemplam a pluralidade de valores e sujeitos envolvidos com o bem.

3.3.1.1 Dos Princípios da Portaria 375/2018 em sua relação com a Serra da Barriga:

Princípio da Humanização: A preservação dos bens culturais deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Princípio da Indissociabilidade: Não deve haver separação entre os bens culturais materiais e as comunidades que os tem como referência.

Princípio da Ressignificação: Constantemente novos significados são atribuídos ao Patrimônio Cultural Material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado.

Pelo *Princípio da Humanização*, é possível afirmar que as famílias que residem na área patrimônio "Serra da Barriga, parte mais alcantilada" não tem garantidas a "cidadania e a dignidade da pessoa humana", em vista das condições em que (sobre)vivem. Não me refiro apenas ao direito que lhe foi negado de exercer sua identidade campesina, mas às condições de moradia e renda, conforme relatórios institucionais. O *Princípio da Indissociabilidade* é contemplado na medida em que se consideram apenas os descendentes de africanos enquanto "comunidades que os tem como referência", pois todas as ações voltadas ao bem cultural estão contemplam a comunidade negra. O *Princípio da Ressignificação* precisa ser aplicado para que enfim o bem possa representar aqueles que o tem como referência, pois ainda é entendido como um registro do passado e como tal, as ações de preservação tem visado a sua manutenção tal e qual, não considerando a trajetória patrimonial do bem e o seu presente.

Vemos esses princípios contestados e reivindicados nas falas dos atores, protagonistas da nova ordem de valores da Serra,

> E essa questão de não poder reformar, faz tempo que eu não tenho cozinha porque a minha cozinha caiu, além disso, não tenho banheiro, eu não tenho cozinha é como se fosse pra cair tudo e você não tem direito a nada e isso não existe, mas sim, nós temos direito, temos os nossos direitos os nossos pais morreram esperando por isso então não é justo que a gente abra mão que a gente sabe que é direito. (R. M., 41 anos, moradora da Serra da Barriga há 41 anos, apud Oliveira, 2016)

> *(...) na verdade lá não é só um refúgio né... na verdade é um aldeamento também dos povos indígenas então essa parte precisaria ser melhorada porque além do povo negro tava os indígenas lá... acredito que houve uma aliança no passado entre os indígenas que habitavam o litoral da zona da mata e o interior aqui de alagoas... e a gente sabe que lá é território Kariri e território Caetés né.... a gente que esse é território Kariri e os caetés que habitavam o litoral e a Zona da Mata (...) (Marcus Sabarú, etnia Tingüi-Botó)*

3.3.1.2 Das Premissas da Portaria 375/2018 em sua relação com a Serra da Barriga:

(I) As ações e atividades relacionadas com a preservação do Patrimônio Cultural Material devem compreender e considerar o presente;

(II) as ações e atividades devem considerar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural;

As ações e atividades relacionadas com a preservação da "Serra da Barriga, parte mais alcantilada" ao compreender e considerar o presente, o faz de forma a tratar as famílias remanescentes do período anterior ao tombamento como algo a ser expurgado. E mesmo os indígenas revelados através das pesquisas arqueológicas não tem sido considerados parte integrante, muito pela arqueologia ser vista como algo que estuda o passado, sem reverberação no presente dos grupos étnicos da região, apesar da relação com a história de Palmares ainda estar presente na memória coletiva dos indígenas, como vimos nas entrevistas. Essa negativa de inclusão dos grupos envolvidos com o bem cultural é o que se lê nas diretrizes para o plano de gestão, obrigação assumida para obtenção do título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

A indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais, do ponto de vista do grupo que é reconhecido como de referência, sim, podemos dizer que há um trabalho nesse sentido, pois a Serra da Barriga é um bem de natureza material, mas todo o seu significado é de natureza imaterial, reconhecido institucionalmente pelas referências culturais de matriz africana que tem no bem um lugar de referência para suas práticas culturais.



Figura 24: Representação dos Orixás na Serra da Barriga. Fonte: IPHAN-AL.

Mas quando se trata dos outros sujeitos, aos indígenas não foi considerada a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais, pois somente prevaleceu o artefato, em referência aos achados arqueológicos. Já os campesinos, para estes nem sua identidade foi reconhecida, portanto não há o que falar em indissociabilidade com relação a este grupo.

3.3.1.3 Dos Objetivos da Portaria 375/2018 em sua relação com a Serra da Barriga:

II. Estabelecer práticas para a elaboração participativa dos instrumentos de preservação, de forma a ampliar a legitimidade perante os grupos sociais locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada do patrimônio cultural material;

III. Considerar as práticas e instrumentos da preservação desenvolvidos ou sugeridos pelo Comitê do Patrimônio Mundial e pela Comissão Cultural do Mercosul;

V. Fortalecer a preservação do patrimônio cultural material de povos e comunidades tradicionais, enquanto grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória do país.

O objetivo II vai de encontro ao que prevê a Declaração de Significância, de modo que, mesmo que se utilizando de outras palavras, o IPHAN pretende dialogar com o instrumento, o que comunga com o que está explícito no objetivo III, tendo em vista que a Declaração de Significância, passou a ser exigida pela UNESCO nos processos de inclusão de bens na lista do Patrimônio Mundial.

> Apesar da declaração de significância existir, em outro formato, e ser utilizada há muito tempo, ganhou importância nos estudos culturais no momento em que a UNESCO passou a exigi-la nos processos de pedido de inclusão de bens patrimoniais na lista do Patrimônio Mundial, avaliados pelo World Heritage Center (WHC/UNESCO). A declaração também é utilizada no sistema WHC como documento de referência para o teste de autenticidade do bem antes do mesmo ser incluído na lista. Outro uso importante da declaração é, também, como documento de referência para os planos de gestão da conservação, que devem ser elaborados pelos governos dos países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial que possuam bens na lista. (Zancheti e Hidaka, 2014, p.3)

Quanto ao objetivo V, sua aplicação ao objeto de estudo carece de um amplo debate para que a Instituição defina quem são “povos e comunidades tradicionais”, pois como vimos, a “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” reúne múltiplas identidades e nesse sentido a aplicação da Declaração de Significância pode ser um importante instrumento.

3.3.2 A Declaração de Significância, a Unesco e o MERCOSUL Cultural

No âmbito da UNESCO, a Declaração de Significância é o equivalente a Declaração de Valor Universal Excepcional, que deriva da adoção de Valor Universal Excepcional-VUE (LINS, 2014), exigida "como um dos requisitos para a inclusão de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, fazendo parte dos principais programas e projetos de gestão de áreas patrimoniais".

> Explicitamente adoptada pela Austrália em 1979 aquando da primeira redacção da Carta de Burra, a significância ganha um ascendente global quando a UNESCO começa a exigir a sua análise nas directivas operacionais para a gestão de bens integrantes da lista de Património da Humanidade. (REVEZ e RODRIGUES, 2014)

De acordo com Lins (2014) a Declaração de Valor Universal Excepcional contempla não somente o conjunto de valores atribuídos ao bem, como também a forma de manutenção, proteção e gestão dos mesmos, em longo prazo, e ainda a obrigatoriedade da elaboração de planos de gestão e de proteção dos bens culturais. A Declaração, portanto, se configura como documento de suma importância para a gestão e monitoramento do estado de conservação dos bens culturais patrimônio da humanidade, sendo previstas avaliações constantes, realizadas por consultores ligados às Organizações Consultivas, "que se utilizam da Declaração de Significância como instrumento de monitoramento do estado de conservação dos atributos que justificaram a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial." Quando o resultado das avaliações identificar alterações que comprometam a conservação de bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, os Estados-partes são notificados, podendo o bem ter a sua inscrição cancelada, passando a constar na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

Com relação ao título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, para sua obtenção, não há exigência de Declaração de Significância ou Declaração de Valor Universal

Excepcional, mas é possível identificar exigências que estão em sintonia com a UNESCO. De acordo com o Regulamento para reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, Art. 3º - Da Caracterização do PCM:

> Poderá ser reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) qualquer bem cultural, de natureza material e/ou imaterial, que:
>
> a) manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo;
>
> b) expresse os esforços de união entre os países da região;
>
> c) esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região;
>
> d) constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum.

Dentre os procedimentos para apresentação e avaliação de candidaturas, conforme Art. 5º do Regulamento, parágrafo 2º "As propostas serão fundamentadas por um Dossiê de Candidatura relativo ao bem cultural, explicitando os seus motivos para reconhecimento, na forma indicada no Apêndice I deste Regulamento."

O Apêndice I do Regulamento dispõe de uma listagem que compõe a "documentação mínima exigida no dossiê de candidatura ao reconhecimento de bens ao título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, do qual destaco:

> . Justificativa: **valores atribuídos ao bem** e que justificam sua proposição, demonstrando de que forma o bem em questão se relaciona com os parâmetros estabelecidos para reconhecimento, do ponto de vista da história ou da sua importância enquanto referência cultural para os países, e de que forma o bem contribuirá para a integração sociocultural e política no MERCOSUL.
>
> . Diretrizes para gestão: medidas a serem implementadas para **garantir a preservação dos valores atribuídos ao bem** e que embasam sua candidatura como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, e estratégias de promoção previstas para que o bem se converta em elemento de integração sociocultural entre os países. (grifos nossos)

O Artigo 7º trata dos princípios para a gestão dos bens reconhecidos, conforme destaco abaixo os mais representativos, contidos nos parágrafos 4º e 5°:

> 4. As diretrizes para gestão do bem visando **garantir a permanência e continuidade dos valores a ele atribuídos** e que embasaram a sua candidatura de reconhecimento deverão ser apresentados como parte integrante do Dossiê de Candidatura, e terão prazo máximo de dois anos a partir da inclusão do bem na LPCM para serem efetivamente implementadas. Esse prazo poderá ser reduzido quando o(s) proponente(s) da candidatura manifeste(m) que o bem proposto corre riscos ou ameaças que comprometam seus valores culturais.
>
> 5. No caso de verificação do descumprimento do compromisso assumido pelo país e **perda dos valores atribuídos ao bem** inscrito na LPCM, a CPC poderá solicitar esclarecimentos ao país responsável e deliberar sobre a sua exclusão da Lista. (grifos nossos)

Assim, mesmo não havendo exigência de apresentação de uma Declaração de Significância ou Declaração de Valor Universal Excepcional, é possível identificar semelhanças quanto há exigência de um plano de gestão visando a manutenção dos valores atribuídos ao bem, o que aproxima do significado cultural, conforme Carta de Burra e com as teorias contemporâneas da conservação, assim como a exclusão do mesmo da Lista em caso de "perda dos valores atribuídos". Isso indica que haverá um monitoramento, mas não se explicita como. Diferente da UNESCO, não há previsão de inclusão em lista de patrimônio em risco, mas o de perda do título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, com a exclusão do bem da LPCM.

Com as análises apresentadas até o momento, podemos notar avanços, por parte do IPHAN, no sentido de incluir os sujeitos nos processos de reconhecimento de bens culturais a partir da instituição da Política de Patrimônio Cultural Imaterial em 2000, com a normatização das áreas tombadas e seus entornos e, mais recentemente, com a Política de Patrimônio Cultural Material, em 2018, mas este último carece de tempo para que possamos avaliar seus resultados. Assim como no título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL que já trás um dialogo mais alinhado com a Declaração de Significância e seus princípios.

Todos esses avanços tendem a centrar os sujeitos como dignos de reconhecimento nas ações de proteção e valorização do patrimônio cultural, deixando de lado os Registros Compulsórios e as medidas de acautelamento por iminência de destruição, como foram os primeiros anos da política de preservação do patrimônio no Brasil. Sendo nesse sentido que a Declaração de Significância adotada como princípio norteador dos instrumentos

de gestão dos bens patrimonializados tende a ampliar o debate incluindo, de forma significativa, os novos protagonistas do patrimônio material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando escolhi a Serra da Barriga como objeto de estudo no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, pensei em utilizá-la como laboratório de experiências patrimoniais, onde a partir do seu estudo, compreenderia melhor as referências culturais tangíveis e intangíveis encerradas no bem e, consequentemente, desenvolveria melhor meu trabalho nas ações envolvendo o patrimônio material, incluindo o arqueológico e imaterial na instituição. Apresentei ao Mestrado, a Serra da Barriga com suas proteções, suas referências materiais e imateriais e seus conflitos, o de identidade representado pelos valores para o Movimento Negro, versus valores para os indígenas revelados nas pesquisas arqueológicas. E ainda o conflito com o morador local que, passados 30 anos do tombamento, ainda convive com a iminente perda de sua moradia. Naquele momento, os moradores da Serra da Barriga estavam ali citados como mais uma das questões a serem tratadas, mas que, sob minha ótica, que tinha absorvido o discurso institucional, não diziam respeito ao campo do patrimônio, mas a uma questão social, de regularização fundiária, de reintegração de posse. Ou seja, bastava que o Estado brasileiro, através do INCRA, conseguisse transferir as famílias para uma área próxima, como era de interesse dos moradores, com dimensões suficientes para que pudessem plantar, que tudo seria resolvido.

Então, em uma das aulas do mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural, turma 2016, ao apresentarmos o objeto de estudo como exercício de uma das disciplinas, Lenice Leite, colega da turma, não conseguia entender como foi possível que o tombamento da Serra da Barriga tenha sido solicitado, não por aqueles que lá moravam, ao contrário, estes deveriam ser retirados da área, para que o Movimento Negro, solicitante do tombamento, pudesse utilizá-la como símbolo de sua identidade. Eu até então, não tinha compreendido quão avessa era tal situação, somente no decorrer dos trabalhos consegui compreender e me identificar com a causa dos moradores da Serra da Barriga. Para minha sorte, Rosa Lucia Lima da Silva Correia também se identificou com os campesinos e os estudou em sua dissertação de mestrado *Mito e Territorialidade: O Monumento Nacional e A Comunidade Rural da Serra da Barriga (2005)* e na sua tese de doutorado *COMO OS NÊGOS DOS PALMARES: UMA NOVA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NA SERRA DA BARRIGA-AL*

(2016). Digo minha sorte, pois o seu trabalho completa algumas lacunas importantes do ponto de vista antropológico, com o qual estou me familiarizando com a realização deste trabalho. Uma das lacunas supridas pelo trabalho de Correia (2016) e que foi de suma importância para o presente trabalho foi a definição da identidade campesina dos moradores da Serra da Barriga.

O trabalho até aqui desenvolvido carece de mais aprofundamento, mesmo assim, entendo ter atingido o meu objetivo inicial ao escolher a "Serra da Barriga, parte mais alcantilada" como objeto de estudo. A partir do estudo deste objeto, me sinto mais capaz de entender o outro, neste caso, os diretamente envolvidos com o bem tombado e isso é muito importante nas ações de fiscalização do patrimônio material, atividade por mim desenvolvida no referido bem cultural. Compreendi que para além do entendimento de qualquer conceito acerca de valores, significados, identidade, memória, conservação, é preciso ouvir e entender os sujeitos envolvidos com o bem cultural, pois sem estes não há patrimônio. E mesmo ouvindo os sujeitos, é preciso compreender que eles são apenas reflexos de um período, devendo os valores serem avaliações sempre a luz dos novos marcos conceituais da contemporaneidade

A partir dos estudos realizados para o presente trabalho, o monumento se revelou, assim como Palmares, um local de múltiplas identidades, que é exatamente onde se dá o problema de gestão do bem cultural, pois não temos, enquanto IPHAN, adotado instrumento ou política que englobe essa a pluralidade.

Os descendentes de africanos, inegavelmente, estão reconhecidos no monumento Serra da Barriga, sua presença, bem como a do líder Zumbi não deixam dúvida de quem são os herdeiros daquele lugar de memória. O trabalho desenvolvido não buscou apagar memórias em detrimento de outras, ao contrário, procurou identificar aquelas não consideradas pelo Estado no processo de reconhecimento e gestão do bem.

E este trabalho procurou mostrar que os indígenas identificados pelas pesquisas arqueológicas eram ocupantes daquelas terras muito antes da chegada dos europeus e africanos, sendo revelado inclusive cemitério indígena, pela quantidade de urnas funerárias encontradas e que em Palmares esses grupos conviveram concomitantemente, conforme interpretações de artefatos com referências indígenas e africanas e ainda hoje tal relação está presente na memória coletiva de algumas etnias que convivem com o bem. Acredito que essa interação entre as etnias nos quilombos, já apontada por historiadores e interpretada pelos

pesquisadores através dos vestígios materiais nas prospecções arqueológicas é uma narrativa tão importante quanto a memória de resistência de um único grupo. Essa configuração faz parte da construção da identidade nacional a partir da união entre brancos, imigrantes, negros e indígenas, fazendo-se necessário uma releitura dos conceitos de inclusão desses grupos como previsto, de maneira fragmentada, na constituição de 1988.

A partir deste estudo, entendo ser necessário rever conceitos no campo do patrimônio, no sentido de não mais selecionar memórias, fomentando disputas entre referências de memórias distintas, bem como promover uma melhor definição e ampliação de quem são os grupos formadores da sociedade brasileira de forma a refletir de fato a pluralidade nacional.

A investigação realizada com os indígenas alagoanos revelou que estes, mesmo tendo o bem cultural como elemento importante para a memória, reconhecem solidariamente o lugar de memória (NORA, 2013) em favor do grupo negro, mas sem apagar a sua parte nesse lugar. Talvez esse fato seja motivado por outras reivindicações ou disputas mais urgentes, como a demarcação de suas terras e vigilância constante para que as mesmas não sejam invadidas por grileiros, o que por vezes chegam a níveis de perda de vidas, principalmente da parte mais vulnerável nas disputas.

Por outro lado, os povos indígenas, principalmente os do Nordeste, por motivos históricos de ocupação do território e sobrevivência, possuem como característica o desmembramento e fusão de etnias, como os Kariri-Xocó e Xukuru-Kariri, grupos que se fundiram e os Tingui-Botó e Waconã que se desmembraram. Tal fato parece influir na não reivindicação do espaço Serra da Barriga, como terra indígena, por mais que a arqueologia tenha revelado a presença ancestral destes povos na região. Penso que há um distanciamento temporal e de identidade por não se reconhecerem como etnia herdeira daqueles achados arqueológicos.

A investigação realizada com os moradores da área patrimônio revelou mais do que uma questão de injustiça social, revelou um processo de apagamento de memória desse grupo, na medida em que foram proibidos de praticar seu ofício, o de cultivar a terra.

De acordo com o resultado das entrevistas para a presente pesquisa, bem como as que constam no Laudo Antropológico elaborado pelo INCRA, há um sentimento quase que generalizado de que a saída da área seja a solução para o exercício de sua identidade campesina, de modo que já não apresentam tanta resistência em deixar a morada na Serra da Barriga. Eles se ressentem da falta de liberdade, paradoxalmente no lugar aclamado pelo Movimento Negro como terra da liberdade.

A investigação realizada com os instrumentos incidentes sobre o bem apontou para a aplicação fragmentada destes, assim como dos dispositivos constitucionais que acolhem grupos indígenas e quilombolas, de forma igualmente fragmentada, contribuindo com que a eleição de objetos patrimoniais se torne campo de disputas e conflito, por não abarcar a diversidade cultural que é o pilar da formação da sociedade brasileira.

Por esse motivo, a presente pesquisa apresenta como proposta o uso da Declaração de Significância como marco conceitual norteador da gestão do patrimônio cultural, visto que esta já mantém um diálogo com os principais instrumentos de acautelamento utilizado no Brasil, com a vantagem de ser um instrumento que pode ser atualizado, considerando a continuidade histórica do bem, pois tendo o valor como atribuição dos sujeitos, estes podem sofrer alterações com a passagem do tempo. A Declaração de Significância no Brasil é objeto de estudo em universidades, mas não foi ainda absorvida pelo órgão federal de proteção do patrimônio cultural.

Por fim, cabe destacar que os envolvidos diretamente com o bem cultural por serem descendentes de africanos, indígenas e campesinos, enquanto grupos formadores da sociedade brasileira, faz com que a Serra da Barriga, além de uma representação de Palmares, possa ser considerada como um Brasil em pequena escala, com os mesmo problemas, carecendo de mecanismos capazes de valorizar a diversidade ali representada.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as Comunidades Indígenas de Alagoas/**Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 27p.

ALBUQUERQUE, Clovis Antunes Carneiro de. **"Índios de Alagoas - Documentário"**. Maceió, 1984, Alagoas. Disponível em: <https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/05/INDIOS-DE-ALAGOAS.indiosNE.doc>. Acesso em: 12 de out. de 2019.

ALLEN, S. J. **Identidades em Jogo: Negros, Índios, e a Arqueologia da Serra da Barriga**. In: Luíz Sávio de Almeida; Marcos Galindo; Juliana Lopes Elias. (Org.). Índios do Nordeste: Temas e Problemas 2. Maceió: EDUFAL, 2000, v., p. 245-275.

ALLEN, S. J. **As vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga**. Clio. Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 20, p. 81-101, 2006.

AMORIM, SILOÉ. **Resistência e Ressurgência Indígena no Alto Sertão alagoano**. 1ª. ed. Maceió: Iphan, 2017. v. 500. 402p .

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Valores do patrimônio cultural: uma análise do tombamento do conjunto IAPI em Belo Horizonte / MG.** Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável),Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil, 2009, p.308.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Os valores do patrimônio cultural. Uma contribuição teórica para as políticas de conservação**. Arquitextos, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012.

ARRUTI, José Maurício. ARRUTI, José Maurício Andion. **Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros**. Horiz. antropol.[online]. 2000, vol.6, n.14, pp.93-123. ISSN 0104-7183. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000001400005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a05.pdf> Acesso em: 04 de dez. de 2019.

ARRUTI, José Maurício. **Etnogêneses indígenas**. Publicado originalmente no livro *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. Acesso em: 01 de set. de 2020 Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Etnog%C3%AAneses_ind%C3%ADgenas?printable=yes>

AZEVÊDO, G.; PONTUAL, V.; ZANCHETI, S. M. **Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico**. In: CICOP Brasil, 2014, Bauru - São Paulo. XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO A Dimensão do Cotidiano do

Patrimônio e os Desafios para sua Preservação. Bauru: FAAC-Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações-UNESP, 2014. v. 01. p. 1712-1722.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Os Wassú, ou a resistência secular dos caboclos do Cocal**. Relatório de estudo preliminar sobre a eleição de área para os Wassú, a fim de ser criada a Reserva Indígena do Cocal. Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 1980.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 09 de jun.de 2020.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/legislacao/decreto_federal_1979_84017.pdf> Acesso em: 09 de jun. de 2020.

BRASIL, **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sôbre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm>. Acesso em 09 de jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 de junho de 2020.

CÂMARA NETO, R. R.; BRANDÃO, A. G. **Formação e cultura de um povo indígena: o caso dos Kariri-Xocó.** Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de Educação realizado entre os dias 17 e 20 de outubro de 2018 em Olinda - PE. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA6_ID11164_16092018204126.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2019.

CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares como espaço de sonhos: análise do discurso arqueológico sobre a Serra da Barriga** / Dissertação (mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2005.

CARVALHO, M. R. G. **De Índios ´misturados' a Índios 'regimados'**. 1994. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Compõe o livro (no prelo). In: Maria Rosário Gonçalves de Carvalho; Edwin Reesink. (Org.). Negros no mundo dos índios imagens, reflexos e alteridades. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2001, v. 01, p. 82-99.

CORREIA, Rosa Lucia L. S. **Como os nêgos dos palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga/AL**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

COSTA, Rodrigo L. **Os Grupos Ceramistas da Serra da Barriga: Caracterização Tecnológica no Contexto da Tradição Aratu**. CLIO. SÉRIE ARQUEOLÓGICA (UFPE), v. 25, p. 100-110, 2010.

CUNHA, Claudia dos Reis. Alois Riegl e "**O culto moderno dos monumentos**". Revista CPC (USP), v. 1, p. 6-16, 2006.

DAMASCENO, FELIPE AGUIAR. **Revendo um mapa histórico: o caso do mapa dos mocambos de Palmares, de Décio Freitas (1971-1984)**. In: XII Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, 2017, Rio de Janeiro. Anais da XII Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, 2017. v. 3. p. 679-695.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848)**. Revista Mundos do Trabalho(online), v. 6, p. 107-129, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

DÓRIA, Siglia Zambrotti. **Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Xucuru-Kariri.** Diário Oficial da União, 20 de outubro de 2008, sec.1 pg. 43 a 48

FERREIRA, A. L. L.; BARRETTO, J. R. ; MARTINS, S. A. C. . **Realizando Etnografia Visual entre Grupos Indígenas em Alagoas**. Revista Anthropológicas, v. 20, p. 293-313, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23696>. Acesso em 13 de out. de 2019.

FREITAS, Décio. **República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII**. Edufal, 2004.

FUNARI, P. P. A. **A 'Republica de Palmares' e A Arqueologia da Serra da Barriga. Revista ADUSP**, v. 28, p. 6-13, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A Arqueologia de Palmares: Sua Contribuição para o conhecimento de História da Cultura Afro-Americana.** In REIS; GOMES (edts.). Liberdade por um Fio História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

GRÜNEWALD, R. A. **Toré e Jurema: Emblemas Indígenas no Nordeste do Brasil**. Ciência e Cultura, Brasil, p. 43 - 45, 01 out. 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a18v60n4.pdf>. Acesso em: 16 de jan. de 2020.

HALL S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª Edição. Rio de janeiro: DP&A; 2005.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23. Disponível em: <http://lutasocialista.com.br/livros/V%C1RIOS/HOBSBAWM,%20E.%20Introdu%E7%E3o.%20In%20A%20inven%E7%E3o%20das%20Tradi%E7%F5es.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Burra, 1999.** Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo 1069 -T-82** - Tombamento da Serra da Barriga, parte mais alcantilada, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL** / Candice dos Santos Ballester ... [et al.] ; Marcelo Brito, coordenador ; Candice dos Santos Ballester, Greciene Lopes dos Santos, organizadoras ; Aruã Lima ... [et al.], colaboradores ; Fidelity Translations LTDA, tradutor. - São Carlos : Editora Cubo, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Normatização de Cidades Históricas. Orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf> Acesso em: 08 de jul. de 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 375 de 17 de agosto de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 11 de 11 de setembro de1986. Consolidação das normas de procedimento para os processos de tombamento no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf> Acesso em 12 de jun. de.2020.

LANARI, Raul Amaro. **A cidade que não morreu: modernidade e tradição no Guia de Ouro Preto de Manuel Bandeira**. **e-hum**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 48-58, out. 2013. ISSN 1984-767X.

LAVINAS, L. V**. Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (1966-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil. Rio de Janeiro, p. 223, 2014.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt. **A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural**. Architecton Revista de Arquitetura e Urbanismo, 24 set. 2014.

MAGALHÃES, Aline Montenegro**. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937).** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (Org.). Dicionário do Patrimônio Cultural. 1ed.Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015, v. 1, p. 1-1.

MARINS, Paulo César Garcez . **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

MARQUES, D. L. **Folga Negro, Branco Não Vem Cá: o quilombo como arte da memória negra sobre Palmares**. In: 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015, Curitiba. Caderno de Resumos do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015. p. 55-56. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/danilo%20luiz%20marques.pdf> Acesso em 27 de jun. de 2019.

MARTINS, Silvia A. C, *et al*., 2007. **Atlas das terras indígenas em Alagoas**. Relatório técnico CNPq, p 204. Maceió.

MATHEUS, Letícia. **Memória e identidade segundo Candau**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/6737> Acesso em 26 de jan. de 2020.

MELO, Maria de Cássia de Oliveira. **Situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de Índios Karapotó da Aldeia Plak-ô em São Sebastião, Estado de Alagoas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil. 2009, p. 149. Disponível em: <https://fanut.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-em-nutricao/qualificacao-e-defesa-de-dissertacao/defesa-de-dissertacao/dissertacoes-defendidas/relacao-de-dissertacoes/maria-de-cassia> Acesso em 11 de out. 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 36, 2017, p. 39 - 50.

MOURA, Clóvis; MOURA, Soraya Silva. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Edusp, 2004.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la restauración**. España, 2004. p. 208.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> Acesso em: 11 de jun. de 2020.

OLIVEIRA, A. **Povo Wassú Cocal: "origem", conflitos e território**. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjI2OTIiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYTlkOTc0ODdkY2I1OTQwNmUxODc0NjY5MDUyM2MwMWUiO30%3D> Acesso em: 17 de out. de 2019.

OLIVEIRA FILHO, J. P.. **Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. MANA (UFRJ. IMPRESSO), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf> Acesso em 16 de jan. de 2020.

OLIVEIRA, Graziela de. **Mulher e negra: a subjetividade oprimida. Debates Contemporâneos**. Universidade e Sociedade DF, Ano XVI, Nº 38, junho de 2006 Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/midias/553c901c1afe58b0e86e611b79767732_1547841237.pdf#page=107>

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Arquitetura. 2011. p. 223.

POLLAK, Michael**. Memória e identidade social** (Transcrito e traduzido por Monique Augras. Edição Dora Rocha). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212 Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em 27 de out. de 2019.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais** : o tombamento. Rio de Janeiro : IPHAN, 2009. p.160.

REVEZ, Maria João; RODRIGUES, José Delgado. **A declaração de significância cultural nos processos de decisão em intervenções sobre o património**. **O caso da Colina de Sant'Ana, em Lisboa**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Revez/publication/281280650_A_declaracao_de_significancia_cultural_nos_processos_de_decisao_em_intervencoes_sobre_o_patrimonio_O_caso_da_Colina_de_Sant'Ana_em_Lisboa/links/55deeff008ae79830bb5a7a8/A-declaracao-de-significancia-cultural-nos-processos-de-decisao-em-intervencoes-sobre-o-patrimonio-O-caso-da-Colina-de-SantAna-em-Lisboa.pdf>

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG. 2006.

SEYFERTH, G. **A dimensão cultural da imigração**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 26, p. 47-62, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf> Acesso em:10 de jun. de 2020.

SEYFERTH, G. **As contradições da liberdade: Análise de Representações sobre a Identidade Camponesa**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_06.pdf> Acesso em: 06 de set. de 2020.

SILVA, Amaro Hélio Leite da.. **Trabalho indígena na formação das Alagoas do século XIX: um breve olhar sobre as falas e relatórios oficiais**. 2011. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

SILVA, E.. **"Nós vencemos a Guerra!" História, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai**. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 25, p. 39-65, 2008.

SILVA JÚNIOR, A. B. Terra e Trabalho: indígenas na Província de Alagoas. In: XXVI Simpósio Nacional de História/ ANPUH, 2011, São Paulo. ANPUH: 50 anos, 2011.

SILVA, M. L. O conceito de liberdade em Aristóteles, Hegel e Sartre: Implicações sobre ética, política e ontologia. **Aufklärung: revista de filosofia**, v. 6, n. 2, p. p.141-160, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/arf/article/view/44640/27930> Acesso em 19 de ago. de 2020.

SIMMEL, G. **O conflito como sociação.** (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676-8965. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**, in Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

SPINOLA, C. A.. **Parques Nacionais, conservação da natureza e inserção social: uma realidade possível em quatro exemplos de cogestão**. Turismo. Visão e Ação, v. 15, p. 071, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/3486/2490> Acesso em 10 de jan. de 2020.

VASCONCELLOS, C. M. **Museus antropológicos na contemporaneidade: perfil, perspectivas e novos desafios**. In: Nelly Decarolis, Gimena Dapiano. (Org.). El pensamiento museológico contemporáneo. Buenos Aires: ICOFOM-ICOM, 2011, v. , p. 707-715.

VELHO, G. **Patrimônio, negociação e conflito.** Mana (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-262, 2006.

Zancheti, Silvio Mendes. **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna**. Textos para Discussão, v. 58, p. 1, 2014.

ZANCHETI, Silvio Mendes e HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Olinda: Ed. Centro de Estudos Avançados e Conservação Integrada, 2014. Disponível em: http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/txt_discussao_56.pdf> Acesso em 11 de jun. de 2020.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:
Idade: Sexo:
Residência:
Referência cultura:
Quando e como conheceu a Serra?
Qual a importância você acha que a Serra tem para o Brasil?
O que você mais gosta na Serra?
O que você mais gostava na Serra, e agora mudou?
O que você não gosta na Serra?
O que você acrescentaria na Serra?

APÊNDICE II - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DE ENTREVISTAS

A transcrição das conversas, de importância vital para análise dos dados, procurou respeitar, dentro dos limites possíveis, as características do registro oral. Sendo assim, foram mantidos certos aspectos próprios da oralidade, eventuais incorreções ao nível dos processos de concordância em gênero e\ou número, bem como repetições redundantes de palavras.

Na transcrição foram omitidos os nomes dos entrevistados, opção adotada para preservar suas identidades, dada a situação de conflito, identificada na Serra da Barriga.

Os códigos abaixo indicados foram assumidos para sinalizar as situações que a seguir se explicam:

( ) Marca convencionada para incompreensão de palavras e seguimentos;

/ Código estipulado para assinalar truncamento;

::: Indicação de prolongamento de vogal;

... Qualquer pausa (na presente transcrição não se utilizam sinais de pausa típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa).

Obs.: Só foram utilizadas iniciais maiúsculas para nomes próprios.

Todos autorizaram verbalmente, através de áudio, o uso das entrevistas.

Os números estão todos por extenso.

Indígenas

Sexo: Feminino	Idade: 70 anos	Tipo de liderança: Esposa do Cacique
Etnia: Xukuru-Kariri	Aldeia: Mata da Cafurna	Município: Palmeira dos Índios

Transcrição da entrevista: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): Eleíta Santana da Silva

J – pronto. qual o seu ... o nome da senhora?

E – Eleíte ... Eleíta Santana da Silva.

J – é ... qual é a idade da senhora?

E – setenta

J – setenta anos.

É ... a senhora mora onde?

E – moro na aldeia mata da cafurna

J – mata da cafua, em Palmeira dos Índios?

E – Palmeira dos índios

J – é ... qual ... de qual etnia indígena a senhora é?

E – nóis samos Xucurus Kariri

J – Xururu...Xucurus Kariri

[

E - Xucurus Kariri

J – certo ...ah...quando e como a senhora conheceu a serra?

E – a serra nóis conhecemo pruquê des'deu criança fui criada numa aldeia ... aldeia...é nóis morava na aldeia fazenda canto

J – humhum

E – aí a ... a comunidade foi crescendo foi crescendo e casando (e tal) aí a aldeia foi ficando pequena aí nóis fumo simbora pa mata.

J – certo ... e a aldeia canto fica onde?

E – fica em Palmeira dos índios também

[

J – em palmeira dos índios também

E – agora distante da mata ... ela tem uma base duma... uma légua, umas duas léguas né Neide, pra fazenda canto? mais o meno isso.

J – certo...ah...qual a importância que ... que a senhora acha que a Serra da Barriga tem pro Brasil?

E – grande. Porque a Serra da Barriga aqui pra nois índio nois tem a maior consideração e respeito...

J – é?

E - Pruque o pessoal fala assim: do negro e do índio e nóis índio toda vida amemos os negro, o meus avô, meu bisavô contava pra nóis qui a Serra da Barriga era uma serra qui tinha o...o como é o nome dele? esse que tem a estatua?

J – o Zumbi?

E – sim é esse zumbi que quando os índio também tava aperriado ele ... ele ajudava e os índio vinha ( ) também a ajuda deles.

J – humhum ...é...

E – então a gente tem, nóis mais novos do do... do tempo do meus avô, então nóis tem o maior respeito e a maior consideração ... que a gente vem pra qui não é só por vender nóis vem pela consideração que nóis tem ... o nosso sangue, porque de qualquer maneira o negro foi sofrido e escravo como nóis índio

J – os índios também ....é verdade ... é ... e o que a senhora gosta mais na serra?

E – daqui da serra?

J - o que a senhora gosta mais aqui na serra?

E – da ... assim da consideração, do respeito que ele... que todos tem pelo por nóis índio e nóis também tem aquela consideração. eu admiro eu amo as pessoas daqui.

J – é né?

E – não só eu, como todos de lá.

J – humhum...vo ... você ... a senhora frequenta há quanto tempo a serra?

E – ah tá com mais de ... tá com uns quinze anos num tá neide qui nóis frequenta aqui?

J – ela era diferente antes? era...m

[

E – era

[

J - diferente hoje... como é que tá?

[

E – eu a...

[

J – tá melhor, era melhor antes?

[

E – é ..eu.

J - é melhor agora?

E – eu achava qui ... eu achava mais fechado ... o mato

J- era mais fachada a mata?

[

E – mais fechada a mata. e quando nós vimo as primeira veiz, nóis fiquei num... fizerum umas oca prá nóis (inaudível) no pé da ladeira, no pé da serra ...

J – humhum

E – então tinha aqueles evento e nói ... e nóis ficava lá por convite da deretoria daqui

J – sim. mas a senhora acha que era melhor antes ou agora?

E – agora tá mais mudado, tá mais remudelado, hoje já tem a estauta né?

J – certo

E – qui na época qui nóis cumecemo a vim num tinha

J – não tinha, né?

E – não tinha

J – deixa eu ver qual mais pergunta...

Ah...e o que a senhora não gosta na serra?

E – eu acho q'eu aqui eu gosto de tudo

J – gosta de tudo

E – gosto. sabe por que? Pruque até as palmeira que tem na nossa mata aqui também tem

J – risos

E – é ...

J – e o que que a senhora acrescentaria na serra pra ela ficar ainda melhor? o que que a senhora acha que ela precisaria pra ficar melhor?

E – é ...é as pessoas continu ...continuare milhorando mais, assim construindo mais coisas e ...valorizando mais

J – valorizando mais

[

E – pra que chamá mais atenção de todos qui morum longe, porque os índio ... eles são um tipo de gente como nóis, nóis amamo negro pruque os negro nos deu uma mão os nossos antepassado. num foi a nóis, mas foi nossos pais, nossos bisavô e essa consideração quem (inaudível) assim quem ama ...quem, cumé? Quem beija a boca do meu filho, minha boca indoça

J – humhum

E – esse é o dizê dos nossos mais velho. Então nóis tem esse (inaudível)

[

J – então é como se fosse uma gratidão

[

E – isso

[

J – dos ancestrais

[

E – isso

J – índios pelos

E – pelos, pelos

J – ancestrais negros?

E – sim. então nóis tem essa consideração e nóís vem, nóis vem, nem qui num chame, nem qui os povo num queira deixá, nós vem assim mesmo, como viemo hoje. nós num tinha nem di quê vim qui nóis num tem carro. saímo pidino e graças a Deus o nosso prefeito nos concedeu um carro que veio trazê nóis e vai nos levá.

J – ai que bom! muito obrigada viu? pela entrevista.

E – tá bom. desculpa aí ...risos

J – é pro meu mestrado, eu escolhi a serra da barriga pra estudar...

Sexo: Masculino	Idade: 69 anos	Liderança: Cacique
Etnia: Xucuru Kariri	Aldeia: Mata da Cafurna	Município: Palmeira dos Índios

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): Heleno Manoel da Silva

J: é... seu nome...

H: bem... eu sou Heleno Manoel da Silva... sou o cacique dessa aldeia Mata da Cafurna a minha etnia é Xucuru Kariri

J: e quantos anos o senhor tem?

H: eu tenho sessenta e nove anos

J: é... o senhor falou que não conhecia de ter visitado a Serra mas a Serra ... já está presente no imaginário e na cultura de vocês...

H: exatamente... como eu lhe disse nesse instante ainda agora fora do ar... eu lhe disse que a gente sempre é... colaborava com eles com o pessoal da Serra da Barriga não só de lá os quilombolas os sem-terras que vive por aí... quando a gente precisa com ocupação de uma propriedade eles vêm ajuda a gente... quando eles tão também em dificuldade a gente ajuda eles da maneira que a gente pode

J: qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem pra o Brasil?

H: tão grande que eles não / já tentaram acabar mas não pode... até o dia da consciência negra eles não puderam tirar que é um dia muito importante pra o país... foram os negros que construíram tudo foram aquele povo que construíram tudo não só aqueles mas os negros do Brasil

J: o senhor acha que a Serra também é importante pros índios... a Serra da Barriga?

H: muito importante... a Serra da Barriga é muito importante para os índios os negros... as pessoas digo os negros que vive lá porque é modo de dizer...mas porque começou assim consciência negra essas coisa... mas os negros e os índios sempre viveram em harmonia sempre viveram junto por isso tem muita importância a Serra da Barriga aqui com a gente

J: o senhor me autoriza a usar a sua fala na minha pesquisa?

H: sim... eu autorizo

J: obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 78 anos	Tipo de liderança: Cacique
Etnia: Xucuru Kariri	Aldeia: Serra do Capela	Município: Palmeira dos Índios

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten
Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistado (a): Manoel Celestino da Silva (cacique Wakonã)

J: é... seu nome...

M: eu sou nome em português Manoel Celestino da Silva é... na minha língua índigena eu sou o cacique Wakonã do grupo ético Kariri Xucuru Wakonã de Palmeira dos Índios Alagoas... a minha idade eu tenho setenta e oito anos... de cacique já tô quarenta anos que venho atuando como hereditariedade do cacique desde do meu pai Alfredo Celestino

J: quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

M: a Serra da Barriga foram várias organização que nós começamos em Brasília no ministério da cultura junto com Olimpo Serra junto com uma organização muito grande que houve de movimento indígena movimento áfrico brasileiro que naquele tempo a gente chamava o movimento dos negros... começamos essa defesa racial porque o índio estava sendo é... realmente excluído e o negro também excluído e nós como ser humano achamos que poderia ser respeitado como ser humano tanto o negro como o índio então começou o movimento para surgir um tombamento lá na Serra da Barriga no município de União dos Palmares porque lá

existia um movimento do lide que se chamava Zumbi dos Palmares e lá tinha ficado umas família que vivia lá sendo perseguido e nós sentindo como ser humano aquele povo discriminado e junto com Zezito junto com o antropólogo Clóvis Antunes Carneiro de Albuquerque é... Marcos Terena do povo tereno lá de Brasília no governo Suruagy houve a organização de Olimpo Serra de doutora Manoela lá de Salvador... e até que conseguimos fazer um movimento de tombamento da Serra da Barriga para o movimento áfrico brasileiro e eu como cacique participei deste movimento apesar de talvez nos arquivo não existir não sei por que mas estou aqui como patrimônio vivo como também tem Clóvis Antunes que está lá no Recife um grande professor historiador não é escritor mas historiador dos direitos dos povos indígenas e dos direito áfrico brasileiro

J: qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

M: é um patrimônio brasileiro ocupado pelo áfrico que veio da África vieram através de demanda é... religiosa política etc para escravizar esse povo fazer mão de obra deles aqui na cana-de-açúcar que queriam nos escravizar nós como índio e nós não conseguimo a se sujeitar então trouxeram esse povo... e já que esse povo aqui ficaram eu acho que é um patrimônio de deve ser respeitado deles pra mim os governo deve dá esse respeito aos grupo éticos brasileiro que eles hoje mesmo que vieram lá da África mas já se identificam como ser humano e brasileiro e pra mim é uma grande importância essa serra se manter para os movimentos áfrico brasileiro e também se eles precisar do movimento indígena nós tá lá junto assim como nós começamo junto e ei de ser junto... negro índio brancos e amarelo porque o sangue é igual

J: é, então... a Serra da Barriga ela também tem importância para os indígenas?

M: sim porque sempre foi um patrimônio brasileiro e um patrimônio aonde sempre conviveu nossos antigos caetés nessa região

J: é... eu posso usar suas palavras pra meu trabalho pra minha dissertação?

M: minha professora... se a senhora acha que é importante e tem êxito que seja bem aproveitado desde que se forme dentro de um histórico de um patrimônio como eu vivo estou lhe autorizando a senhora sentar nas academia e se formar

J: muito obrigada... pode falar...

M: senhora Joelma foi um prazer eu lhe receber aqui nessa aldeia indígena mãe Serra do Capela... vou dizer a senhora doutora Joelma seja doutora e veja que essa... a senhora veio fazer um levantamento de conhecimento de um patrimônio vivo eu sou um dos tais que estou aqui é... vou lhe dizer talvez a senhora não me perguntou por que mãe... porque ela é mãe porque daqui dessa semente foi que nasceu o reconhecimento e oficialização do povo indígena Kariri Xucuru Wakonã de Palmeira dos Índios que meu pai começou trabalhar para ser reconhecido esse povo em mil novecentos e trinta e foi oficializado em mil novecentos e ciquenta e dois hoje a senhora pode está por aqui andar ni quarqué ardeia aqui que tamos em oito maloca mais a mãe oficial é esta mãe que legalizou oficialmente as outras aldeia que por aí estão mas são filha da aldeia mãe Serra do Capela

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 69 anos	Tipo de liderança: Cacique
Etnia: Karapotó	Aldeia: Plak-ô	Município: São Sebastião

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten
Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistador (a): Juarez de Souza

J: seu nome...

S:Juarez de Souza cacique Itapó

J: cacique Itapó, da aldeia...

S: Karapotó Praki-ô

J: é... quantos anos o senhor tem?

S: entrei agora pra sessenta e nove

J: a quanto tempo o senhor é cacique?

S: tô pouco... completei agora trinta e um ano

J: quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

S: eu conheci a Serra da Barriga tá com uns... a base de uns seis ano... eu conheci através pra... é... realizar meu sonho que na verdade os meus avôs tataravôs dizia que tinha uma história que os índio tinha contato muito com a Serra da Barriga junto com negro... e ali aí eu fui duas vez pra... realizar um sonho que eu disse que ainda ia nessa Serra da Barriga pra saber da história dos meus antepassados dos índio da primeira geração da geração mais velha e pra mim me sentir bem até hoje me sinto bem... é um prazer

J: é... qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem pra o Brasil?

S: eu acho que a Serra da Barriga tem... eu acho que é um documento mais forte né... do índio e do negro e também do branco daqueles que tem consciência né e gosta só de ouvir a verdade... então a verdade é que a Serra da Barriga é um documento de todos nós índio brasileiro e assim também como dos negro que hoje representa... temo a história do Zumbi quer dizer... quem não sabe a história do Zumbi precisa aprender... a história do Zumbi é porque o... naquele tempo ninguém entende muito a história sobre o Zumbi mas... eu entendo dos meus antepassados dos mais velho que falava que Zumbi era o... falava Zumbi porque o Zumbi era um suveio que os negro um aviso que eles passavam pra os índio pra os índio se entocar pra os ataque que vinha contra os índios e os negro mesmo né... aí eles dava um aviso... assoviava... aí os branco os índio caía fora... os branco quando chegava não encontrava ninguém nem índio nem negro... escondia... aí eles fazia a parte dos negro e fazia a parte deles pra defender o índio e eles né... e os índio também como tinha os seus locais né preparado tanto eles se protegia como protegia os negro também

J: o senhor considera a serra da barriga importante pra os indígenas?

S: perfeitamente... o lugar... bem dizer... é muito importante a Serra da Barriga representa novamente... nunca vai sair da minha memória porque a Serra da Barriga é uma história que já vem de muito tempo de longos tempo e deve ser muito respeitado... não só por mim como aquelas pessoas que se interessarem procurar saber o que significa a Serra da Barriga

J: é... o senhor me autoriza usar suas palavras na minha pesquisa?

S: autorizo com todo prazer com toda honra

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 69 anos	Tipo de liderança: Pajé
Etnia: Kariri Xocó	Aldeia: Kariri Xocó	Município: Porto Real do Colégio

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): Júlio Queiroz Suíra

J: aí o senhor fala seu nome... nome completo...

JQ: me chamo Júlio Queiroz Suíra pajé Kariri Xocó... oitenta e um anos pai de quinze filhos criei doze setenta e um bisneto já tenho dois tataraneto e estou na ativa ainda

J: muito bem... quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

JQ: conheci a Serra da Barriga por conhecimento... eu tenho um próprio filho o Chiquinho que ele fez um curso lá que ele é nosso ( )... da água aqui que ele trabalha com a bomba de encanação e esse curso ele foi fazer lá em Palmares aí ele foi fazer o estágio lá na Serra da Barriga... eu mesmo nunca fui lá não mas ele me contou toda a história lá... agora a história eu já conhecia de muito tempo

J: e o que o senhor conhecia dessa história?

JQ: o que conhecia dessa história é que era um... foi um povo que... não morreu... ele não morreu ele desapareceu né... por perseguição e eu acho que ele foi uma pessoa que lutou morreu pela humanidade e pelo povo dele... desapareceu pelo povo dele e isso pra mim é o que a minha religião pede... a gente tem que lutar e se sacrificar para o bem de nosso povo que os negro e o índio samos um povo diferente... por isso ainda hoje existe essas marcação em cima... e do índio com especialidade somo mais prejudicado de tudo... não somo mais aquela geração já somo aculturado e foi nossa sorte ser aculturado porque ter o índio formado temos índios na polícia tem índio por todo canto existe índio em todo meio... isso foi nossa sorte porque quando nós não conhecia nada disso era mais prejudicado porque hoje pelo

menos com esse conhecimento que nós temos sabemos respeitar os direito dos outro e ser respeitado o nosso

J: se fazer respeitar né...

JQ: só fazer respeitar...

J: qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem pra o Brasil?

JQ: muita coisa... porque foi um pessoal... a Serra da Barriga pessoal dali deu riqueza a muitos que não merecia e foi aqueles da riqueza que mais perseguiram eles... que nem nós hoje em dia comandando o país somo os mais perseguido... por isso eu respeito muito... eu sei que eles merecem respeito para todos nós

J: é... o senhor considera que a Serra da Barriga também tem importância para os indígenas?

JQ: tem sim porque a Serra da Barriga... a gente... eu considero como um / uma casa na área espiritual um trono respeitado por Deus... na minha área no meu conhecimento é isso então eu tenho respeito

J: é... eu posso usar as suas palavras na minha dissertação?

J*: pode usar em qualquer canto

J: muito obrigada

J*: tá usando a verdade... não mentira... no meu conhecimento com oitenta e um ano né... de origem dos meus primitivo sou o sexto pajé dessa comunidade... e nóis nunca disabemo daqui não nunca houve poderoso que nos tirasse não tamo hoje no meio da civilização morando junto essas coisa mas ainda estamos aqui... no território dos meus primitivo

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: não informado	Tipo de liderança: Filho mais velho do Cacique
Etnia: Tingui-Botó	Aldeia: Tingui-Botó	Município: Feira Grande

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): Marcos Sabarú

J: é... eu queria que você falasse nome idade...

M: eu sou Marcos Sabarú pertenço aos Tingui-Botó e... a nossa é a minha idade é difícil porque a gente não tem a mesma ideia de calendário igual a vocês né... então vocês conta talvez por data de nascimento aniversário ano... a gente pode contar por estação... a gente pode contar por festa então o tanto de ritual que eu tenho é o tanto da minha idade né... é isso

J: o senhor é... o filho mais velho do cacique

M: sim eu sou o filho do cacique Eliziano que é o cacique do povo Tingui-Botó

J: é... quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

M: eu fui... eu fui num evento do movimento negro dia da consciência negra eu fui lá a convite que a gente tem articulação também com o movimento negro... e eu fui lá no dia vinte pra vê as festividade lá... e acabei indo algumas vezes lá na Serra da Barriga

J: qual a importância que você acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

M: na verdade... eu acho que precisava ser contado de novo a história da Serra da Barriga né... ela precisa ser contada de uma outra forma que a forma que tá num assim... não agrada a todos porque não é a real verdade a situação... na verdade tem uma importância grande porque é um símbolo de resistência né... é um símbolo de resistência onde aquele de desobediência... de luta contra o opressor né... contra aos senhores das terra os donos de engenho os donos de escravo... então a pessoa talvez de Zumbi e de Dandara ficou muito conhecido mas na verdade lá não é só um refúgio né... na verdade é um aldeamento também dos povos indígenas então essa parte precisaria ser melhorada porque além do povo negro tava os indígenas lá... eu acredito que houve uma aliança no passado entre os indígenas que habitavam o litoral e a zona da mata e o interior aqui de Alagoas... e a gente sabe que lá é território Kariri e território ... território Caetés né.... a gente sabe que esse é o território Kariri os caetés que habitavam o litoral e a Zona da Mata e os Kariri que... os Kariri que chamados de Usubukuá Kipiá que sempre que vai até o litoral e volta né... pro interior tem esse trajeto pra buscar as coisas que

não tem caatinga que só tem na Mata Atlântica pra buscar madeira pra gamela... pra buscar coité pra fazer maracá... pra buscar caças que só tinha no litoral que na catinga não tem então... e a aliança entre as lideranças também né

J: o que você mais gostou na Serra da Barriga?

M: eu acho que da vegetação... o que eu mais gostei foi da vegetação e ... é isso porque assim a própria decoração lá tá a desejar né eu vi meio que abandonado lá mesmo que tá eu vi umas oquinhas lá mas... montada numa realidade de um povo só ... que deveria ser né deveria ter dizendo que além de Zumbi dos Palmares e Dandara teve outras lideranças indígenas também... falar sobre / um espaço que tá lá porque houve algumas escavações e alguns achados arqueológicos que deveria tá se não exposto mas tá pelo menos uma plaquinha dizendo que teve e tal... falar da presença dos indígenas lá porque isso não diminui a luta do povo negro né... isso só acrescenta isso só ... só mostra que o movimento social já ... já acontecia lá atrás né... que a resistência contra a opressão já ... já foi feita lá atrás não é nada novo... que meio que pessoas lá atrás já perceberam que o indígena e o negro e talvez o outro pobre ou o outro vaqueiro ou... o cara que trabalhava na fazenda no canavial de repente se juntaram pra fazer uma resistência a tudo aquilo que não era a contento na época né... então é isso... eu gostei da vegetação gostei da vista e admiro a história de resistência mas... fica esse ponto aí que precisava ser contada melhor a história da Serra da Barriga né...

J: é... tem uma outra pergunta aqui que é o que você não gosta na Serra... seria isso? esse não mostrar o lado indígena?

M: é... o que eu não gosto é que falta a história...tá em pedaço...ela não conta porque... jamais os povos vindo trazido forçado da África ele não conhecia a geografia do Brasil né... não saberia que numa serra daquela ali teria um / era de difícil acesso... daria pra vigiar quem chegava... tinha água potável lá em cima... tinha fruta tinha caça tinha vegetação né... só um indígena né nativo que poderia dizer isso né... saber disso então... talvez o que não goste é que falta dizer dessa aliança aí entre os povos e os negros ... e também a conservação do local não é essas coisa toda... pra ser um símbolo que aí não é só do Brasil acredito é... acho que é um pedacinho da África também é um pedacinho do ... da luta... da luta né... da luta mundial né contra a injustiça... não é só de Alagoas... então deveria ser um lugar mais visitado...um lugar mais / o governo do estado deveria valorizar mais... deveria ter acesso melhor... deveria ter

divulgação / você vê a maioria dos alagoanos nunca foram lá nem conhece vem gente de fora e os alagoanos poucos conhece lá a Serra da Barriga é isso...

J: então é... o que você acrescentaria na Serra da Barriga pra ficar melhor?

M: eu acho que na Serra da Barriga primeiro preservar além da serra ao redor da serra... porque você vê que é lo / é muito cheio de canavial né... então a monocultura da cana acaba ... acaba refugiando também alguns bichos animais fauna e flora que ali tá que só com a vegetação da serra fica difícil pra eles sobreviver né... precisa ter um corredor maior precisa ter uma cobertura de vegetação maior... precisa de estrutura melhor com o governo do estado precisa ter a conscientização inclusive das pessoas de União que eu percebi que são muito preconceituosas em relação a tudo isso mas... pelo uma parte eu entendo porque até quem ... quem habita lá é família dos que colonizaram também né então... talvez tenha um pouco do sangue daqueles que / dos opressores... mas tudo bem... eu acho que falta uma valorização maior ... uma valorização maior na Serra da Barriga uma estrutura maior eu acho que... nos materiais nas escolas deveria ser mais forte... eu acredito que se fosse /porque na verdade a cultura é muito mais forte aqui do que na Bahia mesmo e você vê que na Bahia a cultura é muito mais valorizado que aqui mas a resistência foi aqui

J: você me autoriza a utilizar suas palavras na minha pesquisa?

M: sim autorizo tá autorizado porque é o que a gente pensa... é o que a gente debate em rodas de conversa com outros povos com outras comunidades... a gente fala muito disso... a gente fala se ... se a Serra da Barriga fosse no Rio fosse em São Paulo... seria uma coisa muito né... muito importante como ela é aqui em Alagoas e ainda é terra de coronéis não...não há... o interesse dos governantes nem de mostrar a história indígena nem de mostrar a história negra até porque isso pode ser reivindicado de repente pelo movimento negro ali pelos quilombos né... pelo um indígena... então há um medo do governo federal e há uma forma de invisibilizar toda uma luta e toda uma história né então a história de Alagoas precisa ser contata... na verdade bem ali próximo ... bem ali próximo nas décadas passada teve uma grande guerra as pessoas confundem com a cabanagem né que foi no Pará... mas a guerra dos cabanos foi bem ali próximo entre União Joaquim Gomes... e houve uma guerra de cinquenta mil pessoas... os Xucurus-Kariri tavam lá os Kariri-Xocó tavam lá o movimento / os negros estavam lá... alguns donos de engenho já descontentes também participavam... alguns pobres miseráveis também... então houve essa grande né / que ficou conhecida como a guerra dos cabanos ali

também então... ali é um ponto de resistência e muito importante pro movimento negro pro movimento indígena brasileiro e pra toda a sociedade né é isso

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 37 anos	Tipo de liderança: Liderança
Etnia: Wassu Cocal	Aldeia: Wassu Cocal	Município: Joaquim Gomes

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten
Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistado (a): Benício José de Lima Júnior

J: podemos começar... nome completo...

B: Benício José de Lima Júnior

J: idade...

B: é... trinta e sete anos

J: é... referência cultural...

B: indígena

J: de qual etnia?

B: Wassu Cocal

J: é... quando e como você conheceu a Serra da Barriga?

B: olhe é... a Serra da Barriga ela foi é... um / a gente sabe que é um local histórico né e... as informações históricas ela foi passada sempre de pai pra filho de filho pra neto né então... se tornou uma coisa também tradicional aqui pra nós né tanto é que até hoje pra nossas crianças elas também têm o conhecimento de todo o histórico da Serra da Barriga de todo envolvimento da presença indígena que lá existe também inclusive temos o conhecimento de

que hoje ainda existe muitos indígenas lá naquela região inclusive de nossa comunidade como de outras regiões também... então é uma coisa que... é um histórico tradicional né

J: é... qual a importância que você acha que a Serra da Barriga tem pro Brasil?

B: olhe... é... é uma importância muito grande tanto é que a repercussão dela / ela é a nível nacional e mundial né... principalmente por conta né da luta e defesa que foi tanto dos negros como dos indígenas lá em... em defesas de sua ... de sua liberdade... certo devido a... devido a situação né que era enfrentada naquele período devido a massacre e a violência que era demais com os indígenas e com os negros também né que sofreram muito naquela época também

J: é... o que você mais gosta na Serra da Barriga?

B: na Serra da Barriga? a presença cultural né... a diversidade cultural que lá existe também né ... a gente vê a exposição é... forte na cultura indígena a cultura afro-brasileira também e outras diversos tipos de culturas que existe dentro do nosso país né... isso é o que é de mais lindo ali naquela serra né essa presença cultural

J: o que você mais gostava na serra e agora mudou?

B: olhe é... assim... eu não acompanhei tantas mudanças né... mas uma das coisas que a gente observa... é uma coisa que vem através da tecnologia né da evolução então antigamente é... o esforço era mais interessante né... pra subir ali a pé caminhando... a presença cultural né de acordo com a característica ela era bem mais forte né... e hoje através da tecnologia da evolução a gente sabe e vê o cenário mudou né um pouco... totalmente então... pra mim era muito mais interessante aquele o... o cenário anterior porque ele se caracterizava mais de acordo com o histórico de antigamente

J: o que você não gosta da Serra da Barriga?

B: é... a presença de muitos é... na época do período né que determinaram uma época um período aí de se fazer presente né... então a presença de... de muitas pessoas né que vão simplesmente pra... por esporte né... porque a gente sabe que ali existe uma finalidade da gente chegar até ali né... devido todo um histórico que aconteceu né e a gente percebe que tem muita gente que vai por esporte né sem dá a mínima importância né... sem sequer é... se apropriar dos conhecimentos históricos né que ali / da importância também que é pra quem realmente entende num é... principalmente pra nós indígenas pra os negros né e as pessoas que estiveram ali sempre... em prol daquele...daquele contorno e histórico dela

J: então pra você é... a Serra é um lugar sagrado...

B: sem dúvida... ali é um local sagrado é um local histórico é um lugar é... onde aconteceram diversas cerimônia né... é pra que os nossos antepassados tanto os indígenas como os negros eles se protegessem através de seus conhecimentos espirituais né... então sem dúvida ali a serra é um que / de muito respeito né é um local fino é um local onde as pessoas que é... que se disponibilizassem a chegar até lá chegasse com bastante respeito porque sem dúvida é um local muito sagrado

J: então o que você acrescentaria na Serra da Barriga?

B: eu... é... essa questão né da restrição de algumas coisas né... a gente percebe que hoje é muito aberto é muito liberal pra que / por exemplo as pessoas entrem né tem gente às vezes que chega a entrar com bebida alcoólica né... tem gente que chega com outras práticas né... e pra mim o que eu acho que devia mudar era isso que existisse só um direcionamento uma finalidade né... que é que fosse direcionado simplesmente só pras práticas de rituais e tudo isso que... fosse praticado com muito respeito pra quem tivesse a intenção de chegar até lá

J: é... muito obrigada é... só queria sua autorização pra utilizar suas palavras na minha pesquisa

B: tudo bem... por mim autorizado

J: obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 54 anos	Tipo de liderança: Pajé
Etnia: Wassu Cocal	Aldeia: Wassu Cocal	Município: Joaquim Gomes

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): José Cícero da Silva (pajé Lula)

J: é... o senhor me informa seu nome completo...

J*: meu nome é pajé Lula conhecido como pajé Lula mas o meu nome é português é José Cícero da Silva...indígena amanterê significado raio de sol

J: muito bem... a sua idade...

J*: cinquenta e quatro

J: é... a sua etnia...

J*: aldeia Wassu Cocal

J: quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

J*: desde dos meus pais dos meus avôs que eles sempre falavam da Serra da Barriga... que lá tinha o Zumbi onde foi... onde foi o Zumbi morreu e lutando pela sua classe

J: qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

J*: a... a Serra da Barriga é um patrimônio histórico certo... porque no estado de Alagoas é um exemplo do estado de alagoas ter um... o Zumbi dos Palmares porque Zumbi dos Palmares é uma serra que todo mundo vai visitar todo mundo fica lá é... em ano e ano... a gente mesmo índio também a gente vamo pra lá também passamo o dia todinho lá... é uma maravilha... a serra da barriga para o Brasil e para o mundo é um patrimônio histórico que nunca pode se acabar

J: é... o que o senhor mais gosta na Serra da Barriga?

J*: ah... a paisagem... a passagem as coisa... as coisa cultural que acontece lá certo... tudo isso é maravilhoso na Serra da Barriga

J: ahn... o que o senhor mais gostava na serra e agora mudou?

J*: a subida antigamente... a subida era ruim a gente subia a pés e hoje não... hoje se tornou melhor porque a gente sobe de carro até certo caminho né... certos local

J: então melhorou né?

J*: melhorou cem por cento... antigamente a gente subia a pés... já pensou a gente subir de baixo até em cima a pé com trouxa com panela com mochila... aí fica difícil... agora totalmente mudou cem por cento

J: o que o senhor não gosta na Serra?

J*: não tem nada que eu não goste na Serra... não tem nada que eu não goste na Serra certo tudo da serra é... maravilhoso você tá lá dentro da mata... dentro daquelas oca é maravilhoso tudo que tem lá é bom

J: o que o senhor acrescentaria pra ficar ainda melhor então?

J*: é que o governo do estado... governo federal ele olhasse mais pra aquelas partes cultural... porque a cultura do nosso Brasil ela tá se acabando e se o governante hoje não... não vê com bons olho para a cultura do Brasil aí vai extinção o que eu quero é que o governo estadual governo municipal governo federal faça um projeto... tenho um projeto para a cultura do índio não morrer a cultura dos negro não morrer no caso... isso é cultura... cultura essa dos negro e dos índio e por aí a fora vai

J: o senhor acha que o índio tá representado na Serra da Barriga?

J*: tá sim porque é a gente... todo ano a gente somo convidado certo... e a gente vamo pra lá a gente dança nosso toré nosso artesanato e daí a gente faz a festa né...

J: qual o valor que o senhor acha que a Serra tem pra comunidade indígena?

J*: não... a Serra da Barriga não tem valor... é o valor extrêmico não tem valor... o valor da Serra da Barriga nem... ninguém pode pagar o valor da Serra da Barriga é um valor que a gente não pode nem dizer porque ali é um marco histórico é... foi Deus que deixou aquilo ali

J: muito obrigada é... eu queria que o senhor me autorizasse a usar suas palavras na minha pesquisa

J*: ah tranquilo pode usar... perfeitamente tá disponível publicar qualquer coisa

J: muito obrigada

Campesinos

Sexo: Masculino	Idade: 74 anos	Auto declaração de cor: branco
Tempo de moradia na Serra: 62 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 2	Aceita mudar Serra:

Transcrição da entrevista: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a):

J – é, primeiramente eu CJS gostaria que o senhor falasse o seu nome completo.

CJ – CJS

J – CJS a idade?

CJ – a idade, setenta e quatro ano

J – o senhor mora aqui na Serra da Barriga desde quando?

CJ – derne de sessenta e dois

J - é, o senhor se considera branco, negro, índio, o senhor tem alguma definição pra sua etnia?

CJ - desse lado eu não entendo bem, né? desse lado eu não entendo bem, mais eu acho que'eu, eu sou branco né? agora eu sou branco porque, não sou branco das, dos, dos brancos mesmo inclusive porque tem, eles tem aquela, tem zelo, foi criado tudo reservado com aquelas mordomia e tal, a gente foi da roça aí nois samo, se acha assim branco, mai um branco queimado do só, se torna uma pessoa escuro, vamo dizê assim, né? mai...

J – é, quando o senhor conheceu ... é, quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

CJ – como eu conheci? bom, nois conhecemo a Serra da Barriga porque viemo morar nela, né? primeiro, é daí. (inaudível) morar aqui na Serra da Barriga, isso aqui nessa época era desabitado, e já tinha, já tinha otos, otas pessoa que já trabalhava aqui, mais aqui era um setô desabitado, então de, de fazendeiro, não era do governo, era terra particular. então nois chegou aqui em sessenta e dois e ... cumecemo, nois num cheguemo aqui, (inaudível) pessoal

mode dá mau gosto eles fica dizendo assim que a gente foi invasô, nois não foi invasô. quando nois chegô praqui isso aqui era particular, terra de fazendeiro e nóis cheguemo aqui com autorização do dono da terra. inda mais compremo, num compremo a terra, mais compremo a morada pa vivê inté (inaudível) inté o fim do mundo, do tempo, vamo dizê assim, que o pessoal diz que o tempo vai se acabá num sei quando, vai se acabá o povo e vai nascendo uma família e morrendo e vem ota e esse tempo de Deus ele não vai, ele não acabá que ele criô pa nóis vivê. então nóis cheguemo aqui nesse modo.

J – o senhor tinha quantos anos?

CJ – quando eu cheguei praqui, tamo cum cinquenta e três ano que moro aqui. cinquenta e três pa setenta e quatro são sete, não são seis ... seis e três, nove, né? não, sessenta e seis, sessenta e dois nóis cheguemo praqui, de sessenta e dois pra setenta e quatro, são oito e quatro, não, sessenta e dois eu já tava com ...

J – Bom, agora, agora vai ser irrelevante. depois a gente chega a esse cálculo. é, qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem pro Brasil?

CJ – pro Brasil? bom, o que eu acho a Serra da Barriga pro Brasil hoje pra o povo que a visita, pra nois que mora aqui, ela tá sendo um, um se, um patrimõe histórico de muita, de muito valor, né? de muito valor. não tem muito valor a gente para o, para o, para o pessoal que, que domina isso aqui hoje, porque no tempo que nóis (inaudível) morar cum particular, nóis era liberto pra trabalhar, e hoje ninguém pode mais. mais tamo feliz porque moramos aqui, graças a Deus, o pessoal nunca chegou aqui mode dá o mau gosto para, pa dispulsar ninguém porque também não tem essa, essa, essa orde, também num faizia isso, quem mais antes Deus tá amparando (inaudível) ampará, né? e nóis morando aqui, a Serra da Barriga hoje é um patrimõe histórico (inaudível) de, de muita, hoje ela tá ... é no mundo ... hoje tá no mundo em geral né? A Serra da Barriga hoje tá no mundo em geral. no Brasil, no Brasil só não porque não é só o pessoal do Brasil que vem a visitar, vem gente de todo país, aqui hoje. e, mas pra nóis mesmo que moramos aqui, tamo feliz, porque tamo morando, ninguém trabalha, mais muitos aí tem necessidade de trabalhar. não, não pode trabalhar mais tem necessidade de trabalhar, porque se não tem um emprego, num tem oto, ota renda. a renda era trabalhar que nem foi nóis começô, mai hoje num pode mais dismatá, num pode prantá mais nada na terra.

mai como Deus é maior, todo mundo tá vivendo, né? uns mai numa tranquilidadezinha, outro mai, sofrendo mai, mais todo mundo tá bem, graças a Deus (inaudível) tá tudo em paz.

J – o que o senhor mais gosta na Serra?

JC – hum?

J – o que que o senhor gosta mais na Serra?

CJ – de vir, de morar. o que eu gosto mais da Serra é de mo, de morar. porque, é porque sessenta e dois anos que nóis tamo habitando aqui a Serra da Barriga e ... já tamo, eu mesmo, acho qui pra mim isso aqui é um paraíso. Isso aqui pra mim é um paraíso. e apenas qui o projeto daqui era pro pessoal sair há 30 anos, que eles vem, da vez que eles tiraro, quando era particular nóis trabalhava, depois que o governo se apossou daqui, aí ... o governo nunca veio dizer isso a gente, mais os povo dele, né? que faz parte ... "não aí não pode trabaiá, não pode desmatar" e tal ... quer dizer que deixou a gente sem esse direito. nós moramos aqui livre dum lado e do outro privado, porque tem vez que eu fico, eu vivo, oiço aí quando eles chega "Serra da Barriga, terra da liberdade" e tal e faz aquela palestra todinha, e ela não é da liberdade porque se fosse, a Serra da Barriga fosse uma terra da liberdade nóis tinha liberdade de trabaiá ... na terra, mas ninguém tem mais, eles tiraro esse direito e não pode chegar e dizer que é serra da liberdade. a liberdade pro Zumbi que morreu há mais de 300 anos, não come nem bebe, nem nada. é, se tá aquela pedra acolá e ele desapareceu, num sei se foi porque ele fez bem ou fez má, mal aqui onde ele vivia, mai quem divia tê mais apoio era a gente que mora aqui hoje, mai chega falando Zumbi, Zumbi, bota naquelas alturas e tal, e tal, e tal. mais nóis, o povo, sempre o pessoal daqui é sempre lá pum canto. ninguém dá essa, esse valô todo. mais ... por isso num, num incomoda a gente não. eu, tamo vivendo e cada dia mais que tá se passando mais eles tão fazendo refoima na Serra da Barriga, né, essa estrada, que diz que agora que é o mai que o povo exige é essa estrada, há mais de trinta anos. já veio muito dinheiro praqui, né? já veio muito dinheiro e essa estrada nunca saiu, mai agora, tão dizendo que ela agora sai. e se sair é uma boa pra gente que mora aqui. é pra nois que mora aqui é muito bom! e nóis tamo sastifeito. os menino que trabalha aqui, é uns menino tudo bom, atencioso com a gente, e nóis veve sastifeito, bem sastifeito.

J – o que o senhor ... mais gostava ... o que o senhor mais gostava e agora mudou?

CJ – hum?

J – o que que o senhor mais gostava antes e que agora mudou?

CJ – trabalhar. quer dizer eu mesmo pa trabalhar, num tenho mais condições de trabalhar, né? por causa da idade e também não tem mais essas precisão, porque de trabalhar, hoje sou aposentado ... (inaudível) por idade, mai, mais dá. graças a Deus dá. e ... vivo bem com a humanidade toda que chega aqui, graças a Deus num, num me incomoda, né? e ... todo dia quage tem festa aqui, mai é dessa cerca pra lá, né? faz lá suas festa ao meno num vim incomodá a gente. o qui mais a gente fica preocupado aqui é no dia vinte, no dia da consciência né? Que a gente fica mais preocupado. se tiver ... no cumeço foi um disagero, no cumeço que cumeçô aqui essa caminhada do povo praqui pa fazê essa festa, nóis tivemo muito prejuízo aqui na Serra da Barriga, (inaudível) nóis trablhava e muitos que vinha, um monte vinha pa festa, e um monte vinha, vi, vi, vinha fazê aí o que não divia fazê, carregá o que o pessoá tinha por aqui, prantado. ói isso é um disa, era um disagergero mesmo. agora ninguém tá trabalhando mais, se eles vim, só se chegá aqui o que eles incronta é essas laranja linha por aí, mai antes da festa nóis tamo catando ela quando chega só tá as foia (risos). aí (inaudível) fica mais sussegado, e depoi disso, pronto só é, só é, só é graça.

J – o que que o senhor acrescentaria na serra pra ela ficar melhor? O que o senhor acha que ela precisa pra ser melhor?

CJ – olhe, desse lado, em primeiro lugar essa estrada que eles tão construindo hoje e vem trabalhando já, já cumeçaro, ninguém sabe porque, se vai chegá, nóis só crê mesmo quando dizê pronto a estrada da Serra da Barriga agora já tá, tá no ponto. primeiro essa estrada, porque pra gente no inverno, assim na época do verão não, toda, toda hora a estrada tá boa, mai quando vem o inverno essa estrada fica muito acidentada. bom, primeiro essa estrada. e ni oto assunto de vida, aí tem muitos que miricia tá trabalhando aqui nesse setor, porque isso aqui hoje é uma impresa. Serra da Barriga hoje é uma impresa, porque num é uma impresa, uma impresa qualquer, mai um impresa assim de, de (inaudível) do povo trabalhar, porque tem que trabalhar mesmo pa fazê trabalho. e aqui drento do setor trabaia mais gente, num tô fa, eu num tô falando contra quem trabalha. s'isso aqui tem condição de butasse 100 pessoa pa trabalhar, bota. mai in primeiro lugar olhasse o pessoal daqui. é, o pessoal daqui. eu, que nem eu vou repetir, se tem (inaudível) local, trabalho pa cem pessoa pode colocá e butá pa trabalhar , mai divia repará o pessoal aqui da Serra da Barriga, os que mora, já que tiraro o direito de trabalhar, mais tinha qui colocá muitos aí qui tá assim, num tem nada, só tem a vida

mesmo que Deus, que é por nóis todo, tinha que tá trabalhando aqui. mai, mais ante, tem veis que tem uns que tá trabalhando, eles, sem causa nenhuma, vamo dizê, qualquer, manda e puxa oto de fora e coloca. mai todo mundo precisa, né? eu num tô falando, eu num tô falando contra quem trabaia aqui, eu tô falando mei assim, fico, num é da, num é pra mim q'ue num, eu num tenho mais essa, essa possibilidade de trabaiá, de se, de se trabaiá num emprego, mais tem muitos por aí, porque todos que trabalham aí é empregado, porque tem seu salário, é empregado, trabalha. são trabalhadô, um operário. então quer dizer que aí tinha mantê muita gente, qui mesmo que mora, que precisa do trabalho aqui já que num, num pode trabalhar. porque se a gente trabalhasse, porque tem vei (inaudível) hoje isso aqui tá desse modo, eles chega diz assim: "num pode dismatá, é crime, isso aí é pa reflorestá". tá reflorestado, porque nóis deixou de tra, num foi eles que reflorestaro não, foi a gente que deixemo de trabalhar, aí, qué dizê aí hoje tá reflorestado. bom, num pode trabalhar, é crime mexê aqui. mais cá ni meu pensamento, mais crime é a gente num trabalhar, viu? porque a terra Deus deixou pa pessoa, pa gente trabalhar. mais eles num quere que trabalhe e a gente tem que obedecê, porque não se pode mexê. se fô, qualquer um serviçozin que fô fazê aí, logo, logo, se fizé tanto assim, mais tarde tá lá em Brasília, num sei aonde, desse tanto assim. aí, nóis tem uns que vive aí, tá vivendo, fazendo um bicozin porque morando aqui, que divia, já que isso aqui tem condição, tem dinheiro, porque a Serra da Barriga vem dinheiro pa Serra da Barriga, num é poco, e pu vida, pu vida vem. mai os daqui mesmo quage que num tem direito a esse, a esse benefiço.

J – só pra concluir, é, eu queria só que o senhor dissesse o que que é a Serra da Barriga para o senhor?

CJ – bom, a Serra da Barriga pra mim é tudo! que é onde eu moro, onde eu tô vivendo, graças a Deus! e ... eu digo que ela é tudo pelo amor que eu tenho aqui à morada onde eu moro. e ... a vida continua aqui na Serra da Barriga e primita Deus ... não sei se amanhã ou depoi, se Deus me der, me conceder meus dias de vida, se eu vou ficar aqui por todo tempo, porque eles sempre diz que o pessoal vão sair e tal e tal, eles não sai e fica assim só ... né? mas pra mim a Serra da Barriga mora no meu coração.

J – Muito obrigada Senhor C!

CJ – De nada!

J – Vou, posso, ... o senhor me autoriza a usar a sua fala, os seus, as suas contribuições na minha pesquisa?

CJ – como foi que?

J – o senhor me autoriza a usar o que o senhor tá me falando na minha pesquisa?

CJ – perfeitamente, claro que eu autorizo!

J – muito obrigada!

CJ – de nada!

Sexo: Masculino	Idade:26 anos	Auto declaração de cor: pardo
Tempo de moradia na Serra: 26 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 2.	Aceita mudar Serra: Sim.

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): JWSS

J: é, primeiramente, seu nome?

JW: meu nome é W, sou morador aqui da Serra da Barriga, da área tombada, né?

J: seu nome completo?

JW: JWSS

J: certo. é ... você pertence à família que tá mais antiga na Serra da Barriga, né?

JW: positivo... sou da família mais antiga da Serra da Barriga, aqui da área tombada

J: você se identifica, com sua etnia, como negro, como índio, como branco, pardo, como você se identifica?

JW: bem... assim... eu me identifico, é, como pardo né? porque, assim, a ... a minha avó... os meus parentes mais antigos uns têm a descendência de índio outros têm descendência de negro também ... então eu me identifico como pardo.

J: é...qual sua idade? você falou? eu não, não lembro! você falou a sua idade?

JW: ainda não a minha idade é vinte e seis anos, né?...vinte e seis anos de idade que eu tenho.

J: portanto... você nasceu com a Serra da Barriga com ela tombada... já que ela é tombada há mais de trinta anos...

JW: positivo... é::: ...nasci aqui, né? no Quilombo dos Palmares... então é::: pra mim assim, é um privilégio nascer na terra de Zumbi dos Palmares

J: é ... então qual a importância você acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

JW: bom... a importância que eu vejo assim culturalmente é... uma importância muito grande, né? nessa área da cultura... é ... tanto também assim é ... da cor das pessoas, né? a história daqui também é fundamental para as novas gerações que vem pela frente.

J: o que você mais gosta na Serra da Barriga?

JW: o que eu mais gosto aqui é ... bom... eu gosto de morar aqui por conta de ser um lugar calmo... uma paz... é um paraíso aqui...entendeu? isso pra mim é um lugar muito rico historicamente também, eu gosto também da história daqui

J: tem alguma coisa que você gostava aqui na Serra da Barriga e que hoje já não gosta mais? ou, enfim, desde que você nasceu aqui nada mudou? Enfim o que você pensa sobre isso?

JW: bom... é... tem uma série de coisas que antigamente a gente podia fazer... hoje não se pode mais né... a gente tinha mais liberdade / de cultivar nas terras... plantação, essas coisas desse tipo... a gente tinha mais liberdade... hoje é, não tá podendo mais por conta que é um sítio arqueológico e tem muita coisa enterrada sabemos disso, do povo do passado que viveram aqui... então hoje não se pode mais trabalhar... então é...o pessoal fizeram um regimento né do parque aí tem muita coisa que pode e que não pode... então a gente ficou limitado ao mesmo tempo então... tem muita coisa que a gente gostava de fazer e hoje não tá se podendo fazer mais por conta disso né

J: e o que você mais gosta aqui na Serra da Barriga?

JW: bom... o que eu mais gosto assim é... deixe me vê viu... veja bem... a gente sempre / não só eu mai entre outros né... da minha família sempre gosta assim de jogar futebol... de vez em quando a gente jogava aqui mas não tá podendo mai né... a gente já sai pra jogar num campo que tem lá embaixo... então são coisa que a gente gosta de fazer e entre outras né?

J: então... é... o que você então acrescentaria na Serra da Barriga pra gosta ainda mais dela?

JW: bom... pra eu gostar ainda mais assim era... é... tem esse ... meio de limitação que a gente tem aqui né... que é um pouco chato, ao mesmo tempo, então as vezes a pessoa fica indignado com certas coisas no... nesse ponto é... por exemplo é... da família, da nossa família mesmo, a família cresce com o passar do tempo e... não se pode fazer uma residência próxima da do seu pai viver junto ali em comunidade, entendeu? então... se pudesse fazer né... uma moradia próxima do seu pai e você vê sua família se estruturar junta ali próximo, então isso aí ... era uma coisa que eu iria gostar muito mais de vê acontecer né... e isso a gente não vê acontecer... meu irmão mesmo há uns quatro anos atrás casou e teve que ir embora viajou pra São Paulo por conta disso também... não se pode fazer é... residência e também nem ampliar... é uma burocracia danada como eu já citei por ser um patrimônio histórico tombado pelo IPHAN então... há todo esse contexto aí... então têm várias coisas que as vezes a pessoa fica um pouco triste né... um lugar bom de morar mas ao mesmo tempo... tem essas coisa que atrapalha um pouco assim... eu vejo assim

J: você gostaria de morar em outro lugar?

JW: é... no meu entendimento assim no meu ponto de vista por uma parte seria melhor... por outra eu me sentia um pouco triste por... o lugar onde você nasceu se criou... a gente se sente uma falta muito danada daquele lugar né mas pelo outro lado é... pelo futuro da família eu acredito que seria melhor porque aí a gente ia poder é... viver da agricultura né... porque a maioria aqui não sabe outra coisa se não foi a agricultura... tem muitos aí que não tem profissão... a profissão que tem é a agricultura a pecuária mesmo essas coisa...então por outro lado eu acredito que... a família que aqui vive pode se estruturar tendo um lotezinho de terra pra poder cultivar criar viver com mais liberdade, entendeu?... seria fundamental... isso aí

J: se você tivesse que resumir o seu sentimento pela Serra da Barriga qual seria esse sentimento?

JW: bom... o meu sentimento... o sentimento que eu tenho aqui é muito forte né porque é um lugar onde minha família toda... meus irmão meus primo meus tio entre outros parentes aqui a gente crescemo juntos aqui... então... o sentimento que eu tenho aqui é muito forte historicamente não só pela história do quilombo dos palmares daquele povo... daquela

liderança daqueles guerreiros que aqui viveram lutando contra a escravidão... mais também ao mesmo tempo a gente se considera guerreiro também né... que luta né para dá o melhor para sua família então... o sentimento aqui que eu tenho é muito forte nesse lugar aqui

J: então vou só pedir a autorização tá? você me autoriza a utilizar suas palavras na minha pesquisa?

JW: sim... autorizo sem problema nenhum... pode utilizar, não tem problema!

J: muito obrigada!

Sexo: Masculino	Idade: 32 anos	Auto declaração de cor: pardo
Tempo de moradia na Serra: 32 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 2.	Aceita mudar Serra: Sim.

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten
Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistado (a): AS

J: eu queria que você dissesse seu nome completo.

A: AS

J: a família que você é aqui da serra da barriga é a do senhor João Leopoldino dos Santos... né isso?

A: é isso.

J: e consta que eles chegaram aqui em 1963...

A: isso é verdade.

J: o senhor seria o que desse João Leopoldinho?

A: eu sou neto, neto e filho... fui criado com ele.

J: qual a sua idade?

A: tenho trinta e dois anos

J: você nasceu aqui na Serra da Barriga na época do tombamento?

A: na época do tombamento.

J: certo... como você / hoje você mora aqui ou você por algum motivo não está mais?

A: hoje... gostaria muito de poder morar aqui, mas só não moro porque nenhuma casa você pode reformar... eu... meu sonho ter uma casa própria aqui... hoje moro num barraco de taipa porque não deixam fazer...você ter, viver a vida inteira nascer e ser criado num lugar e não poder ter um lugar de fazer sua casa para criar sua família... mas... eu tô bem próximo aqui da serra que é no povoado Caboje.

J: como você se identifica? como negro, como índio, como branco? como é::: ... pardo? como você se identificaria?

A: eu... desde o tempo de minha avó sempre a família hoje em dia a gente não sabe a descendência da gente mesmo eu me considero mais pegando prum pardozinho... eu tenho sangue índio tenho de negro... é isso... me sinto mais um pardo.

J: então você / tem uma pergunta aqui quando e como você conheceu a serra da barriga, então você já nasceu aqui na Serra da Barriga?

A: já nasci aqui na Serra da Barriga.

J: já cresceu com a Serra da Barriga sendo patrimônio.

A: com a Serra da Barriga sendo patrimônio.

J: qual a importância da Serra da Barriga que você acha que ela tem para o Brasil?

A: eu acho que seria muito importante... assim... importância que ela tem é imensa porque toda história que a gente sabe desde criança que a gente ouve muitas história... e saber que a gente tá num lugar que é sagrado que houve uma história linda que foi na época dos escravo... isso pra mim tem não só pra mim / eu acho que devia ser até mais valorizado... e agora que tão fazendo o acesso da estrada que era o mais complicado... mas espero que isso ainda vá de onde tá pra mais pra frente. eu acho muito importante.

J: o que você mais gosta na Serra da Barriga?

A: essa tranquilidade... essa paz... de você poder sair / eu gostaria muito de poder criar minha família aqui porque eu sei que poderia deixar meu filho brincando... que não ia ter nenhum risco... coisa que você na cidade não tem isso.

J: o que você mais... / assim... existe algo que você gostava... já que você nasceu aqui provavelmente você já nasceu com aquelas restrições... mas existe algo que você gostava que agora mudou?

A: mudou... pra mim... mudou muita coisa... eu naquela... gostava de ter aquela liberdade eu tinha... eu tenho a liberdade mas não como eu tinha... porque hoje você não tem mais aquela privacidade de poder se divertir com amigos... de brincar... que hoje me faz muita falta por causa dessa... / muita polêmica que... sempre existiu de burocracia.

J: o que você não gosta na Serra da Barriga?

A: a administração daqui do parque... para mim... é péssimo pra mim são as pessoas que só fizeram julgar os morador daqui coisa que até minha família foi processada e tudo por cauda dessa administração que tá aí... as coisa que a gente foi que ensinou tudo a ele... como a serra era... como tudo depois eles fizeram muita covardia pra mim... então... eu tento evitar me relacionar com essas pessoa.

J: o que você acrescentaria na Serra?

A: aqui sobre a Serra mesmo?

J: é... para ficar melhor... melhorar... enfim...

A: eu acho que deveria ter um lugar pra que os turista chegasse... tivesse um restaurante que funcionasse e que tivesse um museu aqui pra todo os material que fosse encontrado... e os turistas chegasse e poderia ver as coisa que são daqui mesmo... não pegar daqui e levar pra fora.

J: você gostaria de morar em outro lugar?

A: eu... nunca pensei assim de querer sair daqui / olhe... se eu tivesse um lugar bem próximo daqui que pudesse dizer assim... aqui eu posso fazer minha casa posso viver aqui não ter mais essa agonia de tá / de temer a ninguém que ninguém possa vim me tirar... eu... por mim mesmo... eu vivia aqui pro resto da minha vida

J: se você tivesse que resumir o que você sente por esse lugar que você diria como... qual o seu sentimento por esse lugar?

A: eu acho que... tem muito mais amor e... um pouco de raiva... de ódio / não daqui... do lugar... das pessoas que... acha que são dono chega muitos aqui... até guia como teve um dia aqui que queria discutir com os moradores achando que eles é dono da serra... mas... antes deles chegarem aqui começarem a visitar a gente já residia aqui.

J: é::: ... eu queria sua autorização para utilizar suas palavras no meu trabalho.

A: pode ficar à vontade.

J: muito obrigada!

Sexo: Masculino	Idade: 53 anos	Auto declaração de cor: moreno.
Tempo de moradia na Serra: 53 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 2.	Aceita mudar Serra: Sim.

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten
Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistado (a): JMS

J: o senhor é da família do senhor Leopoldino dos Santos?

JM: isso... filho caçula dele.

J: filho caçula... o senhor já nasceu na Serra da Barriga?

JM: nasci e me criei aqui... tô com cinquenta e três anos de idade

J: então... com cinquenta e três anos o senhor já nasceu aqui na Serra da Barriga...

JM: é.

J: certo... é::: ... o seu nome completo?

JM: JMS

J: idade? só repetindo...

JM: cinquenta e três anos

J: hoje o senhor reside onde?

JM: resido aqui a maioria na cidade também... é que a gente tem que se mover daqui pra lá pra arrumar ajuda... pra o mantimento da família né... aqui ninguém tem mais lavoura... que não pode planta mais.

J: mas a sua casa mesmo onde o senhor fica é aqui?

JM: é aqui é.

J: certo... ahn... o senhor se identifica como negro, como branco, como índio, como... pardo, como o senhor se identificaria?

JM: eu me identifico como moreno né... porque minha mãe era morena meu pai galego mas minha mãe morena.

J: morena no sentido negra mesmo?

JM: é.

J: então... tenho uma pergunta aqui de como o senhor conheceu a Serra mas o senhor nasceu aqui... então o senhor já abriu o olho e viu a serra né isso?

JM: perfeitamente.

J: qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem pra o Brasil?

JM: olhe... pro Brasil ela tem muita importância sobre... cultura... trabalho negro... pessoal que vem de fora ter aquela visita né... acha bonito um patrimônio que foi tombado pra comunidade negra como branco vim visitar... é um local que... é conhecido no Brasil inteiro todo mundo conhece né... só que veve aí... pra você vê... hoje quem nasceu e se criou aqui como mesmo eu... nós daqui não podemos tirar nenhum alimento mai porque... foi proibido né... proibido assim... digamos que eles prometeram muito das coisa a nós até agora nós num... num temos nada né que eles nos prometeram... prometeram que ia tirar todos os moradores daqui de cima da serra da barriga ia dar uma melhora... melhor de quem veve aqui comprar uma posse fora... fazer as moradia e... ter um meio de vida melhor... até hoje nóis

estamo nessa espera... até aqui nós não vimo nada mas antes... ficou pior pra nós porque não podemo trabalhar mais aqui na Serra da Barriga

J: o que o senhor mais gosta na Serra da Barriga?

JM: olhe... aqui na Serra da Barriga eu como nasci e me criei aqui pra mim isso aqui era um... meu lazer era meu patrimônio minha vida.

J: o que o senhor mais gosta na Serra?

JM: aqui o que eu gosto daqui... por causa da sobrevivência num tem zuada é... um lugar bom você vai dormir sossegado sem tá... tendo aborrecimento e... sem vê maloqueiro nem ladrão perto pra incomodar né a gente

J: como o senhor já nasceu antes do tombamento é... o que o senhor gostava antes que agora mudou?

JM: oh... o que eu gostava antes que aqui nóis tinha liberdade né... nóis era aqui liberado nóis tinha a nossa liberdade de nóis trabalhar nossa liberdade de nóis ir fazer o que nóis quiser de benfeitoria... vamo dizer tanto de cima da terra como para nóis... muito chegava a dizer que nóis vivia destruindo... não nóis plantava pra nóis se alimentar nóis também deixava é... como você chega hoje todas as mata aí veve tudo reflorestado porque isso aqui é uma vida e a gente tem que preservar não destruir

J: o que o senhor não gosta na Serra da Barriga?

JM: olhe hoje não gostamo é... dessa coisa deles tarem muito criticando nóis... quando chega / vamo dizer nóis não podemo criar uma galinha nóis não podemo ter um cachorro nóis não pode ter um cavalo hoje a maioria trocou os seus cavalo por moto porque não pode ter no ambiente mai isso é que nóis não gostamo hoje em dia que nóis vivemo preso né

J: o que o senhor acrescentaria na serra pra ficar ideal... pra ser boa pra todos?

JM: acrescentaria na serra que ele fizesse alguma coisa de benfeitoria pra dá emprego a alguém... que precisa e... para o turismo o caba chegar e fazer oh que coisa bonita que coisa boa e o pessoal chegar e fazer uma pergunta a mim e eu chegar e... ter aquela conversa bonita pra dizer a ele.

J: o senhor gostaria de morar em outro lugar?

JM: olhe... com certeza aqui já deu pra gente morar porque... nóis tinha liberdade hoje... eu mesmo se ele dissesse assim eu tenho um lugar pra você sair hoje eu sairia

J: mas não sairia muito feliz né?

JM: é com certeza que não... mas pelo modo de viver e de vê as coisa eu sairia

J: o senhor poderia me resumir o seu sentimento pela Serra da Barriga em uma palavra... em uma frase?

JM: meu sentimento na Serra da Barriga é... Serra da Barriga hoje é a minha vida e a vida dos meus filho.

J: quantos filhos o senhor teve aqui na Serra da Barriga?

JM: cinco filho.

J: todos moram aqui?

JM: todos mora aqui... esse mais velho mesmo aqui mora aí

J: e já tem netos?

JM: tem neto.

J: que nasceram na Serra da Barriga também?

JM: também.

J: é toda uma geração daqui né?

JM: é tudo uma geração de meu pai... de filho pra pai... e ainda queria que alcançasse os filho dos meu neto.

J: queria a sua autorização para suas palavras na minha pesquisa

JM: pois não... pode usar à vontade

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 42 anos	Auto declaração de cor: negro.
Tempo de moradia na Serra: 29 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 4.	Aceita mudar Serra: Sim.

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): SS

J: é... bom... eu vou fazer umas perguntinhas... seu nome completo?

S: é SS

J: idade?

S: é... quarenta e dois anos

J: onde o senhor mora?

S: moro... quer dizer moro daqui do tombamento mesmo né...

J: dentro da área tombada

S: é dentro da área tombada

J: o senhor se identifica com alguma... cultura alguma etnia negra indígena branca é... pardo...

S: olhe minha mãe é mais escura que eu né... a minha mãe é... eu considero né porque eu tenho família assim que faz parte assim é... moreno... é... como se diz assim é moreno negro né... minha mãe meus tio aí... eu considero

J: você se considera negro?

S: aham.

J: quando o senhor conheceu a serra quando o senhor veio morar na serra na verdade?

S: quando eu vim morar na serra foi né nessa data mesmo de oitenta...

J: oitenta e nove

S: é.

J: o senhor é da família do senhor Cícero Ancelmo da Silva e Josefa Maria da Conceição o senhor é filho deles...

S: aham

J: que veio pra cá em oitenta e nove quando o senhor era criança...

S: era criança é...

J: certo... ahn qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

S: a importância que a Serra da Barriga tem para o Brasil é uma importância muito grande né porque a Serra da Barriga ela é conhecida né no Brasil... não só no Brasil no mundo inteiro né... é muito importante a Serra da Barriga porque vem muitos turistas de fora conhecer aqui aí eu acho isso que seja muito importante

J: é... o que o senhor mais gosta na Serra da Barriga?

S: olhe... o que eu mais gosto na serra da barriga é::: quer dizer assim a liberdade tinha aqui de antigamente que a gente vivia da agricultura hoje a gente não veve mais por causa que a gente fora impedido de... de trabalhar nas terra né pra mó de reflorestar novamente... porque de antigamente todo o pessoal que mora aqui eles vivia da terra... mas hoje... ninguém não veve mais né... porque todo são agricultor... agricultor ele tem que viver da terra né.

J: então basicamente o senhor tá me respondendo outra questão que seria o que você mais gosta na serra e que agora mudou na verdade... o senhor gostava de plantar e hoje não...

S: hoje a gente não tem mais essa liberdade né... num temos... porque desde dois mil e... desde de dois mil e um... de dois mil e um pra cá que ninguém não planta mais nada é...

J: e o que o senhor não gosta na Serra?

S: o que eu não gosto? olhe ... do que eu não gosto na Serra porque que hoje... é que nem eu falei hoje a gente não temo mais a liberdade que a gente tinha né a gente não temo mais né... a Serra / quer dizer a gente já achemo bom a Serra hoje a gente não tamo achando por que? a gente veve na serra... se a gente tivesse assim... um canto que a gente pra mó da gente ir a gente achava melhor a gente ir pra um canto que assim... que fosse da gente mesmo porque a gente veve aqui nesse local mas não somo nosso... que nem a promessa que eles têm aí de há

muito anos de tirar o pessoal daqui e dar outra área em outro canto de seis hectares de terra pra mó de o pessoal construir seus sítio e trabalhar e viver da agricultura e hoje... aqui na serra ninguém tem mais essa liberdade

J: é... o que o senhor acrescentaria na Serra da Barriga então pra... pra que o senhor / pra que fosse melhor?

S: olhe... o que eu achava melhor se tivesse assim... é... uma empresa que gerasse emprego né porque tem muita gente aqui esses menino aqui mesmo... quando aparece um servicinho tudo bem quando não aparece eles fica parado... outros já viaja pra fora né uma empresa aqui que... é uma empresa assim que gerasse trabalho aqui na serra pra mó de empregar esses pessoal que mora aqui é seria muito bom né

J: o senhor gostaria de morar em outro lugar?

S: eu gostaria... gostaria porque no caso que eu acabei de falar né... porque a gente que é agricultor a gente é... a gente gosta de trabalhar com a terra a gente gosta de plantar né... gosta de plantar gosta de colher né... aí eu gostaria assim que a gente saísse pra outro local

J: se o senhor pudesse resumir o seu sentimento pela Serra da Barriga em uma palavra ou frase o senhor diria o que... o que o senhor sente?

S: o que é que eu sinto? olhe a Serra da Barriga... o que sinto pela Serra da Barriga é que foi onde eu acabei de me criar é... aquilo pra mim é / isso aqui é muito importante esse patrimônio aqui ele é muito importante aqui não só pra mim mas pra todos né que mora nesse local.

J: o senhor me autoriza usar as suas palavras na minha pesquisa?

S: positivo.

J: muito obrigada!

Sexo: Masculino	Idade: 42 anos	Auto declaração de cor: quilombola
Tempo de moradia na Serra: ≈20 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 3	Aceita mudar Serra: Sim.

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): CJS

J: bom é... eu vou fazer algumas perguntas pessoais e depois umas mais gerais sobre a Serra da Barriga certo? é... o seu nome completo...

C: CJS

J: é... idade?

C: quarenta... vou fazer quarenta e três

J: ahn... o senhor mora aqui mesmo na Serra da Barriga?

C: é moro aqui mesmo

J: é... o senhor se identifica como negro? como branco? como índio? como pardo?... como você se identifica?

C: quer dizer eu sou... posso dizer assim que sou filho de índio né? porque minha tia que mora ali minha tia Lili ela é... o povo conhece ela como uma índia meu pai também aí eu... a gente aqui a gente se considera quilombola né? só que o povo quem vem eles não considera a gente como quilombolas mas a gente... com certeza a gente somos quilombola né

J: quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

C: como eu conheci?

J: sim...

C: eu conheci a Serra da Barriga através da minha esposa né... foi... mas só que eu já andava antes eu andava aqui na casa da minha tia né?... através da minha tia foi que eu arranjei esse casamento com a minha esposa

J: então sua esposa ela é filha do senhor Francisco Mariano Basílio né?...

C: é

J: que chegou aqui na Serra da Barriga pelo relatório que tenho aqui em mil novecentos e setenta e seis...

C: isso mesmo

J: então bem antes do tombamento da Serra da Barriga

C: foi... antes do tombamento

J: eles já estavama aqui né... e continua até hoje?

C: é... continua

J: qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

C: Serra da Barriga ela é muito importante pro Brasil né? porque vem muitos turista de fora até fora do Brasil vem turista pra cá né... muito importante e pra nóis também né

J: o que o senhor mais gosta da Serra da Barriga?

C: o que eu mais gosto é de morar aqui né... agora aqui só é difícil assim... emprego né porque não tem assim pra todo mundo né... o parque aqui é pequeno pra dá emprego pra todo mundo e... por causa da privacidade da gente porque a gente aqui não pode consertar uma casa né ... a gente tem a casa da gente e não pode consertar a casa não pode fazer um banheiro... e muitas coisa... a gente vem ... se vim com material da cidade pra cá quando chega ali no prédio aí não pode passar com o material pra subir pra cá... aí aqui a dificuldade aqui é essa né... é mais essa porque a gente fica sem poder fazer aquilo que a gente tem vontade... a gente vive aqui como os escravo como antes... como os escravos antes vivia aqui

J: é... então o que o senhor gostava mais na serra e que agora mudou?

C: eu... inclusive eu trabalhava aqui né... nesse parque... trabalhei ainda nove anos... aí aconteceu um problema de doença em mim aí eu afastei do trabalho... eu gostava mais quando eu tava trabalhando né porque... sempre eu tinha um dinheirinho pra manter a minha família

J: o que o senhor não gosta aqui na Serra da Barriga?

C: o que eu não gosto? é o que eu não gosto é como eu falei... essas coisa aí que a gente fica sem ter um órgão pra... pra dá uma punição pra nóis assim... a gente querer fazer aquilo que a

gente quer fazer e a gente não pode... é como isso que eu falei... aí a gente fica desgostoso por causa disso

J: então o que o senhor faria o que acrescentaria para a Serra ficar melhor?

C: o que eu acrescentaria? é... que a gente conseguisse uma associação ou então que um órgão um órgão aí é responsáve assinasse uma documentação pra nóis... pra nóis fazer aquilo que a gente tem vontade na nossa vida nas nossa casa né... pra melhora das nossa vida

J: é... o senhor gostaria de morar em outro lugar?

C: sim por causa desse desses empecilho que tem né... aí eu que gostaria da gente morar em outro lugar porque a gente ia ter outra liberdade que aqui a gente não tem né

J: é... o senhor poderia resumir o que o senhor sente pela Serra da Barriga em uma palavra ou em uma frase?

C: o que eu sinto? o que eu sinto é que eu gosto muito né... gosto muito mas infelizmente o problema é esse que eu acabei de falar... mas eu gosto muito da Serra da Barriga porque foi naonde eu construí toda minha vida... q'eu vim pra qui eu tinha eu tinha o que eu tinha vinte vinte e poucos anos... aí meus filho tenho cinco filho... são tudinho daqui né foi tudinho criado aqui na Serra da Barriga

J: é o senhor me autoriza usar sua entrevista na minha dissertação?

C: sim pode usar

J: muito obrigada

Sexo: Feminino	Idade: 29 anos	Auto declaração de cor: negra
Tempo de moradia na Serra: 24 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 1	Aceita mudar Serra: Sim.

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): LMMF

J: seu nome completo...

M: LMMF

J: idade?

M: tenho vinte e nove anos

J: é... residência onde é que você mora?

M: eu moro aqui na Serra da Barriga

J: na área tombada né isso?

M: na área tombada

J: você se auto identifica como negra? Branca? Parda? Índia?

M: negra

J: negra... é::: quando e como você conheceu a Serra da Barriga?

M: é... foi através de um morador que já morava aqui então ele foi pra... capital e meus pais como tinha muito criança ele resolveu... o rapaz ofereceu aqui a Serra da Barriga como troca de venda então a gente / meu pai pensou veio olhar o sítio gostou... e trocou a casa daqui com uma de Maceió pra o rapaz então foi assim que a gente veio morar aqui

J: certo... então você é da família do seu Benonônio Ferreira de Moraes né?

M: isso

J: e Rosângela Ferreira de Moraes... segundo consta aqui vieram pra cá em mil novecentos e noventa e quatro...

M: isso

J: ahn... qual a importância que você acha que a Serra da Barriga tem pra o Brasil?

M: assim... boa né devido os turista devido agora que tá o MERCOSUL então tá ótimo muito bom

J: é... e o que você mais gosta na Serra da Barriga?

M: rapaz... paraíso a vista... tudo

J: o que você mais gostava na Serra e agora por algum motivo mudou e não mais tão legal?

M: o que a gente mais gostava no caso eu que mais gostava era da liberdade que a gente tinha de trabalhar... ou caso de fazer sua própria casa e hoje a gente não tem mais esse privilégio né de fazer nada nem de trabalhar e nem de reformar sua própria casa seu lar... seu bem-estar

J: é... e o que você não gosta na Serra da Barriga?

M: o que eu não gosto é... digamos assim é muita gente envolvida então os moradores ficam privado disso a gente não tem a liberdade de fazer nada absolutamente nada nada na Serra da Barriga

J: é... o que você mudaria o que acrescentaria na Serra da Barriga então pra ficar melhor?

M: o restaurante que abre uma vez por ano e todos os moradores fez curso de culinária fez um curso de artesanato e eles não dá nenhum benefício pra gente... então o que eu queria / gostaria muito disso que eles dessem essa oportunidade da gente trabalhar pra mostrar o que a gente tem que é a nossa cultura e é isso que a gente tem que mostrar pro mundo inteiro

J: você gostaria de morar em outro lugar?

M: sim divido... pra gente poder uma vida melhor sim mais se desse condições da gente ficar aqui na Serra da Barriga nossa aqui é meu paraíso meu tudo não sairia daqui por nada

J: se você tivesse que resumir o que você sente pela serra da barriga em uma palavra uma frase...

M: a Serra da Barriga eu sempre coloco no meu instagran como é meu paraíso foi onde eu cresci foi / é minha história aqui é minha vida

J: você me autoriza a usar suas palavras sua entrevista na minha dissertação?

M: sim

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 29 anos	Auto declaração de cor: negro
Tempo de moradia na Serra: 29 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 7	Aceita mudar Serra: Não

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): CHSF

J: nome completo...

C: CHSF

J: só pra te localizar aqui... você é... neto de João Braz da Silva França

C: isso...

J: segundo consta o relatório aqui antropológico... ele chegou na Serra da Barriga em mil novecentos e setenta e seis

C: provavelmente foi nessa data sim

J: é... você mora na Serra da Barriga na área tombada?

C: sim

J: ahn... você se auto identifica como negro? Branco? índio ou pardo?

C: acredito que... pelo sangue a gente se considera eu me considero negro né... não pardo mas negro

J: é... na verdade você... / tem uma pergunta aqui quando e como você conheceu a Serra da Barriga mas na verdade você nasceu aqui já né?

C: na verdade eu já nasci aqui na Serra da Barriga aí fui conhecendo mais pouco a pouco mas na realidade eu já nasci na Serra

J: já depois do tombamento...

C: depois do tombamento

J: qual a importância que você acha que a Serra da Barriga tem pra o Brasil?

C: a importância que a Serra tem hoje para o Brasil é... é ( ) de turismo o desenvolvimento... a exploração que o turismo atrai hoje a Serra da Barriga é o foco principal pra isso pro Brasil... questão do turismo

J: e o que você mais gosta na Serra da Barriga?

C: o clima... a paisagem a gente vê um clima totalmente diferente... esse clima é cem por cento gostoso

J: ahn... o que você mais gostava na Serra e agora mudou?

C: eita... o que eu mais gostava na Serra e que mudou... digamos assim... a liberdade que a gente tinha... a gente tinha uma liberdade em uma plantação hoje mudou... não temos essa liberdade total tudo hoje é restrito... então isso mudou isso desanimou

J: o que você não gosta na Serra da Barriga?

C: o que eu não gosto na Serra da Barriga... eita... o que eu não gosto da Serra da Barriga... num tem nem o que explicar o que eu não gosto eu acho que fora aquela questão que a gente tinha de cultivar eu acho que outra coisa não tem... pra mim não tem

J: só a restrição mesmo...

C: só a restrição...

J: é... e o que você acrescentaria na Serra da barriga então pra ficar melhor?

C: o que acrescentaria na Serra da Barriga hoje... você fala na serra ou em questão do parque?

J: eu falo mais na serra como um todo... já que a área é uma área maior que o parque que é tombado

C: o que eu acrescentaria na Serra hoje... sem contar o acesso que tão trabalhando... a boa parte da... estrutura das casas... dar um visual novo... tem casa que tá daquele jeito cai não cai... então mudaria isso sim uma forma de um conceito... chegava vamo mudar isso na serra é proibido é mas vamo mudar... fazer um... uma nova dá um nova visão... eu acho que seria isso

J: ah... você gostaria de morar em outro lugar?

C: eu não... pra ser sincero...não... eu preferia continuar aqui... até aonde um local que a gente já se adaptou... há vinte nove anos também né... eu sou um dos mais novo há vinte e nove anos imagina os outros

J: que já tem filho

C: que já... / eu já tenho filho com cinco anos... então eu particularmente não me interessaria de sair da serra

J: se você tivesse que resumir o seu sentimento pela Serra da Barriga em uma palavra ou em uma frase o que você diria?

C: se tivesse que resumir... de uma certa forma tristeza... seria tristeza porque o local que a gente tá aqui há vinte trinta ou mais de cinquenta anos de repente chegar assim ah vão sair os moradores esse sonho acabou... porque querendo ou não construímos um sonho... construímos algo já na serra e passado o tempo ( ) ah vamo sair... toda vez que tem uma reunião... óia referente aos moradores saída dos morador... isso me entristece... dá um desânimo aí isso pra mim seria tristeza

J: você me autoriza usar sua entrevista na minha dissertação?

C: sim...sim... sem nenhum problema

J: obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 51 anos	Auto declaração de cor: negro
Tempo de moradia na Serra: 42 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 7	Aceita mudar Serra: Sim

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten
Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo
Entrevistado (a): JSF

J: seu nome completo...

JF: JSF

J: idade?

JF: cinquenta e um

J: o senhor mora onde?

JF: lá embaixo no pé da serra

J: na área tombada?

JF: é

J: o senhor se identifica como negro? como branco? como... pardo? Índio?

JF: nego

J: quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

JF: quer dizer... quando eu conheci a Serra da Barriga eu era pequeno meu pai já conhecia... foi que veio morar aqui aí foi tempo que ele faleceu aí eu fiquei morando no local que eu moro hoje né... moro lá nesse local e trabalhando na usina

J: o senhor é filho do senhor João Braz da Silva França?

JF: é... exatamente

J: e consta que ele chegou aqui em mil novecentes e setenta e seis na Serra da Barriga

JF: isso...

J: ahn... qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

JF: pro Brasil? muitas coisa... porque aqui a gente tem de tudo né... tem as lavoura da gente que a gente planta e vende na cidade e pra mim é muito importante isso aí

J: é... o que o senhor mais gosta na Serra da Barriga?

JF: é... quase tudo... a tranquilidade que aqui é bom demai... num é tão bom que nem era antigamente... antigamente era mais liberado mais solto e hoje em dia nóis tá um pouco meio acanhado mai... da pra ir levando

J: então o que o senhor mais gostava e que agora mudou?

JF: é porque a gente aqui plantava o que queria... plantava muita roça e agora ninguém pode fazer isso mais não... só é colhendo o que plantou vai plantar mais nada aí nesse caso a gente tá igual um prisioneiro aqui... porque a casa da gente cai e ninguém pode ajeitar mais porque

ele não quer que a gente faça... moro numa casa já caindo e num quer que o cara faça... aí pá isso a gente aqui fica preso desse jeito assim

J: então o que o senhor não gosta na Serra da Barriga?

JF: é a liberdade que ninguém tem... que nem tinha antigamente

J: e o que o senhor acrescentaria para a Serra da Barriga então ficar melhor?

JF: se deixasse dessa... perseguição da gente continuar que nem era... trabalhando pra se viver aqui que é isso que a gente vivia aqui... trabalhando pra se viver disso aqui... emprego ninguém tem... aí o emprego da gente é aqui é plantar roça e vender na cidade e... viver disso aí... mai parece que num tem... nun quer que nóis faça mais isso

J: é... o que / o senhor gostaria de morar em outro lugar então?

JF: é... se ele conseguir um local do jeito do meu... eu saía... mai do jeito que eles tão fazendo aí... acho que não dá certo não porque... não sei nem dizer explicar direito porque... o cara / que tem que nem meu sítio meu sítio é bem situado... só o cara olhando pra vê... a minha aposentadoria é aquele sítio se eu perder ele tô ferrado... é mesmo que um cego sem as muleta não tem condições de andar... só isso que eu queria se quisesse tirar nóis daqui arrumasse outra terra suficiente ou se não um sítio do jeito do meu e comprasse e me desse eu ia ficar bem satisfeito saia bem satisfeito daqui da serra

J: é... se o senhor tivesse que resumir o que o senhor sente seu sentimento pela Serra da Barriga em uma frase ou palavra... o senhor diria o que?

JF: sai daqui apulso... mai vontade... eu não saía não

J: se dependesse o senhor ficaria...

JF: exatamente... dependesse de mim eu não saía nunca daqui

J: é... posso usar / senhor me autoriza usar sua entrevista na minha pesquisa?

JF: sim... pode continuar...

J: muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 68 anos	Auto declaração de cor: pardo
Tempo de moradia na Serra: 27 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 8	Aceita mudar Serra: Sim

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): LAD

J: é... o nome do senhor completo?

L: LAD

J: é.. LAD... qual a sua idade?

L: sessenta e oito ano

J: sessenta e oito anos ... o senhor mora na área tombada da Serra da Barriga?

L: na Serra da Barriga... na área tombada

J: certo... o senhor se auto declara negro? branco? índio? o senhor se considera pardo?

L: pardo né... moreno né

J: é... quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

L: a Serra da Barriga eu conheci quando ainda era criança... quando andava pra cá com meu pai aqui pra União... a gente passava no cavalo aqui embaixo aí ele dizia óia aqui é a Serra da Barriga... pega de timbó né da... como é que diz... da cajazeira da Serra da Barriga pra cá até chegar aqui em União... tinha uns cinco ano de idade... andava muito pra feira mais meu pai a gente passava aqui no pé da Serra

J: é... qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

L: tem a importância grande né... que tá até nacional agora né... no mundo inteiro

J: é... o que o senhor mais gosta na Serra da Barriga?

L: é a vivência... sobrevivência bem tranquila sem agonia sem aperreio... uma beleza né

J: o que o senhor gostava antes e que agora mudou?

L: só esse negócio de viver sem poder trabalhar só trabalhar no que a pessoa domina mesmo que nem tem agora né... mas graças a Deus a gente veve tranquilo

J: é... e o que o senhor não gosta na Serra da Barriga?

L: o que não gosto é que nem... pra viver sem poder trabalhar né... gostaria de viver toda família trabalhando aqui na Serra da Barriga né... veve tudo puro mundo em Mato Grosso São Paulo... todo canto

J: o que o senhor acrescentaria na Serra da Barriga pra ficar melhor então?

L: se arrumasse trabalho pa meus filho tudinho

J: aí eles voltariam...

L: voltaria tudinho pra Serra da Barriga onde foi criado né

J: é... o senhor Luis Aureliano Dantas consta aqui no relatório antropológico que o senhor veio pra cá em mil novecentos e noventa e um... o senhor confirma?

L: confirma sim... noventa e um

J: é... o senhor gostaria de morar em outro lugar?

L: conforme né... conforme a boa vontade do povo... se der certo... se der condições da gente sobreviver pra onde for né... meu terreno era dezoito hectares é cheio de banana cheio de laranja... bem situadozinho...

J: e agora restringiu... tá menor?

L: não.. tá no mesmo tamanho... não diminui não

J: certo... é... se o senhor tivesse que resumir numa palavra ou frase o sentimento que o senhor tem pela Serra da Barriga...

L: ah é muito... se for pra deixar a Serra da Barriga eu deixo com a maior saudade do mundo

J: o senhor gosta muito daqui...

L: gosto muito da serra... gosto

J: o senhor me autoriza a usar sua entrevista no meu trabalho na minha dissertação?

L: a senhora já veio pra isso né

J: isso mesmo...

L: já veio pra isso tem que aceitar

J: tá certo... muito obrigada

Sexo: Masculino	Idade: 47 anos	Auto declaração de cor: pardo
Tempo de moradia na Serra: 42 anos	Geração de morador da Serra: Tronco 7	Aceita mudar Serra: Sim

Transcrição da entrevista: Raphael Von Sohsten

Revisão: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistadora: Joelma Farias Silva de Cornejo

Entrevistado (a): OSF

J: é... gostaria que o senhor falasse seu nome completo...

O: OSF

J: sua idade...

O: quarenta e sete

J: o senhor mora aqui na mesma área tombada da Serra da Barriga?

O: moramos sim

J: o senhor se identifica como negro? branco? índio? pardo?

O: como pardo

J: é... o senhor... consta aqui no relatório antropológico que o senhor é... filho do senhor João Braz da Silva França?

O: Juca Santos Ferreira

J: ah... então ele seria o que do Senhor João Braz?

O: ele era filho

J: então o senhor é neto do João Braz?

O: isso

J: certo... ahn... quando e como o senhor conheceu a Serra da Barriga?

O: conheci a Serra da Barriga nos anos... tinha dois anos de idade... sou de Joaquim Gomes na época né... a gente fez residência aqui

J: a sua família veio pra cá... consta aqui que foi em mil novecentos e setenta e seis... confirma?

O: confirmado

J: é... qual a importância que o senhor acha que a Serra da Barriga tem para o Brasil?

O: eu acho que a importância que a Serra da Barriga tem é mudar muito o que tem né... tem que mudar muita coisa... na realidade emprego né

J: o que senhor mais gosta na Serra da Barriga?

O: trabalhar... trabalhar e... curtir a vida... isso que é importante né

J: o que... o senhor mais gostava na serra da barriga e agora mudou?

O: é sempre trabalhar... agora mudou muito... as regra agora não são anterior né... agora as regras são outras... negócio de trabalho... complicou mais

J: o senhor fique à vontade pra dizer o que o senhor estiver pensando...

O: não mai... na realidade tá bom as coisa outras não né... primeiro foi o que citei antes é o emprego que não gera... é muito pouco e... a convivência também não tá lá essas coisa

J: certo... o que o senhor não gosta na Serra da Barriga?

O: o que eu não gosto da Serra da Barriga... acho que é muita coisa aqui... tem que mudar... muita coisa mesmo... umas coisa eu gosto outras não

J: é... o que o senhor então acrescentaria na Serra da Barriga pra ficar melhor para o senhor gostar mais?

O: emprego... mudar minha casa que tá caindo os barro... e só isso

J: é... o senhor gostaria de morar em outro lugar?

O: gostaria se for terra própria... gostaria sim... terra própria sim

J: gostaria de saber do seu sentimento pela Serra da Barriga... o que o senhor sente pela serra da barriga?

O: bom né... bom em muitas coisa na Serra da Barriga é bom

J: o senhor gosta de morar aqui?

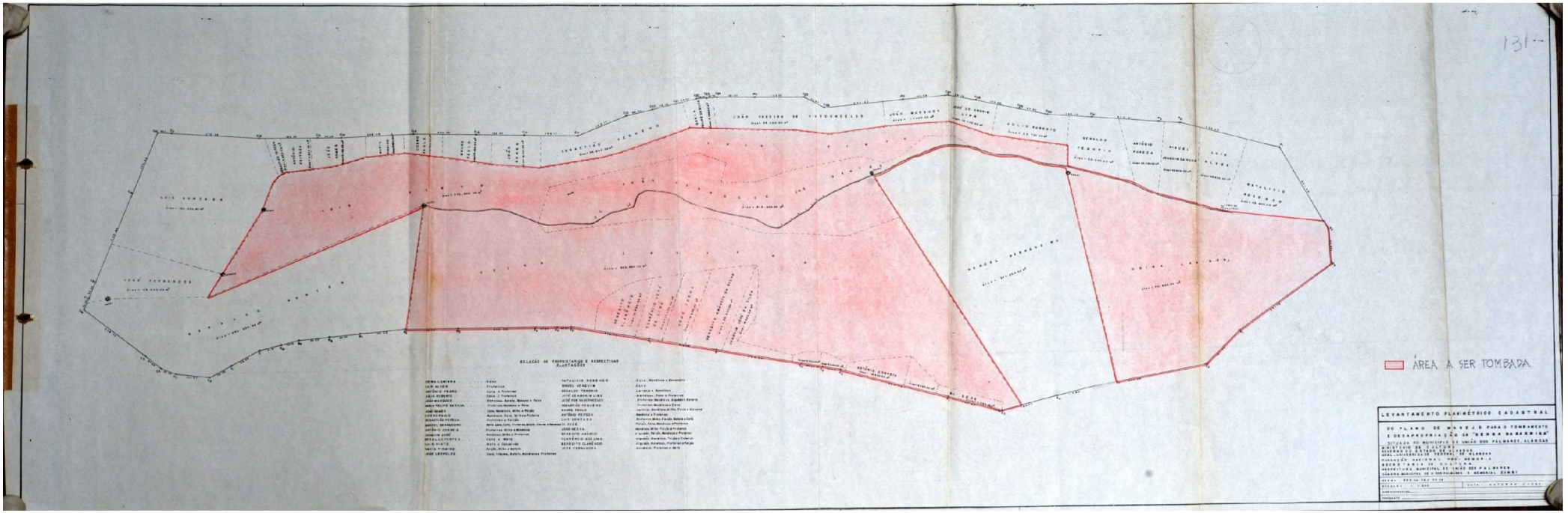
O: sim... gostaria... ficar bem velhinho... mai não tem como né... fazer o que

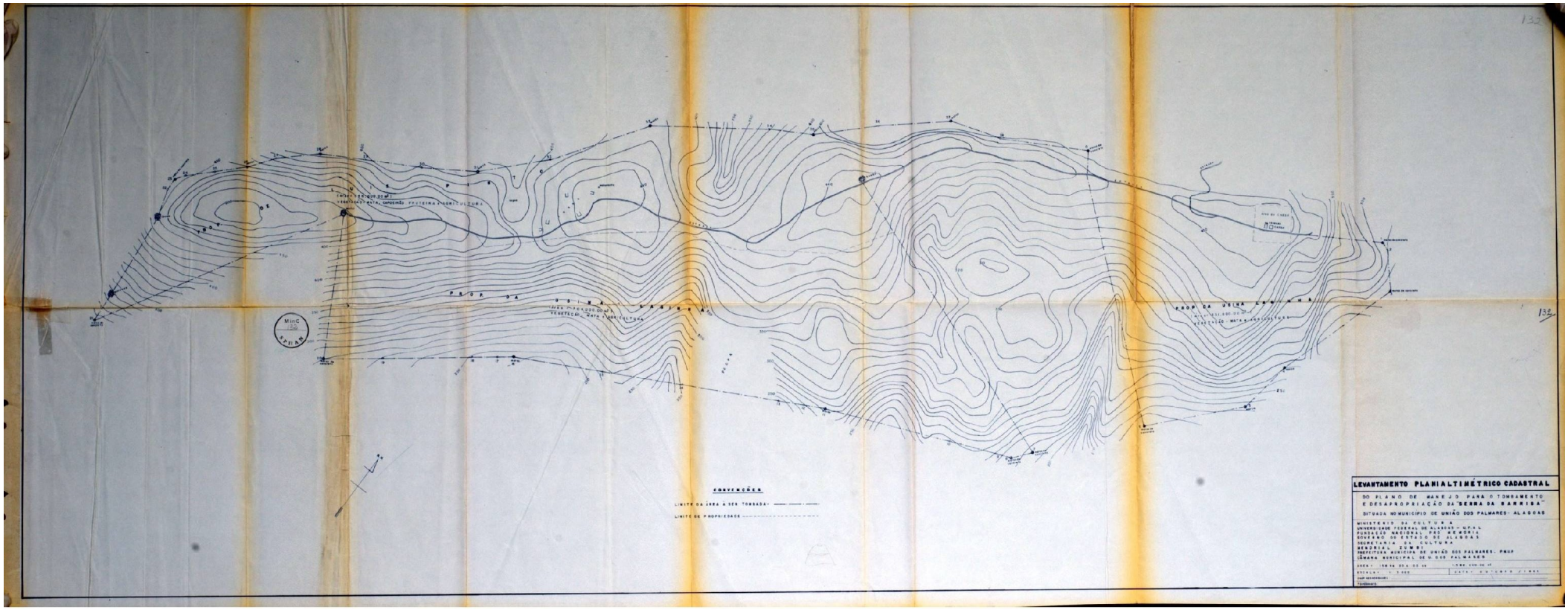
J: o senhor me autoriza a utilizar sua entrevista na minha dissertação?

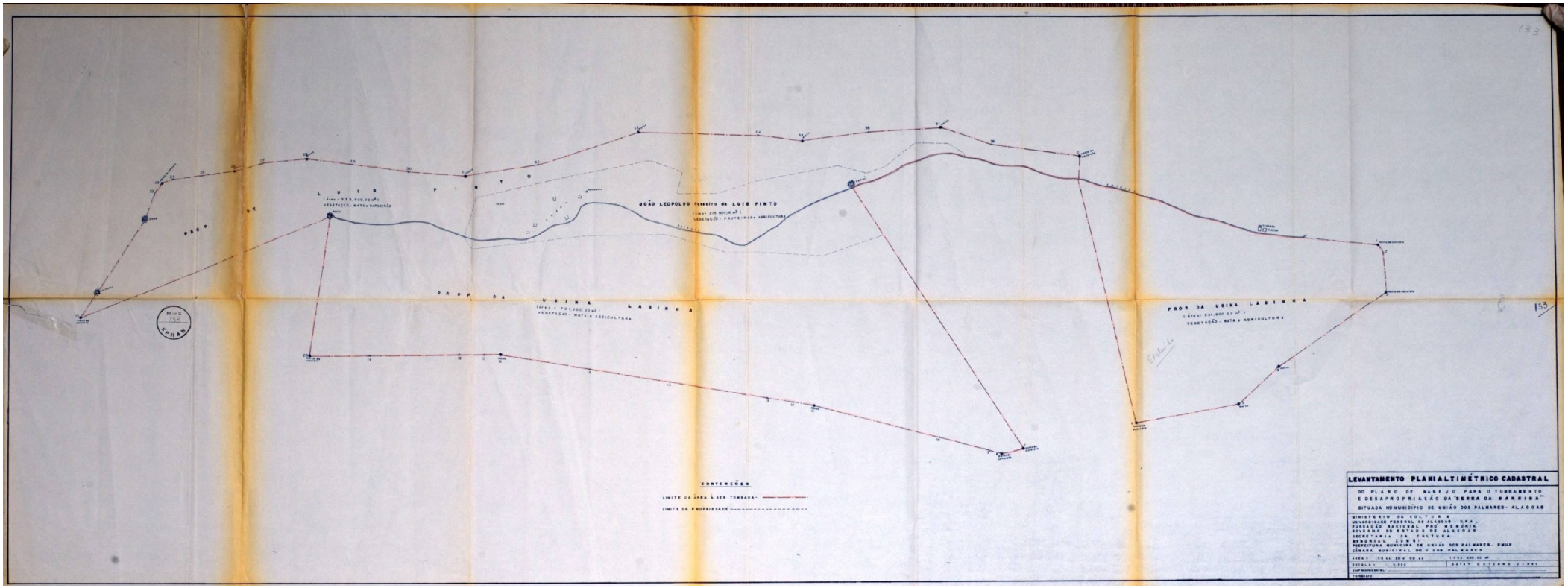
O: pode sim

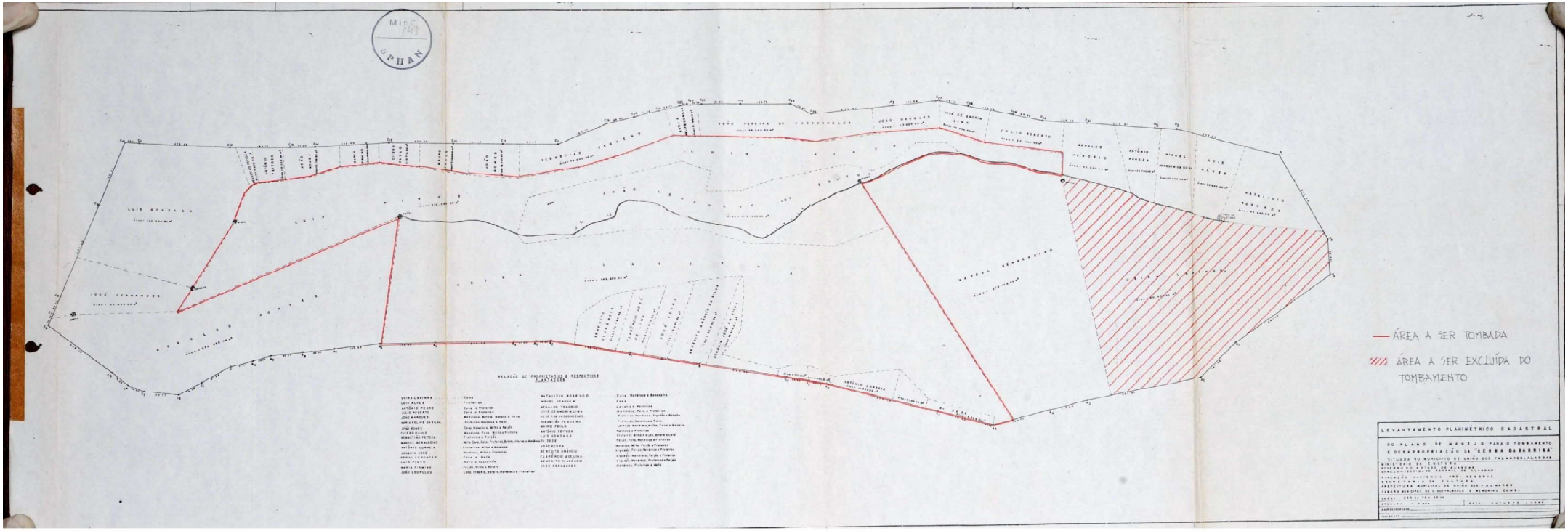
J: muito obrigada

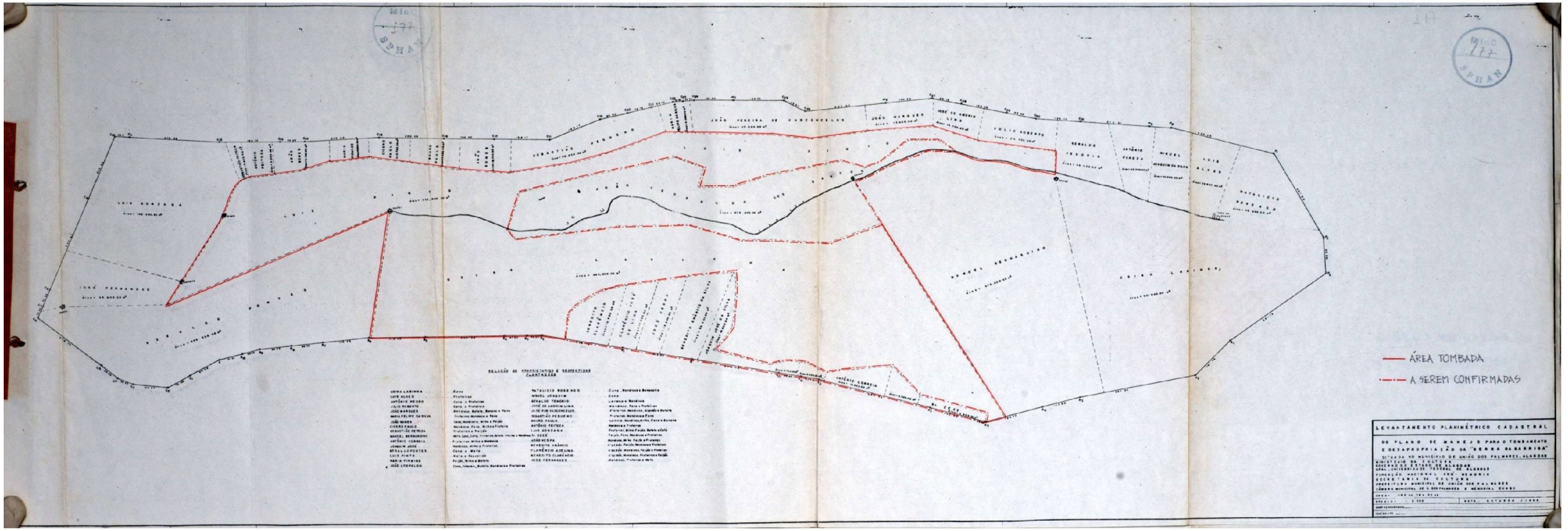
ANEXO I - MAPAS DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO




LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL
DO PLANO DE MANEJO PARA O TOMBAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO DA "SERRA DA BARRIGA"
SITUADA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES - ALAGOAS
MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ MEMÓRIA
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DA CULTURA
MEMORIAL ZUMBI
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES - PMUP
CÂMARA MUNICIPAL DE U. DOS PALMARES
CONVENÇÕES
LIMITE DA ÁREA A SER "TOMBADA"
LIMITE DE PROPRIEDADE
PROP DA USINA LAGOA DA PEDRA
PROP DA USINA LAGOA DA PEDRA
132
132


LUIS PINTO
VEGETAÇÃO - MATA E CAPOEIRÃO
JOÃO LEOPOLDO Pereira de LUIS PINTO
VEGETAÇÃO - FRUTEIRAS E AGRICULTURA
PROP. DA USINA LABINHA
VEGETAÇÃO - MATA E AGRICULTURA
PROP. DA USINA LABINHA
VEGETAÇÃO - MATA E AGRICULTURA
CONVENÇÕES
LIMITE DA ÁREA A SER TOMBADA
LIMITE DE PROPRIEDADE
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL
DO PLANO DE MANEJO PARA O TOMBAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO DA "SERRA DA BARRIGA"
SITUADA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES - ALAGOAS
MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - U.F.A.L.
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ MEMÓRIA
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE CULTURA
ESCALA 1:5000
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES - PMUP
CÂMARA MUNICIPAL DE U. DOS PALMARES


MinC
IPHAN
ÁREA A SER TOMBADA
ÁREA A SER EXCLUÍDA DO TOMBAMENTO
LEVANTAMENTO PLANIMETRICO CADASTRAL
DO PLANO DE MANEJO PARA O TOMBAMENTO
E DESAPROPRIAÇÃO DA "SERRA DA BARRIGA"
SITUADA NO MUNICIPIO DE UNIÃO DOS PALMARES-ALAGOAS
MINISTERIO DA CULTURA


ÁREA TOMBADA
A SEREM CONFIRMADAS
LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL
DO PLANO DE MANEJO PARA O TOMBAMENTO
E DESAPROPRIAÇÃO DA "SERRA BARRIGA"
SITUADA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES, ALAGOAS
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES
CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES E MEMORIAL ZUMBI
OUTUBRO 1988

ANEXO II CERTIDÃO DE TOMBAMENTO

PÚBLICO FEDERAL

xxxxxxxxxxx à determinação do Senhor Secretário // do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da// Cultura, C E R T I F I C O que, revendo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e// trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas quarenta e dois: "Número de Inscrição: noventa; Obra: Serra da Barriga, parte // mais alcantilada, conforme descrição constante na Informação // número cento e vinte e três barra oitenta e cinco, às folhas // cento e quarenta e seis a cento e quarenta e oito e do Mapa às folhas cento e quarenta e nove, do Processo, bem como a área // de cinqüenta e seis hectares e trinta ares, de acordo com a homologação ministerial de vinte de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, publicada no Diário Oficial da União, de trinta e um de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis; Natureza da Obra: Conjunto Histórico-Paisagístico; Situação: Município de União dos Palmares, Estado de Alagoas; Proprietários: / Companhia Açucareira Usina Laginha e Luiz Soares Pinto; Processo número mil e sessenta e nove traço T traço oitenta e dois;/ Caráter do Tombamento: Compulsório; Data da Inscrição: dezenove de fevereiro de mil novecentos e oitenta e seis; Observa- / ções: Local da Histórica República do Palmares ou Quilombo dos Palmares.". C E R T I F I C O, ainda, que revendo o Livro do// Tombo Histórico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, igualmente instituído pelo Decreto-lei número / vinte e cinco, dele consta o seguinte a folhas noventa e um e/ noventa e dois: "Número de Inscrição: quinhentos e um; Obra: / Serra da Barriga, parte mais alcantilada, conforme descrição / constante na Informação número cento e vinte e três barra oi-/ tenta e cinco, às folhas cento e quarenta e seis a cento e quarenta e oito e do Mapa? às folhas cento e quarenta e nove do / Processo, bem como a área de cinqüenta e seis hectares e trinta ares, de acordo com a homologação ministerial de 20 de no-/ vembro de mil novecentos e oitenta e cinco, publicada no Diá-/ rio Oficial da União, de trinta e um de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis; Natureza da Obra: Conjunto Histórico-Paisagístico; Situação: Município de União dos Palmares, Estado / de Alagoas; Processo Número: mil e sessenta e nove traço T traço oitenta e dois; Proprietários: Companhia Açucareira Usina / Laginha e Luiz Soares Pinto; Caráter do Tombamento: Compulso-/

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

182

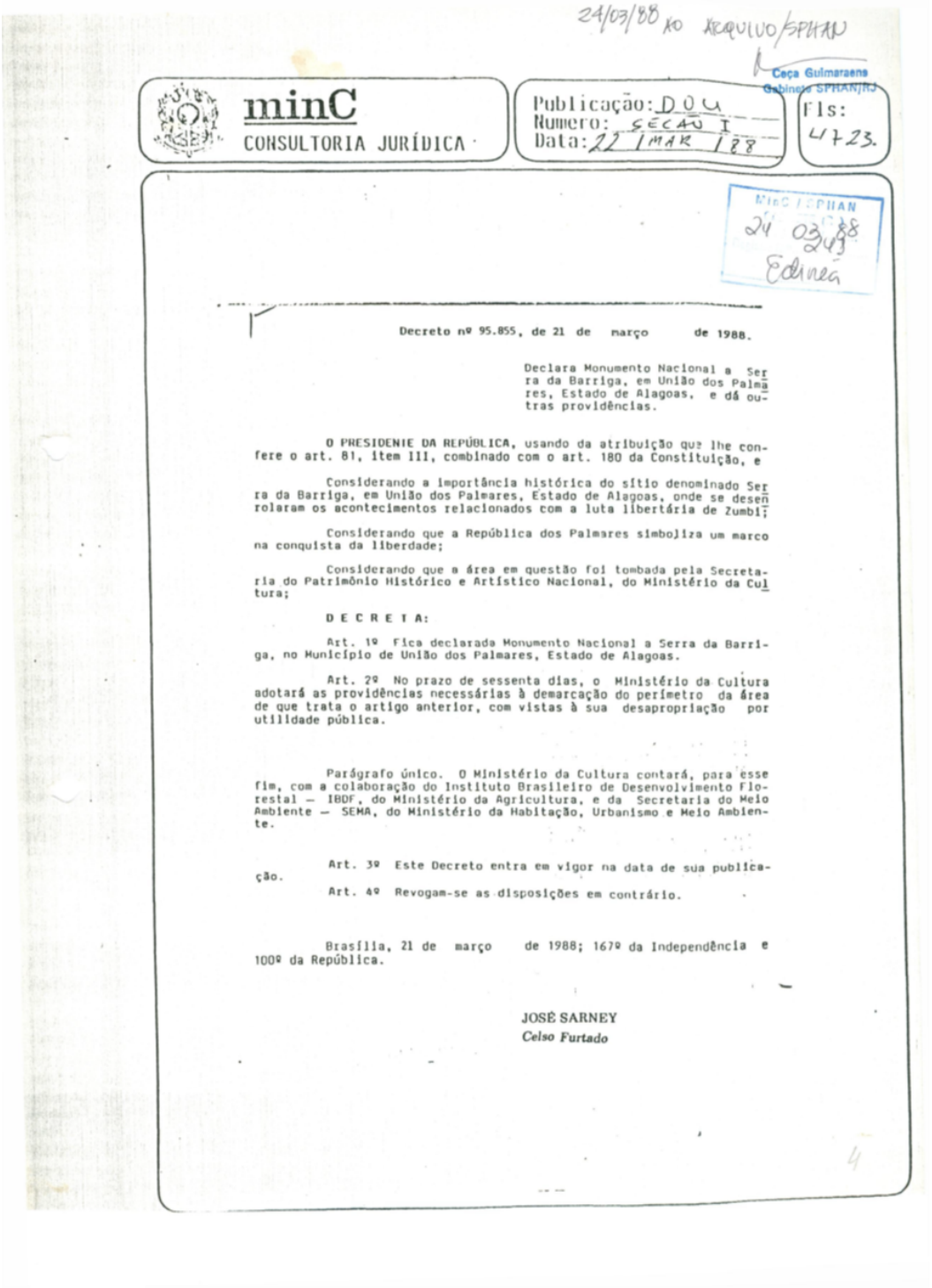
Compulsório; Data da Inscrição: dezenove de fevereiro de mil / novecentos e oitenta e seis; Observações: Local da Histórica / República de Palmares ou Quilombo dos Palmares." E por ser // verdade, eu, Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo, lavrei a/ presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada / pelo doutor Augusto Carlos da Silva Telles, Diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação e pelo doutor Angelo Oswaldo / de Araújo Santos, Secretário do Patrimônio Histórico e Artísti nacional. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1986.////////7
//

Edson de Britto Maia
Chefe Arquivo DRD/SPHAN

Augusto C. da Silva Telles
Diretor da DTC/SPHAN

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Secretário do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional

ANEXO III – DECRETO MONUMENTO NACIONAL



24/03/88 AO ARQUIVO/SPHAN

Ceça Guimaraens
Gabinete SPHAN/RJ

minC
CONSULTORIA JURÍDICA

Publicação: D O U
Numero: SEÇÃO I
Data: 22 MAR 88

Fls: 4723.

MinC IPHAN
24 03 88
243
Edinea

Decreto nº 95.855, de 21 de março de 1988.

Declara Monumento Nacional a Serra da Barriga, em União dos Palmares, Estado de Alagoas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, combinado com o art. 180 da Constituição, e

Considerando a importância histórica do sítio denominado Serra da Barriga, em União dos Palmares, Estado de Alagoas, onde se desenrolaram os acontecimentos relacionados com a luta libertária de Zumbi;

Considerando que a República dos Palmares simboliza um marco na conquista da liberdade;

Considerando que a área em questão foi tombada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada Monumento Nacional a Serra da Barriga, no Município de União dos Palmares, Estado de Alagoas.

Art. 2º No prazo de sessenta dias, o Ministério da Cultura adotará as providências necessárias à demarcação do perímetro da área de que trata o artigo anterior, com vistas à sua desapropriação por utilidade pública.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura contará, para esse fim, com a colaboração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, do Ministério da Agricultura, e da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de março de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY
Celso Furtado

4

ANEXO IV MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

Memorial Descritivo de uma parte da Serra da Barriga, situada no Município de União dos Palmares - Alagoas, para cujo levantamento Planialtimétrico, empregamos o método do caminhamento perimétrico através do processo dos ângulos internos e do nivelam ento trigonométrico, como se segue:

Partindo do marco 0 (ZERO) seguimos no rumo Noroeste com um ângulo horizontal de 0º, medimos 90 metros e colocamos o marco I, limitando-se pelo lado direito com Geraldo Tenório e lado esquerdo com Júlio Roberto; deste marco seguimos rumo Noroeste com um ângulo horizontal de 82º em relação ao marco 0 (ZERO), medimos 660 metros e collocamos o marco II, limitando-se a Norte, lado esquerdo, com Geraldo Tenório por uma extensão de 158 metros, por Antonio Pureza com 148 metros, Miguel Joaquim com 112 metros, Luiz Alves com 155 metros, Natalício Rosendo com 108 metros; Daí, seguimos no rumo Sudeste, com um ângulo de 133º em relação ao marco I, medimos 318 metros e colocamos o marco III, limitando-se a leste por toda sua extenção com Natalício Rosendo pelo lado esquerdo; continuando ainda no rumo Sudeste com um ângulo de 148º30' em relação ao marco II medimos 112 metros e colocamos o marco IV; deste marco seguimos no rumo Sudoeste com um ângulo de 122º em relação ao marco III, medimos 362 metros e colocamos o marco V; Daí, ainda no rumo Sudoeste com um ângulo de 144º 45' em relação ao marco V, medimos 284 metros e situamos o marco VII; Ainda em linha reta, medimos 317 metros e um ângulo de 182º15' em relação ao marco VI e colocamos o marco VIII; Ainda em linha reta medimos 60 metros e colocamos o marco IX; Daí, ainda no rumo Sudoeste com um ângulo de 150º em relação ao marco VIII medimos 37 metros e colocamos o marco X; continuando em linha reta, medimos 140 metros e colocamos o marcoXI; Ainda em linha reta, medimos 355 metros e colocamos o marco XII; Daí, com um ângulo de 185º em relação ao marco XI colocamos em linha reta, os marcos XIII,XIV,XV,XVI,e XVII à 60, 70, 270, 220 e 246 metros respectivamente; Do marco XVII, seguimos ainda no rumo SUdoeste com um ângulo de 191º em relação ao marco XVI colocamos varias estações auxiliares em linha reta, medimos 518 me-

12

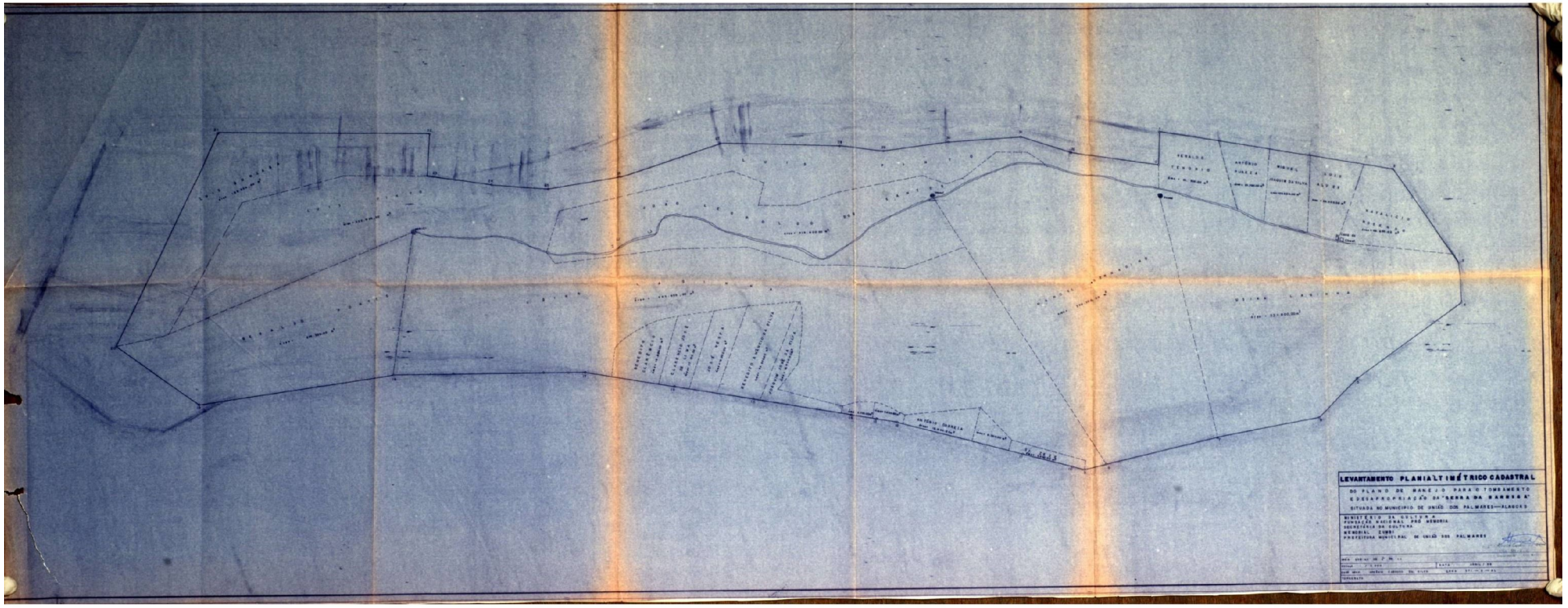
tros e situamos o marco XVIII, limitando-se do marco III ao marco XVIII pelo lado esquerdo ao leste e Sul com terras da Usina Laginha; Daí, com um ângulo de 188º em relação ao marco XVII ainda no rumo Sudoeste, colocamos várias estações auxiliares, em linha reta medimos 530 metros e situamos no marco XIX; Daí, seguimos no rumo Noroeste com um ângulo de 134º em relação ao marco XVIII medimos 273 metros e situamos o marco XX, limitando-se a esquerda e a Oeste do marco XVIII a XX com terras de Geraldo Pontes; Daí seguimos no rumo Noroeste com um ângulo de 101º em relação ao marco XIX colocamos várias estações auxiliares medimos 637 metros e situamos o marco XXI, limitando-se a esquerda e ao Oeste com José Fernandes com 200 metros de extenção e Luiz Gonzaga com 437 metros;Daí, com um ângulo de 115º em relação ao marco XX seguimos em rumo Nordeste medimos 574 metros e colocamos o marco XXII, limitando-se do marcoXXI ao XXII pelo lado esquerdo e a Norte com terras de Luiz Gonzaga; Daí, com um ângulo de 86º em relação ao marco XXI seguimos no rumo Sudeste, medimos 114 metros e situamos o marco XXIII, limitando-se pela esquerda e ao Leste por uma extenção de 114 metros com Sebastião Feitoza;Daí, seguimos no rumo Nordeste com um ângulo de 94º em relação ao marco XXII, medimos 175 metros e situamos o marco XXIV, limitando-se pelo lado esquerdo e a Norte por uma extenção de 30 metros com Sebastião Feitosa, 170 metros Antonio Feitosa e 170 metros João Gomes;Daí, seguimos no rumo Nordeste com um ângulo de 182º em relação ao marco XXIII medimos 155 metros e colocamos o marco XXV;Daí, seguimos ainda no rumo Nordeste com um ângulo de 194º em relação ao marco XXIV, medimos 201 metros e colocamos o marco XXVI;Daí, seguimos ainda no rumo Nordeste, com um ângulo de 190º em relação ao marco XXV, medimos 287 metros e situamos o marco XXVII;Daí, seguimos no rumo Nordeste, com um ângulo de 159º em relação ao marco XXVI e medimos 328 metros e colocamos o marco 28; Daí, seguimos no rumo Nordeste com um ângulo de 175º em relação ao marco XXVII, medimos 122 matros e situamos o marco XXIV;Daí, seguimos ainda no rumo Nordeste com um ângulo de 195º em relação ao marco XXVII;Medindo 182 metros e colocamos o marco XXX;Daí, seguimos ainda no rumo Nordeste com ângulo de 177º em relação ao Marco XXIX, medimos 200 metros e colocamos o marco XXXI; Daí, seguimos ainda no rumo Nor +

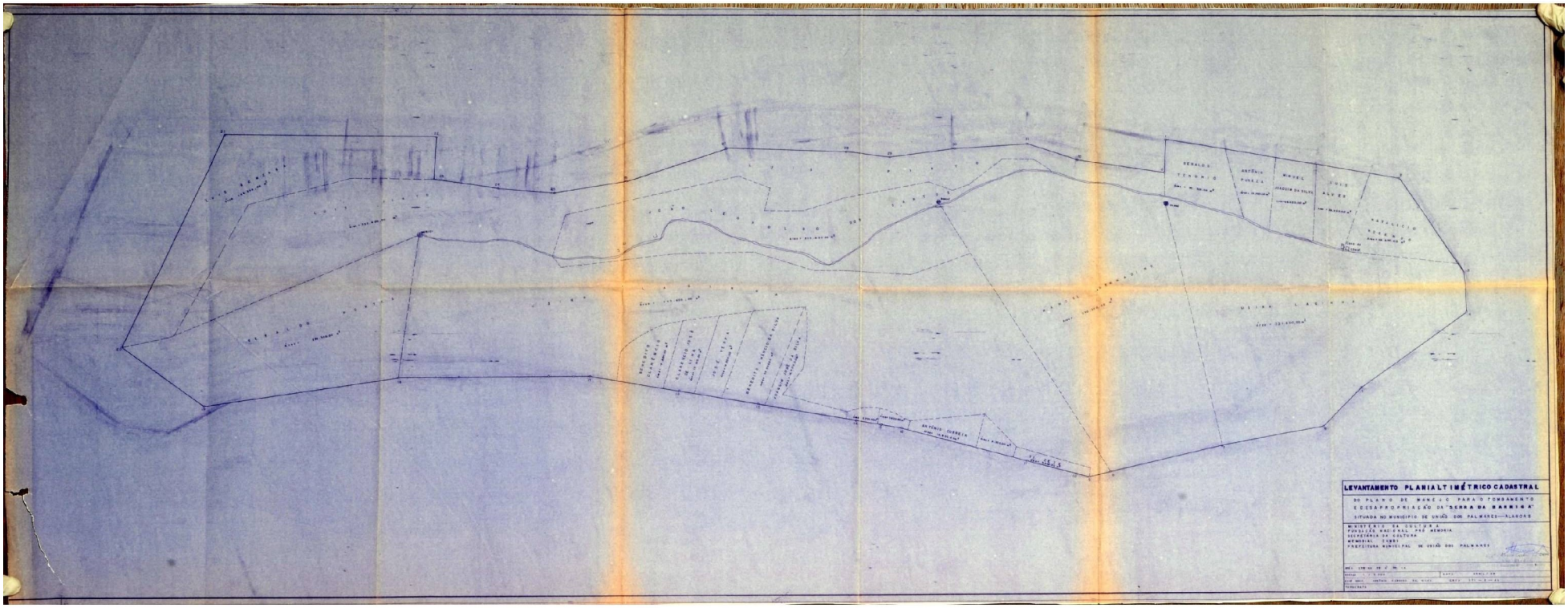
deste com ângulo de 157º em relação ao marco XXX, medimos 145 metros e situamos o marco XXXII;Dáí, seguimos ainda no rumo Nordeste com um ângulo de 190º30 em relação ao marco XXXI, medimos 244 metros e encontramos o marco 0(ZERO), ponto de partida com um ângulo de fechamento de 275º, limitando-se a esquerda ea Norte por uma extensão de 120 metros com Maria Firmina, com 126 metros Cicero Paulo, 156 metros Mauro Paulo, com 155 metros João Gomes, 490 metros Sebastião Pequeno, com 86 metros Maria Felipe da Silva, com 538 metros João Ferreira de Vasconselos, 200 metros João Mareques, com 145 metros José de Amorim Lima e 244 metros Julio Roberto. Ficando assim demarcada a área acima descrita que totaliza 258 hectares 78 ares e 5o centiares. Tudo conforme planta anexa.

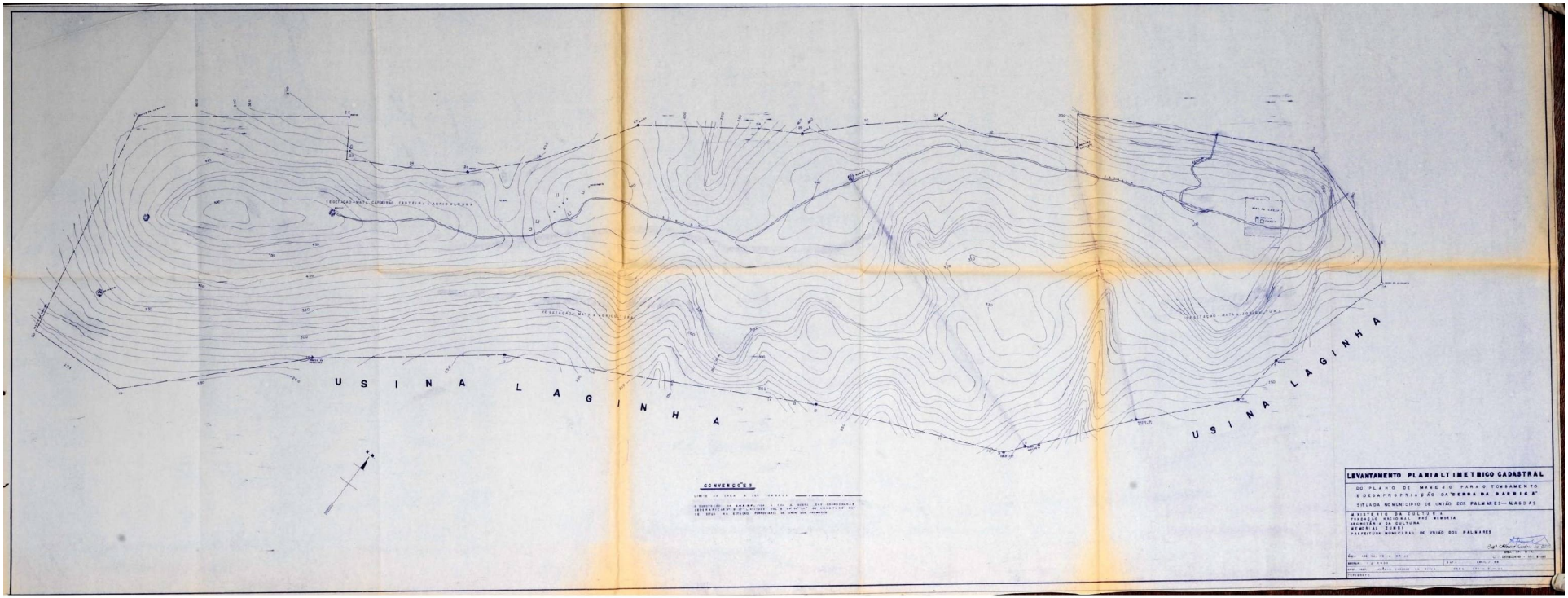
Maceió,Al, 25 de Abril de 1988

Engº Alanio Cardos. da Silva
CREA - 371 - D - Al
C.P.F. 01019334-49 - [illegible]

ANEXO V - MAPAS DA ÁREA DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO




LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL
DO PLANO DE MANEJO PARA O TOMBAMENTO
E DESAPROPRIAÇÃO DA "SERRA DA BARRIGA"
SITUADA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES — ALAGOAS
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ MEMÓRIA
SECRETARIA DE CULTURA
GOVERNO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES


USINA LAGINHA
USINA LAGINHA
CONVENÇÕES
LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO CADASTRAL
DO PLANO DE MANEJO PARA O TOMBAMENTO
E DESAPROPRIAÇÃO DA "SERRA DA BARRIGA"
SITUADA NO MUNICIPIO DE UNIÃO DOS PALMARES — ALAGOAS
MINISTERIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ MEMÓRIA
SECRETARIA DA CULTURA
MEMORIAL ZUMBI
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES

ANEXO VI DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO.

GM/ MINC
R 02036/88

FB DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
PUBLICADO NA SEÇÃO I DO
DIÁRIO OFICIAL DE 16 MAI 1988
CÓPIA AUTENTICADA

Decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra constituída pela Serra da Barriga, declarada Monumento Nacional, situada no Município de União dos Palmares, Estado de Alagoas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 95.855, de 21 de março de 1988, que declarou Monumento Nacional a Serra da Barriga, e considerando o que dispõe o artigo 5º, alínea "k", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 40000.001244/88-30, do Ministério da Cultura,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra constituída pela Serra da Barriga, declarada Monumento Nacional pelo Decreto nº 95.855, de 21 de março de 1988, localizada no Município de União dos Palmares, Estado de Alagoas.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior tem os seguintes limites, descritos a partir da folha topográfica, em escala 1:25.000 MI-1524-2-SE, editada pela DSG:

NORTE: Partindo do Marco M-21 de coordenadas geográficas aproximadas- 09 10'12,066" S e -36 05'53,320"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 80 09'35,0" e 574,00 metros até o Marco M-22 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'07,729" S e - 36 05'35,660"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de "174 09'35,0 e 114,00 metros, até o Marco M-23 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'11,218" S e -36 05'35,429"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 88 09'35,0" e 175,00 metros, até o Marco M-24 de coordenadas geográficas aproximadas - 09 10'10,683" S e -36 05'29,974"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 86 09'35,0" e 155,00 metros, até o Marco M-25 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'10,035" S e -36 05'25,130" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 72 09'35,0" e 201,00 metros, até o Marco M-26 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'07,622" S e -36 05'19,179"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 62 09'35,0" e 287,00 metros, até o Marco M-27 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'02,701" S e -36 05'11,359"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 83 09' 35,0" e 328,00 metros, até o Marco M-28 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'00,775" S e -36 05'01,173"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 88 09'35,0" e 122, 00 metros, até o Marco M-29 de coordenadas geográficas aproximadas - 09 10'00,403" S e -36 04'57,381"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 73 09'35,0" e 182,00 metros, até o Marco M-30 de coordenadas geográficas aproximadas -09 09'58,317" S e -36 04'51,964"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 76 09'35,0" e 200,00 metros ,

até o Marco M-31 de coordenadas geográficas aproximadas - 09 09'56,362" S e -36 04'45,937"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 99 09'35,0" e 145,00 metros, até o Marco M-32 de coordenadas geográficas aproximadas -09 09'56,820" S e -36 04'41,473"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 88 39'35,0" e 244,00 metros, até o Marco M-00 de coordenadas geográficas aproximadas - 09 09'56,143" S e -36 04' 33,844"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 353 39'35,0" e 90,00 metros, até o Marco M-01 de coordenadas geográficas aproximadas -09 09'53,082" S e -36 04'34,340"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 91 39'35,0" e 660,00 metros, até o Marco M-02 de coordenadas geográficas aproximadas -09 09'52,376" S e -36 04'13,702"Wgr.;

LESTE: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 138 39'35,0" e 318,00 metros, até o Marco M-03 de coordenadas geográficas aproximadas -09 09'59,528" S e -36 04'07,256"Wgr.; daí segue por uma reta com azimute e distância aproximadas de 170 09'35,0" e 112,00 metros, até o Marco M-04 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'02,921" S e -36 04'06, 760"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 229 09'35,0" e 362,00 metros, até o Marco M-05 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'10,216" S e -36 04'16,068"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 205 09'35,0" e 150,00 metros, até o Marco M-06 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'14,384" S e -36 04'18,318"Wgr;

SUL: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 239 09'35,0" e 284,00 metros, até o Marco M-07 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'18,685" S e -36 04'26,672"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 233 09'35,0" e 317,00 metros, até o Marco M-08 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'24,378" S e -36

04'35,408"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 233 09'35,0" e 60,00 metros, até o Marco M-09 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'25,456" S e -36 04'37,048" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 263 09'35,0" e 37,00 metros, até o Marco M-10 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'25,551" S e -36 04'38,307"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 263 09'35,0" e 140,00 metros, até o Marco M-11 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'25,885" S e -36 04'43,076"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 263 09'35,0" e 350,00 metros, até o Marco M-12 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'26,724" S e -36 04'54,939"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 258 09'35,0" e 246,00 metros, até o Marco M-13 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'27,993" S e -36 05'03,157"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 258 09'35,0" e 60,000 metros, até o Marco M-14 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'28,307" S e -36 05'05,179"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 258 09'35,0" e 70,00 metros, até o Marco M-15 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'28,670" S e -36 05'07,506"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 258 09'35,0" e 270,00 metros, até o Marco M-16 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'30,072" S e -36 05'16,547" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 258 09'35,0" e 220,00 metros, até o Marco M-17 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'31,216" S e -36 05'23,909"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 258 09'35,0" e 246,00 metros, até o Marco M-18 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'32,484" S e -36 05'32,149"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 250 09'35,0" e 530,00 metros, até o Marco M-19 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'37,548" S e -36 05'49,200"Wgr;

OESTE: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 296 09'35,0" e 273,00 metros, até o Marco M-20 de coordenadas geográficas aproximadas -09 10'33,219" S e -36 05'57,631 "Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximadas de 15 09'35,0" e 637,00 metros, até o Marco M-21, inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A área desapropriada destinar-se-á a estudos antropológicos, arqueológicos, ecológicos, reflorestamento das áreas naturais, construção de um marco assinalador da "República dos Palmares", e integrará o patrimônio do Ministério da Cultura.

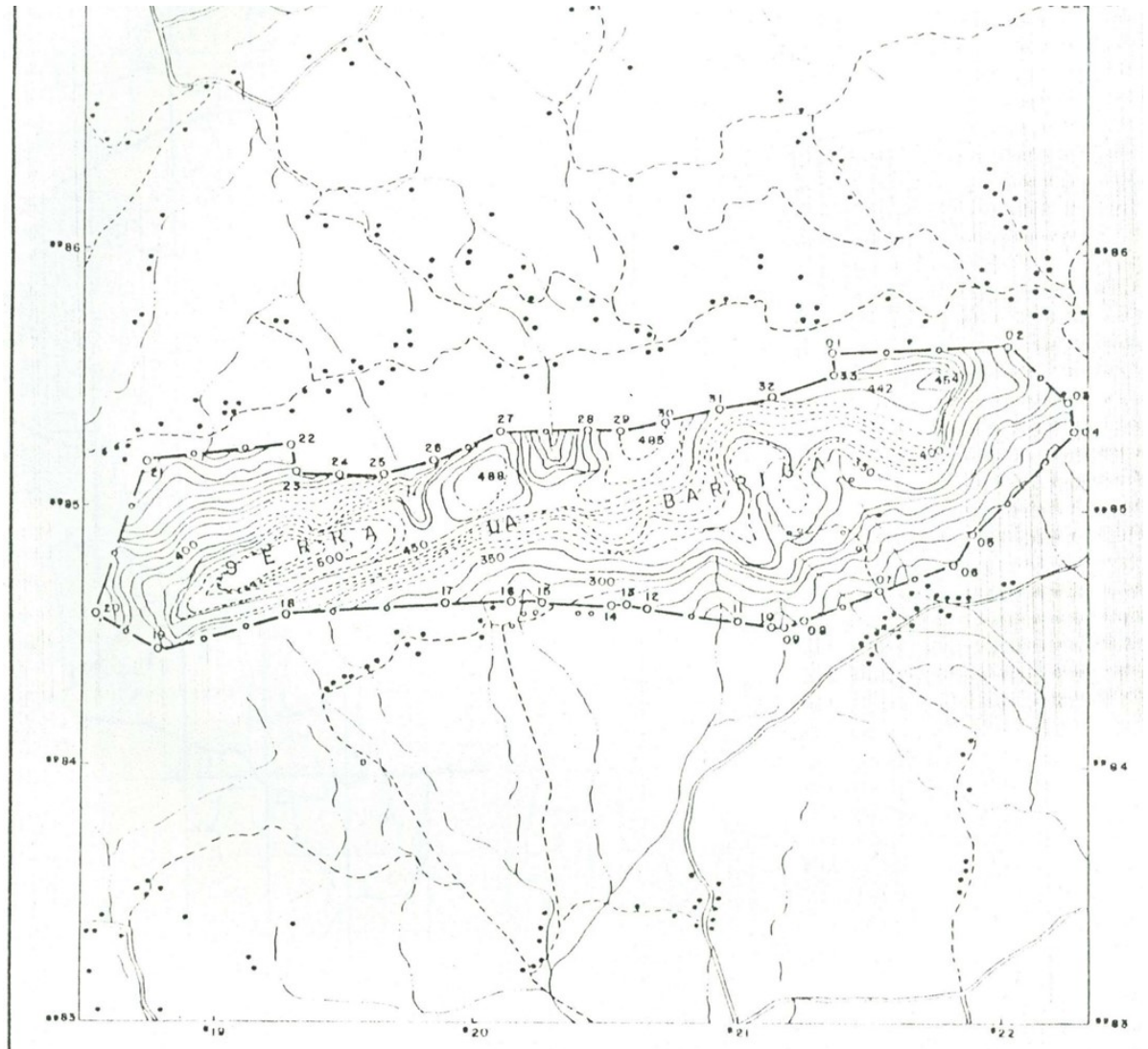
Art. 4º Fica o Ministério da Cultura autorizado a promover a desapropriação da referida área de terra, na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória na posse da área de terra abrangida por este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de maio de 1988; 167º da Independência e 100º da República.



CONVENÇÕES

Limite do Área —o—

MINISTÉRIO DA CULTURA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

ÁREA SERRA DA BARRIGA	PLANTA DE DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: UNIÃO DOS PALMARES	ÁREA: 258,7850	PERÍMETRO: 8,159 Km.
UF: ALAGOAS	ESCALA: 1:25 000	DATA: 03.05.88
	PROCESSO/DECRETO	BASE CARTOGRÁFICA

ANEXO VII – LAUDO ANTROPOLÓGICO (ANEXO 3)



ANEXO 3 -

LEVANTAMENTO GENEALÓGICO – SERRA DA BARRIGA[18]

TRONCO	GD	INDIVÍDUOS GD	HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL	LOCAL
Tronco 1: **Benônio Ferreira da Moraes e Rosângela Ferreira de Moraes** 1994	1 (4)	1.Benônio Ferreira da Moraes 2.Rosângela Ferreira de Moraes 3.Laudiene Macena de Moraes 4.Emily Macena de Moraes	Tronco 1: Natural de Colônia Leopoldina-AL. Veio para a Serra da Barriga no ano de 1994 com a esposa e os filhos. Trocou uma casa em Maceió por uma "posse de terra" na Serra da Barriga dentro da antiga propriedade de Sr. Luís Soares Pinto, que a esta época (1994) já havia sido indenizada e sujeita ao processe de Tombamento. Ali se estabeleceu e ficou trabalhando como agricultor familiar independente. Tronco com 22 anos de ocupação territorial. Teve 7 filhos. Atualmente, somente uma delas de 18 anos, mora com eles. Eles criam também uma neta. Outros 6 filho moram em São Paulo.	Platô do Parque
Tronco 2: **João Leopoldino dos Santos (falecido)** 1963	2 (4)	1. Rosa Maria dos Santos Mendes 2. José Cícero Mendes da Silva 3. Walif dos Santos Mendes 4. Welton dos Santos Mendes	Tronco 2: Sr. João Leopoldino dos Santos, natural de Passo de Camaragibe-AL. Teve 3 casamentos. Veio para a Serra da Barriga no ano de 1963, acompanhado pela 1ª esposa e 2 filhos (dos 5 filhos que ela já tinha). Comprou uma "posse de terra" na fazenda do Sr. Luís Soares Pinto, antes do Tombamento (1963), no pé da Serra da Barriga, vendida por um morador da fazenda. Tornaram-se "moradores posseiros". Posteriormente, mudaram de área dentro da mesma fazenda e estabeleceram um "arrendamento verbal" com o proprietário. Ali se estabeleceram trabalhando como agricultores familiares independentes.	Descida da Lagoa dos Negros
	3 (7)	1.João Paulo dos Santos 2.Adriana Silva Santos 3.Mariana Santos 4.Ana Paula Basílio dos Santos 10 5.João Carlos Basílio dos Santos 8 6.Ana Clara dos Santos 4 7.Gustavo Santos 2 [2 famílias]		Descida da Lagoa dos Negros
	4 (7)	1.José Maria dos Santos (Sr. Zequinha) 2. Marineide Silva 3. Antonio Carlos dos Santos 4. Daniele Silva Santos 5. Jailton dos Santos 6. João Vitor da Silva Santos 7. Jardiele dos Santos Silva [2 famílias]		Descida da Lagoa dos Negros
	5 (2)	1. Cícero João dos Santos 2. Maria Júlia da Silva		Platô do Parque
	6 (3)	1.José Wellington dos Santos 2.Jessica Lemos da Silva 3.Weverton Guilherme da Silva Santos		Platô do Parque
Tronco 3: **Francisco Mariano Basílio (falecido) e Cici Batista da**	7 (7)	1. Maria Lúcia Batista da Silva (45) 2. Cícero José da Silva (41) 3. Alessandro Batista da Silva 4. Francisco Batista da Silva 5. Davi Batista da Silva 6. Mirian Batista da Silva	Tronco 3: Ambos natural de União dos Palmares. Chegaram na Serra aproximadamente em 1976. Tiveram 15 filhos. Somente três na Serra da Barriga (GD3,GD7,GD8). Outros filhos moram em São	Lagoa do Grito

[18] Estas informações apresentadas correspondem às pessoas que moram atualmente na área tombada da Serra. As famílias não se resumem, porém, a estes indivíduos. Muitas pessoas migraram para outros locais, principalmente depois da chegada da Fiscalização da Fundação Cultural Palmares.

Fundação Cultural Palmares
Fls. 62

Silva (falecido) 1976		7. Samuel Batista da Silva	Paulo.	
Tronco 3 Tronco 4: **Cícero Anselmo da Silva e Josefa Maria da Conceição** 1989	8 (6)	1. Quitéria Batista da Silva 2. Severino da Silva (40) 3. Geovane da Silva 4. Geovana da Silva 5. Jovaniele da Silva 6. Jean Batista da Silva	Tronco 4: Natural de União. Chegou na Serra em 1989. Tiveram 10 filhos. Somente Severino mora na Serra da Barriga. Sr. Cícero e D. Josefa hoje moram em Joaquim Gomes.	Lagoa do Aleixo
Tronco 5: **Antonio Sebastiano Justino (falecido)** ...	9 (1)	1. Antônio Sebastiano Justino Junior	Tronco 5: Antônio Sebastiano Justino veio para a Serra da Barriga por conta de uma decepção amorosa com sua esposa. Veio só. Depois de algum tempo trouxe o filho para morar com ele. Antônio Sebastião Justino Junior tem problemas mentais e é alcoólatra. Não foi possível levantar informações sobre datas da ocupação territorial.	Lagoa do Aleixo
Tronco 6: **José da Silva Santos (78) e Maria Carmelita da Silva (70)** 2004	10 (2)	1. José da Silva Santos (78) e 2. Maria Carmelita da Silva (70)	Tronco 6: Natural de Pernambuco. Veio para Alagoas com 25 anos. Trabalhou e morou muitos anos na Usina Lajinha, até ser "expulso"(crise da Usina Lajinha). Após a "expulsão", foi morar na cidade de União, mas, logo depois trocou a casa de União pela "posse de terra" na Serra da Barriga, no ano do 2004, quando já havia ocorrido o tombamento e a construção do Parque. Teve 5 filhos. Quase todos moram em União dos Palmares, com exceção de 1 deles, que mora na Serra, ao lado dos pais.	Lagoa do Grito
	11 (2)	1. Edvaldo José da Silva Santos 2. Ana Francisca da Silva		Lagoa do Grito
Tronco 7: **João Brás da Silva França (falecido) e Salverina Conrado da Silva (falecida)** 1976	12 (3)	1. José da Silva França (Zé Brás) (51) 2. Maria Cícera do Nascimento (44) 3. Cláudio Henrique da Silva França	Tronco 7: Natural de União dos Palmares vieram Sr. João e D. Salverina trabalhar e morar na Serra da Barriga, nas terras de "Bernardino". Trabalharam durante 2 anos. No ano de 1976, foram empregados e passaram a morar na Usina Lajinha, em uma parte do Sítio Caboge, que hoje faz parte da área tombada da Serra da Barriga. Área pertencente a João Lyra, dentro da Usina Lajinha. Quando a Serra foi tombada, deixaram de ser moradores-trabalhadores da Usina. Havia um "contrato" informal entre usineiro (João Lyra) e os trabalhadores, reconhecidos por	Caboge
	13 (1)	1. Olival da Silva França		Caboge

Fundação Cultural Palmares
Fls. 63
DPA

			estes como "regime de sujeição", que firmava que para ser morador da usina, deveriam todos os membros da família, em idade produtiva, servir de mão-de-obra para a usina. Quando do tombamento da Serra, a família de Sr. José quebrou o regime de "sujeição" com a Usina Lajinha e ficaram morando na Serra da Barriga e trabalhando na agricultura de roça de subsistência, agricultura familiar, como até hoje. Tiveram 7 filhos. Apenas 2 deles mora na Serra.	
Tronco 7 e Tronco 8: **Luís Aureliano Dantas (67)** e **Severina Gomes Dantas (59)** 1991	14 (4)	1. Miguel Gomes Dantas 2. Cláudia Maria da Silva França 3. Mirela França Dantas 4. Micael França Dantas	Tronco 8: Ambos são de União dos Palmares. Eram trabalhadores e moradores na Usina Lajinha, sítio Caboge. Compraram "posse de terra" na Serra, no ano de 1991, quando se tornaram moradores e continuaram trabalhando na Usina. Tiveram 11 filhos, 10 deles foram embora pra fora do estado, predominantemente Mato Grosso, e somente 1 mora na Serra. Tempo de Ocupação 25 anos.	Caboge
Tronco 8	15 (2)	**1. Luis Aureliano Dantas (67)** **2. Severina Gomes Dantas (59)**		Caboge